

Coleção
PERSPECTIVAS DO HOMEM
Volume 48
Série Filosofia
Direção de MOACYR FELIX

ANTONIO GRAMSCI

Os Intelectuais e a Organização da Cultura

Tradução de
CARLOS NELSON COUTINHO

4.^a edição



civilização
brasileira

Titulo do original italiano:
GLI INTELLETTUALI E L'ORGANIZZAZIONE
DELLA CULTURA

*Do Autor, publicados por
esta Editora:*
CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA
CARTAS DO CÁRCERE
MAQUTAVEL, A POLÍTICA E O ESTADO MODERNO
LITERATURA E VIDA NACIONAL

Desenho de capa:
MARIUS LAURITZEN BERN

Diagramação e Supervisão gráfica:
ROBERTO PONTUAL

Direitos para a língua portuguesa adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua Muniz Barreto, 91-93 — Botafogo
Rio de Janeiro — RJ
que se reserva a propriedade desta tradução

1982

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Índice

I. CONTRIBUIÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DOS INTELLECTUAIS

A Formação dos Intelectuais 3

Notas **Esparsas**

Função Cosmopolita dos Intelectuais Italianos 25

Intelectuais Italianos no Exterior 67

Europa, América, Mía 81

II. A ORGANIZAÇÃO **DA CULTURA**

A Organização da Escola e da Cultura 117

Para a Investigação do Princípio Educativo 129

Notas Esparsas 141

III. JORNALISMO 161

IV. APÊNDICE

Lorianisnlo 207

Índice Onomástico 239

I

Contribuições para uma
História dos Intelectuais

A Formação dos Intelectuais

OS INTELLECTUAIS constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo por causa das várias formas que, até nossos dias, assumiu o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais.

As mais importantes destas formas são duas:

1) Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de

um novo direito, etc., etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.).

Os empresários -- se não todos, pelo menos uma elite deles -- devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Pode-se observar que os intelectuais "orgânicos", que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, "especializações" de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.¹

Também os senhores feudais eram detentores de uma particular capacidade técnica, a militar, e é precisamente a partir do momento em que a aristocracia perde o monopólio desta capacidade técnico-militar que se inicia a crise do feudalismo. Mas a formação dos intelectuais no mundo feudal e no mundo clássico precedente é uma questão que deve ser examinada à parte: esta formação e elaboração segue caminhos e modos que é preciso estudar concretamente. Assim,

¹ *Os Elementos de Ciência Política*, de Mosca (nova edição aumentada, 1923), devem ser examinados para esta rubrica. A chamada "classe política" de Mosca não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante: o conceito de "classe política" de Mosca deve se avizinhar ao conceito de elite de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social. O livro de Mosca é um enorme calhamaço de caráter sociológico e positivista, com a tendenciosidade da política imediata, ademais, o que o torna menos indigesto e literariamente mais vivo.

cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais "orgânicos" e não "assimila" nenhuma camada de intelectuais "tradicionais", embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa.

2) Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou -- pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias -- categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, da assistência, etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade.² Mas o monopólio das superestruturas por parte dos

² Para o estudo de uma categoria desses intelectuais, a mais importante, talvez, depois da "eclesiástica", pelo prestígio e pela função social desenvolvida nas sociedades primitivas -- a categoria dos médicos em sentido lato, isto é, de todos aqueles que lutam ou parecem lutar contra a morte e as doenças -- para isso, dever-se-é consultar a *História da Medicina*, de Anrama CASNERON. Recorde-se que houve conexão entre a religião e a medicina e que esta conexão continua ainda a existir, em certas zonas: hospitais na mão de religiosos no que toca a certas funções de organização, além do fato de que, onde aparece o médico, aparece o padre (exorcismo, assistência de vários tipos, etc.). -- Muitas grandes figuras religiosas eram também, e foram concebidas, como grandes "terapeutas": a idéia do milagre que chegou até à ressurreição dos mortos. Durante muito tempo, permaneceu a crença de que os reis curavam pela colocação das mãos, etc.

eclesiásticos' não foi exercido sem luta e sem limitações; e nasceram, conseqüentemente, em várias formas (que devem ser pesquisadas e estudadas concretamente), outras categorias, favorecidas e ampliadas á medida em que se reforçava o poder central do monarca, até chegar ao absolutismo. Assim, foi-se formando a aristocracia togada, com seus próprios privilégios, bem como uma camada de administradores, etc.; e também cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, etc.

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com "espírito de gripe" sua ininterrupta continuidade histórica e sua "qualificação", eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante. Esta autocolocação não deixa de ter conseqüências de grande importância no campo ideológico e político: toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo complexo social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais ardeitam ser "independentes", autônomos, revestidos de características próprias, etc.

Deve-se notar, porém, que se o Papa e a alta hierarquia da Igreja se crêem mais ligados a Cristo e aos apóstolos do que aos senadores Agnelli e Benni, o mesmo não ocorre com Gentile e Croce, por exemplo; Croce, notadamente, sente-se fortemente ligado a Aristóteles e a Platão, mas não esconde que esteja ligado aos senadores Agnelli e Benni; precisamente nisto deve ser procurada a característica mais marcada da filosofia de Croce.

Quais são os limites "máximos" da acepção de "intelectual"? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco ás ati-

^s Disso nasceu a acepção geral de "intelectual" ou de "especialista", a partir da palavra "clérigo", em muitas línguas de origem neolatina ou fortemente influenciadas, através do latim eclesiástico; pelas línguas neolatinas, com seu correlativo de "laico" no sentido de profano, de não-especialista.

vidades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico e de que mesmo a expressão de Taylor, "gorila amestrado", é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora). E já se observou que o empresário, pela sua própria função, deve possuir em certa medida algumas qualificações de caráter intelectual, se bem que sua figura social seja determinada não por elas, mas pelas relações sociais que caracterizam efetivamente a posição do empresário na indústria.

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.*

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente á imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo *sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma

⁴ Do mesmo modo, pelo fato de que alguém possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco do paletó, não quer dizer que todo mundo seja cozinheiro ou alfaiate.

concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo **equilíbrio** e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. C) tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas — que crêem ser literatos, filósofos, artistas — crêem também ser os "verdadeiros" intelectuais. No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual.

Neste sentido trabalhou o semanário *Ordine Nuovo*,⁶ visando a desenvolver certas formas de novo intelectualismo e a determinar seus novos conceitos; e essa não foi uma das razões menores de seu êxito, pois uma tal colocação correspondia a aspirações latentes e era adequada ao desenvolvimento das formas reais de vida. O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanente", já que não apenas orador puro — e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece "especialista" e não se chega a "dirigente" (especialista mais político).

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em

6. Trata-se de um periódico socialista, de cuja seção turinesa Gramsci foi redator (Nota do Tradutor).

conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.

O enorme desenvolvimento alcançado pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que surgiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a "intelectualidade" de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. Este o resultado das instituições escolares de graus diversos, inclusive dos organismos que visam a promover a chamada "alta cultura", em todos os campos da ciência e da técnica.

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a "área" escolar e quanto mais numerosos forem os "graus" "verticais" da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e na fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas, etc. O país que possui a melhor capacitação para construir instrumentos para os laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que fabriquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. Do mesmo modo ocorrerá na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação; escolas e instituições de alta cultura são similares. Neste campo, igualmente, a quantidade não pode ser destacada da qualidade. A mais refinada especialização técnico-cultural, não pode deixar de cor-

responder a maior ampliação possível da difusão da instrução primária e a maior solicitude no favorecimento dos graus intermediários ao maior número. Naturalmente, esta necessidade de criar a mais ampla base possível para a seleção e elaboração das mais altas qualificações intelectuais — ou seja, de dar à alta cultura e à técnica superior uma estrutura democrática — não deixa de ter inconvenientes: cria-se, deste modo, a possibilidade de vastas crises de desemprego nas camadas médias intelectuais, tal como realmente ocorre em todas as sociedades modernas.

Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que, tradicionalmente, produzem intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito freqüentemente, especializaram-se na "poupança", isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades. A diversa distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território econômico e as diversas aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diversos ramos de especialização intelectual. Assim, na Itália, a burguesia rural produz notadamente funcionários estatais e profissionais liberais, ao passo que a burguesia urbana produz técnicos para a indústria: por isso, a Itália setentrional produz notadamente técnicos e a Itália meridional notadamente funcionários e profissionais.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". Poder-se-ia medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de "pri-

vados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.

Esta colocação do problema traz, como resultado, uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas somente assim torna-se possível alcançar uma aproximação concreta à realidade. Este modo de colocar a questão entra em choque com preconceitos de casta; é verdade que a própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal dá lugar a uma certa divisão do trabalho e, portanto, a toda uma gradação de qualificações, em algumas das quais não mais aparece nenhuma atribuição diretiva e organizativa: no aparato da direção estatal e social existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (de ordem e não de conceito, de agente e não de oficial ou funcionário, etc.); mas, evidentemente, é preciso fazer esta distinção, como é preciso fazer também qualquer outra. De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus, inclusive do ponto de vista intrínseco; estes graus, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma verdadeira e real diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser colocados os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os "administradores" e divulgadores mais

modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada?

No mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim entendida, ampliou-se de modo inaudito. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burguês, imponentes massas de intelectuais, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante. Daí a concepção loriana do "trabalhador" improdutivo (mas improdutivo em relação a quem e a que modo de produção?), que poderia ser parcialmente justificada se se levasse em conta que estas massas exploram sua posição a fim de obter grandes somas retiradas à renda nacional. A formação em massa estandarizou os indivíduos, na qualificação intelectual e na psicologia, determinando os mesmos fenômenos que ocorrem em todas as outras massas estandarizadas: concorrência (que coloca a necessidade da organização profissional de defesa), desemprego, superprodução escolar, emigração, etc.

Posição diversa dos intelectuais de tipo urbano e de tipo rural. Os intelectuais de tipo urbano cresceram juntamente com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Na média geral, os intelectuais urbanos são bastante estandarizados; os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o autêntico estado-maior industrial.

^E O organismo militar, também neste caso, oferece um modelo destas complexas gradações: oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado-Maior, e não se deve esquecer as praças graduadas, cuja importância real é superior ao que habitualmente se crê. É interessante notar que todas estas partes se sentem solidárias; ou antes, que os estratos inferiores manifestam um "espírito de grupo" mais evidente, do qual resulta uma " vaidade " que freqüentemente os expõe aos gracejos e êstro a

Os intelectuais de tipo rural são, em sua maior parte, "tradicionalistas", isto é, ligados à massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista: este tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e, por esta mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. Além disso: no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele do médio camponês e representa, por isso, para este camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la. O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode-se tornar intelectual (notadamente padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com os outros senhores. A atitude do camponês diante do intelectual é dúplice e parece ser contraditória: ele admira a posição social do intelectual e do funcionário público, em geral, mas finge às vezes desprezá-la, isto é, sua admiração mistura-se instintivamente com elementos de inveja e de raiva apaixonada. Não se compreende nada da vida coletiva dos camponeses, bem como dos germes e fermentos de desenvolvimento aí existentes, se não se levam em consideração, se não se estuda concretamente e não se aprofunda esta subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e dele depende.

O caso é diverso no que diz respeito aos intelectuais urbanos: os técnicos de fábrica não exercem nenhuma função política sobre suas massas instrumentais, ou, pelo menos, é esta uma fase já superada; por vezes, ocorre precisamente o contrário, ou seja, que as massas instrumentais, pelo menos através de seus próprios intelectuais orgânicos, exerçam uma influência política sobre os técnicos.

O ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional; dis-

tinção da qual decorre toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas.

O problema mais interessante é o que diz respeito, se considerado deste ponto de vista, ao partido político moderno, às suas origens reais, aos seus desenvolvimentos, às suas formas. O que é que o partido político se torna em relação ao problema dos intelectuais? É necessário fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais, o partido político não é senão o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos (que se formam assim, e não podem deixar de se formar, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dada) diretamente no campo político e filosófico, e já não mais no campo da técnica produtiva? 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que representa na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo -- o grupo dominante -- e os intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente em dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como "econômico", até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua: um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo. Liga-se estreitamente ao grupo, o que não ocorre através de participação na vida estatal senão mediocre-

⁹ No campo da técnica produtiva, formam-se os estratos que correspondem, pode-se dizer, aos "praças graduados" no exército, isto é, os operários qualificados e especializados na cidade e, de modo mais complexo, os parceiros e colonos no campo, pois o parceiro e o colono correspondem geralmente ao tipo artesão, que é o operário qualificado de uma economia medieval.

mente ou mesmo nunca. Aliás, ocorre que muitos intelectuais pensem ser o Estado: crença esta que, dado o imenso número de componentes da categoria, tem por vetos notáveis conseqüências e leva a desagradáveis complicações para o grupo fundamental econômico que é realmente o Estado.

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais, eis uma afirmação que se pode prestar à ironia e à caricatura; contudo, se pensarmos bem, veremos que nada é mais exato. Dever-se-á fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa, sim, a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. Um comerciante não passa a fazer parte de um partido político para poder comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, ainda que alguns aspectos destas exigências do comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido políticos. Para estas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês, encontra setto quadro mais adequado. No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tomam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional. Esta função do partido político apareceria com muito maior clareza mediante uma análise histórica concreta do modo pelo qual se desenvolveram as categorias orgânicas e as categorias tradicionais dos intelectuais, tanto no terreno das várias histórias nacionais quanto no do desenvolvimento dos vários grupos sociais mais importantes no quadro das diversas nações; notadamente daqueles grupos cuja atividade econômica foi sobretudo instrumental.

A formação dos intelectuais tradicionais é o problema histórico mais interessante. Ele se liga certamente à escravi-

⁸ A opinião geral contradiz esta afirmação, ao dizer que o comerciante, o industrial, o camponês "polítiques" perdem ao invés de ganhar, e que são os piores de sua categoria, fato que pode ser discutido.

dão do mundo clássico e à posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano.

Nota. A mudança da condição da posição social dos intelectuais em Roma, do tempo da República ao Império (de um regime aristocrático-corporativo a um regime democrático-burocrático), está ligado a César, que conferiu a cidadania aos médicos e aos mestres das artes liberais, a fim de que habitassem com mais satisfação em Roma e de que outros para aí se dirigissem: "*Omnesque medicinam Romae professos et liberalium artium doctores, quo libentius et ipsi urbem incolerent et coeteri appeterent civitate donavit*" (SUETONIO, *Vida de César*, XLII). César, portanto, se propõe: 1) a estabelecer em Roma os intelectuais que já residiam nela, criando assim uma categoria permanente deles, pois sem a permanência não se podia criar uma organização cultural. Existia anteriormente uma flutuação que era preciso deter, etc.; 2) a atrair para Roma os melhores intelectuais de todo o Império Romano, promovendo uma centralização de grande amplitude. Assim, origina-se a categoria de intelectuais "imperiais" em Roma, que continuará no clero católico e deixará tantos traços em toda a história dos intelectuais italianos, com sua característica de "cosmopolitismo" até ao século XVIII.

Esta separação, não apenas social mas nacional, racial, entre grandes massas de intelectuais e a classe dominante do Império Romano se reproduz após a queda do Império entre guerreiros germânicos e intelectuais de origens romanizadas, continuadores da categoria dos libertos. Mistura-se com estes fenômenos o nascimento e desenvolvimento do catolicismo e da organização eclesiástica que, por muitos séculos, absorveu a maior parte das atividades intelectuais e exerceu o monopólio da direção cultural, com sanções penais para quem se opusesse, ou mesmo ignorasse, o monopólio. Na Itália, verifica-se o fenômeno, mais ou menos intenso de acordo com a época, da função cosmopolita dos intelectuais peninsulares. Farei referência às diferenças que saltam imediatamente à vista no desenvolvimento dos intelectuais em toda uma série de países, pelo menos nos mais importantes, com a advertên-

cia de que estas observações deverão ser verificadas e aprofundadas.

No que diz respeito à Itália, o fato central é precisamente a função internacional ou cosmopolita de seus intelectuais, que é causa e efeito do estado de desagregação em que permanece a península, desde a queda do Império Romano até 1870.

A França fornece um tipo completo de desenvolvimento harmônico de todas as energias nacionais e, particularmente, das categorias intelectuais. Quando, em 1789, um novo agrupamento social aflora politicamente à história, ele está completamente apto para todas as suas funções sociais e, por isso, luta pelo domínio total da nação, sem efetivar compromissos essenciais com as velhas classes, mas, pelo contrário, subordinando-as às próprias finalidades. As primeiras células intelectuais do novo tipo nascem com as primeiras células econômicas: a própria organização eclesiástica sofre sua influência (galicismo, lutas muito precoces entre Igreja e Estado). Esta maciça construção intelectual explica a função da cultura francesa nos Séculos XVIII e XIX, função de irradiação internacional e cosmopolita e de expansão de caráter imperialista e hegemônico de modo orgânico, conseqüentemente muito diversa da italiana, de caráter imigratório pessoal e desagregado, que não refluí sobre a base nacional para potenciá-la, mas, pelo contrário, concorre para impossibilitar a constituição de uma sólida base nacional.

Na Inglaterra, o desenvolvimento é muito diferente do da França. O novo agrupamento social nascido sobre a base do industrialismo moderno tem um surpreendente desenvolvimento econômico-corporativo, mas engatinha no campo intelectual-político. É muito ampla a categoria dos intelectuais orgânicos, isto é, dos intelectuais nascidos no mesmo terreno industrial do grupo econômico, mas — na esfera mais elevada — encontramos conservada a posição de quase-monopólio da velha classe territorial, que perde a supremacia econômica mas conserva por muito tempo uma supremacia político-intelectual, e é assimilada como "intelectuais tradicionais" e como camada dirigente pelo novo grupo que ocupa o poder. A velha aristocracia fundiária se une aos industriais através de um tipo de junção que, em outros países, é preci-

samente aquele que une os intelectuais tradicionais às novas classes dominantes.

O fenômeno inglês manifestou-se também na Alemanha, complicado por outros elementos históricos e tradicionais. A Alemanha, como a Itália, foi a sede de uma instituição e de uma ideologia universalista, supernacional (Sacro Império Romano da Nação Alemã), e forneceu uma certa quantidade de pessoal às metrópoles medievais, **depauperando** as próprias energias internas e provocando lutas que desviavam dos problemas de organização nacional e mantinham e desagregação territorial da Idade Média. C) desenvolvimento industrial ocorreu sob um invólucro semifeudal, que durou até novembro de 1918, e os Junkers mantiveram uma supremacia político-intelectual bem maior do que a mantida pelo mesmo grupo inglês. Eles foram os intelectuais tradicionais dos industriais alemães, mas com privilégios especiais e com uma forte consciência de ser um grupo social independente, baseada sobre o fato de que detinham um notável poder econômico sobre a terra, mais "produtiva" do que na Inglaterra. Os Junkers prussianos assemelham-se a trina casta sacerdotal-militar, que possui um quase-monopólio das funções diretivo-organizativas na sociedade política, mas que possui ao mesmo tempo uma base econômica própria e não depende exclusivamente da liberalidade do grupo econômico dominante. Além disso, diferentemente dos nobres fundiários ingleses, os Junkers constituíam a oficialidade de um grande exército permanente, o que lhes fornecia sólidos quadros organizativos, favoráveis à conservação do espírito de grupo e do monopólio político!

Na Rússia, diversas tendências: a organização política e econômico-comercial foi criada pelos normandos (varegos), a religiosa pelos gregos bizantinos; num segundo momento, os

⁵ No livro *Parlamento e governo na nova ordem da Alemanha*, de Max Webers, podem-se encontrar muitos elementos que permitem observar como o monopólio político dos nobres tenha impedido a elaboração de um soaaf político burguês numeroso e experimentado e forme a base das contínuas crises parlamentares e da desagregação dos partidos liberais e democráticos; e, conseqüentemente, seja a base da importância obtida pelo centro católico e pela social-democracia, que conseguiram — durante o período imperial — elaborar uma camada parlamentar e diretiva própria bastante numerosa.

alemães e franceses levam a experiência européia à Rússia e emprestam um primeiro esqueleto 'consistente à gelatina histórica russa. As forças nacionais são inertes, passivas e receptivas, mas --- talvez precisamente por isto — assimilam completamente as influências estrangeiras e os próprios estrangeiros, russificando-os. No período histórico mais recente, ocorre o fenômeno inverso: uma elite de pessoas entre as mais ativas, enérgicas, empreendedoras e **disciplinadas**, emigra para o exterior, assimila a cultura e as experiências históricas 'dos países mais desenvolvidos do Ocidente, 'sem. por isso perder as características mais essenciais da própria nacionalidade, isto é, sem romper as ligações sentimentais e históricas com o próprio povo; feita assim sua aprendizagem intelectual, retomam ao país, **obrigando** o povo a um despertar forçado, a uma marcha acelerada para a frente, queimando as etapas. A diferença entre esta elite e aquela alemã importada (por Pedro, o Grande, por exemplo) consiste em seu caráter essencial nacional-popular: não pode ser assimilada pela passividade inerte do povo russo, já que ela mesma é uma enérgica reação russa à própria inércia histórica.

Num outro terreno, e em condições bem diversas de tempo e lugar, este fenômeno russo pode ser comparado ao nascimento da nação americana (Estados Unidos): os emigrantes anglo-saxões são também uma elite intelectual, mas particularmente moral. Refiro-me, naturalmente, aos primeiros emigrantes, aos pioneiros, protagonistas das lutas religiosas e políticas inglesas, derrotados, mas nem humilhados nem rebaixados em sua pátria de origem. Eles trazem para a América; consigo mesmos, além da energia moral e volitiva, um certo grau de civilização, uma certa fase da evolução histórica européia, que — transplantada no solo virgem americano por tais agentes -- continua a desenvolver as forças implícitas em sua natureza, mas' com um ritmo incomparavelmente mais rápido do que na velha Europa, onde existe toda uma série de freios (morais, intelectuais, políticos, econômicos, incorporados em determinados grupos da população, reliquias dos regimes passados que não querem desaparecer) que se opõem a um processo rápido e limitam na mediocridade qualquer iniciativa, diluindo-a no tempo e no espaço.

Deve-se notar, nos Estados Unidos, em certa medida, a ausência dos intelectuais tradicionais e, portanto,, o diver-

so equilíbrio dos intelectuais em geral.. Ocorreu uma formação maciça, sobre a base industrial, de todas as superestruturas modernas. A necessidade de um equilíbrio não é dada pelo fato de que seja necessário fundir os intelectuais orgânicos com os tradicionais, que não existem como categoria cristalizada e misonéista, mas pelo fato de que seja necessário fundir, num único cadinho nacional de cultura unitária, diversos tipos de cultura trazidos pelos imigrantes de origens nacionais variadas. A ausência de uma vasta sedimentação de intelectuais tradicionais, como ocorreu nos países de civilização antiga, explica parcialmente tanto a existência de somente dois grandes partidos políticos, que poderiam na realidade ser facilmente reduzidos a um só (cf. com a França, e não somente com a do pós-guerra, quando a multiplicação dos partidos se tornou um fenômeno universal), quanto, ao inverso, a multiplicação ilimitada de seitas religiosas.¹⁰

Uma manifestação interessante deve ainda ser estudada nos Estados Unidos; trata-se da formação de um número surpreendente de intelectuais negros, que absorvem a cultura e a técnica americanas. Pode-se pensar na influencia indireta que estes intelectuais negros podem exercer sobre as massas atrasadas da África, e na influência direta que se verificaria se ocorresse uma destas hipóteses: 1) se o expansionismo americano se servisse dos negros nacionais como seus agentes na conquista dos mercados africanos e na extensão a eles do próprio tipo de cultura (algo similar já ocorreu, mas ignora-se em quais proporções); 2) se as lutas pela unificação do povo americano se agudizassem a tal ponto que determinassem o êxodo dos negros e o retorno à África dos elementos intelectuais mais independentes e enérgicos e, portanto, menos propensos a sujeitar-se a uma possível legislação ainda mais humilhante do que o costume atualmente difundido. Nasceriam duas questões fundamentais: 1) da língua, isto é, o inglês poderia se tornar a língua culta da África, unificadora da existente pulverização de dialetos? 2) a questão de

¹⁰ Ao que me parece, foram catalogadas mais de duzentas; comparar com a França e com as encarniçadas lutas empreendidas para que se mantivesse a unidade religiosa e moral do povo francês.

saber se esta camada intelectual poderia ter a capacidade assimiladora e organizadora em tal medida que pudesse converter em "nacional" o atual sentimento primitivo de raça desprezada, elevando o continente africano ao mito e à função de pátria comum de todos os negros. Parece-me que, por enquanto, os negros da América devem ter um espírito racial e nacional mais negativo do que positivo, isto é, provocado pela luta que os brancos empreendem no sentido de isolá-los e rebaixá-los: mas não foi este o caso dos judeus até todo o Século XVIII? A Libéria, já americanizada e com o inglês como língua oficial, poderia se tornar a Sion dos negros americanos, com a tendência a se converter no Piemonte africano."

Na América do Sul e na América Central, a questão dos intelectuais, ao que me parece, deve ser examinada levando-se em conta estas condições fundamentais: também na América do Sul e na América Central inexistem uma ampla categoria de intelectuais tradicionais, mas o problema não se apresenta nos mesmos termos que nos Estados Unidos. De fato, encontramos na base do desenvolvimento desses países os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos Séculos XVI e XVII, caracterizada pela Contra-Reforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações, ainda hoje resistentes nesses países, são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas segundo o modelo da mãe-pátria européia. A base industrial é muito restrita, não tendo desenvolvido superestruturas complicadas: a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, tais intelectuais são ligados ao clero e aos grandes proprietários. A composição nacional é muito desequilibrada mesmo entre os brancos, mas complica-se ainda mais pela imensa quanti-

¹¹ Gramsci refere-se à posição dos judeus "sionistas", isto é, que defendem a emigração maciça dos judeus para uma pátria originária. Transformar a Libéria num "Piemonte africano", por sua vez, significa transformá-la num modelo de progresso e de democracia na luta pela unidade africana, como foi o caso do Piemonte nas lutas pela unificação da Itália, no século passado. (Nota do Tradutor).

dade de índios, que em alguns países formam a maioria da população. Pode-se dizer que, no geral, existe ainda nessas regiões americanas uma situação tipo *Kulturkampf* e tipo processo Dreyfus, isto é, uma situação na qual o elemento laico e burguês ainda não alcançou o estágio da subordinação, à política laica do Estado moderno, dos interesses e da influência clerical e militarista. Assim, ocorre que, na oposição ao jesuitismo, possui ainda grande influência a Maçonaria e o tipo de organização cultural como a "Igreja positivista". Os eventos dos últimos tempos (novembro de 1930) -- do *Kulturkampf* de Calles, no México, às insurreições militares-populares na Argentina, no Brasil, no Peru, no Chile, na Bolívia -- demonstram precisamente a exatidão destas observações.

Outros tipos de formação da categoria dos intelectuais e de suas relações com as forças nacionais podem ser encontradas na Índia, na China, no Japão. No Japão, temos uma formação do tipo inglês e alemão, isto é, uma civilização industrial que se desenvolve dentro de um invólucro feudal-burocrático, com inconfundíveis características próprias.

Na China, existe o fenômeno da escritura, expressão da completa separação entre os intelectuais e o povo. Na Índia e na China, a enorme distancia entre os intelectuais e o povo manifesta-se, ademais, no campo religioso. O problema das diversas crenças e do diverso modo de conceber e praticar a mesma religião entre os diversos estratos da sociedade, mas particularmente entre clero e intelectuais e povo, deveria ser estudado, em geral, já que se manifesta por toda parte em certa medida, se bem que, nos países da Ásia Oriental, manifeste-se do modo mais extremo. Nos países protestantes, a diferença é relativamente pequena (a multiplicação das seitas é ligada à exigência de uma fusão completa entre intelectuais e povo, o que reproduz na esfera da organização superior todas as escabrosidades da concepção real das massas populares). Nos países católicos, a referida diferença é muito grande, mas com diversos graus: menor na Alemanha católica e na França, maior na Itália, particularmente no *Mezzogiorno* e nas ilhas; imensa na península ibérica e nos

países da América Latina. O fenômeno cresce de importância nos países ortodoxos, onde é preciso falar de três graus da mesma religião: o do alto clero e dos monges, o do clero secular e o do povo. Torna-se absurdo na Ásia Oriental, onde a religião do próprio povo nada tem em comum com a dos livros, se bem que se dê às duas o mesmo nome.

Notas Esparsas

Função Cosmopolita dos •Intelectuais Italianos

A **QUESTÃO DA LÍNGUA.** Para o desenvolvimento do conceito de que a Itália realiza o **paradoxo** de um país mo-
císsimo e velhíssimo ao mesmo tempo (como Lao-Tse, que nasceu com oitenta anos): as relações entre os intelectuais e o povo-nação, estudadas sob o aspecto da língua escrita pelos intelectuais e usada em suas relações e sob o aspecto da função **desempenhada** pelos intelectuais italianos na Cosmópole medieval graças ao fato de que o **papado** era **sediado** na Itália (o uso do latim **como** língua **douta** é **ligado** ao cosmopolitismo católico)?

✓ Cf. o artigo "A política religiosa de Constantino Ma na Ciod-
ed Cattolica de 7 de setembro de 1929. Nele, fala-se de um livro de
JULES MAURICE, *Constantin le Grand, L'origine de la civilisation
chrétienne*, Paris, ed. Spes (s/d), onde são expostos alguns pontos de
vista interessantes sobre o primeiro contato oficial entre o Império e o

Latim literário e *latim vulgar*. Do latim vulgar, desenvolvem-se os dialetos neolatinos, não só na Itália como em toda a área europeia romanizada; o latim literário se cristaliza no latim dos doutos, dos intelectuais, o chamado "latim médio",² que não pode ser comparado absolutamente com uma língua falada, nacional, historicamente viva, ainda que não deva tampouco ser confundido com um jargão ou com uma língua artificial como o esperanto.

"De qualquer modo, existe uma fratura entre o povo e os intelectuais, entre o povo e a cultura. (Também) os livros religiosos são escritos em latim médio, de modo que mesmo as discussões religiosas escapam ao povo, se bem que a religião seja o elemento cultural que prevalece: da religião, o povo real vê os ritos e sente as prédicas exortativas, mas não pode acompanhar as discussões e os desenvolvimentos ideológicos, que são monopólio de uma casta".

Nota. A pregação em língua vulgar reporta-se, na França, às próprias origens da língua. O latim era a língua da Igreja; assim, as pregações eram feitas em latim aos clérigos, aos frades, mesmo às monjas. Mas, para os laicos, as pregações eram feitas em francês. "Desde o Século IX, os concílios de Tours e Reims ordenaram aos padres que instruissem o povo na língua do povo. Isto era necessário para que eles fossem entendidos. No Século XII, houve uma pregação em vulgar, ativa, viva, poderosa, que arrastava grandes e pequenos para a cruzada, enchia os mosteiros, lançava de joelhos e nos excessos da penitência cidades inteiras. Do alto de seus púlpitos, nas praças, nos campos, os pregadores eram os dirigentes públicos da consciência dos homens e da multidão; tudo e todos passavam pela sua áspera censura e pelas abertas recriminações das mulheres, nenhuma parte secreta ou visível da corrupção do século desconcertava a audácia de seu

cristianismo, úteis para esta rubrica (que trata das causas históricas pelas quais o latim se graua língua do cristianismo ocidental, dando lugar ao latim médio). Cf. também o "perfil" de Constantino, de SALVATORELLI (ed. Formiggini).

² Cf. o artigo de nuno eanmu, na *Nuova* Antologia de 18 de maio de 1928.

pensamento ou de sua língua" (LANSON, *Histoire de la littérature française*, Hachette, 19 - edição, págs. 160-161).

As línguas vulgares são escritas quando o povo ganha importância: o juramento de Strasburgo (após a batalha de Fontaneto entre os sucessores de Carlos Magno) se manteve porque os soldados não podiam jurar numa língua desconhecida, sem com isso retirar a validade do juramento. Também na Itália, as primeiras marcas de língua vulgar são juramentos e prestações de testemunhos do povo para estabelecer a propriedade dos fundos de conventos (Montecassino).

De qualquer modo, pode-se dizer que na Itália -- de 600 D.C., quando se pode presumir que o povo não mais compreendesse o latim dos doutos, até 1250, quando começa o florescimento do vulgar, isto é, durante mais de 600 anos -- o povo não compreendia os livros e não podia participar no mundo da cultura. O florescimento das Comunas faz com que as línguas vulgares se desenvolvam, enquanto a hegemonia de Florença empresta unidade ao vulgar, isto é, cria uma língua vulgar ilustre.

Mas o que é esta língua vulgar ilustre? O florentino elaborado pelos intelectuais da velha tradição: é florentino em vocabulário e também em fonética, mas é um latim em sintaxe. Ademais, a vitória do vulgar sobre o latim não era fácil: os doutos italianos, à exceção dos poetas e dos artistas em geral, escreviam para a Europa cristã e não para a Itália, eram uma concentração de intelectuais cosmopolitas e não nacionais. A queda das Comunas e o advento do Principado, a criação de uma casta de governo destacada do povo, cristaliza esta língua vulgar, do mesmo modo que se havia cristalizado o latim literário. O italiano é novamente uma língua escrita e não falada, dos doutos e não da nação. Existem na Itália duas línguas doutas, o latim e o italiano,

Lanson fornece os seguintes dados bibliográficos: "Asa % L. nouacAnc, *La Chofre française au XR.e siècle*, Paris, 1879 -- Lacolt DB r.A ><AACHE, *La Chofre française au Moyen Age*, 2.ème éd., Paris, 1886 -- LANCwls, *L'éloquenee sacrée au Moyen Age*, *Rime des Deux Mondes*, 1. de janeiro de 1893 .

e este último termina por preponderar e por triunfar completamente no Século XIX, com a separação entre os intelectuais laicos e os eclesiásticos (os eclesiásticos continuam ainda hoje a escrever livros em latim, mas hoje inclusive o Vaticano usa cada vez mais o italiano quando trata de coisas italianas; e assim terminará por fazer em relação aos outros países, em concordância com a sua atual política das nacionalidades).

De qualquer modo, deve-se fixar, ao que me parece, o seguinte ponto: que a cristalização do vulgar ilustre não pode ser separada da tradição do "latim médio" e representa um fenômeno análogo. Após um breve parêntese (liberdades comunais), no qual ocorreu um florescimento de intelectuais saídos das classes populares (burguesas), houve uma reabsorção da função intelectual na casta tradicional, onde os elementos singulares são de origem popular, mas o caráter de casta prevalece neles sobre suas origens. Em suma: não se trata de um estrato da população que, chegando ao poder, crie seus intelectuais (o que ocorreu no Século XIV), mas de um organismo tradicionalmente selecionado, que assimila aos seus quadros indivíduos singulares (o típico exemplo disto é dado pela organização eclesiástica).

Numa análise completa, deve-se levar em conta outros elementos; acredito que, no que toca a muitas questões, a retórica nacional do século passado e os preconceitos por ela encarnados não permitiram que se fizessem nem mesmo as investigações preliminares. Por exemplo: qual foi a área exata da difusão do toscano? Em Veneza, por exemplo, a meu ver, já foi introduzido o italiano elaborado pelos doutos de acordo com o esquema latino, jamais tendo penetrado o florentino originário (no sentido de que os mercadores florentinos não fizeram ouvir a viva voz florentina, como em Roma e em Nápoles, por exemplo; a língua de governo continuou a ser o veneziano. O mesmo ocorreu com outros centros: Gênova, acredito).⁴ Uma história da língua italiana ainda não

⁴ MORELLO, veio, num artigo da *Ntrm:a* Antologia, de 18 de junho de 1928 "Roma em seus troncos dialetais", nota como o romanesco — durante muito tempo — permaneceu restrito ao âmbito do vulgar, afastado do latim. "Mas lá em movimentos revolucionários, o vulgar, como acontece, busca passar — ou se faz passar — ao primeiro plano". O saque de Roma encontra escritores em dialeto, mas particularmente a

existe, neste sentido: aliás, a gramática histórica ainda não é isso. Para a língua francesa, existem destas histórias (a de Brunot -- e de Littré -- parece-me ser do tipo a que me refiro, mas não me lembro). Parece-me que, entendida a língua como elemento da cultura, conseqüentemente da história geral, e como manifestação precípua da "nacionalidade" e "popularidade" dos intelectuais, este estudo não é nem ocioso nem puramente erudito.

Em seu artigo — interessante como informação da importância que assumiu o estudo do "latim médio" (esta expressão, que deveria significar "latim medieval", creio, parece-me bastante imprópria e possível causa de erros entre os não-especialistas) — Ermini afirma que, com base em pesquisas, "à teoria dos dois mundos separados, do latim, que é dominado somente pelos doutos e entra em decadência, e do neolatino, que surge e se faz vivo, é preciso substituir a teoria da unidade latina e da continuidade perene da tradição clássica". Isto pode significar tão-somente que a nova cultura neolatina sentia fortemente as influências da cultura anterior, mas não que tenha havido uma unidade "popular-nacional" de cultura.

Para Ermini, entretanto, talvez "latim médio" tenha precisamente o significado literal, isto é, do latim que está no meio entre o clássico e o humanista, que assinala indubitavelmente um retorno ao clássico, ao passo que o "latim médio" tem características próprias, inconfundíveis: Ermini data o nascimento do "latim médio" na metade do Século IV, quando se verifica a aliança entre a cultura (1) clássica e a religião cristã, quando uma "nobre plêiade de escritores, saindo das escolas" de retórica e de poética, sente o vivo desejo de juntar a nova fé à beleza (!) antiga e, deste modo, dar vida à primeira poesia cristã". Parece-me justo reportar o "latim médio" ao primeiro surgimento de literatura cristã latina, mas o modo de expor sua gênese, ao que me parece,

Revolução Francesa os encontra. [Daqui começa, de fato, a fortuna "escrita" do romanesco e o florescimento dialetal que culmina no período liberal de Pio IX até a queda da República Romana.] Em 1847-49, o dialeto é a arma dos liberais, após 1870 é a arma dos clericais.

é vago e arbitrário.^o O "latim médio" ocuparia cerca de um milênio, entre a metade do Século IV e o fim do Século XIV, entre o início da inspiração cristã e a difusão do Humanismo. Estes mil anos, para Ermini, dividem-se do seguinte modo: um primeiro *período*: das origens, que vai da morte de Constantino à queda do Império Romano do Ocidente (337-476); *um segundo período*: da literatura bárbara, que vai de 476 a 799, isto é, até a restauração do Império por Carlos Magno, verdadeira época de transição na contínua e progressiva latinização dos bárbaros (exagerado: da formação de um estrato de intelectuais germânicos que escreviam em latim A. G.); *um terceiro período*: do renascimento carolíngio, que vai de 799 a 888, à morte de Carlos, o Gordo; *um quarto*: da literatura feudal, que vai de 888 a 1000, até o pontificado de Silvestre II, quando o feudalismo, lenta transformação de ordenamentos preexistentes, abre uma nova era; *um quinto*: da literatura escolástica, que se prolonga até o fim do Século XII, quando o saber se recolhe nas grandes escolas e o pensamento e método filosóficos fecundam todas as ciências; e *um sexto*: da literatura erudita, que vai do princípio do Século XIII ao fim do XIV e que já anuncia a decadência.

Formação das *classeá* intelectuais italianas na *Alta Idade Média*. Para estudar a formação das classes intelectuais italianas na Alta Idade Média, é preciso levar em conta não só a língua (questão do "latim médio"), como também e particularmente o direito. Queda do direito romano após as invasões bárbaras e sua redução a direito pessoal e consuetudinário, em comparação com o direito longobardo; emersão do direito canônico, que passa de direito particular, de grupo, a direito estatal; renascimento do direito romano e sua expansão através das Universidades. Estes fenômenos não ocorrem subitamente, nem tampouco simultaneamente, mas estão ligados ao desenvolvimento histórico geral (fusão dos bárbaros com as populações locais, etc.). O desenvolvimento do direito canônico e a importância que ele assume na eco-

⁵ Cf., sobre este assunto, a *História da Literatura Latina*, de MAE-CRISTÓF.

nomia jurídica das novas formações estatais, a formação da mentalidade imperial, medieval cosmopolita, o desenvolvimento do direito romano adaptado e interpretado pelas novas formas de vida -- tudo isso dá lugar ao nascimento e à estratificação dos intelectuais italianos cosmopolitas.

Houve um período, o da hegemonia do direito germânico, no qual a ligação entre o velho e o novo, contudo, era quase unicamente a língua, o "latim médio". O problema desta interrupção interessou à ciência e, o que é importante, interessou também a intelectuais como Manzoni (cf. seus escritos sobre as relações entre romanos e longobardos a respeito do *Adelchi*); isto é, interessou -- no princípio do Século XIX -- àqueles que se preocupavam com a continuidade da tradição italiana, desde a antiga Roma, visando a constituir a nova consciência nacional.

Esquema extraído do ensaio de Brandileone:^o Nas escolas do Império Romano em Roma, em Constantinopla, em Berito, ensinava-se somente o direito romano, nas duas positiones de *jus publicum* e de *jus privatum*; no *jus publicum*, estava compreendido o *jus sacrum* pagão, durante o período em que o paganismo foi religião tanto dos súditos quanto do Estado. Com o aparecimento do Cristianismo e com sua ordenação, nos séculos das perseguições e das tolerâncias, como sociedade em si, diversa da sociedade política, surgiu um novo *jus sacrum*. Depois que o Cristianismo foi, primeiro reconhecido, depois elevado pelo Estado a fé única do Império, o novo *jus sacrum* teve certamente apoio e reconhecimento por parte do legislador laico, mas não foi tão considerado quanto o antigo. Pois o Cristianismo se separara da vida social política, se destacara também do *jus publicum* e as escolas não se preocupavam com sua ordenação: o novo *jus sacrum* tornou-se a ocupação especial das escolas inteiramente próprias da *sociedade* religiosa. (Este fato é muito importante na história do Estado Romano e é pleno de graves consequências, pois inicia um dualismo de poder que se

^o Sobre o problema geral do obscurecimento do direito romano e seu renascimento, bem como do florescimento do direito canônico, cf. "Os dois direitos e seu moderno ensino na Itália", de FRANCESCO BEMOLINO (Nueva Antología de 16 de julho de 1928), a fim de ter algumas idéias gerais; mas ver, naturalmente, as grandes histórias do direito.

desenvolverá na Idade Média: mas Brandileone não o explica: coloca-o como consequência lógica da separação originária entre Cristianismo e sociedade política. Muito bem; mas por que, quando o Cristianismo se tomou religião do Estado como o fora o paganismo, não se reconstituiu a unidade formal político-religiosa? Este é o problema.) Durante os séculos da Alta Idade Média, o novo *jus sacrum* — chamado também *jus canonicum* ou *jus ecclesiasticum* e o *jus romanum* foram ensinados em escolas diversas e em escolas de diversa importância numérica de difusão, de atividade. Escolas especiais romanistas, ou porque continuassem as antigas escolas ou porque tivessem surgido naquela época, só existiam, no Ocidente, na Itália; se existiram, mesmo fora da Itália, as *scholae liberalium artium* e se nelas (tal como nas correspondentes italianas) se aprendiam noções elementares de direito laico, particularmente romano, a atividade desenvolvida foi algo muito pobre, como é atestado pela escassa, fragmentária, intermitente e freqüentemente equivocada produção que delas provinha e que chegou até nós. Ao contrário, as escolas eclesiásticas, dedicadas ao ensino e ao estudo dos dogmas de fé, e ao mesmo tempo do direito canônico, foram inúmeras, não só na Itália como em todos os países que se tornaram cristãos e católicos. Todo monastério e toda catedral de alguma importância tiveram sua própria escola: é testemunha desta atividade a riqueza de coleções canônicas, sem interrupção do Século VI ao XI, na Itália, África, Espanha, França, Alemanha, Inglaterra, Irlanda. A explicação deste formigar de direito canônico em contraste com o romano liga-se ao fato de que o direito romano, na medida em que continuara a ser aplicado no Ocidente e na Itália, degradara-se a direito pessoal, ao passo que isso não ocorria com o direito canônico. Para o direito romano, ter-se tornado direito pessoal significa ter sido colocado numa posição inferior à que cabia às leis populares ou *Volksrechte*, vigentes no território do Império do Ocidente, cuja conservação e modificação era tarefa não já do poder soberano, régio ou imperial, ou pelo menos não somente dele, mas também e principalmente das assembleias dos povos aos quais pertenciam. Ao contrário, os súditos romanos dos reinos germânicos e, posteriormente, do Império, não foram considerados como uma unidade em si, mas como indivíduos singu-

lares e, portanto, não tiveram uma assembleia particular, autorizada a manifestar sua vontade coletiva acerca da conservação e da modificação do próprio direito nacional. Deste modo, o direito romano foi reduzido a um mero direito consuetudinário. Na Itália longobarda, princípios e institutos romanos foram aceitos pelos vencedores, mas a posição do direito romano não se modificou.

A renovação do Império, realizada por Carlos Magno, não retirou o direito romano de sua posição de inferioridade: ela foi melhorada, mas somente mais tarde e graças a outras causas; no conjunto, continuou a ser direito pessoal, na Itália, até o Século XI. As novas leis promulgadas pelos novos Imperadores não foram acrescentadas, até todo o Século XI, ao *Corpus justiniano*, mas ao édito longobardo; consequentemente, não foram vistas como direito geral obrigatório para todos, mas como direito pessoal próprio dos que viviam sob lei longobarda. Com o direito canônico, pelo contrário, não ocorre a redução a direito pessoal, sendo ele o direito de uma sociedade diversa e distinta da sociedade política, na qual a participação não era baseada na nacionalidade: ele possuía nos concílios e nos papas seu próprio poder legislativo. Possuía, porém, uma esfera de obrigatoriedade restrita. Tomase obrigatório ou porque é aceito espontaneamente, ou porque é acolhido entre as leis do Estado. A posição do direito romano modifica-se radicalmente na Itália, à medida em que, após o advento dos Otônios, o império é concebido mais clara e explicitamente como a continuação do antigo. Foi a escola pavense que se fez intérprete deste fato e que proclamou a lei romana *omnium generalis*, preparando o ambiente no qual pôde surgir e florescer a escola de Bolonha; e os imperadores svevos encararam o *Corpus justiniano* como o seu código, ao qual fizeram acréscimos. Esta reafirmação do direito romano não se deve a fatores pessoais: liga-se ao reflorescer, após o Século XI, da vida econômica, da indústria, do comércio, do tráfico marítimo. O direito germânico não se prestava a regular juridicamente a nova matéria e as novas relações.

Também o direito canônico sofre, após o Século XI, uma modificação.

Com os carolíngios aliados ao papado, é concebida a monarquia universal abarcando toda a humanidade, dirigida pelo Imperador no plano temporal e pelo Papa no espiritual.

Mas esta concepção não podia delimitar a *priori* o campo submetido a cada poder, deixando ao imperador uma Larga margem de intervenção nos negócios eclesiásticos. Quando as finalidades do Império, já sob os próprios carolíngios e cada vez mais em seguida, mostraram-se em discordância com as da Igreja; e quando o Estado revelou tender à absorção da hierarquia eclesiástica no Estado, começou a luta terminada no princípio do Século XII com a vitória do Papado. Foi proclamada a primazia do espiritual (sol-lua) e a Igreja adquiriu a liberdade para sua ação legislativa, etc., etc. Esta concepção teocrática foi combatida teórica e praticamente, mas se mantém dominante -- em sua forma genuína ou atenuada -- durante séculos e séculos. Deste modo, havia dois tribunais, o sacramental e o não-sacramental; deste modo, os dois direitos foram casados, utrumque *jus*, etc.

Caráter cosmopolita da literatura italiana. Ver o ensaio de Augusto Rostagni sobre a "Autonomia da Literatura Romana", publicado em quatro partes na *Italia Letteraria* de 21 de maio de 1933 e ss. Segundo Rostagni, a literatura latina surge inicialmente das guerras púnicas, como causa e efeito da unificação da Itália, como expressão essencialmente nacional, "com o instinto do progresso, da conquista, com o impulso das mais altas e vigorosas afirmações". Conceito anti-histórico, pois era impossível falar nessa época de fenômeno "nacional", mas tão-somente de romanismo que unifica juridicamente a Itália (e uma Itália que ainda não corresponde ao que hoje entendemos por Itália, já que estava excluída a Alta Itália, que tem hoje uma importância não pequena no conceito de Itália). Que Rostagni tenha razão ao falar de "autonomia" da literatura latina, isto é, de sustentar que esta é autônoma com relação à literatura grega, é algo que pode ser aceito: mas, na realidade; existia mais "nacionalidade" no mundo grego do que no romano-italico. Ademais, mesmo que se admita terem as primeiras guerras púnicas modificado algo nas relações entre Roma e a Itália, bem como ter-se verificado uma maior unidade inclusive territorial, isto não altera o fato de que este período seja muito breve e tenha escassa importância literária: a literatura latina floresce após

César, com o Império, isto é, precisamente quando a função da Itália torna-se cosmopolita, quando não mais se coloca o problema da relação entre Roma e a Itália, mas entre Roma-Itália e o Império. Não se pode falar de nacional sem territorial: em nenhum desses períodos, o elemento territorial teve uma importância que não fosse meramente jurídico-militar, isto é, "estatal" no sentido governamental, sem conteúdo ético-passional.

A investigação da formação histórica dos intelectuais italianos, assim, leva a que nos reportemos até a época do Império Romano, quando a Itália, por ter Roma em seu território, torna-se o cadinho das classes cultas de todos os territórios imperiais. O pessoal dirigente torna-se cada vez mais imperial e cada vez menos latino, torna-se cosmopolita: mesmo os imperadores não são latinos, etc. Há, portanto, uma linha unitária no desenvolvimento das classes intelectuais italianas (que operam no território italiano), mas esta linha de desenvolvimento não é absolutamente nacional: o fato leva a um desequilíbrio interno na composição da população que vive na Itália, etc. O problema daquilo que são os intelectuais pode ser revelado, em toda sua complexidade, através desta investigação.

Direito romano ou *direito* bizantino? O "direito romano" consistia, essencialmente, num método de criação do direito, na resolução continua da casuística jurisprudencial. Os bizantinos (Justiniano) recolheram a massa dos casos de direito resolvidos pela atividade jurídica concreta dos romanos, não como documentação histórica, mas como código coagulado e permanente. Esta passagem de um "método" a um "código" permanente pode também ser compreendida como o fim de uma época, como a passagem de uma história em desenvolvimento rápido e contínuo a uma fase histórica relativamente estagnada. O renascimento do "direito romano", isto é, da codificação bizantina do método romano de resolver as questões de direito, coincide com o florescimento de um grupo social que pretende uma "legislação"

permanente, superior aos arbitrios dos magistrados (movimento que culmina no "constitucionalismo"), pois somente num quadro permanente de "concordia discorde", de luta dentro de uma moldura legal que determine os limites do arbítrio individual, pode ele desenvolver as forças implícitas em sua função histórica.

A cultura na Alta *Idade Média*. Alta Idade Media (fase cultural do advento do "latim médio"). Ver *a História da literatura latina cristã*, de A. G. AMATUCCI (Laterza, Bari). As págs. 343-344, Amatucci, escrevendo sobre Cassiodoro, diz: "...Sem nada descobrir, pois não era talento para fazer descobertas, mas olhando para o passado, em meio ao qual se erguia a gigantesca figura de Gerolamo", Cassiodoro "afirmou que a cultura clássica, o que para ele era sinônimo de cultura romana, devia ser o fundamento da sagrada, e esta deveria ser adquirida nas escolas públicas". O Papa Agapito (535-536) teria realizado este programa se não tivesse sido impedido pelas guerras e pelas lutas de facção que devastavam a Itália. Cassiodoro divulgou este programa nos dois livros de *Institutiones* e o realizou no *Vivarium*, convento por ele fundado em Squillace.

Um outro ponto a ser estudado é a importância desempenhada pelo mosteiro na criação do feudalismo. Em seu volume *São Benedito e a Itália de seu tempo* (Laterza, Bari, págs. 170-171), Luigi Salvatorelli escreve: "Uma comunidade, e além disso uma comunidade religiosa, guiada pelo espírito beneditino, era um padrão muito mais humano do que o proprietário individual, com seu egoísmo pessoal, seu orgulho de casta, sua tradição de abusos seculares. E o prestígio do mosteiro, mesmo antes de se concentrar em privilégios legais, protegia os colonos, em certa medida, contra a rapacidade do fisco e as incursões dos bandos armados legais e ilegais. Longe das cidades em plena decadência, em meio dos campos espremidos que ameaçavam se tornar um deserto, o mosteiro surgia, novo núcleo social que extraía o seu ser do novo princípio cristão, fora de qualquer mistura com o mundo decrépito que insistia em ser designado pelo grande nome de Roma. Assim, São Benedito, sem propô-lo

diretamente, realizou uma obra de reforma social e de verdadeira criação. Ainda menos premeditada foi sua obra de cultura".

Ao que me parece, nesta passagem de Salvatorelli existem todos ou quase todos os elementos fundamentais, negativos e positivos, para explicar historicamente o feudalismo. Menos importante, para minha investigação, é a questão da importância de São Benedito e de Cassiodoro na inovação cultural desse período.

Sobre esta conexão de problemas, além de Salvatorelli, deve-se consultar o pequeno volume de Filippo Ermini, "Benedito de Norcia", nos *Perfis de Formiggini*, com uma bibliografia sobre o assunto. Segundo Ermini, "...as casas beneditinas tornaram-se, verdadeiramente, um asilo de saber; e, mais do que o castelo, o mosteiro será a oficina de toda ciência. Nele, a biblioteca conservará para os pósteros os escritos dos autores clássicos e cristãos... A intenção de Benedito se realiza: o orbis *latins*, destruído pela ferocidade dos invasores, recompõe-se em unidade e tem assim início, com a obra do gênio e da mão, sobretudo de seus seguidores, a admirável civilização da Idade Média".

Nota. Quando se diz que Platão desejava uma "república de filósofos", é preciso entender "historicamente" o termo "filósofos", que hoje deveria ser traduzido por "intelectuais". Naturalmente, Platão referia-se aos "grandes intelectuais", que eram, ademais, o tipo de intelectual de seu tempo, além de conceder importância ao conteúdo específico da intelectualidade, que poderia concretamente chamar-se de "religiosidade": os intelectuais de governo eram aqueles intelectuais determinados mais próximos da religião, isto é, cuja atividade tinha um caráter de religiosidade, entendida no sentido geral da época e no sentido especial de Platão — e, por isso, atividade de certo modo "social", de elevação e educação (e direção intelectual — e, portanto, com função de hegemonia) da *polis*. Poder-se-ia talvez, por isso, afirmar que a "utopia" de Platão antecipa o feudalismo medieval, com a função que neste é própria da Igreja e dos eclesiásticos, categoria intelectual daquela fase do **desenvolvimento** histórico-social. A aversão

de Platão aos "artistas" deve ser entendida, portanto, como aversão às atividades- espirituais "individualistas", que tendem ao "particular" e que são, conseqüentemente, "a-religiosas", "a-sociais".

Origem dos centros de cultura medieval. Mons. FRANCESCO LANZONI, *As Dioceses da Itália, desde as origens até o principio do Século VII* (ano 604), Estudo critico, **Faenza**, Estab. Gráf. F. Lega, 1927, *Studio e Testi* nº 35, págs. XVI-1122, 125 L. (Em apêndice, um Excursus sobre os santos africanos adorados na Itália.) Obra fundamental para o estudo da vida histórica local na Itália desses séculos; responde à pergunta: como se formaram os agrupamentos culturais-religiosos durante a queda do Império Romano e o início da Idade Média? Evidentemente, este processo de agrupamento não pode ser separado da vida econômica e social e fornece indicações para a história do nascimento das Comunas, para a origem das cidades mercantis. Uma importante sede episcopal não podia prescindir de certos serviços (defesa militar, abastecimento, etc.) que determinavam um agrupamento de elementos laicos em tomo dos religiosos (esta origem "religiosa" de uma série de cidades medievais não é estudada por Pirenne, pelo menos no pequeno livro que possui; ver na bibliografia de suas obras completas): a própria escolha da sede episcopal é uma indicação de valor histórico, pois subentende uma função organizadora e centralizadora do local escolhido. A partir do livro de Lanzoni, torna-se possível reconstruir as questões mais importantes de método na crítica desta investigação, em arte de caráter dedutivo, bem como a bibliografia. Também são importantes os estudos de Duchesne sobre o cristianismo primitivo (no que toca à Itália: *Les évêchés d'Italie et l'invasion lombarde, e As sedes episcopais do antigo Ducado de Roma*) e sobre as antigas dioceses da Galia, bem como os estudos de Harnack sobre as origens cristãs, notadamente *Die Mission und Ausbreitung des Christentums*. Tais investigações são interessantes, não só no que diz respeito à origem dos centros de civilização medievais, como também, naturalmente, no que toca à história real do Cristianismo.

Mosteiro e regime feudal. Desenvolvimento prático da regra beneditina e do principio *Ora et labora*. O labora já era submetido ao ors, ou seja, a finalidade principal era evidentemente o serviço divino. Assim, os monges-camponeses são substituídos pelos colonos, a fim de que os monges pudessem, a qualquer momento, encontrar-se no convento para praticar os ritos. Os monges no convento mudam de "trabalho": trabalho industrial (artesanal) e trabalho intelectual (que contém uma parte manual, a função de copista). A relação entre colonos e convento é a relação feudal, com concessões niveladoras, e é ligada não só à elaboração interna que ocorre no trabalho dos monges, como ao crescimento da propriedade fundiária do mosteiro. Outro desenvolvimento é dado pelo sacerdócio: os monges servem como sacerdotes em território circunvizinho e sua especialização aumenta: sacerdotes, intelectuais de conceito, copistas, operários, industriais, artesãos. O convento é a "corte" de um território feudal, defendido, mais do que pelas armas, pelo respeito religioso. Ele reproduz e desenvolve o regime da "vila" romana patricia. Para o regime interno do mosteiro, foi desenvolvido e interpretado um principio da *Regola*, onde se diz que, na eleição do abade, deve prevalecer o voto dos que se julgam mais sábios e prudentes, dizendo-se ainda que o abade se deve munir do conselho deles quando tiver que decidir sobre assuntos graves, mas não tão graves que possam justificar urna consulta a toda a congregação. Deste modo, os monges sacerdotes, que se dedicavam aos ofícios correspondentes às finalidades da instituição, foram-se distinguindo dos outros sacerdotes que continuavam a realizar os serviços da casa.

Sobre a *tradição* nacional italiana. Cf. o artigo de B. Barbadoro, no *Marzocco* de 26 de setembro de 1926, a respeito da segunda Liga lombarda e de sua exaltação como "primeiro germe da independência da estirpe, da opressão estrangeira que prepara os faustos do Renascimento". Barbadoro punha-se em guarda contra esta interpretação e observava que "a própria fisionomia histórica de Frederico II é muito diferente da de Barbarruiva, e outra é a política italiana do segundo Svevo: dono do *Mezzogiorno* da Itália,

cuja história há séculos separara da história do resto da península, parecia em certo momento que a restauração da autoridade imperial no centro e no norte conduziu finalmente à constituição de uma forte monarquia nacional". No Marzocco de 16 de dezembro de 1928, Barbadoro — numa breve nota -- recorda esta sua afirmação, a respeito de um amplo estudo de Michelangelo Schipa, publicado no *Arquivo histórico* para as províncias napolitanas, no qual o tema é amplamente demonstrado. Esta corrente de estudos é muito interessante, pois permite compreender a função histórica das Comunas e da primeira burguesia italiana, que teve um papel desagregador da unidade existente, sem saber ou sem poder substituí-la por uma nova e própria unidade: o problema da unidade territorial não foi nem sequer colocado ou suspeitado; este florescimento burguês não teve continuação; foi interrompido pelas invasões estrangeiras. O problema é muito interessante do ponto de vista do materialismo histórico e, ao que me parece, pode ser relacionado com o problema da função internacional dos intelectuais italianos. Por que os núcleos burgueses formados na Itália, que atingiram a completa autonomia política, não tiveram a mesma iniciativa dos estados absolutistas na conquista da América e na abertura de novas frentes? Afirma-se que um dos elementos da decadência das repúblicas italianas foi a invasão turca, que interrompeu ou, pelo menos, desorganizou o comércio com o Levante, e a modificação do eixo histórico mundial, que passou do Mediterrâneo para o Atlântico graças à descoberta da América e à circunavegação da África. Mas por que Cristóvão Colombo serviu à Espanha e não a uma república italiana? Por que os grandes navegadores italianos serviram a outros países? A razão disso tudo deve ser buscada na própria Itália, e não nos turcos ou na América. A burguesia desenvolveu-se melhor, nesse período, com os estados absolutistas, isto é, com um poder indireto, não tendo todo o poder. É este o problema, que deve ser relacionado com o dos intelectuais: os núcleos burgueses italianos, de caráter comunal, tiveram condições de elaborar uma categoria própria de intelectuais imediatos, mas não de assimilar as categorias tradicionais de intelectuais (notadamente o clero), as quais, pelo contrário, mantiveram e cresceram seu caráter cosmo-

polita. Enquanto isso, os grupos burgueses não italianos, através do Estado absolutista, alcançaram esta finalidade muito facilmente, pois absorveram os próprios intelectuais italianos. Esta tradição histórica explica, talvez, o caráter monarquista da burguesia italiana moderna e pode contribuir para uma melhor compreensão do Risorgimento.

*Desenvolvimento do espírito burguês na Itália.*⁷ Cf. o artigo "No centenário da morte de Albertino Mussato", de Manlio Torquato Dazzi, na Nuova Antologia de 16 de julho de 1929. Segundo Dazzi, Mussato destaca-se da tradição da história teológica para iniciar a história moderna ou humanista, mais do que qualquer outro de sua época (ver os tratados de história da historiografia, de Croce, de Lisio, de Fueter, de Balzani, etc.); em Mussato, as paixões e os motivos utilitários dos homens aparecem como motivos da história. Para esta transformação da concepção do mundo, contribuíram as ferozes lutas das facções comunais e dos primeiros signorotti. O desenvolvimento pode ser acompanhado até Maquiavel, Guicciardini, L. B. Alberti.

Nora. Na parte de seu estudo sobre a "*Lírica do Século XVI*" publicada na *Critica* de novembro de 1930, B. Croce escreve do Galateo: "... **Ele nada tem de acadêmico e de pesado;** é

⁷ Para o estudo da formação e da difusão do espírito burguês na Itália (trabalho tipo Groethuysen), cf. também os Sermões de FRANCO SACHEM (ver o que Croce escreve a respeito deles, na *Critica* de março de 1931; "Boccaccio e Franco Saccetti"). — Sobre L. B. Alberti, cf. o livro de PAM-HENat MnCn, *Un idéal humain au XV^e siècle — La pensée de L. B. Alberti (1404-1472)*, in-8P, pp. 649, Paris, Soc. Ed. *Les Belles Lettres*, 1930. Análise detalhada do pensamento de L. B. Alberti, mas — ao que parece por algumas recensões — nem sempre ereta, etc. Edição Utet do Noeüino, cuidada por Letterio di Francia, que determinou ter sido o núcleo original da coletânea composto nos últimos anos do Século XIII por um *burguês* guibellino. Ambos os livros deveriam ser analisados para a pesquisa já referida, relativa ao modo pelo qual se refletiu na literatura a passagem da economia medieval à economia burguesa das Comunas e, conseqüentemente, à queda — na Itália — do espírito empresarial econômico e à restauração católica.

uma série de gentis advertências sobre o modo agradável de se comportar em sociedade e um dos livros iniciadores que a Itália do Século XVI deu ao mundo moderno" (pág. 410). É correto dizer que se trata de um livro "iniciador" dado ao "mundo moderno"? Quem é mais "iniciador" para o "mundo moderno", Casa e Castiglioni ou Leon Battista Alberti? Quem se ocupava das relações entre cortesões ou quem dava conselhos para a edificação do tipo do burguês na sociedade civil? Todavia, nesta investigação, deve-se levar Casa em conta; é correto, por certo, não considerá-lo apenas "acadêmico e pesado" (mas, neste juízo sobre "o mundo moderno", não está implícito um afastamento, ao invés de uma relação de iniciador, entre Casa e o mundo moderno?). Casa escreveu outras pequenas obras políticas, orações e, além disso, um tratado em latim: *De officis inter potentiores et tenuiores amicos*, "a respeito da relação existente entre amigos poderosos e inferiores, entre os que — impelidos pela necessidade de viver e de crescer — passam a servir como cortesãos e os que empregam estes; relação que ele julga, tal como é, de caráter utilitário e não pretende converter em ligação regulada por uma lei de justiça, mas que deve ser aceita — argumenta-se — por ambas as partes, tentando-se introduzir nela lume de bondade, mediante a explicação, a uns e a outros, da realidade de suas respectivas posições e do tato que elas requerem".

A Contra-Reforma sufoca o desenvolvimento intelectual. Parece-me que, neste desenvolvimento, poder-se-ia distinguir duas correntes principais. Uma tem seu coroamento literário em Alberti: ela volta a atenção para o que é "particular", para o burguês como indivíduo que se desenvolve na sociedade civil e que não concebe sociedade política além do âmbito de seu "particular"; liga-se ao guelfismo, que poderia ser chamado de sindicalismo teórico medieval. É federalista sem centro federal. Para as questões intelectuais, confia na Igreja, que é o centro federal de fato, graças à sua hegemonia intelectual e também política. Deve-se estudar a constituição real das Comunas, isto é, a atitude concreta que os representantes assumiam em face do governo comunal: o poder durava pouquíssimo (dois meses somente, no mais das vezes) e, durante este período, os membros do governo eram submetidos à clausura, sem mulheres; tratava-se de pessoas

muito vulgares, que eram estimuladas pelos interesses Imediatos de sua arte (cf., para a República Florentina, o livro de Giuseppe Lensi sobre o *Palazzo della Signoria*, onde deveriam existir muitas anedotas sobre estas reuniões de governo e sobre a vida dos senhores durante a clausura). A outra corrente tem seu coroamento em Maquiavel^o e na colocação do problema da Igreja como problema nacional negativo. A esta corrente pertence Dante, que é adversário da anarquia comunal e feudal, mas que busca para ela uma solução semimedieval: de qualquer modo, coloca o problema da Igreja como problema internacional e salienta a necessidade de limitar-lhe o poder e a atividade. Esta corrente é guibeline em sentido lato. Dante é verdadeiramente uma transição: existe uma afirmação de laicismo, mas ainda com a linguagem medieval.^o

^a Trecho de um artigo de ROLLO TABOUANI, no *Marzocco* de 3 de abril de 1927, "Um esquecido intérprete de Michelangelo" (Emilio Olivier): "Tara ele (Michelangelo), não existia senão a arte. Papas, príncipes, repúblicas, eram a mesma coisa, contanto que *l'he dessem* meios de trabalhar; para o fazer, ter-se-ia entregue ao Grande Turco, como ameaçou de certa feita; e nisto Cellini se aproximava dele". E não apenas Cellini. E Leonardo? Mas por que isto ocorre? E por que tais caracteres existiam somente na Itália? Este é o problema. Observar, na vida desses artistas, como se manifesta sua anacionalidade. E em Maquiavel, o nacionalismo era suficientemente forte para superar o "amor à arte pela arte"? Uma investigação desta natureza seria muito interessante: o problema do Estado italiano ocupava Maquiavel sobretudo como "elemento nacional" ou como problema político interessante em si e para si, notadamente sendo dada a sua dificuldade e a grande história passada da Itália?

Foi publicada a coletânea completa das Poesias provençais *historicas relativas à Italia* (Roma, 1931, na série das Fontes do Instituto Histórico Italiano), aos cuidados de Vincenzo De Bartholomaeis; Mauro PALA= a anuncia, no *Marzocco* de 7 de fevereiro de 1932. De cerca de 2.600 poesias provençais que chegaram até nós, 400 fazem parte da história da Itália, ou porque tratem de assuntos italianos, se bem que sejam de poetas que jamais estiveram na Itália, ou então porque escritas por italianos. Das 400, cerca de metade são puramente amorosas, as outras são históricas, e oferecem — umas mais, outras menos — testemunhos úteis para a reconstrução da vida e, em geral, da história italiana desde o fim do Século XII à metade do Século XIV. Duzentas poesias de cerca de oitenta poetas. Esses trovadores, provençais ou italianos, viviam nas cortes feudais da Itália setentrional, à sombra das pequenas senhorias ou nas Comunas, participavam da vida e das lutas locais, defendiam os interesses deste ou daquele Senhor,

Humanismo e Renascimento. Cf. Luigi Aa.EZio, "Renascimento, Humanismo e espírito moderno", in *Nuova Antologia* de 19 de julho de 1930. Arezio ocupa-se com o livro de G. Toffanin, *Que foi o Humanismo* (Sansoni, Florença, 1929), que revela ser, pelas referências feitas, muito interessante para o assunto que me ocupa. Farei referência a alguns motivos. (Voigt e Burckhardt acreditaram que o Humanismo era dirigido contra a Igreja; Pastor — será necessário ler seu livro sobre a História dos Papas, que se refere ao Humanismo — não crê que o Humanismo fosse inicialmente dirigido contra a Igreja.) Para Toffanin, o princípio da irreligiosidade ou da nova religião não é a chave-mestra para penetrar no segredo dos humanistas; nem tem sentido falar do individualismo deles, já que "os presumíveis efeitos da revalorização da personalidade humana" por obra de uma cultura seriam muito mais surpreendentes numa época que ficou famosa, por sua vez, por ter "aumentado a distância entre o resto dos homens e os *homens de gabinete*".

O fato verdadeiramente característico do Humanismo "é a paixão pelo mundo antigo, através da qual — quase de improviso — tenta-se suplantar uma língua popular e consagrada pelo génio mediante uma língua morta, inventa-se (podemos dizer assim) a ciência filológica, renova-se gosto e cultura. O mundo pagão renasce". Toffanin sustenta que não é necessário confundir o Humanismo com o progressivo despertar ocorrido depois do Século XI; o Humanismo é um fato essencialmente italiano, "independente destes presságios falazes", e a ele chegaram — para se fazerem clássicos e cultos -- a França e o resto do mundo. Num certo sentido, pode se chamar de herética a civilização comunal do Século

desta ou daquela Comuna, com poesia de várias formas, das quais é rica a lírica provençal: poesias políticas, morais, satíricas, de cruzada, de lamentação, de conselho; canções, disputas, etc., as quais — aparecendo de vez em quando e circulando nos ambientes interessados — preenchem a função hoje desempenhada pelo artigo de fundo dos jornais. De Bartholomaeis procurou datar essas poesias, o que não é difícil por causa das alusões que contêm; ele as libertou de todos os subsídios que dificultavam a leitura, e as traduziu. E dada, de cada trovador, uma breve informação biográfica. Para a leitura do texto original, é fornecido um glossário das palavras mais difíceis de entender. Sabre a poesia provençal na Itália, deve-se cf. o volume de moro searoxr, — *Trovadores da Itália*.

XIII, que se manifesta numa irrupção de sentimentos e pensamentos refinadíssimos, em formas plebéias, e "inicialmente herético foi o impulso ao individualismo, ainda que — entre o povo — tenha se tomado consciência da heresia menos do que, à primeira vista, se possa crer". A literatura vulgar que irrompe do seio da civilização comunal e independentemente do classicismo é índice de uma sociedade "na qual a levedura herética fermentou"; levedura que, se debilitava nas massas o respeito às autoridades eclesiásticas, tornava-se em pouco um aft jamento aberto das romanitas, característico do período que decorre entre a Idade Média propriamente dita e o Humanismo. Alguns intelectuais parecem conscientes desta descontinuidade histórica; pretendem ser cultos sem ter lido Virgílio, isto é, sem os estudos liberais, cujo abandono geral justificaria, segundo Boccaccio, o uso do vulgar, ao invés do latim, na Divina Comédia. Guido Cavalcanti é o maior destes intelectuais. Em Dante, "o amor pela língua plebéia, alimentado por um estudo de espírito comunal e virtualmente herético", devia contrastar com um conceito de sabedoria quase humanista. "Caracteriza os humanistas a consciência de uma separação irremediável entre homem de cultura e massa; ideais abstratos são, para eles, os do poderio imperial e papal; real, pelo contrário, é sua fé na universalidade cultural e nas razões dela". A Igreja favoreceu a separação entre cultura e povo iniciada com o retorno do latim, considerando-a como sadia reação a toda indisciplina mística.

O Humanismo, de Dante a antes de Maquiavel, é uma época que se mantém nitidamente para si; e, ao contrário do que muitos pensam, possui uma afinidade não-superficial com a Escolástica por causa do impulso comum antidemocrático e anti-herético. Deste modo, Toffanin nega que o Humanismo desemboque vivo na Reforma, já que esta — com sua separação da romanidade, com a nova vitória rebelde dos idiomas vulgares e com muitas outras coisas — renova as orientações da cultura comunal, vigorosa heresia, contra a qual surgira o Humanismo. Com o fim do Humanismo, nasce a heresia; e estão fora do Humanismo: Maquiavel, Erasmo (I), Lutero, Giordano Bruno, Descartes, Jansenio.

Estas teses de Toffanin coincidem freqüentemente com as notas que já redigi em outros cadernos. Mas Toffanin se

mantém sempre no campo cultural-literário e não relaciona o Humanismo com os fatos económicos e políticos que se desenvolviam na Itália no mesmo período: passagem aos principados e às senhorias, perda da iniciativa burguesa e transformação dos burgueses em proprietários territoriais. O Humanismo foi um evento reacionário na cultura porque toda a sociedade italiana estava se tornando reacionária. Arezio busca fazer objeções a Toffanin, mas elas são tolices e superficialidades. Que a época comunal seja todo um fermento de heresias, é algo que Arezio não pode aceitar, já que considera heresias tão-somente o averroísmo e o epicurismo. Mas a Comuna era uma heresia em si mesma, pois devia entrar tendencialmente em luta com o papado e tornar-se independente dele. Assim, não lhe agrada que Toffanin considere todo o Humanismo como sendo fiel ao cristianismo, se bem que ele reconheça que, inclusive os cétricos, ostentavam religiosidade. A verdade é que se tratou do primeiro fenómeno "clerical" no sentido moderno, uma Contra-Reforma por antecipação (além disso, era Contra-Reforma em relação ao período comunal). Os humanistas se opunham à ruptura do universalismo medieval e feudal que estava implícita nas Comunas e que foi sufocada. Arezio segue as velhas concepções sobre o Humanismo e repete as afirmações que se tornaram clássicas de Voigt, Burckhardt, Rossi, De Nolhac. Sysmonds, Jebb, etc.

Renascimento. Como se explica o fato de que o Renascimento italiano tenha encontrado estudiosos e divulgadores bastante numerosos no exterior e que não exista um livro de conjunto escrito por um italiano? Ao que me parece, o Renascimento é a fase culminante moderna da "função internacional dos intelectuais italianos"; por isso, ele não teve ressonância na consciência nacional, que foi e continua a ser dominada pela Contra-Reforma. O Renascimento é vivo nas consciências nos locais em que criou novas correntes de cultura e de vida, nos locais em que operou em profundidade, não nos locais em que foi sufocado sem que restasse outro resíduo além do retórico e verbal e onde se tomou, portanto, objeto de "mera erudição", isto é, de curiosidade exterior.

A Contra-Reforma e a *ciência*. Os processos de Galileu, de Giordano Bruno, etc., e a eficácia da Contra-Reforma em impedir o desenvolvimento científico na Itália. Desenvolvimento da ciência nos países protestantes e onde a Igreja era menos imediatamente forte do que na Itália. A Igreja teria contribuído para a desnacionalização dos intelectuais italianos de duas maneiras: positivamente, enquanto organismo universal que preparava pessoal para todo o mundo católico; e negativamente, obrigando a qu-*vs* intelectuais que não queriam se submeter à disciplina da Contra-Reforma emigrassem.

Nora. C) a indicação nas *Recordações de um velho normalista*", de GmoLAMO VrrELLr, na Nuova *Antologia* de 19 de abril de 1930: a filologia clássica na Itália, durante três séculos (até a segunda metade do Século XIX), foi completamente negligenciada: "Quando se conhecer melhor a história destes nossos estudos, saber-se-á também que do Renascimento em diante, após os italianos do Século XV (e mesmo até o fim do Século XVI, com a última grande escola de Pier Vettori), a hegemonia de tais estudos coube, sucessivamente, com tendências mais ou menos diversas, aos franceses, holandeses, ingleses, alemães". Por que esta ausência dos italianos? Vitelli não a explica senão com o "mercantilismo"; mas quem mais mercantilista do que os holandeses e os ingleses? É curioso que precisamente as nações protestantes (e na França, ao que me parece, os Etiennes eram huguenotes) mantenham o estudo do mundo antigo em destaque. Seria necessário observar a organização desses estudos nessas nações e comparar com os centros de estudo na Itália. A Contra-Reforma influiu? etc.

Cosmopolitismo *literário* italiano no Século XVIII. Trecho do artigo "Nicolino e Algarotti", de Carlo Calcaterra, no *Marzocco* de 29 de maio de 1932: "Uma valorização equânime dos escritos de arte de Algarotti é freqüentemente obstaculizada, no espírito de muitos, pela consideração de que ele foi o conselheiro e o provedor de Augusto III da Saxônia nas aquisições para a galeria de Dresden, pelo que é ele acusado de ter empobrecido a Itália em benefício de

cortes estrangeiras. Mas foi dito justamente, por Panzochi e por outros estudiosos, que — no cosmopolitismo do Século XVIII — a obra de difusão da arte italiana, enquanto beleza pertencente a toda a Europa, tem um aspecto menos odioso do que aquele que pode lhe ser facilmente atribuído". A observação do cosmopolitismo do Século XVIII, que é exata, é **aprofundada** e especificada: **o cosmopolitismo dos** intelectuais italianos é exatamente similar ao cosmopolitismo dos outros intelectuais nacionais? Este é o problema: para os italianos, o cosmopolitismo está em função de uma 'posição particular que é atribuída à Itália, à diferença dos outros países; isto é, a Itália é concebida como complementar de todos os outros países, como produtora de beleza e de cultura para toda a Europa.

Clero e intelectuais. Existe algum estudo orgânico sobre a história do clero como *classe-casta*? Ele seria indispensável, parece-me, como preparação e condição para todo o restante estudo sobre a função da religião no desenvolvimento histórico e intelectual da humanidade. A precisa situação jurídica e de fato da Igreja e do clero nos vários pedões e países, suas condições e funções económicas, suas relações exatas com as classes dirigentes e com o Estado, etc., etc.

Por que, num certo ponto, a maioria dos cardeais foi composta por italianos e os papas foram sempre escolhidos entre italianos? Este fato possui certa importância no que toca ao desenvolvimento intelectual-nacional italiano e alguém poderia ver nisso a origem do Risorgimento. Ele se deveu, por certo, a necessidades internas de defesa e de desenvolvimento da Igreja e da sua independência diante das grandes monarquias européias, mas sua importância nos reflexos italianos não é diminuída por isso. Se, positivamente, pode-se dizer que o Risorgimento começa com o início das lutas entre Estado e Igreja, isto é, com a reivindicação de um poder governamental puramente laico e, portanto, com o regalismo e o jurisdicionalismo (donde a importância de Giannone), também é certo — negativamente — que as necessidades de de-

fesa da sua independência levaram a Igreja a buscar na Itália, cada vez mais, a base da sua supremacia, bem como a buscar, nos italianos, o pessoal de seu **aparelho** organizativo.

Esta luta teve caráter diverso nos diversos períodos históricos. Na fase moderna, ela é luta pela hegemonia na educação popular; pelo menos, é este o traço mais característico, ao qual todos os outros se subordinam. Portanto, é luta entre duas categorias de intelectuais, luta para subordinar o clero, como típica categoria de finte. uais, às diretivas do Estado, isto é, da classe dominante (liberdade de ensino -- organizações juvenis — organizações femininas -- organizações **profissionais**).

Foi a partir daí que se desenvolveram as correntes neo-guelfas do Risorgimento, através das diversas fases (a do sanfedismo italiano, por exemplo) mais ou menos atrasadas e primitivas. Esta nota, por isso, interessa não somente à rubrica dos intelectuais, como também àquela do Risorgimento e àquela das origens da Ação Católica "italiana". No desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado do processo de sua formação no terreno económico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico: aliás, deve-se dizer que não existe **desenvolvimento** no terreno económico sem estes outros desenvolvimentos paralelos. Mas cada movimento da "tese" leva ao movimento da "antítese" e, portanto, a "sínteses" parciais e provisórias. O movimento de nacionalização da Igreja na Itália é imposto, não proposto. A Igreja se nacionaliza na Itália sob formas bem diversas das ocorridas na França com o galicanismo. Na Itália, a Igreja se nacionaliza de uma maneira "italiana", pois deve ao mesmo tempo permanecer universal: enquanto isso, nacionaliza seu pessoal dirigente e este vê cada vez mais o aspecto nacional da função histórica da Itália coma sede do **papado**.

Formação e difusão da nova burguesia na *Itália*. Poder-se-ia fazer uma pesquisa "molecular" nos escritos italianos da Idade Média para captar o processo de formação intelectual da burguesia, cujo desenvolvimento histórico culminará nas Comunas, para sofrer posteriormente uma desagregação e uma dissolução. A mesma pesquisa poderia ser feita

no período 1750-1850, quando ocorre uma nova formação burguesa, que culmina no Risorgimento. Também aqui o modelo de **GROETHUYSEN** (*Origines de l'esprit bourgeois en France: I. er, L'Église et la Bourgeoisie*) poderia servir, integrado naturalmente pelos motivos que são peculiares à história social italiana. As concepções do mundo, do Estado, da vida contra a qual deve combater o espírito burguês na Itália não são similares às que existiam na França.

Foscolo e Manzoni, em certo sentido, podem fornecer os-tipos italianos. Foscolo é o exaltador das glórias literárias e artísticas do passado (cf. os Sepulcros, os Discursos *civis*, etc.), a sua concepção é essencialmente "retórica" (ainda que se deva observar que, em sua época, esta retórica tinha uma eficácia prática atual e, portanto, era "realista"). Em Manzoni, encontramos novas tendências, mais estritamente burguesas (tecnicamente burguesas). Manzoni exalta o comércio e rebaixa a poesia (a retórica). Cartas a Fauriel. Nas *Obras* inéditas, existem trechos em que Manzoni lamenta a unilateralidade dos poetas que desprezam a "sede de ouro" dos comerciantes, desconhecem a audácia dos navegadores, enquanto falam de si como se fossem seres sobre-humanos. Numa carta a Fauriel, escreve: "Imagine o que implicaria em perda maior para o mundo: ficar sem banqueiros ou sem poetas; qual destas duas profissões serve mais, não digo ao bem-estar, mas à cultura da humanidade?" (cf. CARLO FRANELLI, "Manzoni e a idéia do escritor", na *Crítica Fascista* de 15 de dezembro de 1931). Franelli observa: "Ele (Manzoni) põe os trabalhos de história e de economia política acima de uma literatura predominantemente (?) ligeira. Sobre a qualidade da cultura italiana de então, fez declarações muito explícitas na carta ao amigo Fauriel. Quanto aos poetas, sua tradicional megalomania lhe ofende. Observa que, atualmente, perdem todo aquele grande crédito que gozavam no passado. Recorda, repetidamente, que gostou da poesia quando era 'jovem'".

Risorgimento. No *Risorgimento*, ocorreu o último reflexo da "tendência histórica" da burguesia italiana no sentido de se manter nos limites do "corporativismo"; não ter ela re-

solvido a questão agrária é a prova deste fato. Representantes desta tendência são os moderados, tanto os neoguelfos (neles — em Gioberti — revela-se o caráter universalista-papal dos intelectuais italianos, que é colocado como premissa do fato nacional) quanto os cavourianos (ou economistas-práticos, mas ao modo do homem de Guicciardini, isto é, voltados somente para o seu "particular": daí o caráter da monarquia italiana). Mas as marcas do universalismo medieval existem também em Mazzini, determinando seu fracasso político; e isto porque, se ao neoguelfismo sucedeu -- na corrente moderada -- o cavourianismo, o universalismo mazziniano no Partido da Ação não foi superado praticamente por nenhuma formação política única, permanecendo, pelo contrário, como um fermento de sectarismo ideológico e, conseqüentemente, de dissolução.

Gioberti. Importância de Gioberti na formação do caráter nacional moderno dos intelectuais italianos. Sua função ao lado de Foscolo. Numa nota anterior, observações sobre a solução formal dada por Gioberti ao problema nacional-popular como conciliação de conservação e inovação, como "classicidade nacional". Solução formal não só do maior problema político-social, como também dos problemas derivados, como o de uma literatura nacional-popular." É necessário rever, para as finalidades deste estudo, as maiores publicações polêmicas de Gioberti: o *Primato* e o *Rinnovamento*, os escritos contra os jesuítas (os *Prolegomeni e o Gesuita moderno*). Livro de Anzilotti sobre Gioberti.

O movimento socialista. Eficácia alcançada pelo movimento operário socialista na criação de importantes setores da classe dominante. A diferença entre o fenômeno italiano e o de outros países consiste, objetivamente, no seguinte:

¹⁰ Gramsci refere-se a uma nota contida em outro caderno e inserida no volume *Notas sobre Maquiavel, sobre a política e sobre o Estado moderno*, S. Einaudi, 1951 [Há tradução brasileira, de Luis Mário Gazraneo, publicada pela Editora Civilização Brasileira, 1967 — N. do T.] (Nota da Edição Italiana).

que, enquanto nos outros países o movimento operário e socialista elaborou personalidades políticas singulares que passaram para a outra classe, na Itália, pelo contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizaram esta passagem como grupos. A causa, ao que me parece, deve ser buscada nisto: na escassa aderência, na Itália, entre as classes altas e o povo: na luta das gerações, os jovens se aproximam do povo; nas crises de mudança, tais jovens retornam à sua classe (foi o que ocorreu com os sindicalistas-nacionalistas e com os fascistas). No fundo, trata-se do mesmo fenômeno geral do transformismo em condições diversas. O transformismo "clássico" foi o fenômeno pelo qual se unificaram os partidos do Risorgimento. Este transformismo esclarece o contraste entre civilização, ideologia, etc. e a força de classe. A burguesia não consegue educar os seus jovens (luta de geração): os jovens deixam-se atrair culturalmente pelos operários, e chegam mesmo a se tornar -- ou buscam fazê-lo -- seus líderes (desejo "inconsciente" de realizarem a hegemonia de sua própria classe sobre o povo), mas -- nas crises históricas -- retornam às origens. Este fenômeno de "grupos" não terá ocorrido, por certo, apenas na Itália: também nos países onde a situação é análoga, ocorreram fenômenos análogos. L. o caso dos socialismos nacionais dos países eslavos (ou social-revolucionários, ou narodniki, etc.).

A questão *dos jovens*. Existem muitas "questões" dos jovens. Duas delas me parecem particularmente importantes: 1) A geração "antiga" realiza *sempre a* educação dos "jovens"; haverá conflito, discórdia, mas se trata de fenômenos superficiais, inerentes a toda obra educativa e de recreamento, a menos que estejam em jogo interferências de classe, isto é, os "jovens" (ou uma pequena parcela deles) da classe dirigente (entendida no mais amplo sentido, não só econômico como também político-moral) se rebelam e passam para a classe progressista, que se tornou historicamente capaz de tomar o poder: mas, neste caso, trata-se de "jovens" que deixam de ser dirigidos pelos "velhos" de uma classe para serem dirigidos pelos "velhos" de uma outra classe; de qualquer modo, permanece a subordinação real dos "jovens" aos "velhos" como geração, não obstante as dife-

renças de temperamento e vivacidade acima recordadas. 2) Quando o fenômeno assume um caráter dito "nacional", isto é, não se revela abertamente a interferência de classe, então a questão se complica e se torna caótica. Os "jovens" estão em estado de rebelião permanente, já que persistem as suas causas profundas, sem que eles possam analisá-la, criticá-la e superá-la (não de um modo conceitual e abstrato, mas histórico e real); os "velhos" dominam de fato, mas... após *moi le déluge*, não conseguem educar os jovens e prepará-los para a sucessão. Por quê? Isto significa que existem todas as condições para que os "velhos" de uma outra classe *devam* dirigir estes jovens, sem que possa fazê-lo graças a razões extrínsecas de pressão político-milAr. A luta, da qual as expressões normais exteriores são sufocadas, liga-se como uma gangrena dissolutora à estrutura da velha classe, debilitando-a e **apodrecendo-a**: assume formas mórbidas, de misticismo, de sensualismo, de indiferença moral, de degenerescências patológicas psíquicas e físicas. A velha estrutura não contém e não consegue **satisfazer as novas exigências**: o **desemprego permanente e semipermanente dos chamados intelectuais** é um dos **fenômenos típicos desta** insuficiência, que assume caráter agudo nos mais jovens, na medida em que não lhes deixa "horizontes abertos". Ademais, esta situação leva aos "quadros fechados" de caráter feudal-militar, isto é, **agudiza ela** mesma os problemas que não pode resolver.

Sobre o *protestantismo* na Itália. Referência àquela corrente intelectual contemporânea que defende o princípio de que as fraquezas da nação e do Estado italiano se deveriam à ausência de uma reforma protestante, corrente representada particularmente por Missiroli. Missiroli, ao que parece, toma esta sua tese de empréstimo a Sorel, que a havia tomado de Renan (pois Renan havia defendido uma tese similar, adaptada à França e mais complexa, em seu livro *A reforma intelectual e moral*). Na Crítica de 1931, em diversas partes, foi publicado um ensaio inédito de Sorel, Germanismo e historicismo de Ernest Renan, escrito (datado) em maio de 1915 e que deveria servir como introdução à versão italiana do livro de Renan *A reforma intelectual e moral*, a ser traduzido por Missiroli e publicado por Laterza. A tradução

de Missiroli não foi publicada e se compreende porquê: em maio de 1915, a Itália intervém na guerra e o livro de Renan, com o prefácio de Sorel, teria aparecido como um ato de germanofilia. De qualquer modo, deve-se confirmar, ao que parece, o fato de que a posição de Missiroli sobre a questão do "protestantismo na Itália" é uma dedução mecânica das idéias críticas de Renan e de Sorel sobre a formação e as necessidades da cultura francesa. Não está excluído, porém, que Missiroli conhecesse também as idéias de Masaryk sobre a cultura russa (ele conhecia, pelo menos, o ensaio de Antônio Labriola sobre Masaryk:" mas Labriola refere-se a esta tese "religiosa"? creio que não) e, em 1918, tomou conhecimento do ensaio sobre Masaryk, através do Grido del Popolo, no qual havia referência à tese religiosa e que, foi publicado pelo *Kampf* de Viena, em 1914, e por mim traduzido precisamente no *Grido* (este ensaio era conhecido também por Gobetti). As críticas feitas a Masaryk nesse ensaio aproximam-se, metodologicamente, das que Croce fizera aos defensores de "reformas protestantes" e é estranho que isto não tenha sido visto por Gobetti (sobre o qual, ademais, é impossível dizer que não compreendesse este problema de uma maneira concreta, ao contrário de Missiroli, como é demonstrado pelas suas simpatias político-práticas.) Ao contrário, dever-se-ia desancar Missiroli, que é um papel-carbono de alguns elementos culturais franceses.

No ensaio de Sorel, aparece também uma estranha tese defendida por Proudhon, a respeito de reforma intelectual e moral do povo francês (Renan, em sua obra, interessa-se pelas altas classes de cultura e tem para o povo um programa particular: confiar sua educação aos párocos rurais), que se aproxima da de Renan no que diz respeito ao povo. Sorel sustenta, aliás, que Renan havia conhecido esta posição de Proudhon e havia sido por ela influenciado: as teses de Proudhon estão contidas na obra *La Justice dans la Révolu-*

¹¹ TH. G. MASABYX, *Die philosophischen und soziologischen Grundlagen des Marxismus — Studien zur sozialen Frage*, Viena, segundo o título da edição alemã conhecido por Labriola. [O ensaio de Antônio Labriola, publicado na *Rivista italiana de sociologia* (fasc. III, 1899), que antes era unido à *Concepção materialista da história*, foi colocado como apêndice à terceira edição do volume: *Sobre socialismo e filosofia*, Laterza, Bari, 1939 (Nota da Edição Italiana).]

tion et dans *l'Église*, tomo V, págs. 342-344; segundo elas, dever-se-ia alcançar uma reforma intelectual e moral do povo francês com a ajuda do clero, que teria, com a linguagem e o simbolismo religiosos, concretizado e garantido as verdades "laicas" da Revolução. No fundo, não obstante suas bizarras, Proudhon é mais concreto do que parece: ele aparenta, certamente, estar convencido de que é necessária uma reforma intelectual em sentido laico ("filosófico", como diz ele), mas não sabe encontrar outro meio didático além da mediação do clero. Também para Proudhon, o modelo é o protestante, isto é, a reforma intelectual e moral ocorrida na Alemanha com o protestantismo, que ele queria ver "reproduzida" na França, no povo francês. mas com maior respeito histórico pela tradição histórica frança a que está contida na Revolução. A posição de Sorel é também estranha nesta questão: sua admiração por Renan e pelos alemães faz com que veja os problemas como puro intelectual abstrato.

Este problema do protestantismo não deve ser confundido com o problema "político" que se apresentou na época do Risorgimento, quando muitos liberais -- os da Perseveranza, por exemplo -- serviram-se do espantinho protestante para pressionar o Papa a respeito do poder temporal e de Roma.

Deste modo, numa análise do problema religioso na Itália deve-se distinguir: em primeiro lugar, entre duas ordens fundamentais de fatos: 1) a real, efetiva, de acordo com a qual se verificam nas massas populares movimentos de reforma intelectual e moral, seja como passagem do catolicismo ortodoxo e jesuítico a formas religiosas mais liberais, seja como evasão do campo confessional no sentido de uma concepção moderna do mundo; 2) as diversas atitudes dos grupos intelectuais diante de uma necessária reforma intelectual e moral.

A corrente Missiroli é a menos séria de todas, a mais oportunista, á mais diletante e desprezível pela pessoa de seu corifeu.

Assim, para cada uma destas ordens de fatos, deve-se distinguir cronologicamente entre várias épocas: a do Risorgimento (com o liberalismo laico, por um lado, e o catolicismo liberal, por outro); a que vai de 1870 a 1900, com o

positivismo e anticlericalismo maçónico e democrático; a que vai de 1900 até a guerra, com o modernismo e o filosofismo idealista; a que vai até a concordata, com a organização política dos católicos italianos; e a pós-concordata, com uma nova colocação do problema, tanto para os intelectuais quanto para o povo. Inegável, não obstante o maior poder da organização católica e o despertar de religiosidade nesta última fase, que muitas coisas estão mudando no catolicismo, e que a hierarquia eclesiástica está alarmada com isso, pois não consegue controlar estas transformações moleculares: ao lado de uma nova forma de anticlericalismo, mais refinada e profunda do que a do Século XIX, existe um maior interesse pelas coisas religiosas por parte dos laicos, que levam para a análise um espírito não educado pelo rigor hermenéutico dos jesuítas e, portanto, tendente com frequência à heresia, ao modernismo, ao ceticismo elegante. Troppa grazia! para os jesuítas, que prefeririam que os laicos, ao contrário, não se interessassem por religião senão para acompanhar o culto.

Os intelectuais e o Estado hegeliano. Na concepção não apenas da ciência política, mas em toda concepção da vida cultural e espiritual, teve imensa importância a posição assinalada por Hegel para os intelectuais, que deve ser cuidadosamente estudada.

Com Hegel, começa-se a não mais pensar segundo as castas ou os "estados", mas segundo o "Estado", cuja "aristocracia" são precisamente os intelectuais. A concepção "patrimonial" do Estado (que é o modo de pensar por "castas") é, de imediato, a concepção que Hegel deve destruir (polêmicas irónicas e sarcásticas contra von Haller). Sem esta "valorização" dos intelectuais feita por Hegel não se compreende nada (historicamente) do idealismo moderno e de suas raízes sociais.

A ciência e a cultura. As correntes filosóficas idealistas (Croce e Gentile) determinaram um primeiro processo de isolamento dos cientistas (ciências naturais ou exatas) do mundo da cultura. A filosofia e a ciência destacaram-se e os

cientistas perderam muito de seu prestígio. Um outro processo de isolamento ocorreu graças ao novo prestígio dado ao catolicismo e à formação do centro neo-escolástico. Assim, os cientistas "laicos" tem contra si a religião e a filosofia mais difundida: não pode deixar de ocorrer sua perda de capacidade e uma "desnutrição" da atividade científica, que não pode se desenvolver isolada do mundo da cultura geral. Mais ainda: dado que a atividade científica é, na Itália, estreitamente ligada ao orçamento do Estado, que não é dos maiores, há atrofia de um desenvolvimento do "pensamento" científico, da teoria, não pode ocorrer como compensação nem sequer um desenvolvimento da "técnica" instrumental e experimental, que requer facilidade de meios e de dotações. Esta desagregação da unidade científica, do pensamento geral, é sentida: buscou-se remediá-la pela elaboração, também neste campo, de um "nacionalismo" científico, isto é, defendendo a tese da "nacionalidade" da ciência. Mas é evidente que se trata de construções exteriores extrínsecas, boas para congressos e celebrações oratórias, mas sem eficácia prática. Os cientistas italianos, entretanto, são valorosos e realizam, com poucos meios, sacrifícios inauditos e obtêm resultados admiráveis. O perigo maior, ao que parece, é representado pelo grupo neo-escolástico, que ameaça absorver muito da atividade científica, esterilizando-a, como reação ao idealismo gentiliano. (Deve-se investigar a atividade organizadora do Conselho Nacional de Pesquisas e a eficácia que teve no sentido de desenvolver a atividade científica e tecnológica, bem como a das seções científicas da Academia da Itália)?⁵

Centralismo nacional e burocrático. O fechamento das associações regionais ocorrido em agosto de 1932. Ver quais as reações que isto suscitou na época. Afirmou-se que se

¹² Cf. o volume publicado por Gino Bargagli Petrucci (na editora Le Monnier), no qual são recolhidos os discursos de cientistas italianos na Exposição de história das ciências de 1929. Nesse volume, está incluído um discurso do Padre Gemelli que é um sinal dos tempos, indicador da autoconfiança assumida por esses frades (sobre esse discurso, deve-se cf. a recensão publicada na *Educazione Fascista* de 1932 e o artigo de Sebastiano Timpanaro na *Italia Letteraria* de 11 de setembro e 16 de outubro de 1932).

tratava de um movimento da consciência nacional cada vez mais sólida. Mas a ilação é justificada? Comparar com o movimento de centralização ocorrido na França após a Revolução e, particularmente, com Napoleão. A diferença parece ser evidente: na França, ocorrera um movimento nacional unitário, do qual a centralização fora a expressão burocrática. Na Itália, não ocorreu o mesmo processo nacional; aliás; a burocracia centralizada tinha a finalidade, precisamente, de obstaculizar este processo. Seria interessante observar quais as forças unitárias que se formaram, no pós-guerra, ao lado da burocracia tradicional: o que se deve notar é que estas forças, ainda que relativamente numerosas, não possuem um caráter de homogeneidade e de sistematicidade permanente, pois são de tipo "burocrático" (burocracia sindical, partidária, do poder, etc.).

Sentimento nacional. Sentimento nacional, não popular-nacional: isto é, um sentimento puramente "subjetivo", não ligado à realidade, a fatores, a instituições objetivas. Trata-se ainda, por isso, de um sentimento de "intelectuais", que sentem a continuidade de sua categoria e de sua história, única categoria que teve uma história ininterrupta. Um elemento objetivo é a língua, mas -- na Itália -- ela se alimenta pouco, em seu desenvolvimento, da língua popular que não existe (exceto em Toscana), ao passo que existem os dialetos. Outro elemento é a cultura, mas ela é muito restrita e possui caráter de casta: as camadas intelectuais são pequeníssimas e estreitas. Os partidos políticos: eram pouco sólidos e não tinham vitalidade permanente, atuando apenas no período eleitoral. Os jornais: não coincidiam com os partidos senão debilmente, e eram pouco lidos. A Igreja era o elemento popular-nacional mais válido e amplo, mas a luta entre Igreja e Estado fazia dela um elemento mais de desagregação do que de unidade: e, hoje, as coisas não se modificaram muito pelo fato de ter-se modificado toda a colocação do problema moral-popular. A monarquia -- O parlamento -- A universidade e a escola -- A cidade -- Organizações privadas como a maçonaria -- A universidade popular -- O exército — Os sindicatos operários — A ciência

(para o povo -- os médicos, os veterinários, as cátedras ambulantes, os hospitais) -- O teatro — O livro.

O racismo. Existe um "racismo" na Itália? Muitas tentativas foram feitas, mas todas de caráter literário e abstrato. Deste ponto de vista, a Itália se diferencia da Alemanha, ainda que existam, entre os dois países, algumas semelhanças extrínsecas interessantes: 1) A tradição localista e, portanto, a tardia obtenção da unidade nacional e estatal (semelhança extrínseca porq'NAo regionalismo italiano teve origens diversas da do alemão; na Itália, contribuíram dois elementos principais: a) o renascimento das raças locais após a queda do Império Romano; b) as invasões bárbaras primeiro, as dominações estrangeiras depois. Na Alemanha, as relações internacionais influíram, mas não com a ocupação direta de estrangeiros). 2) O universalismo medieval influiu mais na Itália do que na Alemanha, onde o Império e o laicismo triunfaram muito antes do que na Itália, isto é, durante a Reforma. 3) O domínio, nos tempos modernos, das classes proprietárias rurais, mas com relações muito diversas. O alemão sente mais a raça do que o italiano. Racismo: o retorno histórico ao romanismo, pouco sentido fora da literatura. Exaltação genérica da estirpe, etc. O estranho é que seja Kurt Erich Suckert quem defende hoje o racismo (com *a Itália Bárbara* -- aqui-italiana e o supra-regionalismo): trata-se de um nome evidentemente racista e supra-regionalista; recordar, durante a guerra, Arturo Foa e suas exaltações da estirpe itálica, tão congruentes quanto em Suckert.

A ideologia "romana". Omodeo afirma (Crítica de 20 de setembro de 1931): "(Bülov) busca confortar-se na luminosa atmosfera de Roma, inebriando-se com aquela poesia da Urbe que Goethe difundiu entre os alemães, e que é tão diferente da retórica romana, filha em grande parte das escolas jesuíticas e corrente entre nós. Deve-se notar que, nos *Sepulcros* de Foscolo, nos quais estão contidos, não obstante, tantos motivos da mentalidade e da ideologia do intelectual italiano dos Séculos XIX-XX, Roma antiga tem

um Lugar mínimo e quase nulo. (O próprio *Primate*, de Gioberti, é talvez de origem "jesuítica", ainda que Gioberti tenha sido antijesuítico.)

A tradição de Roma. Registrar as diversas reações (e o diverso caráter delas) à ideologia ligada à tradição de Roma. O futurismo foi, na Itália, uma forma desta reação, enquanto oposição à retórica tradicional e acadêmica, e esta -- na Itália — era estreitamente ligada à tradição de Roma (A terra dos mortos, de Giusti: "Éramos grandes e là não haviam nascido", -- "Tudo que no mundo é civilizado, grande, augusto, ele é romano ainda", de Carducci -- dependentes dos *Sepulcros* de Foscolo, enquanto momento "moderno" desta retórica). Esta reação tem vários aspectos, além de diversas características. Tende, por exemplo, a negar que a Itália moderna seja herdeira da tradição romana (a expressão de Lessing sobre os "vermes saídos da decomposição do cadáver romano") ou a negar a própria importância desta tradição. No livro de Wells, *Breve história do mundo* (ed. Laterza, com apêndice polêmico do tradutor Lorizio), esta reação assume diversos aspectos: 1) nega que a história mundial antiga se unifique no Império Romano, ampliando a visão histórica mundial com a história da China, da Índia e dos mongóis; 2) tende a desvalorizar em si a grandeza da história romana e de sua tradição, tanto como tendência política (Sacro Império Romano) quanto como tendência cultural (Igreja Católica). No livro de Wells se é exato o primeiro ponto, o segundo sofre de nova projeção de elementos ideológicos e é moralista.

Outro aspecto que deve ser observado é a valorização do elemento não-romano na formação das nações modernas: elemento germânico na formação dos Estados romano-germânicos: este aspecto é cultivado pelos alemães e prossegue na polémica sobre a importância da Reforma como premissa da modernidade. Porém, na formação dos Estados romano-germânicos, além do elemento romano e do germânico, existe um terceiro e talvez mesmo um quarto elemento; na França, além do elemento romano e do elemento franco, existe o elemento céltico, dado pela autóctone população gálica; na Es-

panha, existe ainda, ademais, o elemento árabe com sua influência científica na Idade Média. A respeito do elemento gálico na formação da civilização francesa, houve sempre toda uma literatura, de caráter misto histórico e popular. Na época mais recente, deve-se examinar a *Histoire de la Gaule*, de Camille Julien, onde (no vol. VIII, pág. 311) pode-se ler que é tempo de acabar com a "obsessão da história imperial", sendo "necessário que saibamos nos desembaraçar dos modos de sentir e de pensar que são heranças do Império Romano. Os preconceitos quase insuperáveis, mediante os quais saímos da educação clássica, o historiador deve saber vencer-los". Pelo artigo "A figura de Roma num historiador celtista", de Pietro Barocelli, publicado na Nuova Antologia de 16 de março de 1929, podemos observar que Julien, ao que parece, substituiu estes preconceitos por outros (a celtomania), mas, de qualquer modo, é notável o fato de que um historiador acreditado como Julien, membro da Academia, tenha dedicado um escrito tão monumental a defesa de suas teses e tenha ganho o prêmio da Academia. Barocelli acredita que "o crime com o qual se encara hoje nosso País, quase de toda parte, revela-se também na simpatia com a qual são acolhidas no exterior as publicações que, de uma ou de outra maneira, buscam diminuir o nome de Roma e da Itália. Desta natureza, precisamente, é a referida *Histoire de la Gaule*, obra afortunada pela difusão, imponente pelo tamanho, autorizada pelo nome do escritor"; e acredita ainda que, "quanto aos esfregões que hoje se tenta sobre a figura de Roma antiga, bem sabemos que Roma senhora e mestra de povos tem sobre, si, para alguns, uma grave culpa; Roma, desde seus inícios, foi sempre Itália". Aos preconceitos históricos que combate, Barocelli substitui, também ele, seus próprios preconceitos; e, o que é mais importante, empresta-lhes uma roupagem política. O assunto deveria ser estudado de um modo despreconcebido: que coisa permanece até hoje, de próprio e inconfundível, da tradição romana? Muito pouco, concretamente: a atividade mais especificamente moderna é a econômica, tanto teórica como prática, bem como a científica: delas, nada continua o mundo romano. Mas, mesmo no campo do direito, em que relação exata se encontra o romanismo com as contribuições do germanismo e com as

anglo-saxónicas mais recentes? e qual é a área geográfica na qual o direito romano teve maior difusão? Deve-se ainda notar que, na forma sob a qual se tornou tradicional, o direito romano foi elaborado em Constantinopla, após a queda de Roma. Quanto à tradição estatal romana, é verdade que a Itália enquanto tal (isto é, na figura que hoje assumiu) não lhe deu continuidade (observação de Sorel). Acompanhar as publicações de Ezio Levi sobre o arabismo espanhol e sobre a importância dele para a civilização moderna.

Sicília e Sardenha. Para o diverso peso que exerce a grande propriedade na Sicília e na Sardenha e, portanto, para a diversa posição relativa dos intelectuais, o que explica o caráter diverso dos movimentos político-culturais, valem as seguintes cifras: na Sardenha, apenas 18% do território pertence a entidades públicas, o resto é propriedade privada; da área cultivável, 50% compreende propriedades inferiores a 10 ha. e apenas 4% possui mais de 200 ha. Sicília: em 1907, Lorenzoni assinalava 1.400 propriedades de mais de 200 ha., com uma extensão de 717.729, 16 ha., isto é, 29,79% da extensão cadastral da ilha era possuído por 787 proprietários. Em 1929, Molé constatava 1.055 latifúndios de mais de 200 ha., com extensão conjunta de 540.700 ha., isto é, 22% da área agrária e florestal (mas se trata de um verdadeiro fracionamento do latifúndio?). Por outro lado, deve-se levar em conta a diferença histórico-social-cultural dos grandes proprietários sicilianos em relação aos sardos: os sicilianos tem uma grande tradição e são fortemente unidos. Na Sardenha, não existe nada disso.

Intelectuais sicilianos. Rivalidade entre Palermo e Catania na disputa do primado intelectual da ilha -- Catania é chamada de Atenas siciliana, aliás de sicula Atene. Celebridade de Catania: Domenico Tempio, poeta licencioso, cuja atividade se dá após o terremoto de 1693 que destruiu Catania (Antônio Prestinzenza relaciona o tom licencioso do poeta à ocorrência do terremoto -- morte -- vida -- destruição -- fecundidade). Vincenzo Bellini, contraposto a Tempio por sua melancolia romântica. Mário Rapisardi é a gib-

ria moderna de Catania. Garibaldi lhe escreve: "Na vanguarda do progresso, nós lhe seguiremos"; e Victor Hugo: "Voos êtes un précurseur" Rapisardi — Garibaldi Victor Hugo — Polémica Carducci-Rapisardi. — Rapisardi-De Felice (em 19 de maio, de Felice conduzia a passeata aos portões de Rapisardi). -- Populismo socialista misturado com o culto supersticioso de Santa Agata: quando Rapisardi estava na hora de morrer, pretendeu-se que ele retornasse à igreja: "Assim viveu Argante, e morreu assim como viveu", disse Rapisardi -- Ao Lado de Rapisardi — Verga, Capuana, De Roberto, que porém não são considerados "sicilianísimos", mesmo porque eram ligados às correntes continentais e eram amigos de Carducci. Catania e Abruzzo na literatura italiana do Século XIX.

História literária e da cultura. A origem da teoria americana (referida por Cambon em seu prefácio a um livro de Ford) segundo a qual, em cada época, os grandes homens são grandes na atividade fundamental da própria época, razão pela qual seria absurdo "reprovar" aos americanos por não possuírem grandes artistas já que eles possuem "grandes técnicos", do mesmo modo como seria absurdo reprovar ao Renascimento por ter possuído grandes pintores e escultores -- mas não grandes técnicos -- as origens desta teoria podem ser encontradas em Carlyle (Sobre os heróis e o heroísmo). Carlyle deve afirmar, mais ou menos, que se Dante tivesse tido de agir como guerreiro, ou seja, se fosse obrigado a desenvolver sua personalidade num momento de necessidade militar, teria sido grande do mesmo modo, isto é, o heroísmo seria quase como uma forma que se enche do conteúdo heróico que prevalece numa época ou ambiente determinado.

Pode-se afirmar, todavia, que em épocas de envilecimento público, de esmagamento, é impossível qualquer forma de "grandeza". Onde o grande caráter moral é combatido, não pode existir grande artista. Metastasio não pode ser Dante ou Alfieri. Onde prospera Ojetti pode existir um Dante? Talvez um Michele Barbil Mas a questão, em geral, não me parece séria, se for colocada sobre a necessidade de que apareçam grandes gênios. Pode-se julgar, tão-somente,

da atitude diante da vida, mais ou menos conformista ou heroica, metastasiana ou alfiariana, o que certamente não é pouca coisa. Não se deve excluir o fato de que, onde a tradição deixou um largo estrato de intelectuais e um vivo ou prevalente interesse por certas atividades, desenvolvam-se "gênios" que não correspondam à época em que vivem concretamente, mas àquelas nas quais vivem "ideal" ou culturalmente. Maquiavel poderia ser um deles. Ademais, esquece-se que toda época ou ambiente é contraditório e que alguém expressa e corresponde à própria época ou ambiente, não somente colaborando com as formas de vida oficial, como também combatendo-as implacavelmente. Ao que parece, também neste assunto deve-se levar em conta a questão dos intelectuais e de seu modo de selecionar-se nas várias épocas de desenvolvimento da civilização. E, a partir deste ponto de vista, pode existir muito de verdade na afirmação americana. Épocas progressistas no campo prático podem não ter tido ainda tempo de se manifestarem no campo da criação estética e intelectual, ou podem ser -- neste campo -- atrasadas, filistéias, etc.

O italiano *mesquinho*. "O latim é estudado obrigatoriamente em todas as escolas superiores da América do Norte. A história romana é ensinada em todos os institutos, e este ensino *rivaliza*, se não supera, o que é ministrado nos ginásios e liceus italianos, já que nas escolas americanas a história clássica de Roma antiga é traduzida fielmente de Tácito e de César, de Salústio e de Tito Livio, enquanto na Itália *recorre-se*, com muita frequência e *de modo absoluto*, às de formantes (sic) traduções de Leipzig -- Filippo Virgili. "A expansão da cultura italiana", *Nuova Antologia*, 1^o de dezembro de 1928 (o trecho citado está na pág. 346); (é impossível ser erro de impressão, dado o sentido de toda a frase! E Virgili é professor universitário, tendo cursado as escolas clássicas!)

Giovanni Rizzi ou *do italiano mesquinho*. Louis Reynaud, que deve ser um discípulo de Maurras, escreveu um livro, *Le Romantisme* (Les origines anglo-germaniques. In-

fluentes étrangères et traditions nationales. Le réveil du génie français), Paris, Colin, a fim de expor amplamente e de demonstrar uma tese própria do nacionalismo integral: a de que o Romantismo é contrário ao gênio francês e é uma importação estrangeira, germânica e anglo-alemã. Nesta proposição, para Maurras e sem dúvida também para Reynaud, a Itália é e deve estar com a França (ou melhor, com as nações católicas em geral, com o catolicismo); elas são solidárias contra as nações protestantes, o latinismo contra o germanismo. O Romantismo é uma infecção de origem germânica, infecção para a latinidade, para a França, que foi sua grande vítima: em seus países de origem, Inglaterra e Alemanha, o Romanti.* foi e será algo sem conseqüências, mas -- na França -- ele se tomou o espírito das revoluções sucessivas, de 1789 em diante, destruiu ou devastou a tradição, etc., etc.

Ora, eis como o Prof. Giovanni Rizzi, autor de um livro ultramedioce, ao que parece, sobre o Século XVI (o que não é de espantar, a julgar pelo modo como ele trata das correntes de pensamento e de sentimentos), vê o livro de Reynaud, num artigo ("O romantismo francês e a Itália") publicado nos *Libri del giorno* de junho de 1929. Rizzi ignora os "antecedentes", ignora que o livro de Reynaud é mais político do que literário, ignora as proposições do nacionalismo integral de Maurras no campo da cultura e vai buscar, com sua lanterninha de italiano mesquinho, os traços da Itália no livro. Deus meu! A Itália não existe, a Itália é descurada, portanto, é desconhecida! "É verdadeiramente singular o silêncio quase absoluto no que se refere à Itália. Dir-se-ia que, para ele (Reynaud), a Itália não existe nem jamais existiu: não obstante, ele deve tê-la encontrado diante dos olhos a cada momento. Reynaud recorda que o Século XVII, na civilização européia, é francês. E Rizzi: "Seria preciso um esforço heróico para notar, pelo menos de passagem, o quanto a França do Século XVII deve à Itália do Século XVI? Mas a Itália não existe para os nossos bons irmãos transalpinos". Que tristeza! Reynaud escreve: "*Les anglais, puis (es allemands, nous communiquent leur "superstition" de ranti-que*". E Rizzi: "Oh! Vejam. de onde a França toma a adoração pelos antigos! da Inglaterra e da Alemanha! E o Renas-

cimento italiano, com seu maravilhoso poder de difusão na Europa e — sim, precisamente aí — também na França? Cancelado da história..." Outros exemplos são, contudo, divertidos: "Ostentada ou inconsciente indiferença ou ignorância com relação à Itália", a qual, segundo Rizzi, não acrescenta valor à obra, "mas, pelo contrário, sob certos aspectos, muito o atenua e diminui". Conclusão: "Mas nós, que somos os filhos primogênitos (ou melhor, segundo o pensamento de Balbo, filhos únicos) de Roma, nós somos senhores de raça e não praticamos pequenas vinganças", reconhecendo, portanto, que a obra de Reynaud é ordenada, aguda, erudita, muito lúcida, etc., etc.

Rir ou chorar. Recordo este episódio: falando de um Tizio, um articulista recordava que um antepassado do herói fora lembrado por Dante na Divina *Comédia*, "este livro de ouro da nobreza italiana". De fato, era lembrado, mas num abismo profundo do Inferno: isto não importa, para o italiano mesquinho: ele não percebe, por causa de sua mania de grandeza, típica do nobre decadente, que Reynaud não falava da Itália em seu livro -- pretendia fazer a ela a maior homenagem, de seu ponto de vista. Mas a Rizzi importa o fato de que Manzoni só tenha sido lembrado numa notinha de pé de página!

Nota. Cf. "O número como torça no pensamento de Giovanni Botero", de EMU.to ZANETrE, ha Nuova *Antologia* de 19 de setembro de 1930. É um artigo superficial, do tipo jornalístico de ocasião. O significado da importância dada por Botero ao "fato" da população não tem o mesmo valor que poderia ter atualmente. Botero é um dos escritores da época da Contra-Reforma mais tipicamente cosmopolita e a-italiano. Ele fala da Itália como de qualquer outro país, e os problemas políticos dela não o interessam particularmente. Critica a " vaidade " dos italianos que se consideram superiores a outros países e demonstra que esta pretensão é infundada. Deve-se estudá-lo por vários motivos (razão de Estado — maquiavelismo — tendência jesuítica). Giorda escreveu sobre Botero; mais recentemente, ensaios, etc. Por causa deste artigo, Zanette poderia entrar no parágrafo dos "italianos mesquinhos".

Regionalismo. Cf. LEONARDO OISCHKI, "Kulturgeographie Italiens", in *Preussische Jahrbücher*, janeiro de 1927, págs. 19-36. O Leonardo de fevereiro de 1927 o julga: "Vivaz e muito bem feito estudo do regionalismo italiano, de seus aspectos presentes e de suas raízes históricas .

Intelectuais Italiano:
no Exterior

História nacional e história da cultura (européia ou mundial). A atividade dos elementos dirigentes que operaram no exterior, bem como a atividade da emigração moderna, não podem ser incorporadas à história nacional, como o deve ser, ao contrário, a atividade de elementos similares em outras condições. Uma classe de um país pode servir num outro país, mantendo suas ligações nacionais e estatais originárias, isto é, como expressão da influência política do país de origem. Durante um certo tempo, os missionários ou o clero nos países do Oriente exprimiam a influência francesa, ainda que este clero apenas parcialmente fosse constituído por cidadãos franceses, influência devida às ligações entre a França e o Vaticano. Um estado-maior organiza as forças armadas de um outro país, encarregando do trabalho técnicos militares de seu grupo, que não perdem — muito pelo contrário -- sua nacionalidade. Os intelectuais de um país influenciam a cultura de um outro país e a dirigem. Uma emigração de trabalhadores coloniza um país sob a direção direta ou indireta de sua própria classe econômica e política dirigente. A força expansiva, a influência histórica de uma nação, não pode ser medida pela intervenção individual de pessoas singulares, mas pelo fato de que estas pessoas singulares expressem consciente e organicamente um bloco social nacional. Se assim não ocorre, deve-se falar tão-

somente de fenômenos de uma certa importância cultural pertencentes a fenômenos históricos mais complexos, como o que ocorre na Itália, durante muitos séculos: o de ser a origem "territorial" de elementos dirigentes cosmopolitas e de continuar parcialmente a sé-lo pelo fato de que a alta hierarquia católica é italiana em sua maior parte. Historicamente, esta função internacional foi a causa da debilidade nacional e estatal: o desenvolvimento das capacidades não ocorreu em função das necessidades nacionais, mas das internacionais; por isso, o processo de especialização técnica dos intelectuais seguiu caminhos anormais do ponto de vista nacional, já que serviu para criar o equilíbrio de atividades e de ramos de atividades não de uma comunidade nacional, mas de uma comunidade mais ampla que queria "integrar" seus quadros nacionais. Este ponto deve ser bem desenvolvido, com precisão e exatidão.

Intelectuais estrangeiros na Itália. Um outro aspecto da função cosmopolita dos intelectuais italianos que deve ser estudado, ou pelo menos referido, é o que se desenrola na própria Itália, atraindo estudantes para as universidades e estudos que pretendiam se aperfeiçoar. Neste fenômeno de imigração de intelectuais estrangeiros para a Itália, deve-se distinguir dois aspectos: imigração para ver a Itália como território-museu da história passada, que foi permanente e que ainda dura com maior ou menor amplitude, a depender da época; a imigração para assimilar a cultura viva sob a guia dos intelectuais italianos vivos. E esta segunda que interessa para a investigação em pauta. Como e por que ocorre que, num certo momento, sejam os italianos a emigrar e não os estrangeiros a vir para a Itália? (Com a relativa exceção dos intelectuais eclesiásticos, cujo ensino na Itália continua a atrair discípulos para nosso País até hoje; neste caso, porém, deve-se levar em conta que o centro romano tem-se internacionalizado relativamente.) Este ponto histórico é da máxima importância; os outros países adquirem consciência nacional e querem organizar uma cultura nacional, a cosmópole medieval entra em decadência, a Itália como território perde sua função de centro internacional de cultura, não se

nacionaliza por si mesmo, mas seus intelectuais continuam a desempenhar a função cosmopolita, afastando-se do território e agrupando-se no exterior.

Debilidade nacional da classe dirigente. Antes da Revolução Francesa, isto é, antes que se constituísse organicamente uma classe dirigente nacional, havia uma emigração de elementos italianos representantes da técnica e da capacidade diretiva, elementos que enriqueceram os Estados europeus com sua contribuição. Após a formação de uma burguesia nacional e do advento do capitalismo, iniciou-se a emigração do povo trabalhador, que ia aumentar a mais-valia dos capitalismos estrangeiros: a debilidade nacional da classe dirigente, assim, atuou sempre negativamente. Ela não emprestou disciplina nacional ao povo, não o fez sair do municipalismo no sentido de uma unidade superior, não criou uma situação econômica que reabsorvesse as forças de trabalho emigradas, de modo que estes elementos se perderam, em grande parte, incorporando-se às nações estrangeiras em funções subalternas."

Desaparecimento da Função cosmopolita dos intelectuais italianos. Poder-se-ia, talvez, fazer coincidir o desaparecimento da função cosmopolita dos intelectuais italianos com o florescimento dos aventureiros do Século XVIII: a Itália, num certo momento, não mais fornece técnicos à Europa — ou por já terem as outras nações elaborado uma classe culta própria, ou pelo fato da Itália não mais produzir capacidades à medida em que nos afastamos do Século XVI; e os caminhos tradicionais de "fazer fortuna" no exterior são per-

" "Pour Nietzsche, l'intellectuel est 'chez lui', non pas là où il est né (la naissance, c'est de l'histoire), mais là où lui-même engendre et met au monde: *Über pater sum, ibi patria, 'là où je suis père, où j'engendre, là est ma patrie'*, et non pas où il fut engendré. STEFAN ZAMIA, "Influence du Sud sur Nietzsche", *Nouvelles Littéraires*, 19 de julho de 1930 (trata-se, talvez, de um capítulo de um livro traduzido por Alzir Hella e Olivier Bounrac).

corridos agora por charlatões que exploram a tradição. Deve-se examinar este problema e colocá-lo em termos exatos.

A pátria de Cristóvão Colombo. O particular chauvinismo italiano tem uma de suas manifestações na literatura que reivindica as invenções, as descobertas científicas. Falo do "espírito" com o qual estas reivindicações são feitas, não do fenómeno em si: não se trata, em suma, de contribuições à história da técnica e da ciência, mas de "fragmentos" jornalísticos de cor chauvinista. Penso que muitas reivindicações são... ociosas, no sentido de que não é suficiente ter dado o impulso inicial, sendo necessário saber tirar dele todas as conseqüências e aplicações práticas. De outro modo, chegaria-se à conclusão de que nunca se inventou nada, pois... os chineses já conheciam tudo. No que toca a muitas reivindicações, estes especialistas (como é o caso de Savorgnan de Brazza) de glórias nacionais não percebem que estão emprestando à Itália a função da China. Em torno deste problema, pode-se reunir toda a literatura sobre a pátria de Cristóvão Colombo. Ao que me parece, trata-se de uma literatura completamente inútil e ociosa. A questão deveria ser colocada do seguinte modo: por que nenhum Estado italiano ajudou Cristóvão Colombo, ou por que Colombo não se dirigiu a nenhum Estado italiano? Em que consiste, portanto, o elemento "nacional" da descoberta da América? O nascimento de Cristóvão Colombo neste e não naquele ponto da Europa tem um valor episódico e casual, pois ele próprio não se sentia ligado a um Estado italiano. A questão, a meu ver, deveria ser definida historicamente, estabelecendo-se que a Itália desempenhou, durante muitos séculos, uma função internacional-européia. Os intelectuais e os especialistas italianos eram cosmopolitas e não italianos, não nacionais. Homens de Estado, capitães, almirantes, cientistas, navegadores italianos não tinham um caráter nacional, mas sim cosmopolita. Não vejo porque este fato deva diminuir sua grandeza ou minimizar a história italiana, que foi aquilo que foi, e não a

fantasia dos poetas ou a retórica dos declamadores; ter uma função européia, eis a característica do "génio italiano", do Século XV à Revolução Francesa.

Individuos e nações. A respeito da questão das glórias nacionais ligadas às invenções de individuos geniais, cujas descobertas e invenções, porém, não tiveram aplicação ou reconhecimento no país de origem, pode-se observar ainda o seguinte: que as invenções e descobertas podem ser, e o são freqüentemente, casuais; e o só isso, mas que os inventores individuais podem ser ligados a correntes culturais e científicas que tiveram origem e desenvolvimento em outros países, em outras nações. Por isso, uma invenção ou descoberta perde o caráter individual e casual e pode ser julgada nacional quando o individuo fôr estreita e necessariamente ligado a uma organização de cultura que tenha caráter nacional, ou quando a invenção for aprofundada, aplicada, desenvolvida em todas as suas possibilidades pela organização cultural da nação de origem. Fora destas condições, não resta senão o elemento "raça", isto é, uma entidade imponderável, que pode ademais ser reivindicada por todos os países e que se confunde, em última análise, com a chamada "natureza humana". Pode-se, portanto, chamar de "nacional" o individuo que é conseqüência da realidade concreta nacional ou que inicia uma fase determinada da operosidade prática ou teórica nacional. Seria necessário, após isso, ressaltar o fato de que uma nova descoberta que se conserva como algo inerte não é um valor: a "originalidade" consiste tanto em "descobrir" quanto em "aprofundar", em "desenvolver" e em "socializar", isto é, em transformar em elemento de cultura universal; mas, precisamente nestes campos, manifesta-se a energia nacional, que é coletiva, que é o conjunto das relações internas de uma nação.

Técnicos militares *italianos* e arte militar italiana. Na guerra de Flandres, travada pelos espanhóis no fim do Século XVI, uma grande parte do elemento técnico-militar e do génio era constituída por italianos. Capitães de grande fama, como Alessandro Farnese, duque de Parma, Ranuccio Far-

nese, Ambrogio Spinola, Paciotto da Urbino, Giorgio Basta, Giambattista del Monte, Pompeo Giustiniano, Cristoforo Mondragone e muitos outros menores. A cidade de Namur foi fortificada por dois engenheiros italianos: Gabrio Serbelloni e Scipione Campi."

Nesta pesquisa sobre a função cosmopolita das classes cultas italianas, deve-se levar particularmente em conta a contribuição de técnicos militares, por causa do valor mais estritamente "nacional" que sempre teve o serviço militar. A questão se liga a outras pesquisas: como se tinham formado estas capacidades militares? A burguesia das Comunas teve também uma origem militar, no sentido de que sua organização de classe foi originariamente também militar, bem como no sentido de que, através de sua função militar, conseguiu tomar o poder. Esta tradição militar se quebrou depois da chegada ao poder, depois que a Comuna aristocrática se tornou Comuna burguesa. Como, por quê? Como se formaram as companhias aventureiras, e mediante quais origens necessárias? De que condição social, em sua maioria, eram os *condottieri*? Ao que me parece, eram pequenos nobres; mas de que nobreza? Da feudal ou da mercantil? Como se haviam formado estes chefes militares do fim do Século XVI e dos séculos posteriores?

Naturalmente, o fato de que os italianos tenham participado com tanta validade na guerra da Contra-Reforma tem um significado particular; mas participaram também na defesa dos protestantes? Não se deve confundir esta contribuição de técnicos militares com a função desempenhada

¹⁴ (Cf. "Um general de cavalaria (taló-albanês: Giorgio Basta", de EUGENIO BAEBAEICH, na Nuova Antologia de 18 de agosto de 1928.) "Em 1563, durante a guerra civil contra os huguenotes, no assédio de Orleães — empreendido pelo Duque de Guisa — o engenheiro militar Bartolomeo Campi de Pesaro, que tinha no exército atacante o cargo que ora chamaríamos de 'comandante da engenharia', mandou fabricar uma grande quantidade de pequenos sacos que, cheios de terra, foram conduzidos nas costas dos soldados até formarem em pouco tempo uma barricada e, enquanto esperavam o momento de atacar, os assaltantes permaneceram protegidos das ofensivas dos que se defendiam" (ENMCO aneën, "Um notável aspecto das campanhas de César nas Gálias", Nueva Antologia, 1º de janeiro de 1929).

pelos suíços, por exemplo, como mercenários internacionais, ou pelos cavaleiros alemães na França (reitres) ou pelos arqueiros escoceses na própria França; e isto precisamente porque os italianos não forneceram apenas técnicos militares, mas técnicos do génio (engenheiros), da política, da diplomacia, etc.

Barbarich (creio mesmo que ele seja general) conclui seu artigo sobre Basta com este período: "A longa prática de quarenta anos de campanhas nas ásperas guerras de Flandres, da França e da Transilvânia, proporcionaram a Giorgio Basta uma extraordinária confirmação prática à sua lúcida e clara teoria, que foi retomada por Montecuccoli. Recordar hoje uma e outra é obra de reivindicação histórica devida, de boa propaganda solícita de nossas tradições, as quais afirmam a indiscutida e luminosa prioridade da arte militar italiana nos grandes exércitos modernos".

Mas pode-se falar neste caso de uma arte militar italiana? Do ponto de vista da história da cultura, pode ser interessante saber que Farnese era italiano, Napoleão corso ou Rothschild judeu; historicamente, contudo, suas atividades individuais foram incorporadas ao Estado no qual serviram ou à sociedade na qual atuaram. O exemplo dos judeus pode fornecer um elemento de orientação para julgar a atividade destes italianos, mas só até um certo ponto: na realidade, os judeus tiveram um caráter nacional maior do que estes italianos, no sentido de que existia na ação daqueles uma preocupação de caráter nacional que não existia nestes italianos. Pode-se falar de tradição nacional quando a genialidade individual é incorporada ativamente, isto é, política e socialmente, à nação da qual saiu o indivíduo,¹⁵ quando ela transforma o próprio povo e lhe imprime um movimento que forma precisamente a tradição. Onde existe uma continuidade deste tipo entre Farnese e hoje? As transformações, as atualizações, as inovações trazidas por estes técnicos militares à sua arte incorporaram-se na tradição francesa, espanhola ou austríaca: na Itália, tornaram-se números de catálogos bibliográficos.

¹⁵ Os estudos sobre o judaísmo e sua função internacional podem fornecer muitos elementos de caráter teórico para esta investigação.

O exílio político na Idade Média. Em que medida a atração para toda a Europa de personalidades italianas eminentes e médiocres (mas de um certo vigor de caráter) deve-se aos resultados das lutas internas das facções comuns, isto é, ao exílio político? Este fenômeno foi persistente após a segunda metade do Século XIII: lutas comuns com dispersão das facções vencidas, lutas contra os principados, elementos de protestantismo, etc., até 1848; no Século XIX, o exílio político muda de caráter, pois os exilados são nacionalistas e não se deixam absorver pelos países para os quais emigram (nem todos, porém: que se recorde Antônio Panizzi, que se tomou diretor do British Museum e barão inglês). Deve-se levar em conta este elemento, mas ele não é certamente o que prevalece no fenômeno geral.

Assim, num certo período, deve-se levar em conta o fato de que os príncipes italianos casavam suas filhas com príncipes estrangeiros, e cada nova rainha de origem italiana levava consigo um certo número de literatos, artistas, cientistas italianos (para a França com as Médices, para a Espanha com a Farnese, para a Hungria, etc.), além de se tornarem um centro de atração depois da subida ao trono.

Todos estes fenômenos devem ser estudados, devendo-se ainda fixar exatamente sua importância relativa, de modo a dar o valor merecido ao fato fundamental. No artigo sobre "Petrarca em Montpellier", na Nuova Antologia de 16 de julho de 1929, Carlo Segrè recorda como ser Petrarco, banido de Florença e estabelecido em Carpentras, pretendeu que seu filho frequentasse a Universidade de Montpellier a fim de aprender a atividade jurídica. "A escolha, ademais, era das melhores, pois na Itália e no sul da França era então enorme a procura de juristas; por parte de príncipes e de governos municipais, que lhes empregavam como juizes, magistrados, embaixadores ou assessores; além disso, restava-lhes franqueado o exercício privado da advocacia, menos honorífico mas sempre vantajoso para quem não carecesse de desembaraço". A Universidade de Montpellier foi fundada em 1160 pelo jurista Piacentino, que se havia formado em Bolonha e tinha levado para a Provença os métodos de ensino de Irnerio (este Piacentino, porém, era italiano?. É preciso sempre investigar, pois os nomes italianos podem ser apelido ou italianizações). Por certo, muitos italianos foram

requisitados do exterior para organizarem as universidades baseadas nos modelos bolonhês, paduano, etc.

Um "Dicionário dos italianos no exterior". Cesare Balbo escrevera: "Uma história inteira, magnífica e peculiar à Itália deveria ser feita a respeito dos italianos fora da Itália". Em 1890, foi publicado um esboço de Dicionário dos italianos no exterior, como obra póstuma de Leo Benvenuti (um estudioso modesto). No prefácio, Benvenuti observava que, dadas as condições as pesquisas biográficas em sua época, não seria possível ir além de um índice, que deveria servir para quem pretendesse escrever a história. As categorias nas quais Benvenuti subdivide o elenco onomástico (as principais) são: embaixadores, antiquários, arquitetos, artistas (dramáticos, coreográficos, acrobatas), astrônomos, botânicos, cantores, eruditos, filósofos, físicos, geógrafos, juristas, gravadores, engenheiros (civis e militares), linguistas, professores, matemáticos, médicos e cirurgiões, professores de música, comerciantes, missionários, naturalistas, nuncios apostólicos, pintores, escultores e poetas, soldados (marítimos e terrestres), soberanos, historiadores, teólogos, eclesiásticos, viajantes, estatísticos.*

Como se observa, Benvenuti não tinha outro ponto de vista além do da nacionalidade, e sua obra -- se completa teria sido um recenseamento dos italianos no exterior. A meu ver, a pesquisa deve ser de caráter qualitativo, isto é, deve estudar como as classes dirigentes (políticas e culturais) de uma série de países foram reforçadas por elementos italianos, os quais contribuíram para criar uma civilização nacional de tais países, ao passo que na Itália inexistia precisamente uma classe nacional, que não conseguia se formar: é esta emigração de elementos dirigentes que representa um fato histórico peculiar, correspondente à impossibilidade italiana de utilizar e unificar seus cidadãos mais enérgicos e empreendedores. Benvenuti partia do ano 1000.

Promovida pelo chefe do governo, confiada ao Ministério dos Negócios Exteriores, com a colaboração do Real Instituto de Arqueologia e História da Arte, está em preparação uma volumosíssima publicação, intitulada A obra do gé-

neo italiano no exterior. A idéia, ao que parece, foi sugerida por Gioacchino Volpe, que deve ter escrito o programa da obra. Num discurso da Academia, Volpe anunciou previamente este trabalho.¹⁸ No programa, se lê: "A história do gênio italiano no exterior, que pretendemos narrar, negligencia os tempos antigos que nós destacamos de séculos obscuros e pane da civilização que, iniciada após o Século XI, atingiu (ainda que com altos e baixos) nossos dias, renovada por conquistas ideais e políticas, e de onde resulta a moderna unidade da alma e da pátria italianas. Sera uma obra objetiva, isenta de antagonismos e de polémicas, mas de justa celebração, já que o gênio italiano -- considerado em seu conjunto — operou no mundo para o bem de todos". A obra será dividida em doze séries, as quais são indicadas em ordem progressiva, advertindo-se que cada série compreenderá um ou mais volumes, distribuídos em princípio de acordo com o critério geográfico. As doze séries seriam: 1) Artistas de todas as artes; 2) Musicistas; 3) Literatos; 4) Arquitetos militares; 5) Pessoas ligadas à guerra; 6) Pessoas ligadas à navegação marítima; 7) Exploradores e Viajantes; 8) Príncipes; 9) Políticos; 10) Santos sacerdotes missionários; 11) Cientistas; 12) Banqueiros, comerciantes, colonizadores. A obra será ricamente ilustrada. A Comissão Diretora é composta pelo Prof. Giulio Quirino Giglioli, por S. E. Vincenzo Lojacono e pelo Sen. Corrado Ricci. O Secretário-Geral da Comissão é o Barão Giovanni Di Siura. A edição será de 1000 exemplares, dos quais 50 de luxo. (Estas notícias são extraídas do Marzocco, de 6 de março de 1932.)

Na *Italia che scrive* de outubro de 1929, Dino Provenzal -- na rubrica "Libri da fare" -- propõe Uma história dos intelectuais italianos fora da *Itália*, e escreve: "Exigia-o Cesare Balbo há muitas anos, como recorda Croce em sua recente História da época barroca na Itália. Quem colhesse notícias. amplas, seguras, documentadas, a respeito da obra

re Gioacchino Volpe, no artigo (discurso) "O primeiro ano da Academia Italiana" (Nuova Antologia, 16 de junho de 1930), na pág. 494, entre os livros de história que a Academia (Seção de Ciências Morais-Históricas) desejaria que fossem escritos, indica: "Livros dedicados àquela admirável irradiação de nossa cultura, ocorrida entre os Séculos XV e XVII, da Itália para a Europa, ao passo que partiam da Europa para a Itália as novas invasões e domínios".

de nossos enterrâneos exilados, ou simplesmente emigrados, revelaria um lado ainda desconhecido da aptidão que os italianos sempre possuíram de divulgar idéias e de construir obras em todas as partes do mundo. Croce, ao recordar o projeto de Balbo, diz que esta não seria uma história da Italia. Depende de como se compreenda o problema: é, por certo, uma história do pensamento e do trabalho italianós".

Nem Croce nem Provenzal entendem o que poderla ser esta pesquisa. Ver e estudar esta parte de Croce, que observa o fenômeno, ao . parece, como estreitamente ligado (ou exclusivamente ligado) à Contra-Reforma e às condições da Italia no Século XVII. Ora, ao contrário, é certo que precisamente a Contra-Reforma devia acentuar automaticamente o caráter cosmopolita dos intelectuais italianos e sua separação da vida nacional: Botero, Campanella, etc., são políticos "europeus", etc.

Trecho de um artigo de Arturo Pompeati ("Tres séculos de italianismo na Europa", Marzocco, 6 de março de 1932) sobre o livro de Antero Meozzi. *Ação e difusão* da literatura italiana na Europa (Séculos XV-XVII, Pisa, Vallerrini, 1932, in 80, págs. XXXII-304): "É o primeiro volume de uma série. O livro é composto de três longos capítulos: 'Os italianos no exterior', 'Estrangeiros na Itália', 'Os caminhos de difusão do italianismo'. Capítulo por capítulo, as subdivisões são metódicas: pals por pals, as correntes, os grupos, os escritores e não-escritores emigrados da Itália ou imigrados para a Itália; e, no último capítulo, os tradutores, os divulgadores, os imitadores de nossa literatura, gênero por gênero, autor por autor. O livro tem o andamento de um repertório de nomes, aos quais corresponde — nas notas -- a bibliografia relativa. São fornecidos, assim, os materiais da 'hegemonia' literária italiana, que durou precisamente três séculos, do XV ao XVII, quando começou a reação antiitaliana; depois, não mais se pode falar de influências italianas na Europa".

A expressão "hegemonia" é aqui errada, pois os intelectuais italianos não exerceram influência como grupo nacional, mas cada indivíduo diretamente, não por emigração de

massa. Pompeati elogia o livro de Meozzi, seja pela coleta dos materiais, seja pelos critérios de pesquisa e pela ideologia moderada. É evidente que, sob muitos aspectos, Meozzi se coloca problemas inexistentes ou retóricos. Muito severo, pelo contrário, é Croce na Crítica de maio de 1931. Segundo Croce, o livro de Meozzi é uma futilidade inútil, uma árida coletânea de nomes e de informações nem novas nem originais: "O autor compilou de livros e artigos conhecidíssimos e, não tendo realizado pesquisas originais em alguns dos vários campos que aborda, não sendo especialista neles, compilou sem discernimento". "Inclusive a exatidão material das informações e das citações deixa muito a desejar". Croce indica uma série de erros de fato e de método bastante graves. Todavia, o livro de Meozzi poderia ser útil para esta rubrica como material para uma primeira aproximação.

Comerciantes de Lucca na França. No *Bolletino storico lucchese* de 1929 ou dos inícios de 1930, apareceu um estudo de Eugenio Lazzareschi sobre as relações dos mercadores de Lucca com a França, na Idade Média. Os habitantes de Lucca, freqüentando ininterruptamente, a partir do Século XII, os grandes mercados urbanos e as famosas feiras de Flandres e da França, haviam-se tomado proprietários de amplas glebas, agentes comerciais e fornecedores das coroas da França e da Borgonha, funcionários e contratantes nas administrações civis e financeiras; tinham contraído casamentos ilustres e eram tão bem aclimatados na França que podiam dizer agora que tinham duas pátrias: Lucca e a França. Por isso, um deles, Galvano Trenta, no início de 1411, escrevia a Paolo Guinigi para que este pedisse ao novo Papa, recém-eleito, que se dirigisse ao rei da França no sentido de solicitar que todo originário de Lucca fosse reconhecido como "burguês" de Paris.

Pippo Spano na Hungria. O Marzocco de 4 de outubro de 1931 resume um artigo do Dr. Ladislao Holik-Barabàs,

publicado na *illustrazione Toscana*, sobre Filippo Scolari, dito Pippo Spano, que foi "uma das mais características figuras entre os italianos que levaram extraordinárias energias para longe da pátria conquistando postos eminentes nos países em que escolheram viver". Scolari foi, sucessivamente, intendente das minas, posteriormente libertador do soberano (Rei Sigismundo da Hungria), Conde de Temesvar, governador geral da Hungria e comandante militar dos húngaros contra os turcos. Pippo Spano morreu em 27 de dezembro de 1426.

A diplomacia, *profissão liberal*. Cf. **RENAUD PRZEZDZIEC**, "**Embaixadores venezianos** na Polônia", Nueva Antologia de P de julho de 1930: "A falta de uma unidade nacional, de uma dinastia única, criava entre os italianos um estado de espírito *independente*, pelo qual cada pessoa que fosse dotada de capacidades políticas e diplomáticas as considerava como um *talento* pessoal, que — de acordo com seu interesse -- podia colocar a serviço de qualquer causa, do mesmo modo como os capitani di ventura dispunham de sua espada. A diplomacia, considerada como uma profissão liberal, criava assim nos Séculos XVII e XVIII o tipo do diplomata sem pátria, do qual o mais clássico exemplo é, provavelmente, o Cardeal Mazzarino". A diplomacia, segundo Przewdziecki, teria encontrado na Itália um terreno natural para nascer e se desenvolver: 1) velha cultura; 2) fracionamento "estatal", que dava lugar a contrastes e lutas políticas e comerciais, favorecendo portanto o desenvolvimento das capacidades diplomáticas. Na Polónia, encontramos diplomatas italianos a serviço de outros Estados; um prelado florentino, Monsenhor Bonzi, foi embaixador da França em Varsóvia, de 1664 a 1669; um Marquês de Monte, bolonhês, foi embaixador de Luis XV junto a Stanislaw Lesczynski; um Marquês Lucchesini foi ministro plenipotenciário do rei da Prússia em Varsóvia, no fim do Século XVIII. Os reis da Polónia serviram-se, freqüentemente, das habilidades diplomáticas dos italianos, ainda que a nobreza polonesa tivesse

aprovado leis que vetavam aos soberanos confiar funções públicas a estrangeiros. Ladislau Jagellone, no princípio do Século XV, havia encarregado um certo Giacomo de Paravesino de missões diplomáticas, como seu embaixador em Veneza, Milão e Mantova. O humanista florentino Filippo Buonaccorsi da Fiesole, dito Callimaco, após ter sido pedagogo dos filhos de Cassimiro III, tornou-se embaixador desse rei junto a Sisto IV; a Inocencio VIII, à República de Veneza e ao Sultão. No Século XVI, foram embaixadores poloneses, em vários Estados, Luigi del Monte, Pietro degli Angeli, os irmãos Magni de Como. No Século XVI, Domenico Roncalli foi ministro de Ladislau IV em Paris e negociou o casamento daquele soberano com Luisa Maria Gonzaga; Francesco Bibboni foi embaixador polonês em Madri, Andrea Bollo foi ministro da Polônia junto à República de Gênova e um certo Dall'Oglio foi encarregado de negócios em Veneza no fim do Século XVIII. Entre os representantes poloneses junto à Santa Sé, encontramos também — na segunda metade do Século XVIII -- um Cardeal Antici e um Conde de Lagnasco. Os italianos criaram a diplomacia moderna; a Santa Sé, durante muitos séculos, foi árbitro em grande parte da política mundial, foi a primeira a instituir nunciaturas estáveis; e a República de Veneza foi o primeiro Estado a organizar um serviço diplomático regular.

Italianos na Rússia. Cf. artigo de FERDINANDO NUNZIANTE, "Os italianos na Rússia durante o Século XVIII", na *Nuova Antologia* de 16 de julho de 1929. Artigo medíocre e superficial, sem indicação de fontes no que toca às informações prestadas. Podem-se tirar dele motivos e indicações genéricas. Já havia declinado a importância dos intelectuais italianos e se iniciava a época dos aventureiros. Nunziante escreve sobre a Rússia do Século XVIII: "Da Alemanha, vinham engenheiros e generais para o exército; da Inglaterra, almirantes para a armada; da França, bailarinos e filósofos, cozinheiros e enciclopedistas; da Itália, principalmente pintores, mestres de capela e cantores". Ele recorda

que os Panini (briginários de Lucca) foram o tronco da família dos condes Panin.

Europa, América, Ásia

Povo e intelectuais modernos nos vários países. Quando principia a vida cultural nos vários países do mundo e da Europa? O que nós dividimos em "história antiga", "medieval" e "moderna", como se pode aplicar aos diversos países? Estas fases diversas da história mundial foram absorvidas pelos intelectuais modernos, inclusive pelos dos países que só recentemente entraram na vida cultural. Todavia, o fato dá lugar a atritos. As civilizações da Índia e da China resistem à introdução da civilização ocidental, a qual, não obstante, sob uma ou outra forma, terminará por vencer. Podem aquelas civilizações originais decair subitamente à condição de folclore, de superstição? Este fato não poderá, porém, acelerar a ruptura entre povo e intelectuais, bem como a expressão por parte do povo de novos intelectuais formados na esfera do materialismo histórico?

Nacionalismo e particularismo. Um artigo de JULIEN BENDA nas *Nouvelles Littéraires* de 2 de novembro de 1929, intitulado "Comment un écrivain sert-il l'universel?", é um corolário do livro *A traição dos intelectuais*. Refere-se a uma obra recente, *Esprit und Geist* de Weschseler, na qual se busca demonstrar a nacionalidade do pensamento e explicar que o Geist alemão é muito diferente do *esprit* francês; convida os alemães a não esquecerem deste particularismo de seu cérebro e, todavia, acredita trabalhar para a união dos povos em virtude de um pensamento de André Gide, segundo o qual se serve melhor ao interesse geral na medida

em que se é mais particular. Benda recorda o manifesto dos 54 escritores franceses publicado no *Figaro* de 19 de julho de 1919, "Manifeste du parti de l'Intelligence", no qual se afirmava: "N'est-ce pas en se nationalisant qu'une littérature prend une *signification plus universelle, un intérêt plus humainement général*?"

Segundo Benda, 'é justo que se serve melhor ao universal na medida em que se é mais particular. Mas uma coisa é ser particular, outra é pregar o particularismo. Aqui reside o equívoco do nacionalismo, que -- na base deste equívoco -- pretende freqüentemente ser o verdadeiro universalista, o verdadeiro pacifista. Ou seja, nacional é diferente de nacionalista. Goethe era ""nacional" alemão, Stendhal "nacional" francês, mas nenhum dos dois era nacionalista. Uma idéia não é eficaz se não for expressa de alguma maneira, artisticamente, isto é, particularmente. Mas um espírito é particular na medida em que é nacional? A nacionalidade é uma particularidade primária; mas o grande escritor se particulariza ainda entre seus conterrâneos e esta segunda "particularidade" não é o prolongamento da primeira. Renan, enquanto Renan, não é absolutamente uma consequência necessária do espírito francês; ele é, em relação com este espírito, um evento original, arbitrário, *imprevisível* (como diz Bergson). Mas, não obstante, Renan permanece francês, do mesmo modo como o homem, mesmo sendo homem, continua a ser um mamífero; mas seu valor, como o do homem, reside precisamente na sua diferença para com o grupo de onde nasceu.

É isto que, precisamente, os nacionalistas não aceitam; para eles, o valor dos grandes intelectuais, dos mestres, consiste em sua semelhança com o espírito de seu grupo, em sua fidelidade, em sua imediatividade na expressão deste espírito (o qual, ademais, é definido como o espírito dos grandes intelectuais, dos mestres, pelo que termina-se sempre por ter razão).

Por que tantos escritores modernos atêm-se tão intensamente à "alma nacional" que afirmam representar? É útil, para quem não tem personalidade, decretar que o essencial é ser nacional. Max Nordau escreve sobre alguém que exclamou: -Dizeis que nada sou. Pois bem; sou, entretanto, alguma coisa: sou um contemporâneo!" Assim, são muitos

os que afirmam ser escritores francesíssimos. Deste modo, constitui-se uma hierarquia e uma organização de fato e isto é o essencial de toda a questão: Benda, como Croce, examina a questão dos intelectuais abstraindo a situação de classe dos próprios intelectuais e a sua função, que se foi tomando cada vez mais precisa graças à enorme difusão do livro e da imprensa periódica.

Mas se esta posição é ex, i*ável nos mediocres, como explicou-la nas grandes personalidades? Talvez a explicação seja coordenada: as grandes personalidades dirigem os mediocres e transferem para eles, necessariamente, determinados preconceitos práticos que não causam dano às suas obras. Wagner (cf. o *Ecce homo*, de Nietzsche) sabia o que fazia quando afirmava que sua arte era expressão do gênio alemão, convidando assim toda uma raça a se aplaudir a si mesma em suas obras.

Mas, em muitos, Benda vê como razão de tal fato a crença de que o espírito é bom na medida em que adota uma certa maneira *coletiva* de pensar, e mau quando busca se individualizar. Quando Barrès escrevia que "*c'est le rôle des maîtres de justifier les habitudes et préjugés qui sont ceux de la France, de manière à préparer pour le mieux nos enfants à prendre leur rang dans la procession nationale*", entendia precisamente que seu dever, bem como o dos pensadores franceses dignos deste nome, consistia em entrar também nesta procissão. Esta tendência teve efeitos desastrosos na literatura (insinceridade). Na política, tal tendência à distinção nacional tornou-se uma guerra de almas nacionais, com suas características de profundidade passional e de ferocidade.

Benda conclui observando que toda esta trabalhadeira para manter a nacionalização do espírito significa que o espírito europeu está nascendo, bem como que é no sentido do espírito europeu que o artista deverá individualizar-se se quiser servir ao universal. A guerra demonstrou, precisamente, que estas atitudes nacionalistas não eram casuais ou devidas a causas intelectuais (erros lógicos, etc.); elas eram e são ligadas a um determinado período histórico, no qual somente a união de todos os elementos nacionais pode ser uma condição de vitória. A luta intelectual, se conduzida fora de uma

luta real que tenda a subverter esta situação, é estéril. é verdade que o espírito europeu está nascendo, e não somente europeu, mas precisamente isto agudiza o caráter nacional dos intelectuais, particularmente do estrato mais elevado.

Os intelectuais franceses. Nas Nouvelles Littéraires de 12 de outubro de 1929, num artigo intitulado "Deux époques littéraires et d'angoisse: 1815-1830 et 1918-1930", Pierre Mille cita um artigo de André Berge na Revue des Deux Mondes, "L'Esprit de la littérature moderne"; na qual se assinala a inquietação das jovens gerações literárias francesas: desilusão, mal-estar, inclusive desespero; não mais se sabe porque se vive, porque se está no mundo. Segundo Mille, este estado de espírito se assemelha àquele de onde nasceu o romantismo, com a seguinte diferença: os românticos se libertavam dele graças à efusão literária, graças ao lirismo, às "palavras" [mas isto é verdade? vários fatos seguiram também o romantismo: 1830, 1831, 1848; existiu a efusão literária, mas não apenas ela]. Hoje, pelo contrário, as jovens gerações não crêem mais na literatura, no lirismo, na efusão verbal, dos quais têm horror: predomina o tédio, o desgosto. Para Mille, trata-se do seguinte: não foi tanto a guerra que mudou o mundo; trata-se de uma revolução social: formou-se um "supercapitalismo" que, aliado tacitamente à classe operária e aos camponeses, ataca a velha burguesia. Mille quer dizer que, na França, existiu um ulterior desenvolvimento intelectual e bancário e que a pequena e média burguesias, que antes pareciam dominar, estão em crise; trata-se, portanto, de uma crise dos intelectuais.

A guerra e a Revolução Russa aceleraram o movimento que já existia antes de agosto de 1914. Crise econômica das classes médias que "n'arrivent même pas à concevoir que vingt-cinq francs ne valent plus que cent sous" e "voudraient que ce soit comme avant"; os operários que pensam: lá, no Leste, existe um país onde o proletário é ditador; classes que eram dirigentes, no passado, e agora não mais dirigem, e que por isso sonham com a Itália fascista. Mille escreve que é muito "oportuno" o que pergunta Emmanuel Berl, na Mort de la pensée bourgeoise, quando pretendia que os escritores.

90% dos quais são burgueses, tivessem simpatia por aqueles que pretendem desapropriá-los!

Alguns traços do quadro me parecem exatos e interessantes. A velha França pequeno-burguesa atravessa uma crise muito profunda, que ainda é mais moral, entretanto, do que imediatamente política.

Emmanuel Berl. Escreveu um livro, Mort de la pensée bourgeoise, que provocou, ao que parece, um certo rebuliço. Em 1929, pronunciou em Médan — na casa de Zola — um discurso por ocasião da peregrinação anual (creio) dos "Amigos de Zola" (democratas, Jeunesses laïques et républicaines, etc.). "Após a morte de Zola e de Jaurès ninguém mais sabe falar do povo ao povo, e nossa 'literatura de estetas' morre por causa de seu egocentrismo". Zola na literatura e Jaurès em política foram os últimos representantes do povo. Pierre Hamp fala do povo, mas seus livros são lidos pelos literatos. V. Margueritte é lido pelo povo, mas não fala do povo. O único livro francês que continua Zola é Le feu, de Henri Barbusse, pois a guerra fizera renascer na França uma certa fraternidade. Atualmente, o romance popular [que entende ele por romance popular?] separa-se cada vez mais da literatura propriamente dita, que se tornou literatura de estetas.

A literatura, separada do povo, morre -- o proletariado, excluído da vida espiritual (!), "n'est plus fondé en dignité" (perde sua dignidade) [é verdade que a literatura se afasta do povo e se torna fenômeno de casta; mas isto leva a uma maior dignidade do povo; a tradicional "fraternidade" não foi senão a expressão da bohème literária francesa, um certo momento da cultura francesa por volta de 1848 e até 1870; teve um certo renascimento com Zola]. "Et autour de nous, nous sentons croître cette famine du peuple, qui nous interroge sans que nous puissions lui répondre, qui nous presse sans que nous puissions le satisfaire, qui réclame une justification de sa peine sans que nous plissions la lui donner. On dirait que les usines géantes déterminent une zone de silence de laquelle l'ouvrier ne peut plus sortir et où l'intellectuel ne peut plus entrer. Tellement séparés que l'intellectuel, issu du milieu ouvrier, n'en retrouve point l'accès". "La fidélité difficile, écrit

Jean Guéhenno, peut-être la fidélité impossible. Le boursier n'établit nullement, comme on pouvait jespérer, un pont entre le prolétariat et la bourgeoisie. Un bourgeois de plus, et c'est bien. Mais ses frères cessent de le reconnaître. Ils ne voient plus en lui un des leurs. Comme le peuple ne participe nullement aux modes d'expression des intellectuels, il faut, ou bien qu'il s'oppose à eux, qu'il constitue une sorte de nationalité avec son langage propre, ou bien qu'il n'ait pas de langage du tout et s'enlise dans une sorte de barbarie".* A culpa é dos intelectuais, que se tornaram conformistas, ao passo que Zola era revolucionário (I), que se tornaram refinados e preciosos no estilo, escritores de diários íntimos, ao passo que Zola era épico.

Mas o mundo se modificou. Zola conhecia um povo que hoje não existe mais, ou que, pelo menos, não tem mais a mesma importância. Alto capitalismo: o operário taylorizado substitui o velho povo, que ainda não se distinguia muito bem da pequena-burguesia, e, que aparece em Zola, bem como em Proudhon, em Victor Hugo, em George Sand, em E. Sue. Zola descreve a indústria nascente. Mas se a tarefa do escritor é agora mais difícil, não deve por isso ser negligenciada.

Portanto, retorno a Zola, retorno ao povo. "Avec Zola donc ou avec rien, la fraternité ou la mort. Telle est notre devise. Tel notre drame. Et telle notre loi".**

o "E, em volta de nós, sentimos crescer esta fome do povo, que nos interroga sem que possamos lhe responder, que nos pressiona sem que o possamos satisfazer, que reclama uma justificação de seu sofrimento sem que possamos dar-lha. Dir-se-ia que as fábricas gigantes determinam uma zona de silêncio, da qual o operário não pode mais sair e onde o intelectual não pode mais entrar. Tão separados, que o intelectual, saído do meio operário, não reencontra de modo algum o caminho para ele". "A fidelidade difícil — escreve Jean Guéhenno — pode ser a fidelidade impossível. O rentista não estabelece absolutamente, como se podia esperar, uma ponte entre o proletariado e a burguesia. Um burguês a mais, eis tudo. Mas seus irmãos deixam de reconhecê-lo. Não mais vêem nele um dos seus. Dado que o povo não participa absolutamente dos modos de expressão dos intelectuais, é necessário ou que ele se oponha a tais modos, que ele constitua uma espécie de nacionalidade com sua linguagem própria, ou que ele não tenha linguagem alguma e caia numa espécie de barbarie". (N. do T.)

o "Portanto, ou com Zola ou com nada, a fraternidade ou a morte. Esta é nossa divisa. Este é nosso drama. E esta é nossa lei". (N. do T.)

Os intelectuais na Espanha. Sobre a função desempenhada pelos intelectuais na Espanha antes da queda da monarquia, deve-se ver o livro do S. de Madariaga, *Espanha*, ensaio de história contemporânea, aos cuidados de Alessandro Schiavi, Laterza, Bari, W32. Deve existir, na Espanha, atualmente, uma ampla literatura sobre o assunto, já que a república se apresenta como uma república de intelectuais. O fenômeno espanhol tem características próprias, peculiares, determinadas pela situação particular das massas camponesas na Espanha. Contudo, deve-se aproximá-lo da função da *intelligentzia* russa, da função dos intelectuais italianos no *Risorgimento*, dos intelectuais alemães sob o domínio francês e dos enciclopedistas do Século XVIII. Mas, na Espanha, a função dos intelectuais na política tem um caráter que é inconfundível e cujo estudo pode valer a pena.

Intelectuais alemães. 1) HANS FRANK, O direito é a injustiça. Nove relatos que são nove exemplos visando a demonstrar que *summum jus, summa injuria*. Frank não é um jovem que queira armar paradoxos: tem cinquenta anos e foi publicada uma antologia de seus relatos de história alemã para as escolas. Homem de fortes convicções. Combate o direito romano, a dura *lex*, e não apenas esta ou aquela lei inumana e antiquada, mas a própria noção de norma jurídica, de uma justiça abstrata que generaliza e codifica, define o direito e pronuncia a sanção.

O caso de Hans Frank não é um caso individual: é o sintoma de um estado de espírito. Um defensor do Ocidente poderia ver nisso a revolta da "desordem alemã" contra a ordem latina, da anarquia sentimental contra a regra da inteligência. Mas os autores alemães a entendem antes como a restauração de uma ordem natural sobre as ruínas de uma ordem artificiosa. O exame pessoal, novamente, se opõe ao princípio da autoridade, que é combatido em todas as suas formas: dogma religioso, poder monárquico, ensino oficial, estado militar, liame conjugal, prestígio paterno e, sobretudo, a justiça que protege estas instituições caducas, a qual não é senão coerção, pressão, deformação arbitrária da vida pública e da natureza humana. O homem é infeliz e mau en-

quanto é preso pela lei, pelo costume, pelas idéias adquiridas. \$ preciso libertá-lo para salvá-lo. A virtude criadora da destruição se tornou um artigo de fé.

Stefan Zweig, H. Mann, Remarque, Glaeser, Leonhard Frank...

2) LEONHARD FRANK, A razão: o herói assassina o seu ex-professor, porque este tinha desfigurado sua alma: o autor defende a inocência do assassino.

3) FRANZ WERFEL: sustenta, num romance, que o assassino não é culpado, mas sim a vítima: nada existe nele de Quincey: trata-se de um ato moral. Um pai, general impetuoso e brutal, destrói a vida do filho ao fazer dele um soldado sem vocação; não comete um delito de lesa-humanidade? Deve ser imolado como sendo duas vezes usurpador: como chefe e como pai. Nasce assim o motivo do parricídio e sua apologia, a absolvição de Orestes; não em nome da piedade pela culpa trágica, mas em razão de um imperativo categórico, de um monstruoso postulado moral. -- A teoria de Freud — o complexo de Édipo -- o ódio pelo pai -- padrão, modelo, rival, expressão primeira do princípio de autoridade -- colocado na ordem das coisas naturais. (Cf. HAUPTMANN, *Michael Kramer*; e a novela de Jakob Wassermann, *Um pai*). A influência de Freud sobre a literatura alemã é incalculável: ela está na base de uma nova ética revolucionária (I). Freud deu um novo aspecto ao conflito eterno entre pais e filhos. A emancipação dos filhos da tutela paterna é a tese em voga entre os romancistas atuais. Os pais abdicam de seu "patriarcado" e fazem autocrítica honrosa diante dos filhos, cujo senso moral ingênuo é o único capaz de quebrar o contrato social tirânico e perverso, de abolir as coerções de um dever mentiroso.

4) WASSERMANN, *Der Fall Mauritius*, típico contra a justiça.

Pequenas notas sobre a cultura inglesa. Guido Ferrando, num artigo do Marzocco (17 de abril de 1932; "Novos livros e novas tendências na cultura inglesa"), analisa as modificações orgânicas que se estão verificando na cultura inglesa moderna, e que tem suas manifestações mais evidentes

no campo editorial e na organização global das instituições universitárias do Reino Unido. "...Na Inglaterra, cada vez mais se acentua uma orientação no sentido de uma forma de cultura técnica e lúbrica, em prejuízo da cultura humanista".

"Na Inglaterra, até todo o século passado, poder-se-ia quase dizer que até à guerra mundial, a finalidade educativa mais alta que as melhores escolas se propunham era a de formar o *gentleman*. A palavra *gentleman*, como todos sabem, não corresponde ao *gentiluomo* italiano, e não pode ser traduzida com precisão em nossa língua; indica uma pessoa que tenha não só boas maneiras, mas que possua um sentido de equilíbrio, um domínio seguro de si mesmo, uma disciplina moral que lhe permita subordinar voluntariamente seu próprio interesse egoísta aos interesses mais vastos da sociedade em que vive. O *gentleman*, portanto, é a pessoa culta, no significado mais nobre do termo, se por cultura entendermos não simplesmente riqueza de conhecimentos intelectuais, mas capacidade de realizar o próprio dever e de compreender seus semelhantes, respeitando todo princípio, toda opinião, toda fé que seja sinceramente professada".

Portanto, é evidente que a educação inglesa visava não tanto a cultivar a mente, a enriquecê-la com vastos conhecimentos, quanto a desenvolver o caráter, a preparar uma classe aristocrática, cuja superioridade moral era instintivamente reconhecida e aceita pelas classes mais humildes. A educação superior ou universitária, inclusive porque muito cara, era reservada a poucos, aos filhos de famílias grandes pela nobreza ou pelos rendimentos, sem por isso ser vetada aos mais pobres, desde que obtivessem, graças ao talento, uma bolsa de estudos. Os outros, a grande maioria, deviam se contentar com uma instrução, boa sem dúvida, mas fundamentalmente técnica e profissional, que os preparava para os ofícios não diretivos, que mais tarde seriam chamados a desempenhar nas indústrias, no comércio, nas administrações públicas. Até algumas décadas atrás, existiam na Inglaterra apenas três grandes universidades completas -- Oxford, Cambridge e Londres — e uma menor em Durham. Para entrar em Oxford e em Cambridge, é preciso provir das chamadas public *schools*, que são tudo, menos públicas. A mais céle-

bre destas escolas, a de Eton, fundada em 1440 por Henrique VI para receber "setenta alunos pobres e indigentes", tomou-se. atualmente a mais aristocrática escola da Inglaterra, com mais de mil alunos; existem ainda os setenta lugares para internos, que dão direito à instrução e à manutenção gratuitas e são concedidos, mediante concurso, aos rapazes mais estudiosos; os outros são externos e pagam somas enormes.

"Os setenta colegiais... são os que, posteriormente, na universidade, se especializarão e se tomarão os futuros professores e cientistas; os outros mil, que em geral estudam menos, recebem uma educação principalmente moral e se tornarão, através do crivo universitário, a classe dirigente, destinada a ocupar os mais altos postos no exército, na marinha, na vida política, na administração pública". "Esta concepção da educação, até agora dominante na Inglaterra, é de base humanista". Na maioria das *public schools* e nas universidades de Oxford e Cambridge, que mantiveram a tradição da Idade Média e do Renascimento, "o conhecimento dos grandes autores gregos e latinos é considerado não somente útil, como indispensável para a formação do gentleman, do homem político; serve para lhes fornecer aquele sentido de equilíbrio, de harmonia, aquele refinamento de gosto que são elementos integrantes da verdadeira cultura". A educação científica começa a predominar. "A cultura se democratiza e se nivela fatalmente".

Nos últimos trinta ou quarenta anos, surgiram novas universidades nos grandes centros industriais: Manchester, Liverpool, Birmingham, Sheffield, Leeds, Bristol; o País de Gales quis sua universidade e a fundou em Bangor, com ramificações em Cardiff, Swansea e Aberystwith. Após a guerra, e nestes últimos anos, as universidades multiplicaram-se ainda mais; em Hull, em Newcastle, em Southampton, em Exeter, em Reading, e se anunciam mais duas, em Nottingham e em Leicester. Em todos estes centros, a tendência é a de emprestar à cultura um caráter fundamentalmente técnico, a fim de satisfazer às necessidades de estudo do grande público. As matérias que mais interessam são, além das ciências aplicadas, da física e da química, as profissionais, como medicina, engenharia, economia política, sociologia etc. "Mesmo Oxford e Cambridge tiveram de fazer con-

cessões, desenvolvendo cada vez mais a parte científica; além disso, instituíram os *Extention Courses*".

O movimento no sentido da nova cultura é geral: surgem escolas e instituições privadas, noturnas, para adultos, com um ensino híbrido mas essencialmente técnico e prático. Surge, enquanto isso, toda uma literatura científica popular. Finalmente, a admiração pela ciência é tão grande, que mesmo os jovens das classes cultas e aristocráticas consideram os estudos clássicos como uma inútil perda de tempo. O fenômeno é mundial. Mas a Inglaterra resistira mais tempo do que outros países; agora, ela se encaminha para uma forma de cultura fundamentalmente técnica. "O tipo do gentleman não tem mais razão de ser; representava o ideal da educação inglesa quando a Grã-Bretanha, dominadora dos mares e dona dos grandes mercados do mundo, podia se permitir o luxo de uma política de esplêndido isolamento e de uma cultura que tinha em si, indubitavelmente, um tom aristocrático. Hoje, as coisas se modificaram".

Perdida a supremacia naval e comercial, a Inglaterra é ameaçada pela América inclusive na cultura. O livro americano foi comercializado com a cultura, tornando-se um competidor cada vez mais ameaçador do livro inglês. Os editores britânicos, particularmente os que tem sucursais na América, tiveram que adotar os métodos de propaganda e de divulgação americanos. "Na Inglaterra, o livro — precisamente porque mais lido e mais divulgado do que entre nós — exerce uma eficácia formativa e educativa notável, refletindo mais fielmente do que entre nós a vida intelectual da nação. Nesta vida intelectual está ocorrendo uma modificação.

Dos volumes publicados no primeiro trimestre de 1932 (que cresceram numericamente, em comparação com o primeiro trimestre de 1931), o romance conserva o primeiro lugar; o segundo não é mais ocupado pelos livros para crianças, mas por livros pedagógicos e educativos em geral, existindo ademais um sensível aumento das obras históricas e biográficas e dos volumes de caráter técnico e científico, sobretudo populares.

Pelos volumes enviados à Feira Internacional do Livro, em Florença, podemos ver que os recentes livros de caráter cultural são mais técnicos do que educativos, tendem a dis-

cutir problemas científicos e aspectos da vida social ou a fornecer conhecimentos, mais do que a formar o caráter.

Os ingleses e a religião. De um artigo da *Civiltà Cattolica* de 4 de janeiro de 1930, "A obra da graça numa recente conversão do anglicanismo", extraio esta citação do livro de Vernon Johnson *One Lord, one Faith* (Um senhor, uma fé, Londres. Sheed and Ward, 1929). Johnson é precisamente o convertido: "O inglês médio não pensa quase nunca na questão da autoridade em sua religião. Ele aceita aquela forma de ensino da religião anglicana na qual foi formado, seja anglocatólica, seja latitudinarista, seja evangélica, e segue-a até o momento em que começa a não satisfazer suas necessidades ou entra em conflito com sua opinião pessoal. Por isso, sendo substancialmente honesto e sincero, não querendo professar mais do que realmente crê, afasta tudo o que não pode aceitar e cria para si uma religião pessoal própria". O escritor da *Civiltà Cattolica* continua, talvez parafraseando: "Ele (o inglês médio) considera a religião como um negócio exclusivamente privado entre Deus e a alma, e -- nesta atitude -- revela-se extremamente cauteloso, desconfiado e arredio na admissão da intervenção de qualquer autoridade. Por isso, é cada vez maior o número dos que acolhem mais intensamente a dúvida em sua mente: será que os Evangelhos são verdadeiramente dignos de fé, que a religião cristã é obrigatória para todo o mundo e que é possível conhecer com certeza qual era realmente a doutrina de Cristo? Conseqüentemente, hesita em admitir que Jesus Cristo fosse verdadeiramente Deus". E ainda: "...A maior de todas (as dificuldades para o retomo dos ingleses à Igreja Romana) é o amor pela independência que tem cada inglês. Ele não admite nenhuma ingerência, muito menos em religião é menos ainda por parte de um estrangeiro. O instinto de que a independência nacional e a independência religiosa são inseparáveis é inato e profundamente radicado em seu espírito. Ele sustenta que a Inglaterra jamais aceitará uma Igreja governada por italianos".

r

Sobre a civilização inglesa. Publicações sobre a literatura inglesa de J.-J. JUSSELAND (História literária *do povo inglês -- Histoire littéraire*, etc.). A obra de Jusserand é fundamental, mesmo para os historiadores ingleses. Jusserand foi diplomata francês em Londres; havia sido aluno de Gaston Paris e de Hyppolite Taine. No momento de sua morte (cega de setembro de 1932), tinham sido publicados dois volumes da obra principal de Jusserand, *Histoire littéraire du peuple anglais*; um terceiro volume, final, deveria acompanhá-los. Outros trabalhos sobre a literatura inglesa e sobre a história da cultura inglesa do mesmo autor.

Educação e língua no Império Inglês. Guido Ferrando, no *Marzocco* de 4 de outubro de 1931, publica um artigo — "Educação e colônias" — do qual extraio alguns temas. Ferrando assistiu a uma grande convenção, *The British Commonwealth Education Conference*, da qual participaram centenas de docentes de todos os níveis, desde mestres de ensino elementar até professores universitários, provenientes de todas as partes do Império, do Canadá e da Índia, da África do Sul e da Austrália, do Kenia e da Nova Zelândia, e que teve lugar em Londres no fim de julho. O Congresso se propôs discutir os verdadeiros aspectos do problema educativo in a *changing Empire*, num império em transformação; estavam presentes muitos conhecidíssimos educadores dos Estados Unidos. Um dos temas fundamentais do Congresso era o do interracial understanding, o problema de como promover e desenvolver um melhor entendimento entre as diversas raças, particularmente entre os europeus colonizadores e os africanos e asiáticos colonizados. "Era interessante ver com quanta franqueza e com quanta agudeza dialética os representantes da Índia reprovavam aos ingleses sua incompreensão para com o espírito indiano, a qual se revela naquele sentido quase de desgosto, naquela atitude de superioridade e de desprezo, que a maioria do povo britânico tem ainda hoje diante dos indianos e que durante a guerra, inclusive, levava os oficiais ingleses a se afastarem da mesa e a deixarem a sala quando entrava um oficial indiano".

Entre os vários temas discutidos, estava o da língua. Em suma, tratava-se de decidir se era oportuno ensinar também

às populações semi-selvagens da África a ler tomando por base o inglês, ao invés de seu idioma nativo, se era melhor manter o bilingüismo ou tender — por meio da instrução — a fazer com que a língua indígena desaparecesse. Onusby Gore, ex-subsecretário para as colônias, sustenta que foi um erro tentar desnaturalizar as tribos africanas e se declarou favorável a uma educação tendente a dar aos africanos o sentido de sua própria dignidade de povo e a capacidade de se governarem por si mesmos. No debate que se seguiu à conferência de Onusby, "surpreenderam-me as breves declarações" de um africano, "acredito que um zulu, que se obstinou em afirmar que os seus (digamos assim) conterrâneos não tinham nenhum desejo de se tornarem europeus; sentia-se em suas palavras uma ponta de nacionalismo, um leve sentido de orgulho racial". "Não queremos ser ingleses"; a este grito, que irrompia espontaneamente do peito dos representantes dos nativos das colônias britânicas da África e da Ásia, fazia eco o outro grito dos representantes dos Dominions: "Não nos sentimos ingleses". Australianos e canadenses, cidadãos da Nova Zelândia e da África do Sul, estavam todos de acordo em afirmar esta sua independência, não somente política, mas espiritual. O Prof. Cillie, diretor da Faculdade de Letras de uma universidade sul-africana, observara argumentamente que a Inglaterra tradicionalista e conservadora vivia no ontem, ao passo que eles — os sul-africanos — viviam no amanhã.

Pequenas notas sobre a cultura americana. G. A. Borgese, em "Estranho interlúdio" (*Corriere della Sera*, 15 de março de 1932), divide a população dos Estados Unidos em quatro estratos: a classe financeira, a classe política, a intelectualidade, o homem comum. A intelectualidade é minúscula ao extremo, comparada às duas primeiras: algumas dezenas de milhares, concentradas notadamente no Leste, entre as quais cerca de um milhão de escritores. "Não se julgue apenas pelo número. Espiritualmente, ela está entre as mais capacitadas do mundo. Alguém que dela faz parte compara-a ao que foi a *Enciclopédia* na França do Século XVIII. Por enquanto, a quem não goste de ir além dos fatos, ela aparece como um cérebro sem membros, uma alma privada de

força operatória; sua influência sobre a coisa pública é quase nula". Observa que, após a crise, a classe financeira — que antes dominava a classe política — "sofreu" nestes últimos meses o socorro desta, virtualmente seu controle. "O Congresso sustentou o banco e a bolsa; o Capitólio de Washington escorou Wall Street. Isto mina o antigo equilíbrio do Estado americano, sem que surja uma nova ordem".

~jfa realidade, classe financeira e classe política são — na América — a mesma coisa, ou dois aspectos da mesma coisa; por isso, o fato significaria tão-somente que ocorreu uma verdadeira e propriamente dita diferenciação, isto é, que a fase econômico-corporativa da história americana está em crise e que uma nova fase está surgindo: isto só se revelará claramente se se verificar uma crise dos partidos históricos (republicanos e democratas) e a criação de um poderoso partido novo, que organize permanentemente a massa do Homem comum. Os germes deste desenvolvimento já existiam (partido progressista), mas a estrutura econômico-corporativa, até agora, sempre reagiu eficazmente contra tais germes.

A observação de que a Inteligência americana tem uma posição histórica similar à da *Enciclopédia* francesa no Século XVIII é muito aguda e pode ser desenvolvida.

Católicos e *protestantes* na América do Sul. Cf. o artigo "O protestantismo dos Estados Unidos e a evangelização protestante na América Latina", na *Civiltà Cattolica* de 18 de outubro de 1930. O artigo é interessante e instrutivo para que se saiba como lutam entre si católicos e protestantes: naturalmente, os católicos apresentam as missões protestantes como vanguarda da penetração econômica e política dos Estados Unidos e lutam contra ela, levantando o sentimento nacional. A mesma crítica fazem os protestantes aos católicos, apresentando a Igreja e o Papa como potências terrestres que se vestem de religião.

Pequenas notas sobre a cultura islâmica. Ausência de um clero regular que sirva como *trait-d'union* entre o Islã teórico e as crenças populares. Seria necessário estudar bem o tipo de organização eclesiástica do Islã e a importância cul-

tural das Universidades teológicas (como a do Cair e dos doutores. A separação entre intelectuais e povo deve ser muito grande, particularmente em certas zonas do mundo muçulmano: é assim que se explica o fato de que as tendências politeístas do foldore renasçam e busquem se adaptar ao quadro geral do monoteísmo maometano. Cf. o artigo "Os santos no Islã", de Bruno Ducati, na *Nuova Antologia* de 19 de agosto de 1929. O fenômeno dos santos é específico da África setentrional, mas tem alguma difusão também em outras zonas. Ele encontra sua razão de ser na necessidade (existente também no cristianismo) popular de encontrar intermediários entre si e a divindade. Maomé, como Cristo, foi proclamado — proclamou-se — o último dos profetas, isto é, o último liame vivo entre a divindade e os homens; os intelectuais (sacerdotes ou doutores) deveriam manter este liame através dos livros sagrados, mas uma tal forma de organização religiosa tende a se tornar racionalista e intelectualista (cf. o protestantismo, que teve esta linha de desenvolvimento), ao passo que o povo primitivo tende a um misticismo próprio, representado pela união com a divindade através da mediação dos santos (o protestantismo não tem e não pode ter santos e milagres); a ligação entre os intelectuais do Islã e o povo torna-se tão-somente o "fanatismo", que não pode ser senão momentâneo, limitado, mas que acumula massas psíquicas de emoções e de impulsos que se prolongam mesmo em épocas normais. [O catolicismo agoniza pela seguinte razão: porque não pode criar periodicamente, como o fez no passado, ondas de fanatismo; nos últimos anos, após a guerra, encontrou substitutos, isto é, as cerimônias eucarísticas coletivas que se desenvolvem com fabuloso esplendor e provocam relativamente um certo fanatismo: mesmo antes da guerra, provocavam algo similar, mas em pequena escala, em escala demasiadamente local, as chamadas missões, cuja atividade culminava na ereção de uma imensa cruz, com violentas cenas de penitência]. Este novo movimento do Islã é o sufismo. Os santos muçulmanos são homens privilegiados, que podem por especial favor — entrar em contato com Deus, adquirindo uma perene virtude milagrosa e a capacidade de resolver as dúvidas e problemas teológicos da razão e da consciência. O sufismo, organizado em sistema e expresso externamente nas escolas sús-

tas e nas confrarias religiosas, desenvolveu uma verdadeira teoria da santidade e fixou uma verdadeira hierarquia de santos. A hagiografia popular é mais simples do que a súfica. Santos, para o povo, são os mais célebres fundadores ou chefes de confrarias religiosas; também um desconhecido, um viajante que se estabeleça numa localidade para realizar obras de ascetismo e benefícios importantes em favor das populações circunvizinhas, pode ser proclamado santo pela opinião pública. Muitos santos recordam os velhos deuses das religiões derrotadas pelo Islã. O marabutismo depende de uma fonte da santidade muçulmana diversa do sufismo; *Murâbit* (morabiano) quer dizer: que está no *ribât*, isto é, no lugar fortificado da fronteira de onde se deve irromper, na guerra santa, contra os infiéis. No *ribât*, o culto devia ser mais austero, graças à função daqueles soldados presidiários, mais fanáticos, freqüentemente voluntários (corajosos do Islã): quando a finalidade militar perdeu importância, conservou-se um específico hábito religioso, e os "santos" mais populares ainda do que os súficos. O centro do marabutismo é o Marrocos; para o leste, diminuem cada vez mais as *tumbas* de morabianos. Ducati analisa minuciosamente este fenômeno africano, insistindo sobre a importância política dos morabianos, que se encontram na cabeça das insurreições contra os europeus, que exercem a função de juizes de paz e que foram talvez o veículo de uma cultura superior. Durati conclui: "Este culto (dos santos), pelas conseqüências sociais, civilizadoras e políticas que dele derivam, merece ser estudado melhor, observado mais atentamente, já que os santos constituem uma potência, uma extraordinária força, que pode ser o maior obstáculo à difusão da civilização ocidental, da mesma maneira que pode; entretanto, se habilmente explorada, tornar-se um precioso auxiliar da expansão europeia".

A nova evolução do Islã. MICHELANGELO Gmoi, "Sir-dar Ikbāl Ali Shah", *Nuova Antologia*, 19 de outubro de 1928. Trata-se de um artigo mediocre do diplomata anglófilo do Afeganistão, Ikbāl Ali Shah, e de uma breve nota introdutória do Prof. Michelangelo Guidi. A nota de Guidi coloca, sem o resolver, o problema seguinte: se o Islã é, como

religião, conciliável com o progresso moderno e se ele é susceptível de evolução. Refere-se a um pequeno livro recente do Prof. R. Hartmann, "profundo e diligente estudioso alemão de línguas e civilizações orientais", *Die Krisis des Islam*, publicado após uma estada em Angora e que responde afirmativamente à questão acima referida; e reproduz o julgamento formulado pelo Prof. Kampfmeyer, numa resensão publicada sobre o livro de Hartmann no *Oriente Moderno* (de agosto de 1928), segundo o qual uma breve estada em Anatólia não pode ser suficiente para julgar sobre questões tão vivas, e que muitas das fontes de Hartmann são de origem literária, bem como que as aparências enganam, mais no Oriente do que em qualquer outro lugar. Guidi (pelo menos nessa nota) não conclui, recordando apenas que pode nos ajudar a opinião dos próprios orientais (mas não são eles "aparência" que engana, se tomados um por um?), se bem que tenha inicialmente escrito que seria utópico supor que o Islã pudesse se manter em seu esplêndido isolamento, que durante a espera amadurecessem nele novos agentes religiosos formidáveis, bem como que a força implícita na concepção oriental da vida tivesse razão diante do materialismo ocidental e reconquistasse o mundo.

Ao que me parece, o problema é muito mais simples do que se quer fazer crer, já que se considera implicitamente o "cristianismo" como inerente à civilização moderna, ou pelo menos não se tem a coragem de colocar a questão das relações entre cristianismo e civilização moderna. Por que o Islã não poderia fazer o que fez o cristianismo? Parece-me, antes, que a ausência de uma maciça organização eclesiástica do tipo cristão-católico deveria tomar a adaptação mais fácil. Se se admite que a civilização moderna, em sua manifestação industrial-económica-política, terminará por triunfar no Oriente (e tudo prova que isto ocorre, inclusive que estas discussões sobre o Islã ocorrem porque existe uma crise determinada precisamente por esta difusão de elementos modernos), por que não se deve concluir que o Islã evoluirá necessariamente? Poderá permanecer tal qual é? Não: já não é mais o mesmo de antes da guerra. Poderá desaparecer subitamente? Absurdo supô-lo. Poderá ser substituído por uma religião cristã? Absurdo supô-lo no que toca às grandes mas-

sas. O próprio Vaticano percebe como é contraditório pretender introduzir o cristianismo nos países orientais nos quais penetra o capitalismo: os orientais vêm o antagonismo que não se vê em nossos países, já que o cristianismo se adaptou molecularmente e se converteu em jesuitismo, isto é, numa grande hipocrisia social. Disto decorrem as dificuldades do trabalho das missões, bem como o escasso valor das conversões, que são ademais muito limitadas. Na realidade, a dificuldade mais trágica para o Islã é dada pelo fato de que uma sociedade embrutecida por séculos de isolamento e por um regime feudal apodrecido (naturalmente, os senhores feudais não são materialistas!) é colocada, muito bruscamente, em contato com uma civilização frenética, que já está em sua fase de dissolução. O cristianismo empregou nove séculos para evoluir e se adaptar, realizou isto em pequenas etapas. O Islã é obrigado a correr vertiginosamente. Mas, na realidade, reage precisamente como o cristianismo: a grande heresia, sobre a qual se fundaram as heresias propriamente ditas, é o "sentimento nacional" contra o cosmopolitismo teocrático. Revela-se, posteriormente, o motivo do retomo às "origens", tal como no cristianismo, à pureza dos primeiros textos religiosos contraposta à corrupção da hierarquia oficial: os wahabitas representam precisamente esta orientação, e Sirdar Ikbal Ali Shah explica mediante este princípio as reformas de Kemal Pachá na Turquia; não se trata de "novidade", mas de um retorno ao antigo, ao puro. Este Sirdar Ikbal Ali Shah demonstra, ao que me parece, precisamente a existência, entre os muçulmanos, de um jesuitismo e de uma casuística tão desenvolvidos como no catolicismo.

O influxo da cultura árabe na civilização ocidental. Ezio Levi publicou, no volume *Castelos da Espanha* (Treves, Milão), uma série de artigos publicados esparsamente em revistas e relativos às ligações culturais entre a civilização europeia e os árabes, ocorridas particularmente através da Espanha, onde os estudos a respeito são numerosos e contam com vários especialistas; os ensaios de Levi, quase sempre, desenvolviam-se a partir das obras dos arabistas espanhóis. No *Marzocco* de 29 de maio de 1932, Levi faz a resensão da introdução ao livro *A herança do Islã*, de Angel Gonzalez

Palencia (a introdução saiu em opúsculo independente, com o título: *El Islam y Occidente*, Madri, 1931) e enumera toda uma série de empréstimos feitos à Europa pelo mundo oriental, na cozinha, na medicina, na química, etc. O livro completo de Gonzalez Palencia será muito interessante para o estudo da contribuição dada pelos árabes à civilização europeia, para um julgamento da função desempenhada pela Espanha na Idade Média e para uma caracterização da própria Idade Média mais exata do que a corrente.

Pequenas notas sobre a cultura indiana. Trechos da entrevista de F. Léfèvre com Aldous Huxley (publicada nas Nouvelles Littéraires de 19 de novembro de 1930): Qu'est ce que **vous** pensez **des révoltes** et de **tout** ce qui se passe **aux Indes**? — *Je pense qu'on y a commencé la civilisation du mauvais côté. On a créé des hautes universités, on n'a pas fondé d'écoles primaires. On a cru qu'il suffisait de donner des lumières à une caste, et qu'elle pourrait ensuite élever les masses, mais je ne vois pas que les résultats obtenus aient été très heureux. Ces gens qui ont bénéficié de la civilisation occidentale sont tous chattryas ou brahmanes. Une fois instruits, ils demeurent sans travail et deviennent dangereux. Ce sont eux qui veulent prendre le gouvernement. C'est en visitant les Indes que j'ai le mieux compris la différence qu'il pouvait y avoir au moyen âge un vilain et un cardinal. L'Inde est un pays où la supériorité de droit divin est encore acceptée par les intouchables qui reconnaissent eux-mêmes leur indignité".* * Existe algo de verdadeiro, mas muito

o "Que pensais dos revoltas e de **tudo o que se passa na Índia**? — Penso que aí se começou a civilização pelo lado errado. Criaram-se altas universidades, não se fundaram escolas primárias. Acreditou-se que bastava fornecer luzes a uma casta, e que esta poderia em seguida elevar as massas, mas não me parece que os resultados obtidos tenham sido muito felizes. Estas pessoas que se beneficiaram da civilização ocidental são todas elas xátrias ou brâmanes. Uma vez instruídos, permanecem sem trabalho e se tornam perigosos. São eles que querem tomar o governo. Foi visitando a Índia que melhor compreendi a diferença que podia existir, na idade média, entre um vilain e um cardeal. A Índia é um país no qual a superioridade de direito divino é ainda aceita pelos intocáveis: eles próprios reconhecem sua indignidade". (N. do Tradutor).

pouco. Como criar as escolas elementares para as massas indianas sem ter criado o pessoal adequado? E, para criá-lo, não é necessário voltar-se inicialmente para as classes intelectuais já existentes? E, por outro lado, o simples fato de que grupos intelectuais estejam desocupados pode criar uma situação como a indiana? [Recordar a famigerada teoria de Loria sobre os intelectuais desocupados.] Estes intelectuais estão "isolados"? Ou, pelo contrário, tornaram-se a expressão das classes médias e industriais que o desenvolvimento econômico produziu na Índia?

Cf. a série de artigos publicados na *Civiltà Cattolica* de julho de 1930 e dos meses seguintes: "Sistemas filosóficos e seitas do hinduísmo." Os jesuítas colocam-se o seguinte problema: o catolicismo na Índia consegue fazer prosélitos tão-somente, e mesmo aqui em medida limitada, entre as castas inferiores. Os intelectuais indianos são refratários à propaganda e o Papa disse que é preciso trabalhar também entre eles, tanto mais porque as massas populares se converteriam se se convertessem núcleos intelectuais importantes [o Papa conhece o mecanismo de reforma cultural das massas populares-camponesas mais do que muitos elementos do laicato de esquerda: ele sabe que uma grande massa não pode se converter molecularmente; deve-se, para apressar o processo, conquistar os dirigentes naturais das grandes massas, isto é, os intelectuais, ou formar grupos de intelectuais de novo tipo, o que explica a criação de bispos indígenas]; por isso, é necessário conhecer exatamente o modo de pensar e a ideologia destes intelectuais para melhor entender sua organização de hegemonia cultural e moral, a fim de destruí-la ou assimilá-la. Estes estudos feitos pelos jesuítas, por isso, têm uma particular importância objetiva, na medida em que não são "abstratos" e acadêmicos, mas sim dirigidos para finalidades práticas concretas. Eles são muito úteis para conhecer as organizações de hegemonia cultural e moral nos grandes países asiáticos, tais como a China e a Índia.

Pequenas notas sobre a cultura chinesa. 1) A posição dos grupos intelectuais na China é "determinada" pelas formas práticas que a organização material da cultura assumiu historicamente nesse país. O primeiro elemento desta espé-

cie é o sistema de escrita, a escrita *ideográfica*. O sistema de escrita é ainda mais difícil do que comumente se supõe, pois a dificuldade não é dada somente pela enorme quantidade de sinais materiais, mas esta quantidade complica-se ainda mais por causa das "funções" dos sinais singulares de acordo com o lugar que ocupam. Ademais, o ideograma não é orgânicamente ligado a uma determinada língua, mas serve a todas as línguas faladas pelos chineses cultos, isto é, o ideograma tem um valor "esperantístico": é um sistema de escritura "universal" (no interior de um certo mundo cultural), levando-se em conta que as línguas chinesas têm uma origem comum. Este fenômeno deve ser cuidadosamente estudado, pois pode servir contra os exageros "esperantistas"; ou seja, serve para demonstrar como as chamadas línguas universais convencionais, enquanto não são a expressão histórica de condições adequadas e necessárias, tornam-se elemento de estratificação social e de fossilização de alguns estratos. Nestas condições, não pode existir na China uma cultura popular de ampla difusão: a oratória e a conversação continuam a ser a forma mais popular de difusão da cultura. Será necessário, numa certa etapa, introduzir o alfabeto silábico; este fato dá lugar a uma série de dificuldades: 1) a escolha do próprio alfabeto: o russo ou o inglês (entendo por "alfabeto inglês" não somente a pura notação dos signos fundamentais, que é a mesma no inglês e nas outras línguas de alfabeto latino, mas o nexos diacrítico de consoantes e vogais que dão a notação dos sons efetivos, como sh por ch, j pelo g italiano etc.); é certo que o alfabeto inglês triunfará, caso haja escolha, e isto se relacionará com conseqüências de caráter internacional: ou seja, triunfará uma certa cultura.

2) A introdução do alfabeto silábico terá conseqüências de grande importância na estrutura cultural chinesa: desaparecida a escrita "universal", aflorarão as línguas populares e, por conseguinte, novos grupos de intelectuais sobre esta nova base. Isto é, romper-se-ia a unidade atual de tipo "cosmopolita" e ocorreria um pulular de forças "nacionais" em sentido estrito. Por alguns aspectos, a cultura chinesa pode ser comparada com a da Europa ocidental e central na Idade Média, com o "cosmopolitismo católico", isto é, com a época na qual o "latim médio" era a língua das classes dominantes e de seus intelectuais: na China, a função do "la-

tim médio" é desempenhada pelo "sistema de escrita", próprio das classes dominantes e de seus intelectuais. A diferença fundamental reside no seguinte: o perigo que mantém unida a Europa medieval, perigo muçulmano em geral (árabes no sul, tártaros e depois turcos no Oriente e no Sudeste.), não pode ser comparado, nem sequer longinquamente, com os perigos que, atualmente, ameaçam a autonomia chinesa. Árabes, tártaros, turcos, eram relativamente "menos" organizados e desenvolvidos do que a Europa de então, e o perigo era "meramente" -- ou quase -- de natureza técnico-militar. Pelo contrário, a Inglaterra, a América, o Japão, são superiores à China não só "militarmente", como também econômica e culturalmente; em suma, em todos os aspectos da área social. Tão-somente a unidade "cosmopolita" atual de centenas de milhões de homens, com seu particular nacionalismo de "raça" (xenofobia), permite ao governo central chinês possuir a disponibilidade financeira e militar mínima para resistir à pressão das relações internacionais e para manter desunidos os seus adversários.

A política dos sucessores de direita de Sun Yat-Sen deve ser examinada a partir deste ponto de vista. O traço característico desta política é representado pela "não-vontade" de preparar, organizar e convocar uma Convenção pan-chinesa por meio do sufrágio popular (de acordo com os princípios de Sun), mas no querer conservar a estrutura burocrático-militar do Estado: isto é, no temor de abandonar as formas tradicionais de unidade chinesa e de mobilizar as massas populares. Não se deve esquecer que o movimento histórico chinês está localizado ao longo das costas do Pacífico e dos grandes rios que nele desembocam: a grande massa popular do hinterland é mais ou menos passiva. A convocação de uma Convenção pan-chinesa forneceria o terreno para um grande movimento, inclusive destas massas, e para o florescimento -- através dos deputados eleitos -- das configurações nacionais em sentido estrito existentes na cosmópole chinesa, além de tornar difícil a hegemonia dos atuais grupos dirigentes se eles não efetivarem um programa de reformas populares, e obrigaria a buscar a unidade numa união federal e não no aparato burocrático-militar. Mas esta é a linha de desenvolvimento. A incessante guerra dos generais é uma forma primitiva de manifestação do nacionalismo contra o

cosmopolitismo: ela não será superada, isto é, o caos militar-burocrático não terá fim, sem a intervenção organizada do povo na forma histórica de uma Convenção panchinesa.

[Sobre a questão dos intelectuais chineses, deve-se coletar e organizar muito material, a fim de elaborar um parágrafo sistemático da rubrica sobre os intelectuais: o processo de formação e o modo de funcionamento social dos intelectuais chineses têm características próprias e originais, dignas de muita atenção.]

Relações da cultura chinesa com a Europa. As primeiras notícias sobre a cultura chinesa foram dadas pelos missionários, notadamente jesuítas, nos Séculos XVII-XVIII. Intorcetta, Herdrich, Rougemont, Couplet, revelam ao Ocidente o universalismo confuciano; du Halde (1736) escreve a *Description de l'Empire de la Chine*; Fourmont de Glémola (1742), *Primate*. Em 1815, com a formação no Collège de France da primeira cátedra de língua e literatura chinesas, a cultura chinesa passa a ser estudada pelos laicos (com finalidades e métodos científicos, e não de apostolado católico, como era o caso dos jesuítas); esta cátedra é ministrada por Abel Rémusat, considerado hoje como o fundador da sinologia européia. Discípulo de Rémusat foi Stanislas Julien, que é considerado como o primeiro sinólogo de seu tempo; traduziu uma enorme quantidade de textos chineses, romances, comédias, livros de viagem e obras de filosofia e, no final, resumiu sua experiência filológica na *Syntaxe nouvelle de la langue chinoise*. A importância científica de Julien é dada pelo fato de ter ele conseguido penetrar no caráter da língua chinesa e nas razões de sua dificuldade para os europeus, habituados com as línguas de flexão. Mesmo para um chinês, o estudo de sua língua é mais difícil do que, para o europeu, o estudo da sua; é necessário um duplo esforço, de memória e de inteligência, de memória para recordar os múltiplos significados de um ideograma, de inteligência para relacionar tais significados a fim de encontrar em cada um deles a parte conectiva, por assim dizer, que permite extrair da conexão das frases um sentido lógico e aceitável. Quanto mais for denso e elevado (no sentido da abstração) o texto, tanto mais difícil será traduzi-lo; mesmo o mais erudito li-

terato chinês deve sempre fazer preceder, à interpretação do texto que lê, um trabalho de análise mais ou menos rápido. A experiência, no chinês, tem um valor muito maior do que em outras línguas, onde a base primeira para a inteligibilidade é a morfologia, que inexiste no chinês [parece-me difícil aceitar que não exista absolutamente a morfologia no chinês: nas descrições da língua chinesa feitas por europeus, é preciso levar em conta o fato de que o "sistema de escrita" ganha necessariamente o primeiro lugar em importância: mas o "sistema de escrita" coincide perfeitamente com a língua falada, que é a língua real? É possível que, no chinês, a função morfológica seja mais ligada à fonética e à sintaxe, isto é, ao tom dos sons singulares e ao ritmo musical do período, o que não se poderia manifestar na escrita senão sob a forma de notação musical; mas, mesmo neste caso, parece-me difícil excluir uma certa função morfológica autônoma: seria necessário consultar o livrinho de Finck sobre os principais tipos de língua. Recordar, ainda, o fato de que a função morfológica, mesmo nas línguas de flexão, tem como origem palavras independentes que se tomaram sufixos, etc.: esta característica pode, talvez, servir para identificar a morfologia do chinês, que representa uma fase lingüística talvez mais antiga do que as mais antigas línguas das quais se conservou uma documentação histórica. As informações que resumo aqui são tomadas de um artigo de Alberto Castellani, "Primeira sinologia", no *Marzocoo* de 24 de fevereiro de 1929.]

No chinês, "quem mais lê, mais sabe": de fato, desde que tudo se reduz à sintaxe, somente uma longa prática com os modos e as cláusulas da língua pode servir como orientação para a inteligibilidade do texto. Entre o vago valor dos ideogramas e a compreensão integral do texto, deve ocorrer um exercício de inteligência que, no que toca à necessidade de adaptação lógica, quase não tem limites em comparação com as línguas de flexão.

Um livro sobre a cultura chinesa. EDUARD ERKES, *Chinesische Literatur*, Ferdinand Hirt, Breslau, 1926. Trata-se de um pequeno livro, de menos de cem páginas, no qual — segundo Alberto Castellani — condensa-se admiravelmente todo o ciclo cultural chinês, da mais antiga época até os dias

atuais. Não se pode compreender o presente chinês sem conhecer seu passado, sem uma informação demopsicológica; isto é justo, mas é exagerada, pelo menos na forma expressa, a seguinte afirmação: "O conhecimento do passado demonstra que o povo chinês já é, há muitas dezenas de séculos. confucianamente comunista: de tal modo, que certas tentativas recentes de cruzamento euro-asiático nos recordam o transporte de corujas para Atenas". Esta afirmação pode ser feita para todo povo atrasado em face do industrialismo moderno, e -- já que se pode fazê-la com relação a muitos povos. — tem um valor primitivo; todavia, o conhecimento da verdadeira psicologia das massas populares, a partir deste ponto de vista e tal como pode ser reconstruída através da literatura, tem grande importância. A literatura chinesa tem características genuinamente religiosas-estatais. Erkes tenta uma reconstrução crítico-sintética dos diversos momentos da literatura chinesa, através das épocas mais representativas, a fim de dar a estes momentos maior relevo de necessidade histórica (isto é, não se trata de uma história da literatura no sentido erudito e descritivo, mas de uma história da cultura). Trata da figura e da obra de Chu Hsi (1130-1200), que poucos ocidentais sabem ter sido a personalidade mais significativa da China após Confúcio; este desconhecimento se deve ao silêncio calculado dos missionários, que viram neste plasmador da moderna consciência chinesa o maior obstáculo a seus esforços de propaganda. Livro de WIEGER, *La Chine à travers les âges*. Erkes chega até à fase recente da China europeizante e informa também sobre o desenvolvimento que se está verificando a respeito da língua e da educação.

No Nlarzocco de 23 de outubro de 1927, Alberto Castellani informa sobre o livro de Alfredo Forke: *Die Gedankenwelt des chinesischen Kulturkreises*, München-Berlim, 1927 (Filosofia chinesa em roupagens européias e... japonesas). Forke é professor de língua e cultura da China na Universidade de Hamburgo, e é conhecido como especialista no estudo da filosofia chinesa. O estudo do pensamento chinês é difícil para um ocidental por várias razões: 1-) os filósofos chineses não escreveram tratados sistemáticos de seu pensamento: foram os discípulos que coletaram as palavras

dos mestres, não os mestres que as escreveram para o uso de discípulos eventuais; 2) a filosofia propriamente dita estava ligada, e como que sufocada, às três grandes correntes religiosas, confucionismo, taoísmo, budismo; assim, aos olhos do europeu não especialista, os chineses passaram frequentemente ou como privados de filosofia propriamente dita, ou como possuindo três religiões filosóficas (todavia, este fato — de que a filosofia fosse ligada à religião — tem um significado do ponto de vista da cultura e caracteriza a posição histórica dos intelectuais chineses). Forke buscou apresentar o pensamento chinês de acordo com as formas européias, ou seja, libertou a filosofia propriamente dita das mesclas e das promiscuidades heterogêneas; tornou possível, portanto, um certo paralelo entre o pensamento europeu e o pensamento chinês. A Ética é a parte mais vigorosa desta reconstrução; a lógica é menos importante, "já que os próprios chineses, inclusive, conceberam-na sempre mais num sentido instintivo, como intuição, do que mediante um conceito exato, científico" (Este ponto é muito importante, como momento cultural.) Tão-somente há poucos anos é que um escritor chinês, o Prof. Hu Shi -- em sua História da *Filosofia Chinesa* (Xangai, 1919) -- confere à lógica um posto importante, extraíndo-a dos antigos textos clássicos, dos quais, não sem certo esforço, busca revelar o ensinamento. A rápida invasão do confucionismo, do taoísmo e do budismo, que não se interessam pelos problemas da lógica, pode talvez ter obstaculizado a sua transformação em ciência. "É um fato que os chineses jamais tiveram uma obra como o *Nyàya* de Guatana e como o *Organon* de Aristóteles". Deste modo, inexistente na China uma disciplina filosófica sobre o "conhecimento" (*Erkenntnistheorie*). Forke não encontra senão tendências de uma tal disciplina. Ele examina, ademais, as ramificações da filosofia chinesa fora da China, particularmente no Japão. O Japão tomou da China, juntamente com outras formas de cultura, também a filosofia, ainda que lhe tenha emprestado certas características próprias. O japonês, ao contrário do chinês, não possui tendências metafísicas e especulativas (é "pragmatista" e empirista). Os filósofos chineses traduzidos em japonês, contudo, adquirem uma maior agudeza. [isto significa que os japoneses tomaram do

pensamento chinês o que era útil à sua cultura, mais ou menos como os romanos fizeram com os gregos.]

CASTELLANI publicou recentemente A doutrina do Tao, *reconstruída de acordo com os tentos e integralmente* exposta, Bolonha, Zanichelli, e A regra *celeste de Lao-Tse*, Florença, Sansoni, 1927. Castellani compara Lao-Tse e Confúcio: "Confúcio é o chinês do Norte, nobre, culto, especulativo; Lao-Tse, cinqüenta anos mais velho do que ele, é o chinês do Sul, popular, corajoso, fantasista. Confúcio é homem de Estado; Lao-Tse desaconselha a atividade pública: aquele só pode viver em contato com o governo, este foge ao consórcio civil e não participa de suas peripécias. Confúcio contenta-se em indicar aos governantes e ao povo o exemplo dos antigos bons tempos; Lao-Tse sonha simplesmente com a era da inocência universal e com o estado virginal da natureza; aquele é o homem da corte e da etiqueta, este o homem da solidão e da *palavra brusca*. Para Confúcio, abundante de formas, de regras, de rituais, a vontade do homem participa essencialmente na produção e determinação do *fato político*; Lao-Tse, pelo contrário, acredita que todos os fatos, sem exceção, se fazem por si mesmos, fora e além da nossa vontade: que todos eles têm, em si mesmos, um ritmo inalterado e inalterável por qualquer intervenção nossa. Nada é mais ridículo, para Lao-Tse, do que o homúnculo confuciano, empreendedor e pertinaz, que crê na importância e quase que no peso específico de cada um de seus gestos; nada é mais mesquinho do que esta almicula míope e pretenciosa, afastada de Tao, que acredita dirigir mas que é dirigida, que crê manter mas que é mantida". [Esta passagem é extraída de um artigo de A. Faggi, no *Marzocco* de 12 de junho de 1927, intitulado "Saber chinês".] O "não fazer" é o princípio do taoísmo, é precisamente o "Tao", o "caminho".

A forma estatal chinesa. A **monarquia** absoluta foi fundada na China no ano 221 antes de Cristo e durou até 1912, apesar das mudanças de dinastia, das invasões estrangeiras etc. Este é o ponto interessante: cada novo dominador encontra o organismo pronto e acabado, o qual ele conquista ao conquistar o poder central. A continuidade, assim,

é um fenômeno de morte e de passividade do povo chinês. Evidentemente, mesmo depois de 1912, a situação se manteve ainda relativamente estacionária, no sentido de que o aparato geral conservou-se quase intacto: os militares tucium substituíram os mandarins, e um deles, de vez em quando, tenta refazer a unidade formal, conquistando o centro.. A importância do Kuomitang teria sido bem maior se ele tivesse colocado realmente a questão da Convenção panchinense. Mas agora, que o movimento foi desencadeado, parece-me difícil que se possa reconstituir, sem uma profunda revolução nacional de massa, uma ordem duradoura.

Os católicos e o nacionalismo chinês. Trecho do artigo "O reformador chinês Suen Hen e suas teorias políticas e sociais", na *Civiltà Cattolica* de 4 de maio e de 18 de maio de 1929: "O partido nacionalista promulgou decretos e mais decretos para honrar Suen Hen. O mais importante é o que prescreve a 'cerimônia da segunda-feira'. Em todas as escolas, escritórios, postos militares, em qualquer instituição pertencente de qualquer modo ao partido nacionalista, todos se inclinarão -- em cada segunda-feira -- diante do retrato do 'pai da pátria' e lhe farão, todos ao mesmo tempo, a tríplice inclinação de cabeça. Logo após se lerá seu 'testamento político', que contém a quintessência de suas doutrinas, ao que se seguirão três minutos de silêncio a fim de se meditar sobre seus grandes princípios. Esta cerimônia se realizará em todas as ocorrências importantes". Em todas as escolas é obrigatório estudar o Sen-Min-ciu-i (tríplice demismo), mesmo nas escolas dos católicos e de qualquer outra confissão religiosa, como conditio *sine* qua non de sua existência legal. O delegado apostólico da China, Mons. Celso Constantini, numa carta ao Padre Pasquale D'Elia S. J., missionário italiano e membro do Ofício Sinológico de Zi-Ka-Wei, tomou posição diante destas obrigações legais. A carta é publicada no princípio da obra: *Le triple démisme de Sun Wen*, traduzido, anotado e comentado por Pascal H. D'Elia S. J. (Bureau Sinologique de Zi-Ka-Wei, Imprimerie de Tou-Sé-Wé, Chang-Hai, 1929, in 80, págs. CLVIII-530, 4 dólares chineses). Constantini não crê que Sun tenha sido "divinizado":

"Quanto ás inclinações de cabeça diante do retrato de Sun Yat-Sen, os alunos cristãos não se devem inquietar. Por si, por sua própria natureza, a inclinação de cabeça não tem sentido supersticioso. Segundo a intenção do governo, esta cerimônia não é mais do que um obséquo meramente civil a um homem considerado como Pai da Pátria. Poderá ser excessivo, mas não é absolutamente idolátrico (o governo é ateu) e não está ligado a nenhum sacrifício. Se, em algum lugar, abusivamente, se fizessem sacrifícios, isto deveria ser considerado como superstição e os cristãos não poderiam, de nenhum modo, assisti-lo. Não é nossa função criar uma consciência errônea, mas sim iluminar os alunos onde houver qualquer dúvida sobre o significado de tais cerimônias civis". Quanto ao ensino obrigatório do triplice demismo, Constantini escreve: "Segundo minha opinião pessoal, é lícito, se não ensinar, pelo menos explicar nas escolas públicas os princípios do tríplice demismo do Dr. Sun Yat-Sen. Trata-se de matéria não-livre, e sim imposta pelo governo como condição *sine qua non*. Várias coisas, no tríplice demismo, são boas, ou pelo menos não são más, e correspondem mais ou menos -- ou podem se acomodar -- à sociologia católica (*Re-rum Novarum — immortale Dei — Codice Sociale*). Deve-se procurar, em nossas escolas, delegar a explicação desta matéria a mestres católicos bem formados na doutrina e na sociologia cristãs. Algumas coisas devem ser explicadas e corrigidas..."

O artigo da Civiltá Cattolica resume a posição dos católicos em face das doutrinas do nacionalismo chinês, posição ativa como se vé — já que tende a criar uma tendência "nacionalista católica", mediante uma interpretação particular das próprias doutrinas. Do ponto de vista histórico-político, seria bom ver como os jesuítas chegaram a este resultado, revendo todas as publicações da Civiltá Cattolica sobre os eventos chineses posteriores ao ano de 1925. Em seu livro, o Padre D'Elia, prevendo a objeção que lhe poderia ser feita por parte de alguns de seus leitores, que teriam aconselhado o silêncio ao invés da publicidade destas idéias novas, responde com razão: "Não falar destas questões não significa resolve-las. Quer queiramos, quer não, nossos católicos chineses as conhecerão por meio de comentários ten-

denciosos e hostis. Ao que parece, é menos perigoso instruí-los nós mesmos, propondo-lhes diretamente a doutrina de Suen Uen. Devemos nos esforçar para fazer ver como os chineses podem ser bons católicos, não somente continuando a ser chineses, como também levando em conta algumas teorias de Suen Uen".

Pequenas notas sobre a *cultura* japonesa. Na Nuova Antologia de 1º de junho de 1929, publicou-se a introdução ("A religião nacional do Japão e a política religiosa do Estado japonês") ao volume sobre A Mitologia Japonesa, que Raffaele Pettazzoni publicou na coleção "Textos e documentos sobre a História da Religião", editada por Zanichelli de Bolonha. Por que Pettazzoni intitulou seu livro de *Mitologia?* Há uma certa diferença entre "religião" e "mitologia", e seria bom manter a diferença entre as duas palavras. A religião se tornou no Japão uma simples "mitologia", isto é, um elemento puramente "artístico" ou "folclórico", ou tem ainda o valor de uma concepção do mundo que se mantém viva e operante? Pela introdução, parece que Pettazzoni dá á religião japonesa este último valor; neste caso, o título é equívoco. Desta introdução, anoto alguns elementos que poderão ser úteis no estudo de um parágrafo "japonês" para a rubrica dos "intelectuais".

Introdução do budismo no Japão, ocorrida em 552 d. C. Até então, o Japão conhecera uma só religião, sua religião nacional. De 552 até nossos dias, a história religiosa do Japão foi determinada pelas relações e pelas interferências entre esta religião nacional e o budismo [que é um tipo de religião extranacional e supranacional, como o cristianismo e o islamismo]; o cristianismo, introduzido no Japão em 1549 pelos jesuítas (Francesco Saverio), foi erradicado pela violência nos primeiros decênios do Século XVII; reintroduzido pelos missionários protestantes e católicos na segunda metade do Século XIX, não teve grande importância no conjunto. Após a introdução do budismo, a religião nacional foi designada pela palavra sino-japonesa Shinto, isto é, "caminho (em chinês: Tao) dos deuses (em chinês: *Shen*)", ao passo que *butsu-do* indicou o budismo (do, caminho: butsu,

Buda). Em japonês, *Shinto* se diz *Kami-no-michi* (*Kami*, divindade); *Kami* não significa "deus" no sentido ocidental, porém mais genericamente "seres divinos", incluídos também os antepassados divinizados. [Proveniente da China, foi introduzido no Japão não só o budismo, mas o culto dos antepassados, o qual, ao que parece, incorporou-se mais intimamente à religião nacional.] O shintoísmo, porém, é fundamentalmente uma religião naturista, um culto de divindades (*Kami*) da natureza, entre as quais estão, em primeiro Lugar, a deusa do sol Ama-Térasu, o deus dos furacões Susanowo, o casal Céu e Terra (isto é, Izanagi e Izanami), etc. É interessante o fato de que o shintoísmo representa um tipo de religião que desapareceu inteiramente no mundo moderno ocidental, mas que era freqüente entre os povos civilizados da Antiguidade (religiões nacionais e politeístas dos egípcios, dos babilônios, dos indianos, dos gregos, dos romanos, etc.). Ama-Térasu é uma divindade como Osiris, Apolo ou Artemis: é interessante que um povo civilizado moderno, como o japonês, creia e adore numa tal divindade. (As coisas, contudo, talvez não sejam tão simples como pode parecer.) Todavia, ao lado desta religião nacional, subsiste o budismo, tipo de religião supranacional, pelo que se pode afirmar que, também no Japão, ocorreu fundamentalmente o mesmo desenvolvimento religioso do Ocidente (com o cristianismo). Aliás, cristianismo e budismo se difundem nas respectivas zonas de um modo sincrônico; além disso, o cristianismo que se difunde na Europa não é o da Palestina, mas o de Roma ou de Bizancio (com a língua latina ou grega para a liturgia), do mesmo modo como o budismo que se difunde no Japão não é o da Índia, mas sim o chinês, com a língua chinesa para a liturgia. Mas, diferentemente do cristianismo, o budismo deixou subsistirem as religiões nacionais preexistentes. (Na Europa, as tendências nacionais se manifestaram dentro do cristianismo.)

No início, o budismo foi acolhido no Japão pelas classes cultas, conjuntamente com a civilização chinesa [mas a civilização chinesa levou apenas o budismo?]. — Sucedeu um sincretismo religioso: budismo, shintoísmo, elementos de confucianismo. No Século XVIII, ocorreu uma reação ao sincretismo em nome da religião nacional, que culminou em 1868 com o advento do Japão moderno. Shintoísmo declarado re-

ligião de Estado. Perseguição do budismo. Mas por pouco tempo. Em 1872, o budismo foi reconhecido oficialmente e igualado ao shintoísmo, tanto nas funções — entre as quais notadamente a pedagógica, de educar o povo nos sentimentos e nos princípios do patriotismo, do civilismo e da lealdade — quanto nos direitos, graças à supressão do "Ofício de Shinto" e à instituição de um ministério da Religião, com jurisdição tanto sobre o shintoísmo quanto sobre o budismo. Mas, em 1875, o governo mudou novamente de política: as duas religiões foram separadas, e o shintoísmo assumiu uma posição especial e única. Vários provimentos burocráticos se sucederam, culminando na elevação do shintoísmo a instituição patriótica e nacional, com a renúncia oficial a seu caráter religioso [torna-se uma instituição, ao que me parece, do tipo da romana do culto ao Imperador, mas sem caráter religioso em sentido estrito, de modo que mesmo um cristão pode exercê-la]. Os japoneses podem pertencer a qualquer religião, mas devem se inclinar diante da imagem do Imperador. Assim, o *Shinto* de Estado separou-se do *Shinto* das seitas religiosas. Mesmo burocraticamente, ocorreu uma sanção: existe hoje um "Ofício das religiões" junto ao Ministério da Educação, dirigido para as várias Igrejas do shintoísmo popular e para as várias Igrejas budistas e cristãs, e um "Ofício dos santuários" junto ao Ministério do Interior, relativo ao shintoísmo de Estado. Segundo Pettazzoni, esta reforma se deveu à aplicação mecânica das Constituições ocidentais ao Japão: isto é, visando a afirmar o princípio da liberdade religiosa e da igualdade de todas as religiões perante o Estado, e visando a retirar o Japão do estado de inferioridade e atraso que o shintoísmo, como religião, lhe emprestava, em contraste com o tipo de religião vigente no Ocidente.

Parece-me artificial a crítica de Pettazzoni. [Ver também o que ocorre na China a respeito de Sun Yat-Sen e dos três princípios: está-se formando um tipo de culto de Estado, a-religioso; ao que me parece, a imagem de Sun é cultuada como o é a do Imperador vivo no Japão.] No povo, e mesmo nas pessoas cultas, contudo, conserva-se viva a consciência e o sentimento do *Shinto* como religião (isto é natural, mas parece-me inegável a importância da Reforma, que tende conscientemente ou não à formação de uma consciência laica,

ainda que de uma maneira paradoxal. Esta discussão -- saber se o Shinto de Estado é ou não uma religião -- parece-me a parte mais importante do problema cultural japonês: uma tal discussão não pode, certamente, se estabelecer com relação ao cristianismo).

Estudar como nasceu a reforma, que tem grande amplitude e que está ligada ao nascimento e à evolução do parlamentarismo e da democracia no Japão. Após o sufrágio ampliado (quando e em que forma?), toda eleição -- mediante as mudanças nas forças políticas dos partidos e as alterações que os resultados podem trazer ao governo -- opera ativamente no sentido de dissolver a forma mental "teocrática" e absolutista das grandes massas populares japonesas. A convicção de que a autoridade e a soberania não estão colocadas na pessoa do Imperador, mas no povo, conduz a uma verdadeira e autêntica reforma intelectual e moral, correspondente à que ocorreu na Europa graças ao iluminismo e à filosofia clássica alemã, conduzindo o povo japonês ao nível de sua moderna estrutura econômica e subtraindo-o à influência política e ideológica dos barões e da burocracia feudal.

A Organização da Cultura

A Organização da Escola e da Cultura

PODE-SE OBSERVAR que, em geral, na civilização moderna, todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que toda atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinam nestas escolas. Assim, ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de "humanista" (e que é o tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferente nível, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa individualização. Pode-se dizer, aliás, que a crise es-

colar que hoje se agudiza liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de um modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente fixado: a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral.

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, provocava uma crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional mas não manual), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada sobre a tradição greco-romana. Esta orientação, uma vez posta em discussão, foi destruída, pode-se dizer, já que sua capacidade formativa era em grande parte baseada sobre o prestígio geral e tradicionalmente indiscutido de uma determinada forma de civilização.

A tendência, hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola "desinteressada" (não imediatamente interessada) e "formativa", ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.

Deve-se levar em consideração a tendência em desenvolvimento, segundo a qual cada atividade prática tende a criar para si uma escola especializada própria, do mesmo modo como cada atividade intelectual tende a criar círculos próprios de cultura, que assumem a função de instituições pós-escolares especializadas em organizar as condições nas quais seja possível manter-se a par dos progressos que ocorrem no ramo científico próprio.

Pode-se observar, também, que os órgãos deliberativos tendem cada vez mais a diferenciar sua atividade em dois aspectos "orgânicos": o deliberativo, que lhes é essencial, e o técnico-cultural, onde as questões sobre as quais é preciso tomar resoluções são inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente. Esta atividade já criou todo um corpo burocrático de nova estrutura, pois além dos escritórios especializados de pessoas competentes, que prepararam o material técnico para os corpos deliberativos -- criou-se um segundo corpo de funcionários, mais ou menos "voluntários" e desinteressados, escolhidos de vez em quando na indústria, nos bancos, nas finanças. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos: atualmente, o mecanismo vai-se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim os regimes e as burocracias. Já que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário, que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas, toda tentativa de afastar de fora estas tendências não produz como resultado senão pregações moralistas e gemidos retóricos.

Coloca-se a questão de modificar a preparação do pessoal técnico político, integrando sua cultura de acordo com as novas necessidades, e de elaborar novos tipos de funcionários especializados, que integrem — sob forma colegiada -- a atividade deliberativa. O tipo tradicional do "dirigente" político, preparado apenas para as atividades jurídico-formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal: o dirigente deve ter aquele mínimo de cultura geral

que lhe permita, senão "criar" autonomamente a solução justa, pelo menos saber julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas e, conseqüentemente, escolher a que seja justa do ponto de vista "sintético" da técnica política.

Um tipo de colegiado deliberativo, que busca incorporar a competência técnica necessária para operar de um modo realista, foi descrito em outro local,¹ no qual se fala do que ocorre em certas redações de revistas, que funcionam ao mesmo tempo como redação e como círculo de cultura. O círculo crítica de modo colegiado e contribui assim para elaborar os trabalhos dos redatores individuais, cuja operosidade é organizada segundo um plano e uma divisão do trabalho racionalmente preestabelecidos. Através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de integrar a competência coletiva, consegue-se efetivamente elevar o nível médio dos redatores individuais, alcançar o nível ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica; e não se consegue apenas isso, mas cria-se também as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de intelectuais, preparados para a produção de uma atividade "editorial" regular e metódica (não apenas de publicações de ocasião e de ensaios parciais, mas de trabalhos orgânicos de conjunto).

Indubitavelmente, nesta espécie de atividade coletiva, cada trabalho produz novas capacidades e possibilidades de trabalho, pois cria condições de trabalho cada vez mais orgânicas: fichas, materiais bibliográficos, coletânea de obras fundamentais especializadas etc. Solicita-se uma luta rigorosa contra os hábitos de diletantismo, da improvisação, das soluções "oratórias" e declamatórias. O trabalho deve ser feito especialmente por escrito, assim como por escrito devem ser as críticas, em notas resumidas e sucintas, o que pode ser obtido mediante a distribuição a tempo do material etc.; escrever as notas e as críticas é princípio didático que se tornou necessário graças à obrigação de combater os hábitos da prolixidade, da declamação e do paralogismo criados pela

¹ Cf. a nota "Tipos de revista", na seção "Jornalismo".

oratória. Este tipo de trabalho intelectual é necessário a fim de fazer com que os autodidatas adquiram a disciplina dos estudos proporcionada por uma carreira escolar regular, a fim de taylorizar o trabalho intelectual. Assim, é útil o princípio dos "anciões de Santa Zita", dos quais fala De Saactis em suas recordações sobre a escola napolitana de Basilio Puoti: ou seja, é útil uma certa "estratificação" das capacidades e hábitos, bem como a formação de grupos de trabalho sob a direção dos mais aptos e desenvolvidos, que aceleram a preparação dos mais atrasados e toscos.

Um ponto importante, no estudo da organização prática da escola unitária, é o que diz respeito à carreira escolar em seus vários níveis, de acordo com a idade e com o desenvolvimento intelectual-moral dos alunos e com os fins que a própria escola pretende alcançar. A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. A fixação da idade escolar obrigatória depende das condições econômicas gerais, já que estas podem obrigar os jovens a uma certa colaboração produtiva imediata. A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas. Mas esta transformação da atividade escolar requer uma ampliação imprevista da organização prática da escola, isto é, dos prédios, do material científico, do corpo docente etc. O corpo docente, particularmente, deveria ser aumentado, pois a eficiência da escola é muito maior e intensa quando a relação entre professor e aluno é menor, o que coloca outros problemas de solução difícil e demorada. Também a questão dos prédios não é simples, pois este tipo de escola deveria

set uma escola-colégio, com dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas, salas aptas ao trabalho de seminário etc. Por isso, inicialmente, o novo tipo de escola deverá ser -- e não poderá deixar de se-10 -- própria de grupos restritos, de jovens escolhidos por concurso ou indicados, sob sua responsabilidade, por instituições idôneas.

A escola unitária deveria corresponder ao período representado hoje pelas escolas primárias e médias, reorganizadas não somente no que diz respeito ao conteúdo e ao método de ensino, como também no que toca à disposição dos vários graus da carreira escolar. O primeiro grau elementar não deveria ultrapassar três-quatro anos e, ao lado do ensino das primeiras noções "instrumentais" da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história), deveria desenvolver notadamente a parte relativa aos "direitos e deveres", atualmente negligenciada, isto é, as primeiras noções do Estado e da sociedade, como elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas. O problema didático a resolver é o de temperar e fecundar a orientação dogmática que não pode deixar de existir nestes primeiros anos. O resto do curso não deveria durar mais de seis anos, de modo que, aos quinze-dezesseis anos, dever-se-ia poder concluir todos os graus da escola unitária.

Pode-se objetar que um tal curso é muito fatigante por causa de sua rapidez, se se pretende efetivamente atingir os resultados a que se propõe a atual organização da escola clássica, mas que não são atingidos. Pode-se dizer, porém, que o conjunto da nova organização deverá conter em si mesmo os elementos gerais que fazem com que, hoje, pelo menos para uma parte dos alunos, o curso seja muito lento. Quais são estes elementos? Numa série de famílias, particularmente das camadas intelectuais, os jovens encontram na vida familiar uma preparação, um prolongamento e uma integração da vida escolar, absorvendo no "ar", como se diz, uma grande quantidade de noções e de aptidões que facilitam a carreira escolar propriamente dita: eles já conhecem, e desenvolvem ainda mais, o conhecimento da língua literária,

isto é, do meio de expressão e de conhecimento, tecnicamente superior aos meios possuídos pela média da população escolar dos seis aos doze anos. Assim, os alunos urbanos, pelo simples fato de viverem na cidade, absorveram já -- antes dos seis anos -- muitas noções e aptidões que tomam mais fácil, mais proveitosa e mais rápida a carreira escolar. Na organização interna da escola unitária, devem ser criadas, pelo menos, as mais importantes destas condições, além do fato, que se deve dar por suposto, de que se desenvolverá paralelamente à escola unitária -- uma rede de auxílios à infância e outras instituições nas quais, mesmo antes da idade escolar, os meninos se habituem a uma certa disciplina coletiva e adquiram noções e aptidões pré-escolares. De fato, a escola unitária deveria ser organizada como colégio, com vida coletiva diurna e noturna, liberta das atuais formas de disciplina hipócrita e mecânica, e o estudo deveria ser feito coletivamente, com a assistência dos professores e dos melhores alunos, mesmo nas horas de aplicação chamada individual, etc.

O problema fundamental que se coloca diz respeito à fase da atual carreira escolar hoje representada pelo Liceu, que em nada se diferencia, atualmente, como tipo de ensino, das lases escolares anteriores, a não ser pela abstrata suposição de uma maior maturidade intelectual e moral do aluno, devida à maioridade e à experiência anteriormente acumulada.

De fato, atualmente, entre liceu e universidade, isto é, entre a escola propriamente dita e a vida, existe um salto, uma verdadeira solução de continuidade, e não uma passagem racional da quantidade (idade) à qualidade (maturidade intelectual e moral). Do ensino quase puramente dogmático, no qual a memória desempenha um grande papel, passa-se à fase criadora ou de trabalho autônomo e independente; da escola com disciplina de estudo imposta e controlada autoritariamente passa-se a uma fase de estudo ou de trabalho profissional na qual a autodisciplina intelectual e a autonomia moral são teoricamente ilimitadas. E isto ocorre imediatamente após a crise da puberdade, quando o ímpeto das paixões instintivas e elementares não terminou ainda de lutar contra os freios do caráter e da consciência moral em formação. Na Itália, ademais, onde não é difundido nas univer-

sidades o princípio do trabalho de "seminário", a passagem é ainda mais brusca e mecânica.

Eis porque, na escola unitária, a última fase deve ser concebida e organizada como a fase decisiva, na qual se tende a criar os valores fundamentais do "humanismo", a auto-disciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, organização das trocas, etc.). O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida deve começar nesta última fase da escola, e não deve ser mais um monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática: esta fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos, deve ser uma escola criadora. Deve-se distinguir entre escola criadora e escola ativa, mesmo na forma dada pelo método Dalton. Toda escola unitária é escola ativa, se bem que seja necessário limitar as ideologias libertárias neste campo e reivindicar — com certa energia -- o dever das gerações adultas, isto é, do Estado, de "formar" as novas gerações. Ainda se está na fase romântica da escola ativa, na qual os elementos da luta contra a escola mecânica e jesuítica se dilataram morbidamente por causa do contraste e da polémica: é necessário entrar na fase "clássica", racional, encontrando nos fins a atingir a fonte natural para elaborar os métodos e as formas.

A escola criadora é o coroamento da escola ativa: na primeira fase, tende-se a disciplinar, portanto, também a nivelar, a obter uma certa espécie de "conformismo" que pode ser chamado de "dinâmico"; na fase criadora, sobre a base já atingida de "coletivização" do tipo social, tende-se a expandir a personalidade, tomada autônoma e responsável, mas com uma consciência moral e social sólida e homogênea. Assim, escola criadora não significa escola de "inventores e descobridores"; ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um "programa" predeterminado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o professor exerce apenas uma função de guia amigável, como

ocorre ou deveria ocorrer na universidade. Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação (mesmo que a verdade seja velha) e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual na qual se pode descobrir verdades novas. Por isso, nesta fase, a atividade escolar fundamental se desenvolverá nos seminários, nas bibliotecas, nos laboratórios experimentais; é nela que serão recolhidas as indicações orgânicas para a orientação profissional.

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo.

Problema da nova função que poderão assumir as universidades e as academias. Estas duas instituições são, atualmente, independentes uma da outra; as academias são o símbolo, ridicularizado freqüentemente com razão, da separação existente entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo (por isso, é explicável certa influência obtida pelos futuristas em seu primeiro período de Sturm und Drang anti-acadêmico, antitradicionalista, etc.).

Em um novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deverão se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) dos elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários. Os elementos sociais empregados no trabalho profissional não devem cair na passividade intelectual, mas devem ter à sua disposição (por iniciativa coletiva e não de indivíduos, como função social orgânica reconhecida como de utilidade e necessidade públicas) institutos especializados em todos os ra-

mos de investigação e de trabalho científico, para os quais poderão colaborar e nos quais encontrarão todos os subsídios necessários para qualquer forma de atividade cultural que pretendam empreender.

A organização académica deverá ser reorganizada e vivificada de alto a baixo. Territorialmente, possuirá uma centralização de competências e de especializações: centros nacionais que se agregarão às grandes instituições existentes, seções regionais e provinciais e círculos locais urbanos e rurais. Dividir-se-á por especializações científico-culturais, que serão representadas em sua totalidade nos centros superiores, mas só parcialmente nos círculos locais. Unificar os vários tipos de organização cultural existentes: academias, institutos de cultura, círculos filológicos, etc., integrando o trabalho académico tradicional — que se expressa principalmente na sistematização do saber passado ou em buscar fixar uma média do pensamento nacional como guia da atividade intelectual — a atividades ligadas á vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho. Controlar-se-ão as conferências industriais, a atividade da organização científica do trabalho, os gabinetes experimentais das fábricas etc. Construir-se-á um mecanismo para selecionar e desenvolver as capacidades individuais da massa popular, que são hoje sacrificadas e definham em erros e tentativas sem perspectiva. Cada círculo local deveria possuir necessariamente a seção de ciências morais e políticas, e organizar paulatinamente as outras seções especiais para discutir os aspectos técnicos dos problemas industriais, agrários, de organização e de racionalização do trabalho industrial, agrícola, burocrático, etc. Congressos periódicos de diversos níveis fariam com que os mais capazes fossem conhecidos.

Seria útil possuir a lista completa das academias e das outras organizações culturais hoje existentes, bem como dos assuntos tratados em seus trabalhos e publicados em suas "Atas": em grande parte, trata-se de cemitérios da cultura, embora elas desempenhem uma função na psicologia da classe dominante.

A colaboração entre estes organismos e as universidades deveria ser muito estreita, bem como sua colaboração com todas as escolas superiores especializadas de qualquer tipo (militares, navais etc.). A finalidade consiste em obter uma centralização e um impulso da cultura nacional que fossem superiores aos da Igreja Católica.'

² Este esquema de organização do trabalho cultural segundo os princípios gerais da escola unitária deveria ser desenvolvido, cuidadosamente, em todas as suas partes e servir de guia na constituição mesmo do mais elementar e primitivo centro de cultura, que deveria ser concebido como um embrião e uma molécula de toda a estrutura mais madura. Mesmo as iniciativas notoriamente transitórias e experimentais deveriam ser concebidas como capazes de ser absorvidas no esquema geral e, ao mesmo tempo, como elementos vitais que tendem a criar todo o esquema. Estudar atentamente a organização e o desenvolvimento do Rotary Club.

Para a Investigação do Princípio Educativo

A *SEPARAÇÃO*, provocada pela reforma Gentile, entre a escola elementar e média, por um lado, e a superior, por outro. Antes da reforma, existia uma separação semelhante, tão marcada, somente entre a escola profissional, por um lado, e as escolas médias e superiores, por outro: a escola elementar era colocada numa espécie de limbo, graças a algumas de suas características particulares.

Nas escolas elementares, dois elementos participavam na educação e na formação das crianças: as primeiras noções de ciências naturais e as noções dos direitos e deveres dos cidadãos. As noções científicas deviam servir para introduzir o menino na *societas rerum*, ao passo que os direitos e deveres para introduzi-lo na vida estatal e na sociedade civil. As noções científicas entravam em luta com a concepção mágica do mundo e da natureza, que a criança absorve do am-

biente impregnado de folclore, do mesmo modo como as noções de direitos e deveres entram em luta com as tendências à barbárie individualista e localista, que é também um aspecto do folclore. A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas visando a seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado à dominação das leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente. Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do *devenir*, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas

as gerações passadas, que se projeta no futuro. \$ este o fundamento da escola elementar; que ele tenha dado todos os seus frutos, que no corpo de professores tenha existido a consciência de seu dever e do conteúdo filosófico deste dever, é um outro problema, ligado à crítica do grau de consciência civil de toda a nação, da qual o corpo docente é tão-somente uma expressão, ainda que amesquinhada, e não certamente uma vanguarda.

Não é completamente exato que a instrução não seja igualmente educação: a insistência exagerada nesta distinção foi um grave erro da pedagogia idealista, cujos efeitos já se vêem na escola reorganizada por esta pedagogia. Para que a instrução não fosse igualmente educação, seria preciso que o discente fosse uma mera passividade, um "recipiente mecânico" de noções abstratas, o que é absurdo, além de ser "abstratamente" negado pelos defensores da pura educatividade precisamente contra a mera instrução mecanicista. O "certo" se toma "verdadeiro" na consciência da criança. Mas a consciência da criança não é algo "individual" (e muito menos individualizado), é o reflexo da fração de sociedade civil da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia, etc. A consciência individual da esmagadora maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas às que são refletidas pelos programas escolares: o "certo" de uma cultura evoluída toma-se "verdadeiro" nos quadros de uma cultura fossilizada e anacrônica, não existe unidade entre escola e vida e, por isso, não existe unidade entre instrução e educação. Daí porque é possível dizer que, na escola, o nexo instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos, sendo também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e em disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior. Se o corpo docente é deficiente e o nexo instrução-educação é relaxado, visando a resolver a questão do ensino de acordo com esquemas de papel nos quais se exalta a educatividade, a obra do professor se tornará ainda mais

deficiente: ter-se-á uma escola retórica, sem seriedade, pois faltará a corporeidade material do certo, e o verdadeiro será verdadeiro de palavra, ou seja, retórico.

Esta degenerescência pode ser ainda melhor vista na escola média, nos cursos de literatura e filosofia. Antes, pelo menos, os alunos formavam uma certa "bagagem" ou "provisão" (de acordo com os gostos) de noções concretas; agora, quando o professor deve ser notadamente um filósofo e um esteta, o aluno negligencia as noções concretas e "enche a cabeça" com fórmulas e palavras que não têm nenhum sentido para ele, na maioria dos casos, e que são logo esquecidas. A luta contra a velha escola era justa, mas a reforma não era uma coisa tão simples como parecia, não se tratava de esquemas programáticos, mas de homens, e não imediatamente dos homens que são professores, mas de todo o complexo social do qual os homens são expressão. Na realidade, um professor medíocre pode conseguir que os alunos se tornem mais instruídos, mas não conseguirá que sejam mais cultos; ele desenvolverá — com escrúpulo e com consciência burocrática — a parte mecânica da escola, e o aluno, se for um cérebro ativo, organizará por sua conta — e com a ajuda de seu ambiente social — a "bagagem" acumulada. Com os novos programas, que coincidem com uma queda geral do nível do corpo docente, simplesmente não existirá mais "bagagem" a organizar. Os novos programas deveriam ter abolido completamente os exames; prestar um exame, atualmente, deve ser muito mais um "jogo de azar" do que antigamente. Uma data é sempre uma data, qualquer que seja o professor examinador, e uma "definição" é sempre uma definição; mas e um julgamento, uma análise estética ou filosófica?

A eficácia educativa da velha escola média italiana, como a antiga lei Casati a havia organizado, não devia ser buscada (ou negada) na vontade expressa de ser ou não escola educativa, mas no fato de que sua organização e seus programas eram a expressão de um modo tradicional de vida intelectual e moral, de um clima cultural difundido em toda a sociedade italiana por uma antiquíssima tradição. O fato de que um tal clima e um tal modo de vida tenham entrado em agonia e que a escola se tenha separado da vida determinou a crise da escola. Criticar os programas e a organização disciplinar da escola significa menos do que nada, se

não se levam em conta estas condições. Assim, retorna-se à participação realmente ativa do aluno na escola, que só pode existir se a escola for ligada à vida. Os novos programas, quanto mais afirmam e teorizam sobre a atividade do discente e sobre sua operosa colaboração com o trabalho do docente, tanto mais são elaborados como se o discente fosse uma mera passividade.

Na velha escola, o estudo gramatical das línguas latina e grega, unido ao estudo das literaturas e histórias políticas respectivas, era um princípio educativo na medida em que o ideal humanista, que se personifica em Atenas e Roma, era difundido em toda a sociedade, era um elemento essencial da vida e da cultura nacionais. Inclusive a mecanicidade do estudo gramatical era vivificada pela perspectiva cultural. As noções singulares não eram aprendidas visando-se a uma imediata finalidade prático-profissional: esta finalidade não se revelava, pois o que contava era o desenvolvimento interior da personalidade, a formação do caráter através da absorção e da assimilação de todo o passado cultural da civilização européia moderna. Não se aprendia o latim e o grego para saber falar estas línguas, para servir de camareiro, de intérprete ou de correspondente comercial. Aprendia-se a fim de conhecer diretamente a civilização dos dois povos, pressuposto necessário da civilização moderna, isto é, a fim de ser e de conhecer conscientemente a si mesmo. As línguas latina e grega eram aprendidas segundo a gramática, mecanicamente; mas existe muita injustiça e impropriedade na acusação de mecanicidade e de aridez. Trabalha-se com rapazolas, aos quais deve-se levar a que contraíam certos hábitos de diligência, de exatidão, de postura mesmo física, de concentração psíquica em determinados assuntos, que não se podem adquirir senão mediante uma repetição mecânica de atos disciplinados e metódicos. Um estudioso de quarenta anos seria capaz de passar dezesseis horas seguidas numa mesa de trabalho se, desde menino, não tivesse assumido, por meio da coação mecânica, os hábitos psicofísicos apropriados? Se se quer selecionar grandes cientistas, deve-se começar ainda por este ponto e deve-se pressionar toda a área escolar a fim de se conseguir que surjam os milhares ou centenas, ou mesmo apenas dezenas, de estudiosos de grande valor, ne-

cessários a toda civilização (não obstante, podem-se obter grandes melhorias neste terreno com a ajuda dos subsídios científicos adequados, sem retomar aos métodos escolares dos jesuítas).

Aprende-se o latim (ou melhor, estuda-se o latim), analisa-se esta língua mesmo em suas partículas mais elementares, analisa-se como uma coisa morta, é verdade, mas qualquer análise feita por uma criança não pode ser senão sobre coisas mortas; ademais, é preciso não esquecer que, no lugar onde este estudo é feito sob estas formas, a vida dos romanos é um mito que, numa certa medida, já interessou à criança e ainda a interessa, de modo que está sempre presente no morto um grande vivo. E, além disso, a língua é morta, é analisada como uma coisa inerte, como um cadáver na mesa anatômica, mas revive continuamente nos exemplos, nas narrações. Poder-se-ia estudar do mesmo modo o italiano? Impossível; nenhuma língua viva poderia ser estudada como o latim: seria e pareceria absurdo. Nenhuma das crianças conhece o latim quando inicia seu estudo com aquele referido método analítico. Uma língua viva poderia ser conhecida, e bastaria que uma só criança a conhecesse para que o encantamento se quebrasse: todos iriam imediatamente à escola Berlitz. O latim (bem como o grego) apresenta-se à fantasia como um mito, inclusive para o professor. O latim não é estudado para aprender o latim; o latim, há muito tempo, graças a uma tradição cultural-escolástica da qual se poderia pesquisar a origem e o desenvolvimento, é estudado como elemento de um programa escolar ideal, elemento que resume e satisfaz toda uma série de exigências pedagógicas e psicológicas; ele é estudado a fim de que as crianças se habituem a estudar de determinada maneira, a analisar um corpo histórico que pode ser tratado como um cadáver que continuamente volta à vida, a fim de habitua-las a raciocinar, a abstrair esquematicamente (mesmo que sejam capazes de voltar da abstração à vida real imediata), a fim de ver em cada fato ou dado o que há nele de geral e de particular, o conceito e o indivíduo. E, do ponto de vista educativo, o que não significara a constante comparação entre o latim e a língua que se fala?! A distinção e a identificação das palavras e dos conceitos, toda a lógica formal, com a contradição dos opostos e a análise dos distintos, com o movimento his-

tórico do conjunto lingüístico, que se modifica no tempo, que tem um devenir e que não é tão-somente estaticidade. Nos oito anos de ginásio-liceu, estuda-se toda a língua historicamente real, após tê-la visto fotografada num instante abstrato, sob a forma de gramática: estuda-se desde Ênio (ou antes, desde as palavras dos fragmentos das doze tábuas) até Fedro e os cristãos-latinos: um processo histórico é analisado desde seu surgimento até sua morte no tempo, morte aparente, pois sabe-se que o italiano, com o qual o latim é continuamente comparado, é latim moderno. Estuda-se a gramática de uma certa época, uma abstração, o vocabulário de um período determinado, mas se estuda (por comparação) a gramática e o vocabulário de cada autor determinado, bem como o significado de cada termo em cada "período" (estilístico) determinado; descobre-se, assim, que a gramática e o vocabulário de Fedro não são os de Cícero, nem os de Plauto, ou de Latânio e Tertuliano, que uma mesma conexão de sons não tem o mesmo significado em épocas diversas, em escritores diversos. Compara-se continuamente o latim e o italiano; mas cada palavra é um conceito, uma imagem, que assume nuances diversas nas épocas, nas pessoas, em cada uma das duas línguas comparadas. Estuda-se a história literária dos livros escritos naquela língua, a história política, as lutas dos homens que falaram aquela língua. A educação do jovem é determinada por todo este complexo orgânico, pelo fato de que -- ainda que só materialmente -- ele percorreu todo aquele itinerário, com suas etapas, etc. Ele submerge na história, adquire uma intuição historicista do mundo e da vida, que se toma uma segunda natureza, quase uma espontaneidade, já que não é pedantemente inculcada pela "vontade" exteriormente educativa. Este estudo educava, (sem que tivesse a vontade expressamente declarada de fazê-lo) com a mínima intervenção "educativa" do professor: educava porque instruía. Experiências lógicas, artísticas, psicológicas, eram feitas sem que "se refletisse sobre", sem olhar-se continuamente no espelho, e era feita principalmente uma grande experiência "sintética", filosófica, de desenvolvimento histórico-real. Isto não significa (e seria uma tolice pensá-lo) que o latim e o grego, como tais, tenham qualidades intrinsecamente taumatúrgicas no campo educativo. E toda a tradição cultural, que vive também (e principalmente) fora

da escola, que produz — num ambiente determinado -- estas conseqüências. Vê-se, ademais, como, modificada a tradicional intuição da cultura, tenha a escola entrado em crise e tenha o estudo do latim e do grego entrado igualmente em crise.

Será necessário substituir o latim e o grego como fulcro da escola formativa; esta substituição ocorrerá, mas não será fácil dispor a nova matéria ou a nova série de matérias na ordem didática que dê resultados equivalentes no que toca à educação e formação geral da personalidade, ordem que parta da criança até chegar aos umbrais da escolha profissional. De fato, nesse período, o estudo ou a maior parte dele deve ser (ou aparecer como sendo aos discentes) desinteressado, isto é, não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo, ainda que "instrutivo", isto é, rico de noções concretas. Na escola atual, graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade, não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas.

A escola tradicional era oligárquica, pois era destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades diretivas, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se evitar a multiplicação e graduação dos tipos de escola profissional, criando-se, ao contrário, um tipo único de escola preparatória (elementar-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entretanto como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.

A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática. Por exemplo: operário manual e qualificado, camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada "cidadão" possa se tornar "governante" e que a sociedade o coloque, ainda que "abstratamente", nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar. Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de modo a restringir a base da camada governante tecnicamente preparada, num ambiente social político que restringe ainda mais a "iniciativa privada" no sentido de fornecer esta capacidade e preparação técnico-política, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em ordens "juridicamente" fixadas e cristalizadas ao invés de superar as divisões em grupos: a multiplicação das escolas profissionais, cada vez mais especializadas desde o início da carreira escolar, é uma das mais evidentes manifestações desta tendência.

A respeito do dogmatismo e do criticismo-historicismo nas escolas elementar e média, deve-se observar que a nova pedagogia quis destruir o dogmatismo precisamente no campo da instrução, da aprendizagem de noções concretas, isto é, precisamente no campo em que um certo dogmatismo é praticamente imprescindível, somente podendo ser reabsorvido e dissolvido no inteiro ciclo do curso escolar (é impossível ensinar a gramática histórica na escola primária e no ginásio); mas ela é obrigada a ver introduzido o dogmatismo por excelência, posteriormente, no campo do pensamento religioso e a ver descrita, implicitamente, toda a história da filosofia como uma sucessão de loucuras e de delírios. No ensino da filosofia, o novo curso pedagógico (pelo menos

para aqueles alunos, a esmagadora maioria, que não recebem ajuda intelectual fora da escola, na família ou no ambiente familiar, e devem-se formar tão-somente com as indicações que recebem nas aulas) empobrece o ensino, rebaixando-lhe praticamente o nível, ainda que racionalmente pareça belíssimo, de um belíssimo utopismo. A filosofia descritiva tradicional, reforçada por um curso de história da filosofia e pela leitura de um certo número de filósofos, parece ser praticamente a melhor coisa. A filosofia descritiva e definidora pode ser uma abstração dogmática, como a gramática e a matemática, mas é uma necessidade pedagógica e didática. $1 = 1$ é uma abstração, mas ninguém é levado por isso a pensar que 1 mosca é igual a 1 elefante. Também as regras da lógica formal são abstrações do mesmo gênero, são uma gramática do pensar normal; não obstante, é necessário estudá-las, pois não são algo inato, devendo ser adquiridas mediante o trabalho e a reflexão. O novo curso pressupõe que a lógica formal seja algo que já se possui quando se pensa, mas não explica como ela deva ser adquirida; praticamente, portanto, ela é suposta como sendo inata. A lógica formal é como a gramática: é assimilada de um modo "vivo" mesmo que a aprendizagem tenha sido necessariamente esquemática e abstrata, já que o discente não é um disco de vitrola, não é um recipiente passivamente mecânico, ainda que a convencionalidade litúrgica dos exames assim o faça aparecer por vezes. A relação de tais esquemas educativos com o espírito infantil é sempre ativa e criadora, como ativa e criadora é a relação entre o operário e seus utensílios de trabalho; também um sistema de medição é um conjunto de abstrações, mas é impossível produzir objetos reais sem a medição, objetos reais que são relações sociais e que contém idéias implícitas.

A criança que quebra a cabeça com os *barbara* e *baralipon* fatiga-se, certamente, e deve-se procurar fazer com que ela só se fatigue quando for indispensável e não inutilmente; mas é igualmente certo que será sempre necessário que ela se fatigue a fim de aprender e que se obrigue a privações e limitações de movimento físico, isto é, que se submetta a um tirocínio psicofísico. Deve-se convencer a muita gente que o estudo é também um trabalho, e muito fatigante,

com um tirocínio particular próprio, não só muscular-nervoso mas intelectual: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e mesmo sofrimento. A participação das mais amplas massas na escola média leva consigo a tendência a afrouxar a disciplina do estudo, a provocar "facilidades". Muitos pensam, inclusive, que as dificuldades são artificiais, já que estão habituados a só considerar como trabalho e fadiga o trabalho manual. A questão é complexa. Por certo, a criança de uma família tradicional de intelectuais supera mais facilmente "o processo de adaptação psicofísico; quando entra na classe pela primeira vez, já tem vários pontos de vantagem sobre seus colegas, possui uma orientação já adquirida por hábitos familiares: concentra a atenção com mais facilidade, pois tem o hábito da contenção física etc. Do mesmo modo, o filho de um operário urbano sofre menos quando entra na fábrica do que um filho de camponeses ou do que um jovem camponês já desenvolvido pela vida rural. Também o regime alimentar tem importância etc., etc. Eis porque muitas pessoas do povo pensam que, nas dificuldades do estudo, exista um "truque" contra elas (quando não pensam que são estúpidos por natureza): vêm o senhor (e para muitos, especialmente no campo, senhor quer dizer intelectual) realizar com desenvoltura e aparente facilidade o trabalho que custa aos seus filhos lágrimas e sangue, e pensam que exista algum "truque". Numa nova situação, estas questões podem se tornar muito ásperas e será preciso resistir à tendência a tornar fácil o que não pode se-lo sem ser desnaturado. Se se quiser criar uma nova camada de intelectuais, chegando às mais altas especializações, própria de um grupo social que tradicionalmente não desenvolveu as aptidões adequadas, será preciso superar dificuldades inauditas.

Notas Esparsas

Problemas Escolares e organização da Cultura

ALGUNS PRINCÍPIOS DA PEDAGOGIA MODERNA. Investigar a origem histórica de alguns princípios da pedagogia moderna: a escola ativa, ou seja, a colaboração amigável entre professor e aluno; a escola ao ar livre; a necessidade de deixar livre, sob a vigilância mas não sob controle evidente do professor, o desenvolvimento das faculdades espontâneas do escolar. A Suíça deu uma grande contribuição à pedagogia moderna (Pestalozzi etc.), graças à tradição genebrina de Rousseau; na realidade, esta pedagogia é uma forma confusa de filosofia ligada a uma série de regras empíricas. Não se levou em conta o fato de que as idéias de Rousseau são uma violenta reação contra a escola e métodos pedagógicos dos jesuitas e, enquanto tais, representam um progresso: mas, posteriormente, formou-se uma espécie de igreja, que paralisou os estudos pedagógicos e deu lugar a

curiosas involuções (nas doutrinas de Gentile e de Lombardo-Radice). A "espontaneidade" é uma destas involuções: quase se chega a imaginar que o cérebro do menino é um nó que o professor ajuda a desembaraçar. Na realidade, toda geração educa a nova geração, isto é, forma-a; a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e de criar o homem "atual" à sua época. Não se leva em conta que o menino, desde quando começa a "ver e a tocar", talvez poucos dias depois do nascimento, acumula sensações e imagens, que se multiplicam e se tomam complexas com o aprendizado da linguagem. A "espontaneidade", se analisada, toma-se cada vez mais problemática. Outrossim, a "escola" (isto é, a atividade educativa direta) é tão-somente uma fração da vida do aluno, o qual entra em contato tanto com a sociedade humana quanto com a sociedade *rerum*, formando-se critérios a partir destas fontes "extra-escolares" muito mais importantes do que habitualmente se acredita. A escola única, intelectual e manual, tem ainda esta vantagem: a de colocar o menino em contato, ao mesmo tempo, com a história humana e com a história das "coisas", sob o controle do professor.

Pedagogia mecanicista e idealista. Para elaborar um completo ensaio sobre Antonio Labriola, deve-se levar em consideração, além de seus escritos (que são escassos e, frequentemente, apenas alusivos ou extremamente sintéticos), também os elementos e fragmentos de conversação referidos por seus amigos e alunos. (Labriola deixou a fama de ser um excepcional "conversador".) Nos livros de Benedetto Croce, esparsamente, podem-se coletar vários destes elementos e fragmentos. Assim, por exemplo, nas Conversações *Criticas* (segunda série), págs. 60-61: "Como faríeis para educar moralmente um papuano?", perguntou um de nossos alunos, há muitos anos, ao Prof. Labriola, numa de suas lições de pedagogia, objetando contra a eficácia da pedagogia. Provisoriamente (respondeu com viquiana e hegeliana aspereza o hebartiano professor), provisoriamente faria dele um escravo; e esta seria a pedagogia do caso, restando ver se para seus netos e bisnetos poder-se-ia começar a utilizar algo da

nossa pedagogia". Esta resposta de Labriola deve ser aproximada da entrevista que ele deu sobre a questão colonial (Libia), em 1903, reproduzida no volume dos *Escritos diversos sobre filosofia e política*. Deve-se aproximá-la também do modo de pensar de Gentile no que diz respeito ao ensino religioso nas escolas primárias. Trata-se, ao que parece, de um pseudo-historicismo, de um mecanicismo bastante empírico e muito próximo do mais vulgar evolucionismo. Poder-se-ia recordar o que disse Bertrando Spaventa a respeito daqueles que pretendem conservar sempre os homens no berço (isto é, no momento da autoridade, que educa para a liberdade, entretanto, os povos imaturos) e imaginam toda a vida (dos outros) como um berço. Parece-me que o problema, de um ponto de vista histórico, deva ser colocado de outra maneira: ou seja, uma nação ou grupo social que atingiu um grau superior de cultura, pode (e, portanto, deve) "acelerar" o processo de educação dos povos e dos grupos sociais mais atrasados, universalizando e traduzindo de modo adequado sua nova experiência? Assim, quando os ingleses convocam recrutas entre povos primitivos, que jamais viram um fuzil moderno, não instruem estes recrutas no emprego do arco, do *boomerang* ou da zarabatana, mas precisamente no manejo do fuzil, se bem que as normas de instrução sejam necessariamente adaptadas à "mentalidade" daquele determinado povo primitivo. O modo de pensar implícito na resposta de Labriola, portanto, não parece ser dialético e progressista, mas antes mecânico e reacionário, tal como o "pedagógico" religioso de Gentile, que não é mais do que uma decorrência do conceito de que a "religião é boa para o povo" (povo = criança = fase primitiva do pensamento à qual corresponde a religião etc.), isto é, trata-se de uma re-

Hegel afirmara que a servidão é o berço da liberdade. Para Hegel, como para Maquiavel, o "novo principado" (isto é, o período ditatorial que caracteriza os inícios de qualquer novo tipo de Estado) e a servidão que o acompanha justificam-se tão-somente enquanto educação e disciplina do homem não ainda livre. B. SPAVENTA, porém comenta oportunamente (*Princípios de ética*, Apêndice, Nápoles, 1904): "Mas o berço não é a vida. Alguns gostariam de nos deixar sempre no berço". Um exemplo típico de berço que se converte em toda a vida é oferecido pelo protecionismo aduaneiro, que é sempre propagado e justificado como "berço", mas tende a se tornar um beijo eterno.

núncia (tendenciosa) a educar o povo. Na entrevista sobre a questão colonial, o mecanicismo implícito no pensamento de Labriola aparece de um modo mais evidente. De fato, pode muito bem ocorrer que seja "necessário reduzir os papuanos à escravidão" a fim de educá-los, mas não é menos necessário que alguém afirme que isto não é necessário senão contingentemente, na medida em que existem determinadas condições, isto é, que se trata de uma necessidade "histórica" i não absoluta: aliás, é necessário que exista uma luta a respeito, sendo precisamente esta luta a condição para que os netos e bisnetos do papuano sejam libertados da escravidão e educados através da pedagogia moderna, O fato de que se afirme ser a escravidão dos papuanos apenas uma necessidade do momento, e que se rebele contra esta necessidade, tal fato é também filosófico-histórico: 1) porque contribuirá para reduzir ao tempo necessário o período de escravidão; 2) porque induzirá os próprios papuanos a refletirem sobre si mesmos, a se auto-educarem, na medida em que se sentirem apoiados por homens de civilização superior: 3) porque apenas esta resistência revela que se está realmente num período superior de civilização e de pensamento. O historicismo de Labriola e de Gentile é de um género bastante decadente: é o historicismo dos juristas, para os quais o knut não é um knut quando é um knut "histórico". Trata-se, ademais, de um modo de pensar muito nebuloso e confuso. O fato de, nas escolas primárias, ser necessária uma exposição "dogmática" das noções científicas ou ser necessária uma "mitologia", não significa que o dogma deva ser o religioso e a mitologia aquela mitologia determinada. O fato de que um povo ou um grupo social atrasado tenha necessidade de uma disciplina exterior coercitiva a fim de ser educado para a civilização, não significa que deva ser reduzido à escravidão; a não ser que se pense que toda coerção estatal é escravidão. Existe uma coerção de tipo militar (mesmo para o trabalho) que pode ser aplicada inclusive à classe dominante, e que não é "escravidão", mas sim a expressão adequada da pedagogia moderna dirigida para a educação de um elemento imaturo (que é seguramente imaturo, mas muito próximo de elementos já maduros, ao passo que a escravidão é organicamente a expressão de condições universalmente ima-

turas). Spaventa -- que se colocava do ponto de vista da burguesia liberal contra os "sofismas" historicistas das classes reacionárias — exprimia, de modo sarcástico, uma concepção bem mais progressista e dialética do que a de Labriola e Gentile.

O Humanismo. Estudar a reforma pedagógica introduzida pelo Humanismo: a substituição da "composição escrita" pela "disputa oral", por exemplo, que é um de seus elementos "práticos" mais significativos. (Recordar algumas notas sobre o modo de difusão da cultura por via oral, por discussão dialógica, através da oratória, que determina uma argumentação pouco rigorosa e produz a convicção imediata sobretudo por via emotiva.)

Ordem intelectual e moral. Trechos do livro *Lectures and Essays on University Subjects*, do Cardeal Newman. Antes de mais nada, e no plano mais geral, a universidade tem a tarefa humana de educar os cérebros para pensar de modo claro, seguro e pessoal, libertando-o das névoas e do caos nos quais uma cultura inorgânica, pretensiosa e confusionista ameaçava submergi-lo, graças a leituras mal absorvidas, conferências mais brilhantes do que sólidas, conversações e discussões sem conteúdo: "Um jovem de intelecto agudo e vivo, desprovido de uma sólida preparação, não tem mais a apresentar do que um acervo de idéias, ora verdadeiras ora falsas, que têm para ele o mesmo valor. Possui um certo número de doutrinas e fatos, mas descozidos e dispersos, não tendo princípios em torno dos quais coleta-los e situá-los. Diz, desdiz e se contradiz, e quando é obrigado a expressar claramente seu pensamento não mais se reencontra. Percebe mais as objeções do que as verdades, propõe mil questões às quais ninguém saberia responder: mas, entretentes, nutre a mais alta opinião sobre si e se irrita com os que discordam dele".

O método que a disciplina universitária prescreve para cada forma de investigação é muito diferente e muito diferente é o resultado: é "a formação do intelecto, isto é, um hábito de ordem e de sistema, o hábito de relacionar todo

conhecimento novo com os que já se possui e integrá-los em conjunto e, o que é mais importante, a aceitação e o uso de certos princípios, como centro de pensamento... Quando existe esta faculdade crítica, a história não é mais um livro de novelas, nem a biografia um romance; os oradores e as publicações do dia perdem a infalibilidade; a eloquência não substitui o pensamento, nem as afirmações corajosas ou as descrições coloridas ocupam o lugar de argumentos". A disciplina universitária deve ser considerada como um tipo de disciplina para a formação intelectual, realizável também em instituições não "universitárias" em sentido oficial.

As *universidades* italianas. Por que não exercem em nosso país aquela influência de reguladoras da vida cultural que exercem em outros países? Um dos motivos deve ser buscado no seguinte: nas universidades, o contato entre professores e estudantes não é organizado. O professor ensina, de sua cátedra, à massa dos ouvintes, isto é, dá a sua lição e vai embora. Tão-somente na época da apresentação da tese é que o estudante se aproxima do professor, pede-lhe um tema e conselhos específicos sobre o método da pesquisa científica. Para a massa dos estudantes, os cursos não são mais do que uma série de conferências, ouvidas com maior ou menor atenção, todas ou apenas uma parte: o estudante confia nas apostilas, na obra que o próprio professor escreveu sobre a matéria ou na bibliografia que indicou. Existe um maior contato entre os professores individuais e estudantes individuais que pretendem se especializar numa determinada disciplina: este contato se estabelece, no mais das vezes, casualmente, e possui uma imensa importância para a continuidade acadêmica e para o destino das várias disciplinas. Ele se estabelece, por exemplo, graças a causas religiosas, políticas, de amizade familiar. Um estudante toma-se assíduo de um professor, que o encontra na biblioteca, convida-o para casa, aconselha-lhe livros para ler e pesquisas a tentar. Cada professor tende a formar uma "escola" própria, tem seus pontos de vista determinados (chamados de "teorias") sobre determinadas partes de sua ciência, que gostaria de ver defendidos por seus seguidores ou discípulos. Cada

professor pretende que, de sua universidade, em concorrência com as outras, saiam jovens distinguidos que dêem sérias "contribuições" à sua ciência. Por isso, na própria faculdade, existe concorrência entre professores de matérias afins na disputa de alguns jovens que já se tenham distinguido por causa de uma recensão, de um artigo ou em discussões escolares (onde elas são realizadas). Neste caso, o professor realmente guia o seu aluno; indica-lhe um tema, aconselha-o no desenvolvimento, facilita-lhe as pesquisas, mediante suas conversas assíduas acelera a formação científica dele, faz-lhe publicar os primeiros ensaios nas revistas especializadas, coloca-o em contato com outros especialistas e se apodera dele definitivamente. Este costume, salvo casos esporádicos de igrejinhas, é benéfico, pois completa a função das universidades. Deveria deixar de ser fato pessoal, iniciativa pessoal, para se tornar função orgânica: não sei até que ponto, mas parece-me que os seminários de tipo alemão representam esta função ou buscam desenvolvê-la. Em torno de certos professores, há uma disputa de pessoas que aspiram atingir mais facilmente uma cátedra universitária. Muitos jovens, pelo contrário, particularmente os que vêm dos liceus provincianos, são marginalizados tanto no ambiente social universitário quanto no ambiente de estudo. Os primeiros seis meses do curso servem para uma orientação sobre o caráter específico dos estudos universitários, e a timidez nas relações pessoais nunca deixa de existir entre professor e aluno. Nos seminários, tal coisa não se verificaria, ou pelo menos não na mesma medida. De qualquer modo, esta estrutura geral da vida universitária não cria, já na universidade, nenhuma hierarquia intelectual permanente entre professores e massa de estudantes: após a universidade, mesmo aquelas escassas ligações se relaxam e, em nosso país, inexistem qualquer estrutura cultural que se apóie sobre a universidade. Foi este um dos elementos que determinou a sorte da dupla Croce-Gentile, antes da guerra, na constituição de um grande centro de vida intelectual nacional; entre outras coisas, eles lutavam também contra a insuficiência da vida universitária e contra a mediocridade científica e pedagógica (e mesmo moral, por vezes) dos professores oficiais.

Questões *escolares*. Cf. o artigo "O fácil e o difícil", de Metron, no *Corriere della Sera* de 7 de janeiro de 1932. Metron faz duas observações interessantes (referindo-se aos cursos de engenharia e aos exames de Estado para os engenheiros): 1) que, durante o curso, o professor fala cem e o estudante absorve um ou dois; 2) que, nos exames de Estado, os candidatos sabem responder às questões "difíceis" e fracassam nas questões "fáceis". Metron não analisa exatamente, porém, as razões destes dois problemas e não indica nenhum remédio "tendencial". Ao que me parece, as duas deficiências são ligadas ao sistema escolar das lições-conferências sem "seminário" e ao caráter tradicional dos exames, que lhes criou uma psicologia tradicional. Apontamentos e apostilas. Os apontamentos e apostilas fundam-se especialmente sobre as questões "difíceis": no próprio ensino, insiste-se sobre o "difícil", tendo-se como hipótese uma atividade independente do estudante no que diz respeito às "coisas fáceis". Quanto mais se aproximam os exames, tanto mais se resume a matéria do curso, até chegar nas vésperas, quando só são "repassadas" precisamente as questões mais difíceis: o estudante fica como que hipnotizado pelo difícil, todas as suas faculdades mnemônicas e sua sensibilidade intelectual se concentram nas questões difíceis. Visando a uma absorção mínima, o sistema das lições-conferências leva o professor a não se repetir ou a se repetir o menos possível: as questões são assim apresentadas apenas dentro de um quadro determinado, que as torna unilaterais para o estudante. O estudante absorve um ou dois do cem dito pelo professor: mas se o cem é constituído por cem unilateralidades diversas, a absorção não pode deixar de ser muito baixa. Um curso universitário é concebido como um livro sobre o assunto. Mas alguém pode se tornar culto com a leitura de um só livro? Trata-se, portanto, do problema do método no ensino universitário: na Universidade, deve-se estudar ou estudar para saber *estudar*? Deve-se estudar "fatos" ou o método para estudar os "fatos"? A prática do "seminário" deveria precisamente complementar e vivificar o ensino oral.

Escolas progressistas. No *Marzocco* de 13 de setembro de 1931, G. Ferrando examina um trabalho de Carleton Washburne, pedagogo americano, que veio à Europa especialmente para ver como funcionam as novas escolas progressistas, inspiradas no princípio da autonomia do aluno e da necessidade de satisfazer, na medida do possível, suas **necessidades** intelectuais (*New School in the old World* by CARLETON WASHEURNE, New York, The John Day Company, 1930). Washburne descreve doze escolas, todas diferentes entre si, mas todas animadas por um espírito reformador, em algumas mitigado e inserido no velho tronco da escola tradicional, enquanto em outras assumindo um caráter francamente revolucionário. Cinco destas escolas são na Inglaterra, uma na Bélgica, uma na Holanda, uma na França, uma na Suíça, uma na Alemanha e duas na Tcheco-Eslováquia; cada uma delas nos apresenta um aspecto do complexo problema educacional.

A Public School de Oundle, uma das mais antigas escolas inglesas, diferencia-se das escolas do mesmo tipo tão somente porque, ao lado dos cursos teóricos de matérias clássicas e científicas, instituiu cursos manuais e práticos. Todos os estudantes são obrigados a freqüentar, de acordo com sua escolha, ou uma oficina mecânica ou um laboratório científico: o trabalho manual é acompanhado pelo trabalho intelectual, e -- mesmo que não exista nenhuma relação direta entre os dois -- o aluno aprende, não obstante, a aplicar seus conhecimentos e desenvolve suas capacidades práticas. [Este exemplo mostra como é necessário definir exatamente o conceito de escola unitária, na qual o trabalho e a teoria estão estreitamente ligados: a aproximação mecânica das duas atividades pode ser um esnobismo. Ouve-se dizer de grandes intelectuais que eles se divertem trabalhando como torneiros, carpinteiros, encardadores de livros, etc.; isto não é suficiente para que sejam um exemplo de unidade entre trabalho manual e intelectual. Muitas destas escolas modernas são precisamente do tipo esnobe, que nada têm a ver (a não ser superficialmente) com o problema de criar um tipo de escola que eduque as classes instrumentais e subordinadas para um papel de direção na sociedade, como conjunto e não como indivíduos singulares.]

A escola média feminina de Streatham Hell aplica o sistema Dalton (que Ferrando chama de "desenvolvimento do método Montessori") ; as moças são livres para seguir as lições (práticas ou teóricas) que desejem, contanto que, no fim de cada mês, tenham concluído o programa que lhes foi indicado; a disciplina das várias classes é confiada às alunas. O sistema tem um grave defeito: as alunas, em geral, deixam para os últimos dias do mês a execução de seu dever, o que compromete a seriedade da escola e constitui um sério inconveniente para as professoras, que devem ajudá-las e que são sobrecarregadas de trabalho, ao passo que nas primeiras semanas nada tem — ou tem muito pouco — a fazer. [O sistema Dalton não é senão a extensão às escolas médias do método de estudo seguido nas universidades italianas, que deixam ao aluno uma total liberdade no estudo: em certas faculdades, realizam-se vinte exames no quarto ano universitário e depois apresenta-se a tese, de modo que o professor nem sequer conhece o aluno.]

Na pequena aldeia de Kearsley, E. F. O'Neill fundou uma escola elementar na qual foi abolido "qualquer programa e método didático". O professor busca tomar consciência do que os meninos têm necessidade de aprender e, posteriormente, começa a falar sobre aquele determinado assunto, buscando despertar a curiosidade e o interesse deles; tão logo o consegue, deixa que prossigam por sua conta, limitando-se a responder às suas perguntas e a guiá-los em suas investigações. Esta escola, que representa uma reação contra todas as fórmulas, contra o ensino dogmático, contra a tendência a tornar mecânica a instrução, "deu resultados surpreendentes"; os meninos se apaixonam de tal modo pelas lições, que por vezes permanecem na escola até de noite, afeiçoam-se a seus professores, que são para eles camaradas e não autocratas pedagogos e sofrem sua influência moral; mesmo intelectualmente, seu progresso é bastante superior ao dos alunos das escolas comuns. [É muito interessante como tentativa; mas poderia ser generalizada? encontrar-se-iam os professores numericamente necessários à tarefa? e, por acaso, não existem inconvenientes que não são referidos, como o dos meninos que devem abandonar a escola? Poderia ser

uma escola de elite ou um sistema de "pós-escola", em substituição à vida familiar.]

Um grupo de escolas elementares de Hamburgo: liberdade absoluta para as crianças; nenhuma distinção de classe, ausência de matérias de estudo, inexistência de ensino no sentido preciso da palavra. A instrução dos meninos deriva apenas das perguntas que fazem aos professores e do interesse que demonstram por um determinado fato. O Sr. Glaser, diretor dessas escolas, sustenta que o professor não tem sequer o direito de estabelecer o que os rapazes devem aprender; não pode saber o que eles vão ser na vida, assim como ignora para que tipo de sociedade devem ser preparados; a única coisa que o professor sabe é que "possuem uma alma que deve ser desenvolvida" e, portanto, deve tentar lhes oferecer todas as possibilidades de manifestação. Para Glaser, a educação consiste "em liberar a individualidade de cada aluno, em permitir à sua alma que apareça e se expanda". Em oito anos, os alunos dessas escolas obtiveram bons resultados.

As outras escolas das quais fala Washburne são interessantes, já que desenvolvem certos aspectos do problema educacional; assim, por exemplo, a escola "progressista" da Bélgica se baseia no princípio de que os meninos aprendem entrando em contato com o mundo e ensinando aos outros. A escola Cousinet, na França, desenvolve o hábito do esforço coletivo, da colaboração. A de Glarisegg, na Suíça, insiste de modo especial em desenvolver o sentido da liberdade e da responsabilidade moral de cada aluno etc. [Lútil acompanhar todas estas tentativas, que não são mais do que "exceções", mais talvez para ver o que não se deve fazer do que por qualquer outra razão.]

A orientação profissional. Cf. o estudo do Padre Bruculeri, na *Civiltà Cattolica* de 6 de outubro, 3 de novembro e 17 de novembro de 1928: pode-se encontrar, em tal estudo, o primeiro material para uma colocação inicial das investigações a respeito deste assunto. O estudo da questão é complexo: 1) porque, na situação atual de divisão social das funções, alguns grupos têm limitações em sua escolha pro-

fissional (entendida em sentido lato), decorrentes de condições econômicas diversas (a impossibilidade de esperar) e técnicas (cada nova ano escolar modifica as disposições gerais nas quais deve escolher a profissão); 2) porque deve sempre ser levado em conta o perigo de que os institutos chamados a julgar as disposições da pessoa indiquem-na como capaz de desempenhar um certo trabalho, mesmo quando ela não queira aceitá-lo (este caso deve ser levado em conta após a introdução da racionalização, etc.: a questão não é puramente técnica, mas salarial. A indústria americana serviu-se dos altos salários para "selecionar" os operários da indústria racionalizada, pelo menos em certa medida: outras indústrias, pelo contrário, levando adiante estes esquemas científicos e pseudocientíficos, podem tender a "obrigar" todas as especialidades tradicionais a que se deixem racionalizar sem ter obtido as possibilidades salariais para um sistema de vida apropriado, que permita reintegrar as maiores energias nervosas consumidas. A possível que se esteja diante de um verdadeiro perigo social; o regime salarial atual é baseado principalmente sobre a reintegração de forças musculares. A introdução da racionalização sem uma modificação do sistema de vida pode levar a um rápido esgotamento nervoso e a determinar uma crise inaudita de morbidez.) O estudo da questão deve, outrossim, ser feito do ponto de vista da escola única do trabalho.

Serviços públicos. Serviços públicos intelectuais: além da escola, nos vários níveis, que outros serviços não podem ser deixados à iniciativa privada, mas — numa sociedade moderna — *devem* ser assegurados pelo Estado e pelas entidades locais (comunas e províncias)? O teatro, as bibliotecas, os museus de vários tipos, as pinacotecas, os jardins zoológicos, os hortos florestais etc. É preciso fazer uma lista de instituições que devem ser consideradas de utilidade para a instrução e a cultura públicas e que são consideradas como tais numa série de Estados, instituições que não poderiam ser acessíveis ao grande público (e se considera, por razões nacionais, que devam ser acessíveis) sem uma intervenção estatal. É preciso observar que, precisamente estes serviços, são quase inteiramente negligenciados por nós; um exemplo

típico são as bibliotecas e os teatros. Os teatros existem na medida em que são um negócio comercial: não são considerados serviços públicos. É um fato a escassez do público teatral e a mediocridade das cidades em decadência. Pelo contrário, na Itália, são abundantes as obras pias e as doações beneficentes: talvez mais do que em **qualquer** outro país. E devidas à iniciativa privada. E verdade que são mal administradas e mal distribuídas. [Estes elementos devem ser estudados como nexos nacionais entre governantes e governados, como fatores de hegemonia. -- Beneficência é elemento de "paternalismo"; serviços intelectuais são elemento de hegemonia, ou seja, de democracia no sentido moderno.]

As bibliotecas populares. ALFREDO FAALÉ'M, "Os primeiros vinte e cinco anos das bibliotecas populares milanesas", Nueva Antologia, 19 de outubro de 1928. Artigo muito útil graças às informações que presta sobre a origem e o desenvolvimento desta instituição, que foi a mais brilhante iniciativa em favor da cultura popular dos tempos modernos. O artigo é bastante sério, se bem que Fabietti tenha demonstrado não ser ele mesmo muito sério; todavia, é necessário lhe reconhecer muitas benemerências e uma indiscutível capacidade organizativa no campo da cultura operária no sentido democrático. Fabietti esclarece como os operários eram os melhores "clientes" das bibliotecas populares: cuidavam dos livros, não os destruíam [ao contrário das outras categorias de leitores: estudantes, empregados, profissionais, donas-de-casa, rentistas (?), etc.] As leituras de "belas letras" representavam um percentual relativamente baixo, inferior ao de outros países. Havia operários que se propunham a pagar a metade dos livros caros a fim de poder lê-los; outros operários davam auxílios de até cem liras às bibliotecas populares; houve um operário tintureiro que se tornou "escritor" e tradutor do francês graças às leituras e aos estudos feitos nas bibliotecas populares, mas que continuava a ser operário.

A literatura sobre as bibliotecas populares milanesas deverá ser estudada a fim de se obter informações "reais" sobre a cultura popular: os livros mais lidos, por categoria e por autores, etc.; publicações das bibliotecas populares, suas características, tendências, etc. Por que somente em Milão

tal iniciativa foi feita em grande estilo? Por que não em Turim, ou em outras grandes cidades? Características e história do "reformismo" milanês; Universidades populares, Humanitárias, etc. O tema é muito interessante e essencial.'

As academias. Função que desempenharam no desenvolvimento da cultura italiana, em sua cristalização e em sua transformação num objeto de museu, afastada da vida nacional-popular (mas as academias foram causa ou efeito? Sua multiplicação não ocorreu, talvez, para que se desse uma satisfação parcial a atividades que não encontravam realização na vida pública? etc.).

A *Encyclopédie* (edição de 1778) assegura que a Itália contava então com 550 academias.

Cultura italiana e francesa e academias. Uma comparação das culturas italiana e francesa pode ser feita estabelecendo-se um paralelo entre a Academia da Crusca e a Academia dos Imortais. O estudo da língua está na base de ambas: mas o ponto de vista da de Crusca é o do "lingüista", do homem que se preocupa continuamente com a língua. O ponto de vista francês é o da "língua" como concepção do mundo, como base elementar, popular-nacional, da unidade da civilização francesa. Por isso, a Academia Francesa possui uma função nacional de organização da alta cultura, ao passo que a Crusca... (qual é a atual posição da Crusca? Ela certamente mudou de característica: publica textos críticos, etc.; mas o Dicionário, em que posição se encontra ele em seus trabalhos?).

Bibliografia. Em outra nota, fiz referência às Academias italianas e à utilidade de ter uma lista documentada delas. Na Nuova Antologia de 19 de setembro de 1929 (pág. 129), é anunciado um livro de E. SALARIS, *Através dos ins-*

² Cf. o interessante artigo de ALFREDO FABIERI, "Para a sistematização das bibliotecas públicas 'nacionais' e 'populares'", na *Nuova Antologia* de 1.² de abril de 1930.

titutos culturais italianos, obra de publicação próxima e que trata das Academias da Itália.

A *Federação das Uniões Intelectuais.* O Príncipe Carlos de Rohan fundou, em 1924, a Federação das Uniões Intelectuais e dirige uma revista (*Europäische Gespräche*). Os italianos participam desta federação: seu Congresso realizado em 1925 teve lugar em Milão. A União Italiana é presidida por S. Exa., Senador Vittorio Scialoja. Em 1927, Rohan publicou um livro sobre a Rússia (*Moskau — Ein Skizzenbuch ans Sowietrussland*, Verlag G. Braun, Karlsruhe), onde fora em viagem. O livro deve ser interessante por causa da personalidade social do autor. Ele conclui que a Rússia "seinen *Weg gefunden* hat".

Organização da *urda* cultural. Estudar a história da formação e da atividade da "Sociedade Italiana para o progresso da Ciência". Dever-se-á estudar também a história da "Associação Britânica", que me parece ter sido o protótipo deste gênero de organizações privadas. A característica mais fecunda da "Sociedade Italiana", reside no fato de que ela agrupa todos os "amigos da ciência", clérigos e laicos, par assim dizer, especialistas e "diletantes".

Ela fornece o tipo embrional daquele organismo que esbocei numa nota anterior, no qual deveria confluir e solidificar-se o trabalho das academias e das universidades com as necessidades de cultura científica das massas nacionais-populares, reunindo a teoria e a prática, o trabalho intelectual e o trabalho industrial, que poderia encontrar sua raiz na escola única.

O mesmo poderia ser dito do Touring Club, que é essencialmente uma grande associação de amigos da geografia e das viagens, na medida em que se incorporam em determinadas atividades esportivas (turismo = geografia-esporte), isto é, na forma mais popular e diletante do amor pela geografia e pelas ciências que a ela se ligam (geologia, mineralogia, botânica, espeleologia, cristalografia etc.). Por que o Touring Club, portanto, não poderia se ligar organicamente aos Institutos de Geografia e às Sociedades Geográficas?

Há o problema internacional: o Touring tem um quadro essencialmente nacional, ao **passo que** as **sociedades geográficas ocupam-se de todo o mundo** geográfico. **Ligação** do turismo com as sociedades esportivas, com o alpinismo, iatismo, etc., excursionismo em geral: ligação com as artes figurativas e com a história da arte em geral. Na realidade, poder-se-ia ligar a todas as atividades práticas, se as excursões nacionais e internacionais se ligassem a períodos de férias (prêmio) para o trabalho industrial e agrícola.

Os livros. Insiste-se muito no fato de que aumentou o número dos livros **publicados**. O **Instituto Italiano do Livro comunica que a média anual da década 1908-1918 foi exatamente de 7.300**. Os **cálculos** feitos **para 1929** (os mais recentes) dão a cifra de 17.718 (livros e opúsculos; excluídos os do Vaticano, de San Marino, das colônias e dos territórios de língua italiana que não fazem parte do Reino). Publicações polémicas e, portanto, tendenciosas. Seria necessário observar: 1) se as cifras são homogêneas, isto é, se se calcula hoje como se fazia no passado, ou seja, se não mudou o tipo da unidade editorial base; 2) é preciso levar em conta que, no passado, a estatística livreira era muito aproximativa e incerta (isto se observa em qualquer estatística, como a da colheita do grão, por exemplo; mas é particularmente verdade no que diz respeito aos livros: pode-se dizer que, hoje, não só mudou o tipo de unidade calculada, mas que nada mais foge ao controle estatístico); 3) seria necessário observar se e como se modificou a composição orgânica do complexo livreiro: é certo que se multiplicaram as casas editoras católicas, por exemplo e, conseqüentemente, a publicação de obras sem nenhuma importância cultural (multiplicaram-se, assim, as edições escolares católicas, etc.). Neste cálculo, dever-se-ia levar em conta as tiragens, particularmente no que diz respeito aos jornais e revistas. Le-se menos ou mais? E quem lê menos ou mais? Está se formando uma "classe média culta" mais numerosa do que no passado, que lê mais, ao passo que as classes populares lêem muito menos: isto é revelado pela relação entre livros, revistas e jornais. Os jornais diminuíram de número e imprimem menos exemplares:

lêem-se mais revistas e livros (isto é, existem mais leitores de livros e revistas). Comparar a Itália e outros países no que diz respeito aos modos de realizar a estatística livreira e na classificação por grupos do que se publica.

III

Jornalismo

JORNALISMO INTEGRAL. O tipo de jornalismo estudado nestas notas é o que poderia ser chamado de "integral" (num sentido que, no curso das próprias notas, adquirirá significado cada vez mais claro), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área.

Se se examinam todas as formas de jornalismo e de atividade publicístico-editorial existentes, em geral, vê-se que cada uma delas pressupõe outras forças a integrar ou às quais coordenar-se "mecanicamente". Para desenvolver criticamente o assunto e estudar todos os seus aspectos, parece-me mais oportuno (para os fins metodológicos e didáti-

cos) pressupor uma outra situação: ou seja, a existência, como ponto de partida, de um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral; devemos pressupor ainda que se pretenda fundar-se em tal agrupamento para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando precisamente pela... língua, isto é, pelo meio de expressão e de contato recíproco. Todo o edifício deveria ser construído de acordo com princípios "racionais", isto é, funcionais, na medida em que se têm determinadas premissas e se pretende atingir determinadas conseqüências. Por certo, durante a elaboração do "plano", as premissas necessariamente se modificam, dado que, se é verdade que uma certa finalidade pressupõe certas premissas, é também verdade que, durante a elaboração real da atividade determinada, as premissas são necessariamente modificadas e transformadas, e a consciência da finalidade — ampliando-se e concretizando-se —, reage sobre as premissas "adequando-as" cada vez mais. A existência objetiva das premissas permite pensar em certas finalidades, isto é, as premissas dadas só são tais em relação com certas finalidades imagináveis como concretas. Mas se as finalidades começam progressivamente a se realizar, o fato mesmo desta realização, da efetibilidade alcançada, modifica necessariamente as premissas iniciais, que porém não são mais... iniciais e, conseqüentemente, modificam-se também as finalidades imagináveis, e assim por diante.

Muito raramente se pensa nesta conexão, ainda que ela possua uma evidência imediata. Vemos sua manifestação nas empresas "conforme um plano", que não são puros "mecanismos", precisamente porque se baseiam num modo de pensar no qual a parte da liberdade e do espírito de iniciativa (espírito de "combinações") é muito maior do que querem admitir, por causa do papel de máscaras da *commedia dell'arte* que lhes é próprio, os representantes oficiais da "liberdade" e da "iniciativa" abstratamente concebidas (ou muito "concretamente" concebidas). Portanto, esta conexão é verdadeira, mas é também verdadeiro que as "premissas iniciais se reapresentam continuamente, ainda que sob outras condições. Que uma "turma escolar" aprenda o alfabeto,

isto não significa que o analfabetismo desapareça subitamente e para sempre; todo ano surgirá uma nova "turma", à qual ensinar o alfabeto. Todavia, é evidente que, quanto mais raro se tornar o analfabetismo nos adultos, menos difícil será povoar as escolas elementares em 100%: existirão sempre analfabetos, mas eles tenderão a desaparecer até o limite normal das crianças de cinco-seis anos.

Os leitores. Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, "transformáveis" filosoficamente, capazes, ducíveis, maleáveis à transformação; 2) como elementos "econômicos", capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação. Todavia, é necessário -- quando se constrói um plano editorial — manter a distinção entre os dois aspectos, a fim de que os cálculos sejam realistas e não de acordo com os desejos pessoais. Outrossim, na esfera econômica, as possibilidades não correspondem à vontade e ao impulso ideológico; portanto, deve-se planejar de modo a que seja dada a possibilidade da aquisição "indireta", isto é, compensada com serviços (divulgação).

Uma empresa editorial publica tipos diversos de revistas e livros, cuja gradação varia de acordo com os diversos níveis de cultura. É difícil estabelecer quantos "clientes" possíveis existem em cada nível. Deve-se partir do nível mais baixo e, sobre ele, pode-se estabelecer o plano comercial "mínimo", isto é, a previsão mais realista, levando-se porém em conta que a atividade pode modificar (e deve modificar) as condições do ponto de partida, não somente no sentido de que a esfera da clientela pode (deve) ser ampliada, mas também de que pode (deve) ser determinada uma hierarquia de necessidades a satisfazer e, conseqüentemente, de atividades a desenvolver.

8 uma observação óbvia a de que as empresas até agora existentes burocratizaram-se, isto é, não estimularam as necessidades e não organizaram sua satisfação, razão pela qual,

freqüentemente, ocorreu que a iniciativa individual caótica deu melhores frutos do que a iniciativa organizada. A verdade estava no fato de que, neste segundo caso, não existia "iniciativa" nem existia "organização", mas só burocracia e comportamento fatalista. Não mais das vezes, a chamada organização, ao invés de ser um potenciamento de esforços, era um narcótico, um depressor, inclusive um obstrucionismo e uma sabotagem. Ademais, é impossível falar de negócio jornalístico e editorial sério se não existir este elemento, a saber, a organização do cliente, da venda; tratando-se de um cliente particular (pelo menos em sua massa), há necessidade de uma organização particular, estreitamente ligada à orientação ideológica da "mercadoria" vendida. É uma observação generalizada a de que, num jornal moderno, o verdadeiro diretor é o diretor administrativo e não o diretor da redação.

Movimentos e centros intelectuais. E dever da atividade jornalística (em suas várias manifestações) seguir e controlar todos os movimentos e centros intelectuais que existem e se formam num país. Todos. Isto é, com a exclusão apenas dos que têm um caráter arbitrário e amalucado; se bem que mesmo estes, com o tom que merecerem, devem pelo menos ser registrados.

Distinção entre centros e movimentos intelectuais e outras distinções e graduações. O catolicismo, por exemplo, é um grande centro e um grande movimento, mas em seu interior existem movimentos e centros parciais que tendem a transformar o conjunto, ou tendem a outros fins mais concretos e limitados, os quais devem ser levados em conta. Ao que parece, antes de mais nada, deve-se "desenhar" o mapa intelectual e moral do país, isto é, localizar os grandes movimentos de idéias e os grandes centros (mas nem sempre correspondem os grandes centros aos grandes movimentos, pelo menos não com as características de visibilidade e de concreticidade que se costuma atribuir a esta palavra: o exemplo típico disto é o centro católico).

Ademais, deve-se levar em conta os impulsos inovadores que se verificam, que nem sempre são vitais (isto é, nem

sempre têm conseqüências), mas nem por isso devem deixar de ser seguidos e controlados. No início, porém, um movimento é sempre incerto, de futuro duvidoso etc.; será necessário esperar que ele adquira toda sua força e consistência para que nos ocupemos dele? Tampouco é necessário que possua traços de coerência e de riqueza intelectual: nem sempre são os movimentos mais coerentes e intelectualmente ricos os que triunfam. Ao contrário, com muita freqüência, um movimento triunfa precisamente graças à sua mediocridade e elasticidade lógica: tudo isso pode ocorrer, os compromissos mais evidentes são possíveis e precisamente estes compromissos podem ser a razão do triunfo.

Ler as revistas dos jovens, e não somente aquelas que já se afirmaram e que representam interesses sérios e bem estabelecidos. No Almanaque literário Bompiani de 1933 (págs. 360-361), são indicados os programas essenciais de seis revistas de jovens, que deveriam representar os impulsos de nossa cultura: *Il Saggiatore*, *Ottobre*, *Il Ventano*, *L'Italia vivente*, *L'Orto*, *Espero*; elas não parecem ser muito claras, exceto talvez uma. *A Espero*, por exemplo, "propõe-se acolher pela filosofia os pós-idealistas, que empreendem uma aguda crítica do idealismo, e somente os idealistas que souberem levar em conta esta crítica". O diretor de *Espero* é Aldo Capasso; ser pós-idealista é como ser "contemporâneo"; isto é, simplesmente nada. Mais claro, talvez mesmo o único claro, é o programa de *Ottobre*. Todavia, pondo-se o esnobismo de lado, dever-se-ia examinar todos estes movimentos.

Distinção entre movimentos militantes, que são os mais interessantes, e movimentos de retaguarda, ou de idéias adquiridas e tomadas clássicas ou comerciais. A qual dos dois tipos pertence a *Italia Letteraria*? Ela não é certamente nem militante nem clássica! Saco de gatos: esta me parece ser a definição mais exata e apropriada.

¹ O autor se refere a uma anedota, por ele mesmo narrada em outro local [cf. *Concepção Dialética da História*, ed. brasileira, Rio de Janeiro, 1966, pág. 174 — N. do Ti, a respeito de um sujeito que, não podendo se vangloriar de outros títulos, tinha escrito no cartão de visitas: "contemporâneo" (Nota da Edição Italiana).

O ser evolutivo *final*. Anedota do curso de história da filosofia do Prof. D'Ercole e do "ser evolutivo final". Durante quarenta anos, não falou senão da filosofia chinesa e de Lao-Tse: como a cada ano chegavam "novos alunos" que não tinham escutado as aulas do ano anterior, era preciso recomeçar. Assim, entre as gerações de alunos, "o ser evolutivo final" tornou-se uma lenda.

Em certos movimentos culturais que recrutam seus elementos entre pessoas que somente então iniciam sua vida cultural, por causa da rápida ampliação do próprio movimento (que conquista sempre novos adeptos) e do fato de que os já conquistados não têm auto-iniciativa cultural, em tais movimentos parece impossível sair um dia do abc. Este fato tem graves repercussões na atividade jornalística em geral, em cotidianos, semanários, revistas etc.; parece que jamais se deva superar um certo nível. Outrossim, o fato de não levar em conta esta ordem de exigências explica o trabalho de Sísifo das chamadas "pequenas revistas", que se dirigem a todos e a ninguém, e -- em dado momento -- tornam-se verdadeiramente de todo inúteis. O exemplo mais típico foi o da *Voce*, que — em dado momento — cindiu-se em Lacerba, *La Voce* e *L'im ita*, todas elas com a tendência a se cindirem infinitamente. As direções, se não estão ligadas a um movimento de base, disciplinado, tendem ou a se tomarem igrejinhas de "profetas desarmados", ou a se cindirem de acordo com os movimentos inorgânicos e caóticos que se verificam entre os diversos grupos e camadas de leitores.

Portanto, é necessário reconhecer abertamente que, por si mesmas, as revistas são estereis se não se tornam a força motriz e formadora de instituições culturais de tipo associativo de massa, isto é, cujos quadros não são fechados. O mesmo deve ser dito das revistas de partido; não é preciso crer que o partido constitua, por si mesmo, a "instituição" cultural da massa da revista. O partido é essencialmente político, e mesmo sua atividade cultural é atividade de política cultural; as "instituições" culturais devem ser não apenas de "política cultural", mas de "técnica cultural". Exemplo: num partido existem analfabetos, e a política cultural do partido é a luta contra o analfabetismo. Um grupo constituído para lutar contra o analfabetismo não é ainda, estritamente, uma

"escola para analfabetos"; numa escola para analfabetos, ensina-se a ler e a escrever; num grupo constituído para lutar contra o analfabetismo, planeja-se todos os meios mais eficazes para extirpar o analfabetismo das grandes massas da população de um país, etc.

Diletantismo e disciplina. Necessidade de uma crítica interna severa e rigorosa, sem convencionalismos e meias medidas. Existe uma tendência do materialismo histórico que solicita e favorece todas as más tradições da cultura média italiana e parece aderir a alguns traços do caráter italiano: a improvisação, o "genialismo", a preguiça fatalista, o diletantismo desmiolado, a falta de disciplina intelectual, a irresponsabilidade e a deslealdade moral e intelectual. O materialismo histórico destrói toda uma série de preconceitos e de convencionalismos, de falsos deveres, de obrigações hipócritas: mas, nem por isso, justifica que se caia no ceticismo e no cinismo esnobista. O mesmo resultado tivera o maquiavelismo, graças a uma arbitrária ampliação ou confusão entre a "moral" política e a "moral" privada, isto é, entre a política e a ética. Esta confusão, por certo, não existia em Maquiavel, antes pelo contrário, pois a grandeza de Maquiavel reside no fato de ter distinguido a política da ética.

Não pode existir associação permanente, com capacidade de desenvolvimento, que não seja sustentada por determinados princípios éticos, que a própria associação determina para seus componentes singulares, a fim de obter a compacticidade interna e a homogeneidade necessárias para alcançar o objetivo. Nem por isso deixam estes princípios de possuir caráter universal. Isto ocorreria se a associação tivesse seu fim em si mesma, isto é, se fosse uma seita ou uma associação de delinquentes (somente neste caso, ao que me parece, pode-se dizer que política e ética se confundem, precisamente porque o "particular" foi elevado a "universal"). Mas uma associação normal concebe a si mesma como uma aristocracia, uma elite, uma vanguarda, isto é, concebe a si mesma como sendo ligada por milhões de fios a um determinado agrupamento social e, através dele, a toda a humanidade. Portanto, esta associação não se considera como algo definitivo e enrijecido, mas como tendente a ampliar-se a

todo um agrupamento social, que é também considerado como tendente a unificar toda a **humanidade**. Todas estas relações dão caráter tendencialmente universal à ética de um grupo, que deve ser concebida como capaz de se tornar norma de conduta de toda a humanidade. A política é concebida como um processo que desembocará na moral, isto é, como tendência a desembocar numa forma de convivência na qual a política e (conseqüentemente) a moral serão ambas superadas. Somente a partir deste ponto de vista historicista é que se pode explicar a angústia de muitos diante da contradição entre moral privada e moral pública-política: ela é um reflexo inconsciente e sentimentalmente acrítico das contradições da atual sociedade, isto é, da ausência de igualdade dos sujeitos morais.

Mas não se pode falar de elite-aristocracia, de vanguarda, como de uma coletividade indistinta e caótica, na qual -- pela graça de um misterioso espírito santo, ou de qualquer outra deidade oculta misteriosa e metafísica -- penetre a graça da inteligência, da capacidade, da educação, da preparação técnica etc.; não obstante, esta concepção é muito comum. Reflete-se em pequena escala o que ocorria em escala nacional, quando o Estado era concebido como algo abstraído da coletividade dos cidadãos, como um pai eterno que tinha pensado em tudo, providenciado tudo; daí decorre a ausência de uma democracia real, de uma real vontade coletiva nacional e, portanto, nesta passividade dos indivíduos, a necessidade de um despotismo mais ou menos aberto da burocracia. A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares: daí, portanto, a obrigação da disciplina interior, e não apenas da disciplina externa e mecânica. Se devem existir polémicas e cisões, é necessário não ter medo de enfrentá-las e superá-las: elas são inevitáveis nestes processos de desenvolvimento, e evitá-las significa tão-somente adiá-las para quando elas já forem perigosas ou mesmo catastróficas.

Revistas *tipo*. Grosso modo, pode-se estabelecer tres tipos fundamentais de revista, caracterizados de acordo com

o modo pelo qual são compilados, pelo tipo de leitor ao qual pretendem se dirigir, pelas finalidades educativas que querem atingir. O primeiro tipo pode ser definido pela combinação dos elementos diretivos que se encontram, de modo especializado, na Crítica de B. Croce, na *Politics* de F. Coppola e na *Nuova* Revista Stocka de C. Barbagallo. O segundo tipo, "crítico-histórico-bibliográfico", pela combinação dos elementos que caracterizavam os fascículos melhor elaborados do **Leonardo de L. Russo**, a **Unitá** de **Return Scriptor** e a *Voce* de Prezzolini. O terceiro, pela combinação de alguns elementos do segundo tipo com o tipo de semanário inglês, tais como o *Manchester Guardian Weekly* ou o *Times Weekly*.⁵ Cada um destes tipos deveria ser caracterizado por uma orientação intelectual muito unitária e não antológica, isto é, deveria ter uma redação homogênea e disciplinada; portanto, poucos colaboradores "principais" deveriam escrever o corpo essencial de cada fascículo. A orientação redacional deveria ser fortemente organizada, de modo a produzir um trabalho intelectualmente homogêneo, apesar da necessária variedade do estilo e das personalidades literárias; a redação deveria ter um estatuto escrito, o qual, quando coubesse, impediria os corre-corre, os conflitos, as contradições (por exemplo, o conteúdo de cada fascículo deveria ser aprovado pela maioria da redação antes de ser publicado).

Um organismo unitário de cultura, que oferecesse aos diversos estratos do público os três tipos supracitados de revista (e, ademais, entre os três tipos deveria circular um espírito comum), ao lado de coleções de livros correspondentes, satisfaria as exigências de uma certa massa de público, que é mais ativa intelectualmente mas somente no estado potencial, e que importa mais elaborar, fazer com que pense concretamente, transformar, homogeneizar de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que eleve do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático.

Tipo crítico-histórico-bibliográfico: exame analítico de obras, feito do ponto de vista dos leitores da revista que não

² Para uma exposição geral dos tipos principais de revista, deve-se recordar a atividade jornalística de Carlo Cattaneo. O *Archivio Triennale* e o *Politecnico* devem ser estudados com muita atenção (ao lado do *Politecnico*, a revista *Scientia* fundada por Rignano).

podem, geralmente, ler as próprias obras. Um estudioso que examina um fenômeno histórico determinado, visando elaborar um ensaio sintético, deve realizar toda uma série de investigações e operações intelectuais preliminares que só são utilizados em pequena parte. Esta trabalhadeira, pelo contrário, pode ser utilizável para este tipo médio de revista, dedicado a um leitor que necessita ter diante de si, para se desenvolver intelectualmente, além do ensaio sintético, toda a atividade analítica em seu conjunto, que levou àquele determinado resultado. O leitor comum não tem, e não pode ter, um hábito "científico", que só se adquire com o trabalho especializado: por isso, deve-se ajudá-lo a assimilar pelo menos o "sentido" deste hábito, através de uma atividade crítica oportuna. Não basta lhe fornecer conceitos já elaborados e fixados em sua expressão "definitiva"; a concreticidade de tais conceitos, que reside no processo que levou àquela afirmação, escapa ao leitor comum: deve-se, por isso, oferecer toda a série dos raciocínios e das conexões intermediárias, de um modo bastante determinado e não apenas por indicações. Por exemplo: um movimento histórico complexo decompõe-se no tempo e no espaço e, além disso, pode decompor-se em diversos planos; assim, a Ação Católica mesmo tendo sempre apresentado uma diretiva única e centralizada -- apresenta grandes diferenças (e mesmo contrastes) de atitudes regionais nas diversas épocas e de acordo com os problemas particulares que enfrenta (por exemplo, a questão agrária, a orientação sindical, etc.).

Nas revistas deste tipo, são indispensáveis ou úteis algumas rubricas: 1) Um dicionário enciclopédico político-científico-filosófico, no seguinte sentido: em cada fascículo, deve-se publicar uma ou mais pequenas monografias de caráter enciclopédico sobre conceitos políticos, filosóficos e científicos que apareçam freqüentemente nos jornais e nas revistas, e que o leitor médio dificilmente compreende ou mesmo deforma. Na realidade, toda corrente cultural cria a sua linguagem, isto é, participa do desenvolvimento geral de uma determinada língua nacional, introduzindo termos novos, enriquecendo de conteúdo novo termos já em uso, criando metáforas, servindo-se de nomes históricos para facilitar a compreensão e o julgamento de determinadas situações atuais, etc.,

etc. As exposições deveriam ser "práticas", isto é, deveriam corresponder a exigências realmente sentidas, e ser no que toca à forma de exposição -- adequadas à média dos leitores. Os compiladores deveriam, na medida do possível, estar informados sobre os erros mais difundidos e reportar-se às próprias fontes dos erros, isto é, às publicações científicas baratas, tipo *Biblioteca popolare* Sonzogno ou dicionários enciclopédicos (Melzi, Premoli, Bonacci, etc.), ou às enciclopédias populares mais difundidas (a Sonzogno, etc.). Estas exposições não deveriam se apresentar de modo orgânico (por exemplo, em ordem alfabética ou de agrupamento por matéria), nem de acordo com uma economia preestabelecida de espaço, como se já estivesse em vista uma obra de conjunto, mas deveriam ser estabelecidas, ao contrário, em relação imediata com os assuntos desenvolvidos pela própria revista, ou pelas revistas associadas de tipo superior ou mais elementar: a amplitude da exposição deveria ser fixada, em cada oportunidade, não de acordo com a importância intrínseca do tema, mas sim com o interesse jornalístico imediato (tudo isto é dito de modo geral, devendo receber o costumeiro grão de sal); em suma, a rubrica não se deve apresentar como um livro publicado em folhetins, mas como, em cada oportunidade, uma exposição de assuntos interessantes em si mesmos, dos quais poderá decorrer um livro, mas não necessariamente.

2) Ligada à anterior, vem a rubrica das biografias, que deve ser entendida em dois sentidos: seja na medida em que toda a vida de um homem pode interessar à cultura geral de uma certa camada social, seja na medida em que um nome histórico pode entrar num dicionário enciclopédico por causa de um determinado conceito ou evento sugestivo. Assim, por exemplo, pode ocorrer que seja necessário se falar de Lord Carson, a fim de fazer referência ao fato de que a crise do regime parlamentar já existia antes da guerra mundial, e existia precisamente na Inglaterra, ou seja, no país onde este regime parecia ser mais eficiente e substancial; isto não quer dizer que se deva fazer toda a biografia de Lord Carson. A uma pessoa de cultura média, interessam apenas dois dados biográficos: a) Lord Carson, em 1914, nas vésperas da guerra, colocou em Ulster um corpo armado bastante numeroso,

a fim de se opor, através da insurreição, a que fosse aplicada a lei do *Home Rule* irlandês, aprovada pelo Parlamento, o qual -- segundo "o modo de dizer" inglês -- "pode fazer tudo, menos um homem se tomar mulher"; b) Lord Carson não somente não foi punido por "alta traição", como logo depois se tornou ministro, quando se desencadeou a guerra. (Pode ser útil que as biografias completas sejam apresentadas em rubrica separada.)

3) Uma outra rubrica pode ser a das autobiografias político-intelectuais. Se bem construídas, com sinceridade e simplicidade, podem ser do máximo interesse jornalístico e de grande eficácia formativa. O modo pelo qual alguém logrou separar-se de um certo ambiente provinciano e corporativo, através de que impulsos externos e de que lutas interiores, a fim de atingir uma personalidade historicamente superior — a exposição disso pode sugerir, de modo vivo, uma orientação intelectual e moral, além de ser um documento do desenvolvimento cultural em determinadas épocas.

4) Uma rubrica fundamental pode ser constituída pelo exame critico-histórico-bibliográfico das situações regionais (entendendo-se por região um organismo geo-económico diferenciado). Muitos gostariam de conhecer e estudar as situações locais, que sempre interessam muito, mas não sabem como fazê-lo, por onde começar: não conhecem o material bibliográfico, não sabem fazer pesquisas nas bibliotecas, etc. Dever-se-ia, portanto, fornecer o quadro geral de um problema concreto (ou de um tema científico), indicando os livros que trataram dele, os artigos publicados em revistas especializadas, bem como o material ainda bruto (estatísticas, etc.). sob a forma de resenhas bibliográficas, com particular atenção para as publicações pouco comuns ou em língua estrangeira. Este **trabalho** pode ser feito, de diversos pontos de vista, não só para as regiões, mas para problemas gerais, de cultura, etc.

5) Um espólio sistemático de jornais e revistas nas partes que interessam ás rubricas fundamentais: apenas citação dos autores, dos títulos, com breves referências sobre as tendências: esta rubrica bibliográfica deveria ser compilada para cada fascículo; para determinados assuntos, deveria ser também retrospectiva.

6) Recensões de livros. Dois tipos de recensão. Um tipo crítico-informativo: supõe-se que o leitor médio não possa ler o livro em questão, Umás que lhe seja útil conhecer o conteúdo e as conclusões de tal livro. Um tipo teórico-critico: supõe-se que o leitor deva ler o livro em questão e, consequentemente, ele não é meramente resumido, mas desenvolvem-se criticamente as objeções que podem ser feitas ao livro em discussão, coloca-se o acento sobre as partes mais importantes, desenvolve-se alguma parte que nele foi sacrificada, etc. Este segundo tipo de recensão é mais adequado às revistas de nível superior.

7) Um espólio critico bibliográfico, ordenado por assunto ou grupo de questões, da literatura que diga respeito aos autores e às questões que sejam fundamentais para a concepção do mundo que está na base das revistas publicadas; tal espólio deve ser feito para os autores italianos e para as traduções italianas dos autores estrangeiros. Este espólio deveria ser muito minucioso e detalhado, pois deve-se levar em conta que — somente através deste trabalho e desta elaboração critica sistemática — pode-se chegar à verdadeira fonte de toda uma série de conceitos errados que circulam sem controle e sem censura. Deve-se também levar em conta que, em cada região italiana, dada a riquíssima variedade de tradições locais, existem grupos ou grupelhos caracterizados por motivos ideológicos e psicológicos particulares: "cada lugarejo tem ou teve seu santo local e, portanto, seu culto e sua capela".

A elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal, mas não deve e não pode ser a única. Um erro muito difundido consiste em pensar que toda camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é, com os métodos dos intelectuais profissionais. O intelectual é um "profissional" (*skilled*) que conhece o funcionamento de "máquinas" próprias especializadas; tem o seu "tirocinio" e o seu "sistema Taylor" próprios. É pueril e ilusório atribuir a todos os homens esta capacidade adquirida e não inata, do mesmo modo como **seria pueril supor que todo**

operário manual possa desempenhar a função do maquinista ferroviário. 8 pueril pensar que um "conceito claro", oportunamente divulgado, se insira nas diversas consciências com os mesmos efeitos "organizadores" de clareza divulgada: este é um erro "iluminista". A capacidade do intelectual profissional de combinar habilmente indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, de transferir certos critérios de discriminação de uma esfera a outra do julgamento. **adaptando-os** às novas condições, etc., esta **capacidade** é uma "especialidade", uma "qualificação", não um dado do senso comum vulgar. \$ por isso, pois, que não basta a premissa da "difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo". O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessário toda uma série de retificações nos prismas singulares.

A "repetição" paciente e sistemática é um princípio metodológico fundamental: mas a repetição não mecânica, "obsessiva", material; porém, é necessária a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais, sua apresentação e reapresentação em todos os seus aspectos positivos e em suas negações tradicionais, relacionando sempre cada aspecto parcial à totalidade. Descobrir a unidade real sob a aparente diferenciação e contradição bem como descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade: é, este o mais delicado, incompreendido e, não obstante, essencial dom do crítico das idéias e do historiador do desenvolvimento histórico. O trabalho educativo-formativo desenvolvido por um centro homogêneo de cultura, a elaboração de uma consciência crítica (por ele promovida e favorecida) sobre uma base histórica que contenha as premissas concretas para tal elaboração, este trabalho não pode se limitar à simples enunciação teórica de princípios "claros" de método; esta seria uma mera ação própria de "filósofos" do Século XVIII. O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver dedução e indução combinadas, lógica formal e lógica dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho. Mas não de modo abstrato, e sim concreto, sobre a base do real e da experiência efetiva.

Mas como se pode saber quais são os erros mais difundidos e radicados? Evidentemente, é impossível uma "estatística" dos modos de pensar e das opiniões pessoais individuais (com todas as combinações que daí resultam nos grupos e nos grupelhos) que possa fornecer um quadro orgânico e sistemático da efetiva situação cultural e dos modos pelos quais se apresenta realmente o "senso comum"; só resta mesmo a revisão sistemática da literatura mais difundida e mais aceita pelo povo, combinada com o estudo e a crítica das correntes ideológicas do passado, cada uma das quais "pode" ter deixado um sedimento, combinando-se de várias maneiras com as correntes anteriores e posteriores.

Nesta mesma ordem de observações, insere-se um critério mais geral: as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante "explosões" rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de "combinações sucessivas", de acordo com "fórmulas" "de autoridade" variadíssimas e incontroláveis. A ilusão "explosiva" nasce da ausência de espírito crítico. Do mesmo modo como não se evoluiu, nos métodos de tração, da diligência puxada por animais aos modernos trens elétricos, mas evoluiu-se através de uma série de combinações intermediárias, que em parte ainda subsistem (como a tração animal sobre trilho, etc., etc.); do mesmo modo como ocorre que o material ferroviário envelhecido nos Estados Unidos ainda seja utilizado durante muitos anos na China, representando neste país um progresso técnico; assim também se combinam variadamente -- na esfera da cultura — as diversas camadas ideológicas. E o que se tornou "ferro velho" na cidade ainda é "utensílio" na província. Na esfera da cultura, aliás, as "explosões" são ainda menos frequentes e menos intensas do que na esfera da técnica, na qual uma inovação se difunde, pelo menos no plano mais elevado, com relativa rapidez e simultaneidade. Confunde-se a "explosão" de paixões políticas acumuladas num período de transformações técnicas, às quais não correspondem novas formas de organização jurídica adequada, mas sim imediatamente um certo grau de coerções diretas e indiretas, com as transformações culturais, que são lentas e graduais; e isto por-

que, se a paixão é impulsiva, a cultura é produto de uma complexa elaboração. (A referência ao fato de que, por vezes, o que se tornou "ferro velho" na cidade ainda é "utensílio" na província pode ser desenvolvida com utilidade.)

Nota. O tipo de revista "Política-Crítica" exige, de imediato, um corpo de redatores especializados, em condições de fornecer — com certa regularidade — um material cientificamente elaborado e selecionado; a existência deste corpo de redatores, que tenha atingido entre si um certo grau de homogeneidade cultural, não é absolutamente coisa fácil; trata-se de um ponto de chegada no desenvolvimento de um movimento cultural. Este tipo de revista pode ser substituído (ou antecipado) pela publicação de um "anuário". Este "anuário" não deveria em nada se assemelhar a um "almanaque" popular comum (cuja compilação é ligada qualitativamente ao cotidiano, isto é, é planejada tendo-se em vista o leitor médio do jornal cotidiano); não deve tampouco ser uma antologia ocasional de escritos muito longos para serem acolhidos noutro tipo de revista; deveria, pelo contrário, ser preparado de um modo orgânico, de acordo com um plano geral, de forma a funcionar como o prospecto de um determinado programa de revista. Poderia ser dedicado a um só assunto, ou então ser dividido em seções e tratar de uma série orgânica de questões fundamentais (a constituição do Estado, a política internacional, a questão agrária etc.). Cada "anuário" deveria ser auto-suficiente (não deveria ter escritos que continuassem em outro número) e deveria conter bibliografias, índices analíticos etc. Estudar os diversos tipos de "almanaque" popular, que — se bem feitos — são pequenas enciclopédias da atualidade.

Revistas moralizantes. Uma revista típica foi o *Osservatore* de Gozzi, isto é, o tipo de revista moralizante do Século XVIII (que atingiu a perfeição na Inglaterra, onde surgiu, com o *Spectator* de Addison). Este tipo de revista teve uma certa significação histórico-cultural na difusão da nova concepção da vida, servindo de elo intermediário — para o leitor médio — entre a religião e a civilização moderna. Atualmente, este tipo -- degenerado -- conserva-se especialmente no campo católico, ao passo que, no campo da ci-

vilização moderna, ele se transformou, incorporando-se às revistas humorísticas, as quais gostariam de ser, a seu modo, uma crítica "construtiva" dos costumes: é o caso de publicações tipo *Fantasio*, *Charivari*, etc., que não têm correspondentes na Itália (algo deste gênero eram o primitivo *Asino*, de Podrecca, e o *Seme*, escrito por camponeses). Em alguns aspectos, são uma derivação da revista moralizante setecentista tanto algumas rubricas da crônica citadina e da crônica judiciária dos jornais diários, quanto os chamados "pequenos elzeviros"³ ou grifos. A *Frusta Letteraria* de Barreti é uma variedade do tipo: revista de bibliografia universal e enciclopédica, crítica de conteúdo com tendências moralizadoras (crítica dos costumes, dos modos de ver, dos pontos de vista, partindo não da vida e da crônica, mas dos livros). *Lacerba* de Papini, em sua parte não artística, participa deste tipo de uma maneira original e fascinante, graças a algumas qualidades, mas a tendência "satanista" (*Jesus pecador*, *Viva o devasso*, *Contra a família*, etc., de Papini, o *Diário de bordo*, de Soffici, os artigos de Italo Tavolato sobre o *Elogio da prostituição*, etc.) era forçada e a originalidade — muito frequentemente — era artificial.

O tipo geral, pode-se dizer, pertence à esfera do "senso comum" ou "bom senso", já que sua finalidade é modificar a opinião média de uma determinada sociedade, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, remoçando e, em última instância, introduzindo "novos lugares comuns". Ainda que escritas com brio, com um certo senso de distanciamento (de modo a não assumir tons de pregador), mas com cordial interesse pela opinião média, as revistas deste tipo podem ter grande difusão e exercer uma profunda influência. Não devem ter nenhuma " vaidade", nem científica nem moralizante: não devem ser "filistéias" e acadêmicas, nem se revelar fanáticas ou excessivamente partidárias: devem se colocar no próprio campo do "senso comum", distanciando-se dele o suficiente para permitir o sorriso de burla mas não de desprezo ou de altiva superioridade.

³ *Elzeviro*: "Tipos de imprensa usados pelos Elzeviros, tipógrafos holandeses. Artigo principal da terceira página dos jornais diários" (Paolo Colombo, *Vocabolario della lingua italiana*, Bolonha, 1859, pág. 283). [N. do T.]

La Pietra e a Compagnia *della Pietra*. Movimento dan-tesco nas rimas da Pietra: "Assim, em meu falar, quero ser áspero".

Cada camada social tem seu "senso comum" e seu "bom senso", que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Cada corrente filosófica deixa uma sedimentação de "senso comum": é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel; ele se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. O "senso comum" é o folclore da filosofia, e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e Lugar.

Educação *Política*. Gentile tem uma revista, *Educazione Política*, cujo nome foi posteriormente modificado. O título é velho: Arcangelo Ghisleri dirigiu uma revista com este título e que era mais congruente com a finalidade proposta. Mas quantas revistas Ghisleri dirigiu e, deixando de lado a honestidade do homem, com quanta inutilidade? A verdade que a educação pode ser programada em diversos planos a fim de obter diversos níveis. O problema está no nível que os "diretores" crêem ter, e é natural que eles criem sempre ter o nível mais alto e coloquem sua posição como sendo o ideal para a diminuta grei dos leitores.

O aspecto exterior. Entre o primeiro número da revista Leonardo, editada por Sansoni de Florença, e os números editados pela Casa Treves, há uma notável diferença; todavia, a Casa Treves não é tipograficamente das piores. Tem grande importância o aspecto exterior de uma revista, tanto comercial como "ideologicamente", para assegurar fidelidade e afeição; na realidade, neste caso, é difícil distinguir o fato comercial do ideológico. Fatores: páginas, composição das margens, das intercolunas, largura das colunas (comprimento da linha), compacticidade das colunas, isto é, do número das

letras por linha e do corpo usado em cada letra, do papel e da tinta (beleza dos títulos, nitidez dos caracteres devido à maior ou menor utilização das matrizes ou das letras manuais, etc.). Estes elementos não têm importância somente para as revistas, mas para os jornais diários.

O problema fundamental de todo periódico (cotidiano ou não) é o de assegurar uma venda estável (se possível em contínuo incremento), o que significa, ademais, a possibilidade de construir um plano comercial (em desenvolvimento, etc.). Por certo, o elemento fundamental para a sorte de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades intelectuais, políticas. Mas seria um grande erro crer que este seja o único elemento e, notadamente, que este seja válido tomado "isoladamente". Só em condições excepcionais, em determinados períodos de boom da opinião pública, ocorre que uma opinião tenha sorte independente da forma exterior na qual seja apresentada. Habitualmente, o modo de apresentação tem grande importância para a estabilidade do negócio; e a importância pode ser positiva, mas também negativa. Dar grátis ou abaixo do custo nem sempre é um "bom negócio", assim como não é bom negócio cobrar muito caro ou dar "pouco" pelo "próprio dinheiro". Isto, pelo menos, em política.

De uma opinião cuja manifestação impressa não custa nada, o público desconfia, vê como uma mentira. E vice-versa: desconfia "politicamente" de quem não sabe administrar bem os fundos que o próprio público dá. Como poder-se-ia considerar capaz de administrar o poder estatal um partido que não tem ou nem sabe escolher (o que é a mesma coisa) os elementos capazes de bem administrar um jornal ou uma revista? Vice-versa: um grupo que — com meios precários — sabe obter jornalisticamente resultados apreciáveis, demonstra com isto, ou já com isto, que saberá administrar bem inclusive organismos mais amplos. Eis porque o "exterior" de uma publicação deve ser cuidado com a mesma atenção que o conteúdo ideológico e intelectual; na realidade, as duas coisas são inseparáveis e assim é que deve ser. Um bom princípio (mas nem sempre) consiste em dar ao exterior de uma publicação uma característica que, por si só, a faça notada e recordada: é uma publicidade gratuita, por assim di-

zer. Nem sempre, porque depende da psicologia específica do público que se pretende conquistar.

Informação crítica. Individualmente, ninguém pode acompanhar toda a literatura publicada sobre um grupo de assuntos e nem mesmo sobre um só assunto. O serviço de informação crítica, para um público de cultura mediocre ou que se inicia na vida cultural, sobre todas as publicações a respeito do grupo de assuntos que mais possa interessar a este público é um serviço obrigatório. Assim como os governantes têm uma secretaria ou um gabinete de imprensa que periódica e cotidianamente os mantém informados sobre tudo o que se publica e que lhes é indispensável conhecer, assim também deve proceder a revista para com o seu público. Fixará sua tarefa, a limitará, mas esta será sua tarefa; isto requer, porém, que se dê um corpo orgânico e completo de informações: limitado, mas orgânico e completo. As resenhas não devem ser casuais e esporádicas, mas sim sistemáticas, e não podem deixar de ser acompanhadas por "resenhas-resumos" retrospectivos sobre os assuntos mais essenciais.

Uma revista, como um jornal, como um livro, como qualquer outro modo de expressão didática que seja planejado tendo em vista uma determinada média de leitores, de ouvintes, etc. de público, não pode contentar a todos na mesma medida, ser igualmente útil a todos; o importante é que seja um estímulo para todos, pois nenhuma publicação pode substituir o cérebro pensante ou determinar ex novo interesses intelectuais e científicos onde só existir interesse pelos bate-papos de café ou onde se pensar que se vive para divertir-se e passar bem. Por isso, não se deve ficar confuso com a multiplicidade de críticas: a multiplicidade de críticas, pelo contrário, é a prova de que se está no bom caminho: quando, ao invés, for um só o motivo da crítica, então deve-se refletir: 1) porque pode se tratar de uma deficiência real; 2) porque pode se estar enganado a respeito da "média" dos leitores aos quais se destina a publicação e, portanto, pode se estar trabalhando para o vazio, "para a eternidade".

Ensaio original e traduções. A questão coloca-se especialmente para as revistas de tipo médio e elementar, que deveriam também ser compostas principalmente de escritos originais. Deve-se reagir contra o hábito tradicional de encher as revistas com traduções, ainda que se trate de escritos devidos a pessoas "autorizadas". Todavia, a colaboração de escritores estrangeiros não pode ser abolida: ela tem sua importância cultural, da reação contra o provincianismo e a mesquinhez. Diversas soluções: 1) obter uma colaboração original; 2) resumir os principais escritos da imprensa internacional, compilando uma rubrica como a dos "Marginalia" do Marzocco; 3) compilar suplementos periódicos apenas com traduções, com título parcialmente independente, com numeração própria de página, que contenha uma seleção orgânica, crítico-informativa, das publicações teóricas estrangeiras. (Deve-se observar o tipo *Minerva* popular, e o tipo *Rassegna della stampa estera*, publicada pelo Ministério do Exterior.)

Colaboração estrangeira. Não se pode subestimar os colaboradores estrangeiros, mas a colaboração estrangeira deve ser orgânica, e não antológica e esporádica ou casual. Para que seja orgânica, é necessário que os colaboradores estrangeiros, além de conhecerem as correntes culturais de seu país, sejam capazes de "compará-las" com as do país no qual a revista é publicada, isto é, conheçam também as correntes culturais deste outro país e compreendam sua "linguagem" nacional. Portanto, a revista (ou seja, o diretor da revista) deve formar também seus colaboradores estrangeiros a fim de alcançar a organicidade.

No *Risorgimento*, isto ocorreu muito raramente; por isso, a cultura italiana continuou a ser provinciana. Ademais, uma organicidade de colaboração internacional talvez só tenha se verificado na França, porque a cultura francesa — já antes da época liberal — havia exercido uma hegemonia européia; eram relativamente numerosos, portanto, os intelectuais alemães, ingleses, etc., que sabiam informar sobre a cultura de seus países empregando uma "linguagem" francesa. De fato, não bastava que a Antologia de Vieusseux publicasse artigos de "liberais" franceses ou alemães ou ingleses para que tais artigos pudessem informar de modo útil os liberais italianos,

isto é, para que tais informações pudessem suscitar ou reforçar correntes ideológicas italianas: o pensamento permanecia genérico, abstrato, cosmopolita. Teria sido necessário criar colaboradores especializados no conhecimento da Itália, de suas correntes intelectuais, de seus problemas, isto é, colaboradores capazes de informar à Itália sobre a França, ao mesmo tempo que eram capazes de informar à França sobre a Itália.

Este tipo de colaborador não existe "espontaneamente", deve ser criado e cultivado. A este modo racional de entender a colaboração, opõe-se a superstição de possuir entre os próprios colaboradores estrangeiros os mestres, os grandes teóricos, etc. Não se nega a utilidade (notadamente comercial) de se possuir grandes nomes. Mas, do ponto de vista prático da promoção da cultura, é mais importante o tipo de colaborador afinado com a revista, que sabe traduzir um mundo cultural na linguagem de outro mundo cultural, pois sabe encontrar as semelhanças mesmo onde elas parecem não existir e sabe descobrir as diferenças mesmo onde parecem existir apenas semelhanças, etc.

As resenhas. Fiz referência a diversos tipos de resenha, colocando-me do ponto de vista das exigências culturais de um público bem determinado e de um movimento cultural, também ele bem determinado, que se pretendia criar: resenhas "resumos", portanto, para os livros que se acredita não poderem ser lidos, e resenhas-críticas para os livros que se considera necessário indicar à leitura, porém não assim sem mais nem menos, mas após ter fixado seus limites e indicado suas deficiências parciais. Esta segunda forma é a mais importante e digna cientificamente, e deve ser concebida como uma colaboração do recenseador ao tema tratado pelo livro recenseado. Em suma: há necessidade de recenseadores especializados e de luta contra a extemporaneidade e a genericidade dos juízos críticos.

Lima rubrica gramatical-lingüística. A rubrica "Querelles de langage", confiada nas *Nouvelles Littératures* a André Thérive (que é o crítico literário do Temps), chamou

a minha atenção para a utilidade que teria uma rubrica similar nos jornais e nas revistas italianas. Para a Itália, a rubrica seria de confecção muito mais difícil, dada a ausência de grandes dicionários modernos e, notadamente, de grandes obras de conjunto sobre a história da língua (como os livros de Littré e de Brunot na França e como outros ainda) que pudessem colocar qualquer literato ou jornalista médio em condições de alimentar a referida rubrica.

O único exemplo deste gênero de literatura na Itália foi o Idioma *Gentile*, de De Amicis (além dos capítulos sobre o vocabulário nas Páginas Esparsas), que tinha caráter muito pedante e retórico, contudo, além de um manzoniismo exasperante. Caráter pedante e, além disso, melosamente nauseante tinha a rubrica iniciada por Alfredo Panzini na primeira *Fiera Letteraria* de U. Fracchia, que logo desapareceu.

Para que a rubrica seja interessante, seu caráter deveria ser muito despreconceituoso ou sobretudo ideológico-histórico, e não pedante e gramatical: a língua deveria ser tratada como uma concepção do mundo, como a expressão de uma concepção do mundo; o aperfeiçoamento técnico da expressão, seja quantitativo (aquisição de novos meios de expressão) seja qualitativo (aquisição dos matizes de significado e de uma ordem sintática e estilística mais complexa), significa ampliação e aprofundamento da concepção do mundo e da sua história. Poder-se-ia começar com notícias curiosas: a origem de "cretino"; os significados de "vilão"; a estratificação sedimentar das velhas ideologias (por exemplo: *desastre*, da astrologia; sancionar tornar sagrado — da concepção religiosa sacerdotal do Estado, etc.). Dever-se-ia assim corrigir os erros mais comuns do povo italiano, que em grande parte aprende a língua através dos escritos (notadamente dos jornais) e, por isso, não sabe acentuar corretamente as palavras (por exemplo: "profúgo" [exilado] durante a guerra; cheguei a ouvir um milanês pronunciar "roseo" ao invés de "róseo", etc.). Erros muito graves de significado (significado particular ampliado, ou vice-versa); erros e equívocos sintáticos e morfológicos muito curiosos (os subjuntivos dos sicilianos: "*si accomodasse, venisse*", por "*si accomode, venga*", etc.).

Resenhas críticas bibliográficas. Seria importantíssima uma resenha deste tipo sobre os resultados da crítica histórica aplicada às origens do cristianismo, à personalidade de Jesus, aos evangelhos, às suas diferenças, aos evangelhos sinóticos e ao de João, aos evangelhos chamados apócrifos, à importância de São Paulo e dos apóstolos, às discussões a respeito de Jesus ser a expressão de um mito, etc.

(Cf. os livros de Omodeo, etc.; as coleções de Couchourd na Editora Rieder, etc. -- O ponto de partida me foi sugerido pelo artigo de Alessandro Chiappelli, "O culto de Maria e os erros da recente crítica histórica", na Nuova *Antologia* de 19 de dezembro de 1929; o artigo é contra A. Drews e seu livro *Die Marienmythen*. Sobre este assunto, dever-se-ia consultar os artigos de Luigi Salvatorelli [por exemplo, seu artigo na Revista histórica *italiana*, nova série, VII, 1928, sobre o nome e o culto de um divino Joshua]. Nas notas deste artigo de Chiappelli, existem muitas citações bibliográficas.)

Uma *rubrica* científica. Uma rubrica permanente sobre as correntes científicas. Mas não para divulgar noções científicas. Para expor, criticar e enquadrar as "idéias científicas" e suas repercussões sobre as ideologias e sobre as concepções do mundo, e para promover o princípio pedagógico-didático da "história da ciência e da técnica como base da educação formativa-histórica na nova escola".

Economia — Resenha de estudos econômicos italianos.

1) A Itália na economia mundial -- Obras gerais nas quais a economia italiana é comparada e inserida na economia mundial. Livros tipo: **MORTARA**, *Perspectivas* econômicas, Anuário econômico da *Sociedade* das Nações; publicações da *Dresdner Bank* sobre as forças econômicas mundiais, etc. — Livros sobre o balanço comercial, sobre as exportações e importações, sobre os empréstimos internacionais, sobre a salda dos emigrantes (e, portanto, sobre a emigração e suas características), sobre o turismo internacional na Itália e sobre seu significado econômico, sobre os tratados comerciais, sobre as crises econômicas mundiais e sobre seus reflexos na Itália.

sobre a frota marítima e sobre os fretes, sobre os portos abertos, sobre o protecionismo e o liberalismo, sobre o comércio e seus resultados para a economia italiana, sobre os portos e sobre seu *hinterland* não italiano (Génova e Suíça, Trieste e os Bálcãs, etc.). Pesca nos mares não italianos; cartéis e trustes internacionais e seus efeitos para a Itália: bancos e sua expansão no exterior (Banco Comercial no exterior, Banco de Roma no exterior, etc.); capitais estrangeiros na Itália e capitais italianos no exterior.

2) Organização econômica e produção nacional. Livros de conjunto sobre a produção italiana e sobre a política econômica italiana; sobre o regime dos impostos, sobre a distribuição regional entre indústria e agricultura e atividades econômicas menores; distribuição das grandes zonas econômicas nacionais e suas características: Itália setentrional, Itália central, *Mezzogiorno*, Sicília, Sardenha.

3) Estudos sobre as economias regionais (Piemonte, Lombardia, etc.).

4) Estudos sobre as economias provinciais ou de zonas provinciais. Publicações da Câmara de Comércio, dos Comitês Agrários e dos Conselhos Econômicos provinciais, publicações dos bancos locais, boletins municipais para as capitais de província, estudos de investigadores singulares, publicações de observadores econômicos como o de Palermo para a Sicília, ou o de Bari para a Púlia, etc.

A resenha deve ter caráter atual, mas nas partes singulares deve ter também caráter histórico, isto é, deve se referir a estudos que já estão superados, etc. A esta resenha, pode-se seguir ou preceder uma outra resenha sobre os estudos e as escolas de ciência econômica e as publicações periódicas de economia e de política econômica, bem como sobre as personalidades de cientistas individuais vivos ou mortos.

Tradição e suas sedimentações *psicológicas*. Através de um exame das poesias e dos discursos de P. Gori — que pode ser poeticamente (1) comparado (subordinadamente) a Cavallotti — pode-se observar como o espírito libertário genérico (cf. o conceito todo italiano de "subversivo") seja muito radicado nas tradições populares. Existe em Gori todo um modo de pensar e de se expressar que cheira a sacristia e a

heroísmo de papel. Todavia, estes modos e estas formas, difundidos sem contradição e sem crítica, penetraram muito profundamente no povo e configuraram um gosto (e talvez ainda o configurem).

Temas de jurisprudência. Resenhas sobre temas de jurisprudência que interessam a determinados movimentos. Por exemplo: o conceito de "empregado" segundo a jurisprudência italiana, o conceito de "meeiro", de "chefe técnico", etc. que significam? Que posição tem, na jurisprudência italiana, as figuras económicas de "empregado", "meeiro", "chefe técnico", etc., e por quais razões práticas?

As coleções de revistas como *Il Foro Italiano* etc., com as sentenças publicadas e os artigos de especialistas que as comentam, devem ser atentamente compulsadas, a fim de se ver quando certas questões se colocam e por que razões, como se desenvolvem, a que sistematização chegam (se chegam), etc. No fundo, também este é um aspecto (e muito importante) da história do trabalho, isto é, o reflexo jurídico-legislativo do movimento histórico real: ver como este reflexo opera, significa estudar um aspecto da reação estatal ao próprio movimento.

Ao lado das sentenças e dos artigos dessas revistas técnicas, dever-se-ia ver as outras publicações de direito (livros, revistas, etc.) que, nestes últimos anos, multiplicaram-se de modo impressionante, apesar da qualidade ter decaído.

Guias e pequenos manuais. Série de guias e pequenos manuais para o leitor de jornais (e para o leitor em geral). Para ser lido como se lê uma lista da bolsa, um balanço de sociedade industrial, etc. (Não devem ser longos e só devem apresentar os dados esquemáticos fundamentais.) O ponto de referência deveria ser o leitor médio italiano, que em geral é pouco informado sobre estas noções.

O conjunto destes pequenos manuais poderia formar uma coleção popular de primeiro grau -- que poderia desenvolver-se numa segunda coleção de "segundo grau", de textos mais complexos e amplos — ambas de tipo escolar e com-

pilados como subsidio e hipotéticas lições -- e as duas coleções deveriam funcionar como introdução às coleções de textos científicos de cultura geral e às coleções para especialistas. Em suma, quatro coleções: duas escolares e duas gerais, graduadas em mais ou menos elementares, cada uma em seu género.

Apêndices. Para ser verdadeiramente acessível à cultura média do leitor médio, todo fascículo de revista deveria ter dois apêndices: 1) uma rubrica na qual todos os nomes e palavras estrangeiras que possam ter sido usados nos vários artigos deveriam ser representados numa transcrição fonética, a mais exata possível, da lingua italiana. E necessário, portanto, construir com critérios práticos e unitários, tais como a estrutura escrita do italiano permite, uma tabela de tradutibilidade dos fonemas estrangeiros em fonemas italianos; 2) uma rubrica na qual se de o significado das palavras especializadas nas várias linguagens (filosófica, política, científica, religiosa, etc.) ou especializadas no uso de um determinado escritor.

A importância destes subsídios técnicos não é costumeiramente valorizada porque não se reflete no freio que constitui, quando se recorda e particularmente quando se expressa as próprias opiniões, a ignorância de como devem ser pronunciados determinados nomes e do significado de certos termos. Quando o leitor se encontra diante de muitas dificuldades de pronúncia ou de significado, ele estanca, desconfia das próprias forças e aptidões, e não se consegue fazê-lo sair de um estado de passividade intelectual, no qual sua inteligência apodrece.

Jornais de informação e jornais de *opinião*. Eis como, nos *Annali dell'Italia cattolica* de 1926, descrevem-se os diversos tipos de jornal, com relação à imprensa católica: "Em sentido lato, o jornal 'católico' (ou antes, 'escrito por católicos') é o que não contém nada contra a doutrina e a moral católicas, e segue e defende suas normas. Dentro de tais diretrizes, o jornal pode defender orientações políticas, econô-

mico-sociais ou científicas. Já o jornal 'católico' em sentido estrito é o que, de acordo com a autoridade eclesiástica, tem como finalidade direta um eficaz apostolado social cristão, a serviço da Igreja e em ajuda da Ação Católica. Ele implica, pelo menos implicitamente, a responsabilidade da autoridade eclesiástica, devendo seguir suas normas e diretivas".

Distingue-se, em suma, o chamado jornal de informação ou "sem partido" explícito, do jornal de opinião, do órgão oficial de um determinado partido; ou seja, o jornal para as massas populares ou jornal "popular", daquele jornal dedicado a um público necessariamente restrito.

Na história da técnica jornalística, em alguns aspectos, pode ser considerado como "exemplar" o *Piccolo* de Trieste, pelo menos tal como aparece no livro dedicado à história deste jornal por Silvio Benco (com relação à legislação austríaca sobre a imprensa, à posição de inconformismo italiano na Istria, ao legalismo formal das autoridades imperiais ou régias, às lutas internas entre as diversas facções do inconformismo, à ligação entre a massa popular nacional e a direção política do nacionalismo italiano, etc.).

No que toca a outros aspectos, muito interessante foi o *Corriere della Sera* no período giolittiano ou liberal em geral, se se leva em conta a situação jornalística e político-cultural italiana, tão diversa da francesa e, em geral, da dos demais países europeus. A nítida divisão, existente na França, entre jornais populares e jornais de opinião, não pode existir na Itália, onde não há um centro tão popular e culturalmente predominante como Paris (e onde existe menor "indispensabilidade" do jornal político mesmo nas classes superiores e chamadas cultas). Deve-se notar, ademais, como o *Corriere* mesmo sendo o jornal mais difundido do país -- jamais tenha sido explicitamente ministerial, a não ser por breves períodos e de uma maneira inteiramente sua: aliás, para ser "estatal", devia quase sempre ser antiministerial, expressando assim uma das mais notáveis contradições da vida nacional.

Seria útil investigar na história do jornalismo italiano as razões técnicas e político-culturais da influência obtida, durante um certo tempo, pelo *Secolo* de Milão. Ao que parece, na história do jornalismo italiano podem-se distinguir dois períodos: o "primitivo", de indistinção genérica político-cultu-

ral, que tomou possível a grande difusão do *Secolo* mediante um programa de vago "laicismo" (contra a influência clerical) e de vago "democratismo" (contra a influência preponderante na vida estatal das forças de direita): o *Secolo*, ademais, foi o primeiro jornal italiano "moderno", com serviços do exterior, com abundância de informações e de crônica europeia; e um período posterior, no qual — através do transformismo — as forças de direita se "nacionalizam" em sentido popular e o *Corriere* substitui o *Secolo* na ampla difusão: o vago laicismo democrático do *Secolo* torna-se, no *Corriere*, unitarismo nacional mais concreto, o laicismo é menos plebeu e excessivo e o nacionalismo menos popularesco e democratizante.

Deve-se notar como nenhum dos partidos que se distinguiu do informe populismo do *Secolo* tenha tentado recriar a unidade democrática num plano político-cultural mais elevado do que o anterior e primitivo; esta tarefa foi abandonada, quase sem luta, aos conservadores do *Corriere*. Não obstante, deveria ser esta a tarefa, após todo processo de clarificação e distinção, a saber, a de recriar a unidade, que se rompera no movimento progressista, num plano superior; esta tarefa deveria ter sido executada pela elite que, saindo da indistinção genérica, conseguira conquistar uma personalidade mais concreta, exercendo uma função de direção sobre o velho complexo do qual ela se distinguira e destacara. O mesmo processo se repetiu no mundo católico após a formação do Partido Popular, "distinção" democrática que os direitistas conseguiram subordinar a seus próprios programas. Num e noutro caso, os pequeno-burgueses, mesmo sendo a maioria entre os intelectuais dirigentes, foram controlados pelos elementos da classe fundamental: os industriais do *Corriere*, no campo laico, e a burguesia agrária unida aos grandes proprietários, no campo católico, controlam os profissionais da política do *Secolo* e do Partido Popular, que representam todavia a grande massa dos dois campos, os semiproletários e os pequeno-burgueses da cidade e do campo.

Suplementos semanais. Que jornais italianos publicaram suplementos do tipo dos jornais ingleses e alemães? O exemplo clássico é o *Fanfulla della Domenica*, do **Fanfulla**; **digo**

"clássico" porque o suplemento tinha uma personalidade e uma autoridade próprias. Os tipos de suplemento como a *Domenica del Corriere* ou a *Tribuna Illustrata* são outra coisa e dificilmente podem ser chamados de suplemento. A *Gazzetta del Popolo* fez tentativas de "páginas" dedicadas a um único assunto, e editou a *Gazzetta Letteraria e*, atualmente, a *Illustrazione del Popolo*. A tentativa mais orgânica foi feita pelo *Tempo*, de Roma, em 1919-1920, com suplementos propriamente ditos, como o "econômico" e o "sindical", muito bem realizados para a Itália. Assim, teve grande aceitação o *Giornale d'Italia Agricole*.

Um cotidiano bem feito, e que tenda a introduzir-se através de suplementos onde dificilmente penetraria como cotidiano, deveria ter uma série de suplementos mensais, de formato diverso do cotidiano, mas com o título do cotidiano seguido pela matéria especial que pretende tratar. Os suplementos principais, pelo menos, deveriam ser: 1) literário, 2) econômico industrial, sindical, 3) agrícola. No literário, dever-se-ia tratar também de filosofia, de arte e de teatro. O mais difícil de ser feito é o agrário: técnico-agrário ou político-agrário para os camponeses mais inteligentes? Este segundo tipo deveria se aproximar de um semanário político, isto é, resumir toda a política da semana e, além disso, ter uma parte especificamente agrícola (não do tipo da *Domenica dell'Agricoltura*); seria agrícola somente no sentido principal de que é destinado aos camponeses que não lêem os diários: seria, pois, do tipo *Amico delle famiglie* mais a parte técnica agrícola, e mais popular. Suplemento esportivo etc.

O suplemento literário deveria ter também uma parte escolar. Todos de formato diverso, segundo o conteúdo, e mensais. (O literário deveria ser como o *Ordine Nuovo* semanal, o agrícola como o *Amico delle famiglie*, o econômico como o *Times* literário.)

Jornais de Estado. Cf. o que Napoleão III disse do jornalismo, durante a sua prisão na Alemanha, ao jornalista inglês Mels Cohn* Napoleão quisera fazer do diário oficial

⁴ CI., PAUL madramz, *La Captivité de Napoléon III en Allemagne*, Paris, Perrin, pkg. 250.

uma folha modelo, distribuída gratuitamente a cada eleitor, com a colaboração das mais ilustres penas da época e com as informações mais seguras e confirmadas de toda parte do mundo. A polémica, excluída, seria confinada aos jornais particulares.

A concepção do jornal de Estado é logicamente ligada às estruturas governativas não-liberais (isto é, àquelas nas quais a sociedade civil se confunde com a sociedade política), sejam elas despóticas ou democráticas (ou seja, quer naquelas onde a minoria oligárquica pretende ser toda a sociedade, quer naquelas onde o povo indistinto pretende e acredita ser verdadeiramente o Estado). Se a escola é do Estado, por que não será do Estado também o jornalismo, que é a escola dos adultos?

Napoleão argumentava partindo do conceito segundo o qual, se é verdade o axioma jurídico de que a ignorância das leis não exime de culpa, o Estado deve manter gratuitamente informados os cidadãos de toda a atividade dele, isto é, deve educá-los: argumento democrático que se transforma em justificação da atividade oligárquica. O argumento, porém, não deixa de ter valor: ele só pode ser "democrático" nas sociedades em que a unidade histórica de sociedade civil e sociedade política for dialeticamente entendida (na dialética real, e não apenas conceitual), e o Estado for concebido como superável pela "sociedade regulada": nesta sociedade, o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, mas é instrumento para a passagem da sociedade civil-política à "sociedade regulada", na medida em que absorve ambas em si, a fim de superá-las (e não de perpetuar sua contradição).

A respeito do regime jornalístico sob Napoleão III, recordar o episódio do chefe de polícia que repreendeu um jornal porque, num artigo sobre fertilizantes, não se afirmava resolutamente qual era o melhor fertilizante: segundo o chefe de polícia, isto contribuía para deixar o público na incerteza e, por esta razão, era condenável e digno de reclamação da polícia.

Escolas de jornalismo. Na *Nuova Antologia* de P de julho de 1928, foi publicado, com o título em epígrafe um arti-

go de Ermano Amicucci, que talvez tenha sido posteriormente publicado — juntamente com outros -- em livro. O artigo é interessante pelas informações e indicações que oferece. Deve-se sublinhar, todavia, que a questão, na Itália, é muito mais complexa de resolver do que parece quando se lê esse artigo, e é de crer que os resultados das iniciativas escolares não possam ser muito grandes (pelo menos no que diz respeito ao jornalismo tecnicamente entendido; as escolas de jornalismo serão escolas de propaganda política geral). O princípio, porém, de que o jornalismo deve ser ensinado e que não é racional deixar que o jornalista se forme por si mesmo, casualmente, através da "prática", este princípio é vital e se imporá cada vez mais, à medida que o jornalismo — também na Itália — se tomar uma indústria mais complexa e um organismo civil mais responsável.

A questão, na Itália, encontra seus limites no fato de que não existem grandes concentrações jornalísticas, graças à descentralização da vida cultural nacional, de que os jornais são muito poucos e a massa dos leitores é escassa. O pessoal jornalístico é muito limitado e, portanto, se alimenta através de suas próprias graduações de importância: os jornais menos importantes (e os semanários) servem de escola para os jornais mais importantes e vice-versa. Um redator de segunda ordem do *Corriere* toma-se diretor ou redator-chefe de um jornal da província e um redator que se revela como de primeira ordem num jornal de província ou num semanário é absorvido por um grande jornal. Não existem na Itália centros — como Paris, Londres, Berlim -- que contem com milhares de jornalistas, constituindo uma verdadeira categoria profissional difusa, economicamente importante; além disso, na Itália, em média, as remunerações são muito baixas.⁵ Em alguns países, como a Alemanha, o número de jornais pu-

⁵ A respeito do número de jornalistas italianos, a *Itália Letteraria* de 24 de agosto de 1930 indica os dados de um recenseamento feito pela Secretaria do Sindicato Nacional dos jornalistas: em 30 de junho, eram inscritos 1.960 jornalistas, dos quais 800 filiados ao Partido Fascista, assim localizados respectivamente: sindicato de Bari, 30 e 26; Bolonha, 108 e 40; Florença, 108 e 43; Gênova, 113 e 39; Milão, 348 e 143; Nápoles, 106 e 45; Palermo, 50 e 17; Roma, 716 e 259; Turim, 144 e 59; Trieste, 90 e 62; Veneza, 147 e 59.

Micados em todo o país é muito grande: à concentração em Berlim, corresponde uma vasta estratificação na província.

Problema dos correspondentes locais: eles raramente (só nas grandes cidades e, em geral, naquelas onde se publicam semanários importantes) podem ser jornalistas profissionais.

Para certos tipos de jornal, o problema da escola profissional deve ser resolvido no âmbito da própria redação, transformando ou integrando as reuniões periódicas da redação em escolas orgânicas de jornalismo; para assistir a estas reuniões, deveriam ser convidados também elementos estranhos à redação em sentido estrito (jovens e estudantes), fazendo-se com que elas chegassem a assumir o caráter de verdadeiras escolas político-jornalísticas, com lições de temas gerais (de história, de economia, de direito constitucional, etc.) confiadas também a especialistas alheios ao jornal mas que saibam compreender suas necessidades.

Dever-se-ia partir do princípio de que cada redator ou repórter deveria ser posto em condições de compilar e de dirigir todas as partes do jornal, assim como, de imediato, cada redator deveria adquirir as qualidades do repórter, isto é, dar toda sua atividade ao jornal.

Os jornais das *grandes* capitais. Uma série de ensaios sobre o jornalismo das mais importantes capitais dos países do mundo, seguindo estes critérios: 1) exame dos jornais cotidianos que, num determinado dia (não escolhido por acaso, mas no qual se registra algum evento importante para o país em questão), saem numa capital — Londres, Paris, Madri, Berlim, Roma, etc. — a fim de se ter um termo o mais homogêneo possível de comparação, isto é, o evento principal e a relativa semelhança dos outros, de modo a ter um quadro da diversa maneira pela qual os partidos e as tendências refletem suas opiniões e formam a chamada opinião pública. Mas, dado que nenhum jornal cotidiano (especialmente em certos países) é diariamente igual do ponto de vista técnico, dever-se-á conseguir de cada um deles os exemplares de toda uma semana ou do período no qual se tem o ciclo completo de certas rubricas especializadas e de certos suplementos, cujo conjunto permite compreender a sorte que obtiveram junto aos compradores.

2) Exame de toda a imprensa periódica de qualquer espécie (desde a esportiva aos boletins paroquiais), que completa o exame dos cotidianos.

3) Informações sobre a tiragem, sobre o pessoal, sobre a direção, sobre os financiadores, sobre a publicidade. Em suma, dever-se-ia reconstruir, para cada capital, o conjunto do mecanismo editorial periódico que difunde as tendências ideológicas que operam, contínua e simultaneamente, sobre a população.

4) Estabelecer a relação da imprensa da capital com a das províncias; esta relação varia de país para país. Na Itália, a difusão dos jornais romanos é muito inferior à dos jornais milaneses. A organização territorial da imprensa francesa é muito diversa da da Alemanha etc. O tipo de semanário político italiano é talvez único no mundo, e corresponde a um tipo determinado de leitor.

5) Para certos países, deve-se levar em conta a existência de outros centros além da capital, como Milão para a Itália, Barcelona para a Espanha, Munique para a Alemanha, Manchester e Glasgow para a Inglaterra.

6) No caso da Itália, o estudo poderia ser estendido a todo o país e a toda a imprensa periódica, graduando a exposição pela importância dos centros; por exemplo: 1^o Roma, Milão; 2^o -- Turim, Génova; 3^o -- Trieste, Bolonha, Nápoles, Palermo, Florença; 4^o -- Imprensa semanal política; 5^o -- Revistas políticas, literárias, científicas, religiosas, etc.

Semanários provinciais. O tipo de semanário provincial que era tradicionalmente divulgado na Itália, cultivado especialmente pelos católicos e pelos socialistas, representava adequadamente as condições culturais da província (aldeias e pequenas cidades). Nenhum interesse pela vida internacional (a não ser como curiosidade e exotismo), pouco interesse pela própria vida nacional, senão enquanto ligada aos interesses locais, notadamente eleitorais; todo o interesse pela vida local, mesmo pelos detalhes e pelas minúcias. Grande importância para a polémica pessoal (de caráter galhofeiro e provinciano: a finalidade é fazer o adversário parecer es-

túpido, ridículo, desonesto). A informação reduzida tão-somente à correspondência das várias aldeias. Comentários políticos genéricos que pressupunham a informação dada pelos jornais diários, que os leitores do semanário não liam e que se supunha precisamente que não lessem (por isso é que se fazia o semanário para eles).

O redator desses semanários era, de hábito, um intelectual medíocre, pretensioso e ignorante, cheio de cavilações e de sofismas banais. Resumir o jornal diário teria sido para ele uma "vergonha": sua pretensão era fazer um semanário todo com artigos de fundo e com peças "brilhantes", e inventar teorias cabeludas em economia, em política, em filosofia.

Precisamente na Itália, por causa da infeliz disposição geográfica e da ausência de um centro político e intelectual nacional, deveria ter tido grande influência, pelo contrário, o tipo de semanário inglês (*Observer*, *Times Sunday*, etc.), que é redigido sobre o tipo do jornal diário — isto é, cada semana informa aos leitores que não lêem o jornal, ou que querem ter, cada semana, um quadro sintético da vida de toda a semana. Este tipo inglês deve ser estudado e adaptado tecnicamente às condições italianas. Ele deveria (semanalmente, bi-semanalmente) substituir o jornal diário em largas zonas onde este jornal não teria as condições suficientes (Nápoles, Florença, Palermo): em geral, nas capitais de regiões, e mesmo de províncias não industriais: recordar exemplos como Biella, Como, Tortona, que requeriam o semanário, se bem que fossem industriais e consumidoras de jornais: assim também Alexandria, Cuneo, Fossano, etc. Na Itália, o semanário assim redigido teria o mesmo papel que os inúmeros pequenos cotidianos provinciais alemães e suíços.

Os títulos. Tendência a títulos grandiloquentes e pedantes, com oposta reação de títulos chamados "jornalísticos", isto é, anódinos e insignificantes. Dificuldade da arte dos títulos: deveriam resumir algumas exigências, tais como a de indicar sinteticamente o assunto central tratado, a de despertar interesse e curiosidade levando a que se leia a matéria. Também os títulos são determinados pelo público ao qual o

jornal se dirige e pela atitude do jornal em face de seu público: atitude demagógica-comercial quando se quer explorar as tendências mais baixas; atitude educativa-didática, mas sem pedantismo, quando se pretende explorar o sentimento dominante no público como ponto de partida para sua elevação. O título "Breves notas sobre o universo" como caricatura de título pretensioso e pedante.

Cronistas. Dificuldade de criar bons cronistas, isto é, jornalistas tecnicamente preparados para compreender e analisar a vida orgânica de uma grande cidade, inserindo neste quadro (sem pedantismo, mas sem superficialidades e sem "brilhantes" improvisações) todo problema singular à medida em que ele se torna de atualidade. O que se diz do cronista pode ser dito igualmente de uma série de atividades públicas: um bom cronista deveria ter a preparação técnica suficiente e necessária para se tomar administrador, ou mesmo prefeito, ou ainda presidente (efetivo) de um conselho provincial de economia do tipo atual; e, do ponto de vista jornalístico, deveria se assemelhar ao correspondente local de uma grande cidade (e paulatinamente, na ordem de competência e de amplitude decrescente dos problemas, das cidades médias, pequenas e das aldeias).

Em geral, as funções de um jornal deveriam ser equiparadas às funções correspondentes na direção da vida administrativa e, deste ponto de vista, deveriam ser articuladas as escolas de jornalismo, se se pretende que esta profissão saia do estado primitivo e diletante em que hoje se encontra e se tome qualificada e possuidora de uma completa independência, isto é, se se pretende que o jornal esteja em condições de oferecer ao público informações e julgamentos não ligados a interesses particulares. Se um cronista informa o público "jornalisticamente", como se diz, isto significa que o cronista aceita sem crítica e sem julgamento independentes informações e julgamentos — através de entrevistas e de tuyaux ^ de pessoas que pretendem servir-se do jornal para promover determinados interesses particulares.

Deveriam existir dois tipos de crônica: 1) o tipo orgânico e 2) o tipo de atualidade mais intensa. Em relação ao tipo orgânico, para dar um ponto de vista compreensivo, de-

veria ser possível compilar volumes sobre os aspectos mais gerais e constantes da vida de uma cidade, após ter depurado os artigos daqueles elementos de atualidade que devem sempre existir em toda publicação jornalística; mas, para que fique claro, devemos dizer que nesses artigos "orgânicos" o elemento de atualidade deve ser subordinado e não principal. Por isso, esses artigos orgânicos não devem ser muito frequentes. O cronista estuda o organismo urbano em seu conjunto e em sua generalidade, a fim de obter sua qualificação profissional. (só muito limitadamente pode um cronista mudar de cidade: sua qualificação superior não pode deixar de estar ligada a uma cidade determinada): os resultados originais, ou úteis em geral, desse estudo orgânico não devem ser completamente desinteressantes, não devem ser apenas premissas, mas devem se manifestar também de um modo imediato, captando um motivo de atualidade.

A verdade é que o trabalho de um cronista é tão amplo quanto o de um redator-chefe, ou de um serviço de chefia numa organização jornalística com divisão orgânica do trabalho. Numa escola de jornalismo, dever-se-ia ter uma série de monografias sobre grandes cidades e sobre o conjunto de sua vida. O simples problema do abastecimento de uma cidade é capaz de absorver muito trabalho e muita atividade.^o

Correspondentes do exterior. Em outra nota, referimos aos colaboradores estrangeiros de revistas italianas. O tipo do "correspondente do exterior" de um jornal diário é algo diverso; todavia, algumas observações da outra nota são válidas também para esta atividade. No entanto, não é preciso conceber o correspondente do exterior como um mero repórter ou transmissor de notícias do dia por telegrama ou por telefone, isto é, como um complemento das agências telegráficas. O tipo moderno mais completo de correspondente do exterior é o publicista de partido, o crítico político que observa e comenta as correntes políticas mais vi-

e Cf. o livro de W. P. Hedden, *How great Cities are fed*, Boston, 1929, 2.80 dólares, recenseado no *Giornale degli Economisti* de janeiro de 1931. Hedden examina o abastecimento de algumas cidades dos Estados Unidos, particularmente de New York.

tais de um país estrangeiro e tende a se tornar um "especialista" nas questões daquele determinado país (por isso, os grandes jornais tem "escritórios de correspondência" nos diversos países, e o chefe do escritório é o "escritor político", o diretor do escritório). O correspondente deveria colocar-se em condições, num tempo determinado, de escrever um livro sobre o país para o qual foi enviado a fim de nele residir permanentemente, uma obra completa sobre todos os aspectos vitais da sua vida nacional e internacional. (Diverso é o caso do correspondente em viagem, que vai ao país para informar sobre grandes eventos imediatos que nele se processam).

Crítérios para a preparação e formação de um correspondente: 1) Julgar os eventos no quadro histórico do próprio país e não apenas com referencia ao seu país de origem. Isto significa que a posição de um país deve ser mensurada pelos progressos ou regressos verificados naquele mesmo país, não podendo ser mecanicamente comparada à posição de outros países, no mesmo momento. A comparação entre Estado e Estado tem importância, pois mede a posição relativa de cada um deles: de fato, um país pode progredir, mas se em outros o progresso foi maior ou menor, modifica-se a posição relativa e modifica-se a influencia internacional do referido país. Se julgamos a Inglaterra pelo que era antes da guerra, e não pelo que hoje é em comparação com a Alemanha, modifica-se o julgamento, se bem que o julgamento de comparação tenha também grande importância: 2) Os partidos em cada país tem um carácter nacional, além de internacional: o liberalismo inglês não é igual ao francês ou ao alemão, se bem que exista muito em comum. 3) As jovens gerações estão em luta contra as velhas na medida normal em que os jovens estão em luta contra os velhos, ou os velhos possuem um monopólio cultural que se tomou artificial e prejudicial? Os partidos respondem aos novos problemas, ou estão superados e existe crise? Mas o erro maior e mais comum é o de não saber sair do próprio ambiente cultural, e medir o exterior com um metro que não lhe é próprio: não ver as diferenças sob as aparências iguais, e não ver a identidade sob as diversas aparências.

Resenha da imprensa. No jornalismo tradicional italiano, a rubrica da "resenha da imprensa" foi sempre pouco desenvolvida, apesar de que, nela, a parte polémica desempenhou sempre uma função exagerada: mas tratava-se, precisamente, de polémica miúda, ocasional, ligada mais ao temperamento litigioso do individualismo italiano do que a um objetivo programático de prestar serviço ao público leitor.

Deve-se distinguir entre a resenha da imprensa dos jornais de informação e a dos jornais de opinião: a primeira é também um serviço de informação, isto é, o jornal em questão oferece diariamente aos seus leitores, ordinários e rubricados, os juízos sobre os eventos em curso publicados pelos outros jornais (assim procedem muitos jornais franceses; os jornais italianos dão estas informações nos serviços de Roma para os jornais da capital, etc., isto é, no corpo do próprio jornal e como notícias auto-suficientes); nos jornais de opinião, a rubrica tem uma outra função: serve para reafirmar os próprios pontos de vista, para detalhá-los, para apresentar, contraditoriamente, toças as suas facetas e toda a casuística. Revela-se o quanto é útil, "didaticamente", este modo de "repetir" de um modo não mecânico e sem pedantismo as próprias opiniões: a "repetição" adquire um carácter quase "dramático" e de atualidade, como obrigação de replicar a um adversário. Ao que eu saiba, a melhor "resenha da imprensa" é a da *Action Française*, tanto mais se se considera como resenha da imprensa (como o é na realidade) também o artigo diário de Maurras. Observa-se que, entre o escrito de Maurras e a "resenha da imprensa" propriamente dita da *Action Française*, existe uma divisão de trabalho: Maurras toma para si as "peças" polémicas de maior importância teórica.

Deve-se observar que a resenha da imprensa não pode ser deixada a uma mesa qualquer da redação, como o fazem freqüentemente alguns jornais: ela demanda o máximo de responsabilidade política e intelectual e o máximo de capacidade literária e de inventiva nos temas, nos títulos, etc., pois as repetições — necessárias — deveriam ser apresentadas com o máximo de variedade formal e exterior. (Exemplo: os Scampoli de G. M. Serrati que, a seu modo, eram uma resenha de imprensa: muito lidos, talvez fossem a primeira coisa que o leitor buscava todo dia, se bem que não fossem

sistemáticos e nem sempre possuísem alto nível intelectual; as "Opiniões" de Missiroli no *Resto del Carlino* e na *Stampa*, em volume, bem como a rubrica do "Frombolieri" do *Popolo d'Italia*, a "Dogana" em *Critica Fascista*, a "Rassegna della Stampa" na *Italia Letteraria*.)

A *Crônica policial*. Pode-se observar que a crônica policial dos grandes jornais é redigida como uma perpétua *Mil e urna noites*, concebida de acordo com os esquemas do romance em folhetim. Há a mesma variedade de esquemas sentimentais e de motivos: a tragédia, o drama frenético, a intriga hábil e inteligente, a farsa. O *Corriere della Sera* não publica romances em folhetim, mas sua página policial tem todos os atrativos deste tipo de romance, com a vantagem de ter sempre presente que se trata de fatos verídicos.

Rubricas científicas. O tipo italiano do jornal diário é determinado pelo conjunto das condições organizativas da vida cultural no país: ausência de uma vasta literatura de divulgação, tanto através do livro como da revista. O leitor do jornal, por isso, quer encontrar em sua folha um reflexo de todos os aspectos da complexa vida social de uma nação moderna. Deve-se observar o fato de que o jornal italiano, relativamente mais bem feito e mais sério que o de outros países, negligenciou a informação científica, ao passo que existe um corpo notável de jornalistas especializados na literatura econômica, literária e artística. Mesmo nas revistas mais importantes (como a *Nuova Antologia* e a *Rivista d'Italia*), a parte dedicada às ciências era quase nula (as condições, hoje, modificaram-se neste particular, e o *Corriere della Sera* tem uma série de colaboradores, muito grande, especializados nas questões científicas). Sempre existiram revistas científicas especializadas, mas não havia revistas de divulgação (deve-se cf. o *Arduo*, que saía em Bolonha, dirigida por Sebastiano Timpanaro; muito difundida era a *Scienza per tutti* da Casa Sonzogno, mas — para formarmos um juízo sobre ela — basta recordar que foi dirigida durante muitos anos por... Massimo Rocca).

A informação científica deveria ser parte integrante de qualquer jornal italiano, seja como noticiário científico-técnico, seja como exposição crítica das hipóteses e opiniões científicas mais importantes (a parte higiênico-sanitária deveria constituir uma rubrica autônoma). Um jornal popular, mais do que os outros, deveria ter essa seção científica, a fim de controlar e dirigir a cultura de seus leitores, que possui elementos de "bruxaria" ou é fantástica, e para "desprovincializar" as noções correntes.

Dificuldade de possuir especialistas que saibam escrever popularmente: poder-se-ia fazer o espólio sistemático de revistas gerais e especiais de cultura profissional, das atas acadêmicas, das publicações estrangeiras, bem como compilar estratos e resumos em apêndices especiais, escolhendo cuidadosamente (e com conhecimento das exigências culturais do povo) os assuntos e o material.

Almanaques. Dado que o jornalismo foi considerado, nas notas a ele dedicadas, como expressão de um grupo que pretende (através de diversas atividades publicísticas) difundir uma concepção integral do mundo, pode-se, por causa disso, prescindir da publicação de um almanaque? No fundo, o almanaque é uma publicação periódica anual onde, ano por ano, examina-se a atividade histórica global de um ano a partir de um certo ponto de vista. O almanaque é o "mínimo" de "publicidade" periódica que se pode fazer das próprias idéias e dos próprios juízos sobre o mundo, e sua variedade mostra quanto se tenha especializado no grupo cada momento singular desta história, bem como a organicidade mostra a medida de homogeneidade que o grupo adquiriu. Certamente, para sua difusão, deve o almanaque levar em conta determinadas necessidades do grupo de compradores ao qual se dirige, grupo que, freqüentemente, não **pode gastar duas** vezes para uma mesma necessidade. Dever-se-á, portanto, selecionar o conteúdo: 1) as partes que tornam inútil a aquisição de um outro almanaque; 2) a parte através da qual se pretende influir sobre os leitores, tendo em vista orientá-los num sentido preestabelecido. A primeira parte será reduzida ao mínimo: o necessário para satisfazer a exigência em

questão. A segunda parte insistirá sobre os assuntos considerados de maior peso educativo e formativo.

Jornalismo. Mark Twain, quando era diretor de um jornal na Califórnia, publicou uma vinheta que representava um burro morto, no fundo de um poço, com a seguinte legenda: "Este burro morreu porque não zurrou." Twain queria evidenciar a utilidade da *réclame* jornalística, mas a vinheta pode ter também outros significados.

Os jornais alemães. Tres grandes concentrações jornalísticas: Ullstein, Masse, Scherl, as duas primeiras democráticas, a terceira de direita (imprensa de Hugenberg).

A Casa Ullstein imprime a *Vossische Zeitung*, para o público culto, com escassa tiragem (40.000 exemplares?) mas de importância européia, dirigida por Georg Bernhard (é considerada muito francófila); a *Morgenpost*, o mais difundido jornal de Berlim e talvez da Alemanha (provavelmente 500.000 exemplares), para a pequena-burguesia e os operários; a *Berliner Allgemeine Zeitung*, que se ocupa de questões urbanas; a *Berliner Illustrierte* (similar à *Domenica del Corriere*), divulgadíssima; a *Berliner Zeitung am Mittag*, sensacionalista, cujo público diário é de 100.000 leitores; o *Ulltu*, o *Querschnitt* ("A transversal") e *Die Koralle*, do tipo de *Lettura*; e outras publicações sobre moda, comércio, técnica, etc. A Ullstein é ligada com o *Telegraf* de Amsterdão, com o *AZ East* de Budapeste, com a *Neue Freie Presse* (o *Corriere della Sera*, para suas informações de Berlim, se apóia na Ullstein).

A casa editora Rudolph Mosse publica o grande cotidiano democrático *Berliner Tageblatt* (300.000 exemplares), dirigido por Theodor Wolf e que possui dezesseite suplementos (*Beilagen*) e edições especiais para o exterior, em alemão, francês, inglês; é um jornal de importância européia, caro e difícil para a gente pequena; publica ainda *Berliner Morgenzeitung*, *Berliner Volkszeitung*, em estilo popular, mas com as mesmas diretrizes políticas. La Stampa, de Turim, se apóia-se sobre a casa Mosse,

Casa Editora Scherl: *Lokal-Anzeiger*, leitura predileta dos botiqueiros e da pequena-burguesia fiel à velha Alemanha imperial; o *Tag*, para um público mais seleta; a *Woche*, a *Gartenlaube*.

Jornais, da direita à esquerda: *Deutsche Zeitung*, ultranacionalista, mas pouco difundido; *Völkischer Beobachter*, de Hitler, pouco difundido (20.000). Pouco difundido, também, é o *Neue Preussische Zeitung* (10.000), que continua a ser chamado de *Kreuz-Zeitung*: é o órgão clássico dos *junkers* (latifundiários prussianos), ex-oficiais nobres, monarquistas e absolutistas, que se mantiveram ricos e sólidos porque se apóiam na propriedade territorial; mas, pelo contrario, tira 100.000 exemplares a *Deutsche Tageszeitung*, órgão do *Band der Landwirte* (Federação dos Agrários), que está nas mãos de pequenos proprietários e de capatazes, e contribui para manter a opinião pública rural fiel ao antigo regime. Alemão-Nacionais: o *Tag* (100.000); *Lokal-Anzeiger* (180.000); *Schlesische Zeitung*; *Berliner Börsen Zeitung* (jornal bancário de direita); *Täglische Rundschau* (30.000), importante por ser o jornal oficioso de Stresemann; *Deutsche Allgemeine Zeitung*, órgão da indústria pesada, também alemão-popular. Outros jornais alemães-populares, isto é, de direita moderada, com adesão condicional ao atual regime e difundidos entre os industriais, são: o *Magderburgische Zeitung*, o *Kölnische Zeitung* (52.000), de fama européia pela sua autoridade em política externa, o *Hannoverscher Kurier*, os *Miinchner Neueste Nachrichten* (135.000) e os *Leipziger Neueste Nachrichten* (17.000). Jornais de centro: o *Germania* (10.000); mas muito difundidos são os jornais católicos de província, como a *Kölnische Volkszeitung*. Os jornais democráticos são os mais bem feitos: *Vossische Zeitung*, *Berliner Tageblatt*, *Berliner Börsen-Karier*, *Frankfurter Zeitung*. Os social-democratas têm um jornal humorístico: *Lachen links* ("Riso à esquerda").

Um manual de jornalismo. ALBERT RIVAL, *Le journalisme appris en 18 leçons*, Albin Michel, 1931, 3,50 Frs. Em quatro partes: 1) História do jornalismo: Origens do jornalismo. Os grandes jornalistas. 2) Como se faz um jornal:

Redação-Impressão: composição, revisão, paginação, clichéria, tiragem. 3) *Qualidades* exigidas a um *jornalista*: Que é um jornalista? Aptidões exigidas. Qualidades exigidas. A mulher pode aspirar ao jornalismo? 4) O estilo *do* jornalista: Estilo em geral. Gêneros de estilo. Da composição. A descrição. Como não se deve escrever. O artigo de informação. A grande reportagem: como é feita. O artigo de fundo. O artigo polêmico. Organização de um jornal.

Esquema elementar e defeituoso. Falta a referência aos diversos tipos de jornal.

Jornalismo. Cf. LUIGI VILLARI, "Jornalismo britânico de ontem e de hoje", Nuova Antologia, D de maio de 1931.

IV

Apêndice

Lorianismo

*Sobre alguns aspectos deteriorados e bizarros da mentalidade de um grupo de intelectuais italianos e, portanto, da cultura nacional (**desorganicidade**, ausência de espírito crítico sistemático, negligência no desenvolvimento da atividade científica, ausência de centralização cultural, debilidade e indulgência ética no campo da atividade científico-cultural, não adequadamente combatidos e rigorosamente condenados: **irresponsabilidade**, portanto, em face da formação da cultura nacional), aspectos que podem ser descritos sob o título geral de "lorianismo".*

Registro dos principais "documentos", nos quais se encontram as principais "bizarrias" de Aebile Loria (recordados de memória: existe agora a Bibliografia de Achite Leria,

compilada por Luigi Einaudi, suplemento ao nº 5, setembro-outubro de 1932, da- *Riforma Sociale*).

A lista não é completa, evidentemente, e talvez faltem "bizarrias" bem mais significativas do que as recordadas. O trabalho de Einaudi é também significativo, pois valoriza a "dignidade" científica de Loria, e coloca necessariamente diante do leitor-jovem contemporâneo todos os escritos de Loria num mesmo "plano", incentivando a fantasia graças à grande quantidade do "trabalho" feito por Loria: 884 títulos nestes tempos de civilização "quantitativa". Einaudi merece, por este seu trabalho, ser inscrito ad *honrem* na lista dos lorianos; ademais, deve-se notar que Einaudi, como organizador de movimentos culturais, é responsável pelas "bizarrias" de Loria e, a respeito deste problema' particular, dever-se-ia escrever uma nota.

Os referidos "documentos" principais são:

I) "As influências sociais da aviação (Verdade e fantasia)", in *Rassegna Contemporanea* (dirigida por Colonna de Cesare) e por V. Picardi), Roma, III fascículo, 19 de janeiro de 1910, págs. 20-28, republicado no vol. II de *Pela justiça social* (Idéias, batalhas e apóstolos), que tam como título próprio *Na aurora de um século* (1904-1915), Milão, Sociedade Editora Livraria, 1915, in 89, 522 págs. Ao que me parece, não existe na publicação da *Rassegna Contemporanea* o subtítulo *Verdade e fantasia*: dever-se-ia ver se a reimpressão em livro apresenta modificações no texto. Esse artigo é todo ele uma obra-prima de "bizarrias": aí se encontra a teoria da emancipação operária da coerção do salário da fábrica não mais obtida por meio da "terra livre", mas por meio dos aeroplanos que oportunamente untados de visgo -- permitiriam a evasão da presente sociedade graças à nutrição assegurada pelos pássaros presos no visgo; uma teoria sobre a queda do crédito bancário, sobre o desencadeamento dos excessos sexuais (adultérios sem punição, seduções, etc.); sobre a morte sistemática dos porteiros por causa da queda de binóculos; um resumo da teoria, desenvolvida alhures, sobre o grau de moralidade de acordo com a altitude do nível do mar, com a proposta prática de regenerar os delinquentes levando-os às altas camadas atmosféricas em imensos aeroplanos (corrigindo assim uma anterior proposta de construir os presídios em montanhas eleva-

das), etc. Este artigo, dada a amenidade do conteúdo, pode se tomar "livro de texto negativo" numa escola de lógica formal e de bom senso científico.

2) Uma conferência pronunciada em Turim durante a guerra e publicada logo após na *Nueva Antologia*?

Loria falou da "dor universal" de um modo muito "bizarro", como se revela pelo fato de que o único documento concreto por ele exibido a fim de demonstrar uma lei universal da dor foi a lista de quanto custa a claque aos atores de teatro, segundo uma estatística elaborada por Reina (conseqüentemente: monstruosa dor dos atores). E verdade que, de acordo com seu método habitual, Loria fez entrever a parte positiva do problema, afirmando seriamente que a natureza providencial cria uma defesa e um antídoto contra o envenenamento universal da dor, como se revela pelo fato de que os pobres obrigados a pernoitar no ar livre e na calçada nua têm a pele mais grossa do que os homens que dormem em plumas macias.

3) Artigo: "Porque os venezianos não duplicam e os valtelinenses triplicam"?

O artigo fora enviado por Loria ao Comitê triestino para homenagear Attilio Hortis no cinquentenário de sua atividade literária; o Comitê não podia inserir o artigo na *Miscelânea*, por causa de sua ridícula tolice, mas tampouco quis desrespeitar Loria, que era em Trieste um expoente "ilustre" da ciência italiana. Assim, comunicou-se a Loria que sua "contribuição" não podia ser publicada na *Miscelânea*, já impressa na tipografia, mas que seria publicada pelo (periódico) literário II *Palvese*. O estrato catalogado por Einaudi é do *Palvese*, de onde se deveria exumá-lo por curiosidade. O artigo expõe um aspecto (o lingüístico) da doutrina lo-

Na *Bibliografia* de Einaudi, no nº 222, é citada uma conferência, "A piedade de ciência", pronunciada em 13 de dezembro de 1915 em benefício dos hospitais territoriais da Cruz Vermelha de Turim, e publicada em *Conférence e Prolusioni*, IX, nº 1, e que pode ser aquela à qual nos referimos.

Einaudi cita-o no n.º 097 e, após o título, acrescenta: "em *Miscelânea de estudos em honra de Anillo Hortis*", anotando: "Há a separata, maio de 1909, 2 vols., 1.050 págs., com fotografias, não se encontra num folheto re uma coluna, mas na *Miscelânea*, editada em Trieste, este artigo".

riana sobre a influência da "altitude" no desenvolvimento da civilização (o que demonstra, entre outras coisas, que não falta em Loria espírito de sistema e uma certa coerência, e que, portanto, suas "bizarrias" não são casuais e devidas a impulsos de diletantismo improvisador, mas correspondem a um substrato "cultural" que aflora continuamente): os montanheses, moralmente mais puros, fisicamente mais robustos, "triplicam" as consoantes; a gente das planícies, pelo contrário (e pior ainda se se trata de populações que estão ao nível do mar, como os venezianos), além de moralmente depravada, é também fisicamente degenerada e não consegue nem sequer "duplicar". Loria recorre ao "testemunho da própria consciência" e afirma que, quando doente, não consegue pedir à camareira mais do que uma simples tazza⁴ de sopa.

4) O **prefácio** à 14 edição de uma das primeiras obras "científicas" de Loria, no qual ele fala de sua aula inaugural na Universidade de Siena, e da impressão causada no público acadêmico pela exposição de suas "originais" doutrinas materialistas: aí se encontra mencionada sua teoria da conexão entre "misticismo" e "sífilis". (Por "misticismo", Loria entende todas as atitudes que não são "positivistas" ou materialistas em sentido vulgar.) Sobre este assunto, cita-se um artigo na *Bibliografia*: "Sensualidade e misticismo", in *Rivista Popolare*, XV, 15 de novembro de 1909, págs. 577-578.

5) "Documentos posteriores em apoio do economicismo histórico", na *Riforma Sociale* de setembro-outubro de 1929.

Estes cinco "documentos" são os mais vistosos que recordo neste momento: mas deve-se recordar que, no caso de Loria, não se trata de algum caso de "adormecimento" intelectual, ainda que com recaídas nos mesmos delírios: trata-se de um filão "profundo", de uma continuidade bastante sistemática que acompanha toda sua carreira literária. Nem se pode negar que Loria seja um homem de talento e que tenha juízo. Em toda uma série de artigos, as "bizarrias e exóticos" aparecem aqui e ali, extemporaneamente, mas existem as de um certo tipo, isto é, ligadas a determinadas "conexões de pensamento". Por exemplo, vê-se a teoria "al-

^a Taça, em italiano, escreve-se com dois zz, isto é, com dupla consoante. (N. do T.).

timétrica" aparecer na questão "carcerária" e na "lingüística". Assim, num artigo publicado na *Prora*, que saía em Turim durante a guerra (dirigida por um certo Cipri-Romanó, jornaleco um pouco desonesto, certamente de baixa especulação às margens da guerra e do antiderrotismo), dividiam-se os protagonistas da guerra mundial em *místicos* (Guilherme e Francisco José, ou Carlos) e *positivistas* (Clemenceau e Lloyd George) e falava-se do fim do tzarismo como de um destino antimístico (no mesmo número da *Prora*, apareceu "II vipistrello disfattista" de Esuperanzo Ballerini). Rica de elementos cômicos é a poesia "Al mio bastone — Nel XXXV anno di possesso", in *Nuova Antologia* de 16 de novembro de 1909.

O "adocicamento literário" notado por Croce é um elemento secundário do desequilíbrio lorianiano, mas tem uma certa importância: 1) porque se manifesta continuamente; 2) porque a imagem e a ênfase literárias conduzem mecanicamente Loria ao grotesco, como nos seiscentistas, e são a origem imediata de algumas "bizarrias". Outro elemento deste gênero é a pretensão infantil e sem critérios a uma "originalidade" intelectual a todo custo.

Não falta em Loria, além do "grande oportunismo", também uma notável dose de "pequeno oportunismo" da mais baixa extração: recorde-se, a propósito, de dois artigos quase similares, publicados a breve distância de tempo na *Gazzeta del Popolo* (ultra-reacionária) e no *Tempo* de Pippo Naldi (então nittiano), nos quais a imagem de Macaulay era elaborada, em cada um deles, num sentido diametralmente oposto.

A respeito das observações de Croce sobre a doutrina lorianiana dos "servos desocupados" e de sua importância na sociologia lorianiana, deve-se recordar uma crônica da *Gazzeta del Popolo* de 1918 (ou dos anos subseqüentes, mas antes de 1921), na qual Loria fala dos intelectuais como dos que conservam de pé a "escada de ouro" pela qual sai o povo, com advertências ao povo para que este conserve bons estes intelectuais, etc. etc.

⁴ Tratava-se da Rússia, e os artigos talvez sejam de 1918: sobre a Rússia, Loria escreveu no *Tempo* de 10 de março de 1918 e na *Gazette* de 1.º de maio do mesmo ano.

Loria não é um caso teratológico individual: pelo contrário, é o exemplar mais completo e acabado de uma série de representantes de uma certa camada intelectual de um determinado período histórico; em geral, daquela camada de intelectuais positivistas que se ocuparam da questão operária e que estavam mais ou menos convencidos de terem aprofundado, revisto e superado a filosofia da praxis.

Mas deve-se notar que cada período tem o seu Iorianismo mais ou menos completo e perfeito, e que cada país tem o seu: o hitlerismo revelou que a Alemanha alimentava, sob o aparente domínio de um grupo intelectual sério, um Iorianismo monstruoso que rompeu a crosta oficial e se difundiu como concepção e método científico de uma nova "oficialidade". Que Loria pudesse existir, escrever, elucubrar e publicar a suas expensas livros e livrações, nada de estranho; existem sempre os descobridores do movimento perpétuo e os párcos que publicam continuações de *Jerusalém Libertada*. Mas que ele se tenha tornado um pilar da cultura, um "mestre", e que tenha encontrado "espontaneamente" um imenso público, eis algo que nos leva a refletir sobre a debilidade, mesmo em épocas normais, dos obstáculos críticos que, não obstante, existiam: deve-se pensar como, em épocas anormais, de desencadeamento de paixões, seja fácil aos Loria -- apoiados por forças interessadas -- superar todos os obstáculos e apodrecer por décadas um ambiente de civilização intelectual ainda débil e frágil.

Tão-somente hoje (1935), após as manifestações de brutalidade e de ignominia inauditas da "cultura" alemã dominada pelo hitlerismo, alguns intelectuais tomam consciência de quanto era frágil a civilização moderna -- em todas suas expressões contraditórias, mas necessárias em sua contradição -- que tivera suas origens no primeiro Renascimento (depois do ano mil) e se impusera como dominante através da Revolução Francesa e do movimento de idéias conhecido como "filosofia clássica alemã" e como "economia clássica inglesa". Daí a crítica apaixonada de intelectuais como Georges Sorel, como Spengler, que enchem a vida cultural de gases asfixiantes e esterilizadores.

O *senhor* Netuno. No início desta série de notas sobre o Iorianismo, poderá ser citada a novela narrada pelo barbeiro nos primeiros capítulos da segunda parte de *Don Quixote*: o louco que recorre ao bispo para ser libertado do hospício, afirmando -- numa carta razoabilíssima -- ser sadio e, portanto, mantido arbitrariamente segregado do mundo; o arcebispo envia uma pessoa de sua confiança, que se convence de estar realmente em face de um homem de mente sadia, até que -- quando o pretense sadio se despede dos seus amigos do hospício -- ocorre a catástrofe. Um louco, que afirma ser Júpiter, ameaça, se o amigo for embora, de não mais fazer chover sobre a terra; o amigo, temendo que o enviado do bispo recue de seu propósito de libertá-lo, diz: "Não se aflija, porque se de é Júpiter e não quer que chova, eu sou Netuno e mandarei chover tanto quanto me der na gana". -- Pois bem, estas notas dizem respeito, precisamente, a escritores que -- em um ou em muitos instantes de sua atividade científica -- demonstraram ser o "senhor Netuno".

A altimetria, os bons costumes e a inteligência. Na "utopia" de Ludovico Zuccolo, *Il Belluzzi o la città Felice*, reimpresso por Amy Bernardy nas "Curiosidades Literárias" da Editora Zanichelli (que não é precisamente uma utopia, pois se fala da República de San Marino), faz-se referenda à teoria Ioriana das relações entre altimetria e costumes humanos. Zuccolo acredita que "os homens de Animo modesto ou de cérebro obtuso unem-se mais facilmente para cuidar dos negócios comuns": esta seria a razão da solidez das organizações de Veneza, dos suíços e de Ragusa; já os homens de natureza vivaz e aguda, como os florentinos, são levados ao domínio ou "a se ocuparem com interesses privados sem se ocuparem absolutamente com os públicos". Como então explicar que os habitantes de San Marino, de natureza vivaz e aguda, tenham conservado todavia, durante tantos séculos, um governo popular? A razão está no fato de que, em San Marino, a rarefação do ar -- que torna os corpos bem compostos e vigorosos -- produz também "espíritos puros e sinceros". L verdade que Zuccolo fala também de motivos econômicos, isto é, da mediocridade das riquezas individuais, pelo que o mais rico tem "pouca vantagem" e ao mais pobre

não falta nada. Esta igualdade é assegurada por boas leis: proibição da usura, inalienabilidade da terra, etc.

Zuccolo escreveu uma "Utopia" propriamente dita: *La Repubblica* di Evandria, situada numa península nos antípodas da Itália, que -- segundo Gargáno ("Um utopista de sentido prático", em *Marzocco* de 2 de fevereiro de 1930) -- teria ligações com a Utopia de Thomas Mortis e teria originado *Il Belluzzi*.

A respeito das teorias "altimétricas" de Loria, poder-se-ia recordar, para rir, que — segundo Aristóteles — "as acrópotes são oportunas para os governos oligárquicos e tirânicos, e as planícies para os governos democráticos".

Atividades improdutivoas. Em 12 de dezembro de 1931, no apogeu da crise mundial, Achile Loria discute no Senado a respeito de uma sua indagação, a saber, se o Ministério do Interior "não considera oportuno evitar os espetáculos de equilibrismo, que não preenchem nenhuma função educativa, e que são com muita frequência oportunidade de acidentes mortais". Pela resposta do Deputado Arpinati, parece que "os espetáculos de equilibrismo fazem parte daquelas atividades improdutivoas que o Senador Loria analisou no *Tratado de Economia*"; a questão, portanto, segundo Loria, poderia ser uma contribuição para a solução da crise econômica. Poder-se-ia fazer ironia barata sobre os espetáculos de equilibrismo do próprio Loria, que não lhe causaram até agora nenhum acidente mortal.

Lorianos. Juntamente com Loria, deve-se examinar Enrico Ferri e Lombroso-Arturo Labriola. O próprio Turati poderia proporcionar uma certa dose de observações e anedotas. Deve-se ver, em outro campo, Luzzatti. Guglielmo Ferrero. Corrado Barbagallo (em Barbagallo, as manifestações "lonanas" são talvez mais ocasionais e episódicas: não obstante, seu escrito sobre o capitalismo antigo, publicado na *Nuova Rivista Storica* de 1929, é extremamente sintomático, com a apostila um pouco cómica do Prof. G. Sanna, que se segue ao artigo). Muitos documentos do "lorianismo em sentido

amplo podem ser encontrados na *Critica*, na *Voce* e na *Unità* florentina.

Enrico Ferri. O modo de julgar a música e Verdi por Enrico Ferri é contado originariamente por Croce, nas *Conversações Críticas*:⁶ "Noto naquela (*memória*) sobre o centenário de Leopardi uma felicíssima invectiva contra os críticos literários da chamada escola lombrosiana: invectiva que, ademais, parece-me atualmente supérflua, tendo eu escutado há algumas semanas -- um destes solenes críticos, Enrico Ferri, numa comemoração de Zola ocorrida em Nápoles, declarar o seguinte sobre a questão de se Verdi é ou não um génio: que ele, Ferri, não entendendo nada de música, ou seja, não estando exposto às seduções do fascínio daquela arte, podia por isso pronunciar a respeito 'um juízo sincero em sua objetividade' e afirmar, com consciência tranqüila, que Verdi é um 'talento' e não um 'génio'; tanto é assim que ele costuma manter em perfeita ordem as contas da economia doméstica!" A anedota foi contada também de outra forma, ou seja, que Ferri se considerava o mais capaz de julgar objetiva e desapaixonadamente qual dos dois era um grande génio, Wagner ou Verdi, precisamente porque não entendia absolutamente nada de música.⁶

Guglielmo Ferrero. Recordar os despropósitos contidos nas primeiras edições de alguns de seus livros de história: por exemplo, uma unidade de medida persa considerada como se fosse uma rainha, de quem se escreve a biografia romancada, etc. E o mesmo que, se daqui a mil anos, numa época de puritanismo, se descobrisse uma marca de aldeia com sua

⁶ Série II, pá. 314, num pequeno capítulo sobre *Recordações e a etos*, de Alessandra d'Ancona, publicados por Treves em 1906 e que apareceu na *Critica* dos primeiros anos.

⁶ Pode ser que a conferência de Ferri sobre Zola, na qual está contida a afirmação da "objetividade" baseada na ignorância, seja o escrito "Emile Zola, artista e cidadão", incluído no volume: *Os delinquentes na arte e outras conferências*, publicado pela União Tipográfica Ed. Turinense, em 1926. No volume, poder-se-á talvez encontrar outros temas "lorianos" não menos característicos que o "musical". No volume, ademais, estão contidos escritos que terão significado para outras rubricas, como *Recordações de fonwlismo* e *A ciência e a vida no Século XIX*.

"Regia Gabella" e a imagem de moça com o cachimbo na boca se tomasse uma "Regina [Rainha] Gabella", receptáculo de todos os vícios. Ademais, Ferrero não mudou: em seu livro *Fim das aventuras*, que é de 1930, parece-me, acredita-se ser possível voltar à "guerra das rendas" e se exalta a arte militar dos cavaleiros.

Credaro-Luzzatti. Recordar o episódio parlamentar Credaro-Luzzatti. Havia sido proposta uma cátedra especial na Universidade de Roma de "filosofia da história", por Guglielmo Ferrero (em 1911 ou 1912). O Ministro Credaro, entre outros, justificou a "filosofia da história" (contra Croce, que falara no Senado contra a cátedra) alegando a importância que os filósofos haviam tido no desenvolvimento da história, citando como exemplo... Cícero. Luzzatti concordou gravemente: "A verdade, é verdade!".

Turati. O discurso parlamentar sobre as "assalariadas do amor". Discurso desonroso e abjeto. Os traços do "mau gosto" de Turati são numerosos em suas poesias.

Alberto Lumbroso. Lumbroso deve ser incluído na série lorianiana, mas noutro campo e sob outro ponto de vista.

Poder-se-ia fazer uma introdução geral à rubrica, a fim de demonstrar como Loria não é uma exceção, em seu campo, mas trata-se de um fenômeno geral de deteriorização cultural, que teve talvez no campo "sociológico" sua expressão mais vistosa. Assim, devem ser recordados Tomaso Sillani e sua "casa das partes", a "borracha de Vallombrosa" de Filippo Carli, do qual é notável também um grande artigo na *Perseveranza* de 1918-19 sobre o próximo triunfo da navegação a vela sobre a navegação a vapor; a literatura econômica dos protecionistas de tipo antigo é cheia destas preciosidades, que tiveram muitos continuadores mesmo em épocas mais recentes, como se pode ver nos escritos de Belluzzo sobre as possíveis riquezas ocultas nas montanhas italianas e sobre o desencadeamento de simplicidade provocada pela primeira campanha em favor do ruralismo e do artesanato.

Estes elementos genéricos e marginais do "lorianismo" poderiam servir para tomar o assunto agradável. Poder-se-ia recordar como caso limite e absurdo, pois pertencente à técnica clínica patológica, a candidatura de Lenzi ao IV colégio de Turim, em 1914, com o "aerocisne", o "filopresentaneísmo" e a proposta de cortar as montanhas italianas, que ocupam muito espaço, a fim de transportar o seu material para a Líbia e fertilizar assim o deserto (porém, ao que me parece, também Kropotkin, na "luta pelo pão", propõe diminuir as calçadas para ampliar a área cultivável).

O caso de Lumbroso é muito interessante, porque seu pai (Giacomo) era um erudito de grande nível; mas a metodologia da erudição (e da seriedade científica), ao que parece, não se transmite de geração em geração e nem mesmo pelo contato intelectual mais assíduo. Deve-se indagar, no caso de Lumbroso, como é que seus dois imensos volumes sobre as Origens diplomáticas e políticas da guerra puderam ser acolhidos na coleção Gatti: a responsabilidade do sistema é, neste caso, evidente. O mesmo vale para Lona 'e a *Riforma Sociale*, para L. Luzzatti e o *Corriere della Sera*. Sobre Luzzatti, deve-se recordar o caso do "fioretto" de São Francisco, publicado como inédito pelo *Corriere* (de 1913, parece-me, ou de antes), com um imenso comentário econômico próprio de Luzzatti, que pouco antes havia publicado uma edição dos Fioretti na Coleção Notari; o chamado inédito era uma variante enviada a Luzzatti por Sabatier. (Frasas famosas de Luzzatti, como "Quem sabe é o bacalhau", num artigo do *Corriere*, que foi a origem casual do livro 'de Bachelli.)

Roberto Ardigô e a filosofia da praxis. G. Marchesini coleta uma parte dos escritos de ocasião^o tanto da época em que Ardigô era padre (por exemplo, uma interessante polémica com Luigi De Sanctis, padre católico que abandonou a batina e se tomou um dos propagandistas mais verbosos e acríticos do evangelismo), quanto da época posterior ao abandono da batina pelo próprio Ardigô e de seu

⁷ Cf. o volume *Escritos vários*, coletados e ordenados por GIOVANNI MARCHE4nir, Florença, Le Monnier, 1922.

pontificado positivista — que o próprio Ardigó ordenara e dispusera para publicação. Estes escritos podem ser interessantes para um biógrafo de Ardigó e para estabelecer com exatidão suas tendências políticas; mas, em grande parte, são velharias sem nenhum valor e pessimamente escritas.

O livro é dividido em várias seções. Entre as polêmicas (1+ seção) é notável a contra a maçonaria, escrita em 1903; Ardigó era antimaçom e em forma vivaz e agressiva. Entre as cartas (4+ seção), é interessante a que foi dirigida à *Gazzetta di Mantova* a respeito da peregrinação ao túmulo de Vittorio Emanuele II (na *Gazzetta di Mantova* de 29 de novembro de 1883). Ardigó aceitara fazer parte de um comitê promotor da peregrinação. "A peregrinação, porém, não agradava a muitos revolucionários impacientes, que acreditavam que eu pensasse como eles e que, portanto, renegasse a minha crença político-social com a referida adesão. E, deste modo, expressaram-se privada e publicamente com as mais ferozes invectivas contra mim". As cartas de Ardigó são enfáticas e altissonantes: "Ontem, porque supunham fazer-me passar por um dos seus, o que jamais fui (e eles sabem ou devem sabê-lo), proclamaram-me, com louvações que me davam nojo, o seu mestre; e isto sem entender-me, ou entendendo-me deformadamente. Hoje, porque não me encontram disposto a prostituir-me aos seus objetivos parricidas, querem puxar a minha orelha para que escute e aprenda a lição que (muito ingenuamente) pretendem me recitar. Oh! quanta razão tenho em dizer com Horacio: *Odi prolanun valgus et arceol*"

Numa carta posterior (de 4 de dezembro de 1883) ao *Bacchiglione*, jornal democrático de Padua, escreve: "Como sabeis, fui amigo de Alberto Mario; venero-lhe a memória e acalento com toda minh'alma aquelas idéias e sentimentos que tive em comum com ele. E, por conseguinte, repudio sem hesitações as baixas facções anárquicas anti-sociais... Este meu repúdio, tenho-o sempre expressado de modo muito claro. Há alguns anos, numa reunião da Sociedade da Igualdade Social de Mantua, assim falei: 'A síntese das vossas tendências é o ódio, a síntese da minha é o amor; por isso, não estou convosco'. Mas continuava-se a querer afirmar minha solidariedade com o socialismo anti-social de Mantua. Foi por isso que me senti no dever de protestar, etc.". A carta

foi republicada na *Gazzetta di Mantova* (de 10 de dezembro de 1883; a *Gazzetta* era um jornal conservador de extrema-direita, então dirigido por A. Luzio), com um outro final violentíssimo, pois os adversários lhe haviam recordado o sacerdócio, etc.

Em julho de 1884, ele escreve a Luzio: "Nada me impediria de concordar" com a proposta que lhe fora feita de entrar na lista moderada para as eleições comunais de Mantua. Escreve também que acredita ser Luzio "mais radical que muitos dos auto-intitulados democratas... Muitos se dizem democratas e não são mais do que tolos rufiões...". Em junho-agosto de 1883, contudo, ele se servia do jornal socialista de Imola, *Il Moto*, para responder a uma série de artigos anônimos publicados pela liberal (fora conservadora) *Gazzetta dell'Emilia* de Bolonha, na qual se afirmava ser Ardigó um liberal de data recente, além de desancá-lo brilhantemente, ainda que com evidente má-fé polêmica. O *Moto* de Imola, "naturalmente", defende Ardigó de armas na mão e o exalta, sem que Ardigó busque diferenciar-se das posições do jornal.

Entre os pensamentos, todos triviais e banais, destaca-se aquele sobre o materialismo histórico (pág. 271), que se deve colocar indubitavelmente ao lado do artigo sobre a Influência social do aeroplano de Loria. Eis o pensamento completo: "Com a Concepção *materialista* da História, pretende-se explicar uma formação natural (!), que dela (sic) depende só em parte e só indiretamente, negligenciando outros coeficientes essenciais. Explico-me. O animal não vive, se não tem seu alimento. E pode obtê-lo, porque nele nasce o sentimento da fome, que o leva a buscar o alimento. Mas num animal, além do sentimento da fome, produzem-se muitos outros sentimentos, relativos a outras operações, os quais também atuam no sentido de fazê-lo operar. Com a alimentação, conserva-se um dado organismo, que tem especiais aptidões, que variam de espécie a espécie. Uma queda d'água faz mover um moinho, que produz a farinha, e faz mover um tear, que produz um tapete. De modo que, para o moinho, além da queda d'água, é necessário o grão para moer; e, para o tear, as linhas para tecer conjuntamente. Mantendo-se com o movimento um organismo, o ambiente — com suas importações de outro género (!?) -- determina, como dissemos,

muitos funcionamentos, que não dependem diretamente da alimentação, mas da estrutura especial do aparelho funcionante, por um lado, e da ação (ou seja, da nova importação) do ambiente, por outro. Um homem, portanto, por exemplo, é incitado em vários sentidos. E, em todos eles, irresistivelmente. É incitado pelo sentimento da fome, é incitado por outros sentimentos, produzidos em razão da sua estrutura espedal e das sensações e idéias que a ação externa fez nascer nele, e pela domesticação recebida, etc. etc. (sic). Deve obedecer ao primeiro, **MAS DEVE OBEDECER TAMBÉM AOS OUTROS**, queira ou não queira. E os equilíbrios que se formam entre o impulso do primeiro e o destes outros, pela resultante da ação, revelam-se muito diversos, de acordo com uma infinidade de circunstâncias, que fazem jogar mais um que outro dos sentimentos incitadores. Numa manada de porcos, a primazia cabe ao sentimento da fome; já numa população de homens, as coisas são muito diferentes, pois estes têm outras preocupações além da de engordarem. No próprio homem, o equilíbrio se diversifica de acordo com as disposições que podem atuar nele e, portanto, com o sentimento da fome, o ladrão rouba e o cavaleiro trabalha: possuindo o que lhe é necessário para saciar a fome, o avaro busca ainda o não-necessário, enquanto o filósofo contenta-se com isto e dedica seu trabalho à ciência. Portanto, o antagonismo pode ser de tal monta que atuam primariamente os sentimentos diversos do da fome, até fazê-lo calar completamente, até se chegar a suportar a morte, etc. etc. (sic). A força, onde está e age o animal, é a da natureza, que o domina e o leva a agir em múltiplos sentidos, transformando-se de modo variado em seu organismo. Suponhamos que a concepção materialista da história, ao invés de dever se reduzir à razão econômica, se reduzisse à luz do sol. A luz do sol entendida de tal modo, que também a ela se pudesse referir o fato da idealidade impulsiva do homem".

O trecho foi publicado pela primeira vez em um número único (impresso talvez pelo *Jornal da Itália*), em benefício da Cruz Vermelha, em janeiro de 1915. É interessante não só para demonstrar que Ardigò jamais se preocupou em informar-se diretamente sobre o assunto tratado, e não havia lido mais do que um artiguinho de algum jornaleco, como também porque serve para documentar as estranhas opiniões

difundidas na Itália sobre a "questão do ventre". Por que somente na Itália se difundira esta estranha interpretação "ventriolesca"? Ela não pode deixar de ser ligada aos movimentos para a fome; mas, deste modo, a acusação de "ventrismo" é mais humilhante para os dirigentes que a faziam do que para os governados que realmente tinham fome. E, apesar de tudo, Ardigò não era o primeiro.

Graziadei e o Eldorado. Cf. no opúsculo de Graziadei, *Capital e Salários*, a cômica resposta à nota de Croce sobre o Eldorado graziadeiano, quase trinta anos depois. A resposta, cômica, mas não desprovida de uma boa dose de jesuitismo político (croceanismo tardio de um certo grupelho de personagens laschianos — Lasca dizia que o homem é um pedaço de bosta sobre dois gravetos), foi determinada indubitavelmente pelo ensaio publicado em 1926, pela *Unter und Banner*, sobre "Preço e superpreço", que se iniciava precisamente com a citação da nota croceana.

O motivo do Eldorado indicado por Croce em Graziadei possui um certo interesse geral, pois serve para desenterrar uma corrente subterrânea de romantismo e de fantasias populares, alimentada pelo "culto da ciência", pela "religião do progresso" e pelo otimismo do Século XIX, que foi também uma forma de ópio. Neste sentido, deve-se observar se não foi legítima e de ampla importância a reação de Marx, que -- com a lei tendencial da queda da taxa de lucro e com o chamado catastrofismo -- lançava muita água na fogueira; deve-se observar também em que medida a "opiomania" impediu uma análise mais cuidadosa das proposições de Marx.

Estas observações nos reportam à questão da "utilidade" ou não de uma exposição do lo^ganismo. A parte o fato de um julgamento "desapaixonado" da obra global de Loria e da aparente "injustiça" que consiste em destacar apenas as manifestações exageradas de seu talento, existe ainda — para justificar estas notas -- uma série de razões.

^a Seria interessante investigar, na produção literária de Graziadei, as possíveis referências a Croce: ele jamais respondeu a Croce, mesmo indiretamente? Não obstante, a pancada fora forte! De qualquer modo, o to à autoridade científica de Croce, expresso com tanta unção trinta anos, é verdadeiramente cômico.

Os "autodidatas", notadamente, são inclinados, pela ausência de uma disciplina crítica e científica, a brincar de Eldorados e de soluções fáceis para todos os problemas. Como reagir? A melhor solução seria a escola, mas é solução a longo prazo, particularmente por causa das grandes massas de homens que se deixam levar pela opiomania. Deve-se, -entretanto, destruir a "fantasia" mediante tipos "grandiosos" de exceção intelectual, criar a aversão "instintiva" pela desordem intelectual, acompanhando-a com o senso do ridículo: isto pode ser obtido, como se viu experimentalmente em outros campos, inclusive com uma certa facilidade, pois o bom senso -- despertado por um oportuno peteleco -- aniquila quase fulminantemente os efeitos do ópio intelectual. Esta aversão é ainda pouco, mas já é premissa necessária para instaurar uma indispensável ordem intelectual: por isso, o meio pedagógico indicado tem sua importância.

Recordar alguns episódios típicos: A Interplanetária de 1916-17, de Rabezzana — o episódio do "movimento perpétuo" em (parece-me) 1925. Figuras como Pozzoni di Como e outras, que resolviam tudo partindo do aluguel da casa; etc. (Ademais, um episódio clamoroso foi o da "Baronata", que ofereceu um motivo ao *Diavolo al Puntelungo* de Bacchelli).

A falta de sobriedade e de ordem intelectual é muito freqüentemente acompanhada pela desordem moral. A questão sexual traz, com suas fantasias, muita desordem: pouca participação das mulheres na vida coletiva, atração de meretrizes para iniciativas sérias, etc. (recordar o episódio narrado por Cecilia De Tourmay, que é verossímil, mesmo que seja inventado). Em muitas cidades, notadamente meridionais, nas reuniões femininas, organizadas com muito esforço, apareciam de repente os defensores do amor livre, com seus opúsculos neomalthusianos, etc., e devia-se fazer tudo de novo.

Todos os mais ridículos fantasistas, que em seus esconderijos de génios incompreendidos fazem descobertas brilhantíssimas e definitivas, atiram-se sobre todo movimento novo, persuadidos de poder vender suas tolices. Outrossim, todo colapso traz consigo desordem intelectual e moral. É necessário criar homens sóbrios, pacientes, que não se desesperem diante dos piores horrores e que não se exaltem em

face de qualquer tolice. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade.

Alfredo Trombetti. Por muitos aspectos, ele pode ser incluído no lorianismo, com a advertência de que isso não significa um juízo global sobre sua obra, mas um simples registro de desequilíbrio entre a "logicidade" e o conteúdo concreto de seus estudos.

Trombetti era um formidável poliglota, mas não um glotólogo; ou, pelo menos, seu glotologismo não se identificava com seu poliglotismo: o conhecimento material de inúmeras línguas tomava sua mão no que toca ao método científico. Ademais, era um iluminado: a teoria da monogênese da linguagem era a prova da monogênese da humanidade, com Adão e Eva na cabeça. Por isso, os católicos o aplaudiram e ele se tornou popular, isto é, foi "ligado" à sua teoria por um ponto de honra não científico, mas ideológico. Nos últimos tempos, obteve reconhecimentos oficiais e foi exaltado pelos jornais como uma glória nacional, particularmente pelo anúncio feito a um Congresso Internacional de Linguística (de Haia, em princípios de 1928) sobre a decifração do etrusco. Ao que me parece, porém, o etrusco continua tão indecifrável como antes e tudo se reduz a mais uma tentativa fracassada.

Na *Nuova Antologia* de 16 de julho de 1928, publicou-se um artigo de Pericle Ducati, "O primeiro congresso internacional etrusco" (27 de abril-3 de maio de 1928), no qual se fala de um modo muito estranho, mas *up to date*, da "descoberta" de Trombetti. Na página 129, fala-se de "completa decifração do etrusco" graças sobretudo aos esforços de um italiano, de "Alfredo Trombetti". Na pág. 204, a "completa decifração" é reduzida todavia a "um passo gigantesco na interpretação do etrusco". A tese de Trombetti é a seguinte, já anunciada por ele na Convenção Nacional Etrusca de 1926: o etrusco é uma língua intermediária, juntamente com outros idiomas da Ásia Menor e pré-helênicos, entre o grupo caucásico e o grupo ário-europeu, com maiores afinidades com este último; por isso, o lênio — tal como aparece nas duas inscrições da famosa estrela — e o etrusco são quase idénticos. Esta tese faz parte do sistema geral de

Trombetti, que pressupõe estar provada a monogênese e, portanto, tem uma base fragilíssima. Mais ainda: pressupõe certa origem transmarina dos etruscos, e esta opinião (ainda que seja a mais difundida) tão é universal: Gaetano De Sanctis e Luigi Pareti defendem, pelo contrário, a origem transalpina, e não são estudiosos a desprezar.

No Congresso Internacional Etrusco, Trombetti passou a uma mais precisa determinação da gramática e à hermenêutica dos textos, esboço de seu livro *A lingua etrusca*, que saiu logo após. Teve grande sucesso. Contraditores, não entre os estrangeiros, nota Ducati, mas entre os nacionais, "honrando todavia o excepcional talento de Trombetti". "Um jovem e agora valoroso glotólogo, Giacomo Devoto, preocupou-se com o método, pois o rigor do método pareceu-lhe comprometido pelas investigações e pelos resultados de Trombetti". Neste ponto, Ducati faz uma série de considerações verdadeiramente brilhantes sobre o método da glotologia, contra Devoto, e conclui: "Olhemos, pois, para os resultados de Trombetti e esqueçamos as sutilezas". Já se viu, ademais, o que significa esquecer as sutilezas.

Nas ciências, em geral, o método é a coisa mais importante: além disso, em certas ciências, que devem basear-se necessariamente sobre um conjunto restrito de dados positivos, restrito e não homogêneo, as questões de método são ainda mais importantes, quando não são simplesmente tudo. Não é difícil, com um pouco de fantasia, construir hipóteses e mais hipóteses e dar uma brilhante aparência de logicidade a uma doutrina: mas a crítica destas hipóteses derruba todo o castelo de cartas e revela a vacuidade por baixo do brilhantismo. Trombetti descobriu um novo método? Esta é a questão. Este novo método faz progredir a ciência mais do que o método antigo, interpreta melhor? Nada disso.

Também aqui se revela como o nacionalismo introduz desvios danosos na valorização científica e, portanto, nas condições práticas do trabalho científico. Bartoli descobriu um método novo, mas ele não pode alardeá-lo, interpretando o etrusco; Trombetti, pelo contrário, afirma ter decifrado o etrusco, ter portanto resolvido um dos maiores e mais apaixonantes enigmas da história: aplausos, popularidade, ajudas econômica etc.

Ducati repete, aprovando, "o que lhe disse 'no Congresso um glotólogo "muito eminente": "Trombetti é uma exceção: ele se eleva muito acima de nós, e o que não nos parece lícito tentar, a ele é possível realizar." É acrescenta as opiniões muito profundas do paleontólogo Ugo Antonielli: para Antonielli, Trombetti é um "bom gigante que indica um caminho direto e seguro". E se, como argutamente (!) aduz o próprio Antonielli, nosso italianíssimo Trombetti, "para a supina sensibilidade de alguns, se chamasse Von *Trombetting* ou *Trombety*..." Já que a questão se colocava assim, é preciso convir que Devoto e outros opositores foram heróis e que existe algo sadio na ciência italiana. Ducati apóia esta tendência nacionalista na ciência, sem perceber as contradições em que cai: se Trombetti indicasse um caminho direto e seguro, teria precisamente renovado (ou desenvolvido) e aperfeiçoado o método, e então seria lícito que todos os estudiosos tentassem o que ele tentou. Das duas, uma: ou Trombetti está acima da ciência graças a seus dotes peculiares de intuição, ou indica um caminho para todos. "Curioso isto: entre os glotólogos reunidos em Florença. Trombetti mereceu o aplauso mais incondicionado entre os estrangeiros". Neste caso, por que Ducati refere-se ao Von *Trombetting*? Ou isto não quer dizer que a glotologia italiana é mais séria e avançada do que a estrangeira? Pode ocorrer precisamente o seguinte ao nacionalismo científico: não perceber as verdadeiras "glórias" nacionais e ser precisamente ele o escravo, o mais supino servo dos estrangeiros!

Trombetti e a monogênese da linguagem. A Nuova Antologia, que no artigo de Pericle Ducati acima referido exaltara a obra de Trombetti no sentido da interpretação do etrusco, publica -- no número de 14 de março de 1929 -- uma nota de V. Pisani, "Divagações etruscas", inteiramente contrária a Trombetti.

Pisani recorda, contra Trombetti, alguns cânones elementares para o estudo crítico da ciência das línguas:

1) O método puramente etimológico carece de consistência científica: a língua não é o puro léxico, erro comum e muito difundido. As palavras singulares tomadas abstratamente, ainda que muito semelhantes numa determinada fase

histórica, podem: a) ter nascido independentemente uma da outra: exemplo clássico, *mysterion* grego e hebraico, com o mesmo significado: mas em grego o significado é dado por *myst-* e *erion* é o sufixo dos abstratos, ao passo que em hebraico é exatamente o contrário: *erion* (ou *tenon*) é a radical fundamental, *myst-*(ou *mys-*) é o prefixo genérico. Assim também o *haben* alemão não tem a mesma origem de *habere* latino, nem to *call* inglês de xaxim grego ou de *calare* latino (chamar), nem *ännlich* alemão pode unir-se a *&v&aoyq* grego, etc.;⁹ b) podem ter sido importadas de uma língua para outra, em épocas relativamente pré-históricas; por exemplo: a América foi descoberta por Cristóvão Colombo "ape-nas" do ponto de vista da civilização européia em seu conjunto, isto é, Cristóvão Colombo fez com que a América entrasse na zona de influência da civilização européia, da história européia; mas isso não exclui, pelo contrário, que elementos europeus, ou de outros continentes, pudessem ter estado na América, inclusive em grupos relativamente consideráveis, e ter deixado "palavras", formas léxicas mais ou menos consideráveis; isto pode repetir-se no caso da Austrália e de qualquer outra parte do mundo; como então é possível afirmar, como o faz Trombetti, baseado em números relativamente escassos de formas léxicas (30-40), que tais formas sejam documentos da monogênese?

2) As formas léxicas e seus significados devem ser cotejados por fases históricas homogêneas das línguas em questão; para cada forma, por isso, deve-se "fazer" -- além da história fonológica -- também a história semântica e cotejar com os significados mais antigos.

Trombetti não respeita nenhum destes cânones elementares: a) contenta-se, nos cotejos, com significados genéricos afins, inclusive não muito afins (algumas vezes espichados de modo ridículo: lembro-me de um caso curiosíssimo, de um verbo de movimento ário-europeu cotejado com uma palavra de um dialeto asiático que significa "umbigo" ou abaixo dele, que deveria corresponder, segundo Trombetti, pelo fato de que o umbigo se "move" continuamente por

⁹ Littman publicou, na *Zeitschrift der Deutschen Morgenl. Cesellschaft*, LXXVI, págs. 270 ss., uma lista destas aparentes concordâncias para demonstrar o absurdo da etimologia anticientífica.

causa da respiração!); b) basta, para Trombetti, que nas palavras cotejadas se verifique a sucessão de dois sons consonantais semelhantes como, por exemplo, *t*, *th*, *cl*, *dh*, *s*, etc., ou *p*, *ph*, *f*, *b*, *bh*, *v*, *w*, etc.; desembaraça-se das outras consoantes eventuais considerando-as como prefixos, sufixos ou infixos.

3) O parentesco de duas línguas não pode ser demonstrado pela comparação, mesmo fundada, de um número (ainda que muito grande) de palavras, se faltam os temas gramaticais de natureza fonética ou morfológica (e mesmo sintática, ainda que em grau menor). Exemplo: o inglês, que é uma língua germânica, embora o léxico seja muito neolatino; o romeno, que é neolatino, ainda que tenha muitas palavras eslavas; o albanês, que é ilírico, ainda que o léxico seja grego, latino, eslavo, turco, italiano; o armênio, que contém muito irônico, persa arabizado, mas que continua a ser ário-europeu etc.

Por que Trombetti obteve tanta fama? 1) Naturalmente, tem méritos, antes de mais nada por ser um grande poliglota. 2) Porque a tese da monogênese é defendida pelos católicos, que vêem em Trombetti "um grande cientista de acordo com a Bíblia" e, portanto, colocam-no nas nuvens. 3) A vaidade nacional. Todavia, Trombetti é mais apreciado pelos profanos do que por seus colegas de ciência. Por certo, a monogênese não pode ser excluída a priori, mas não pode tampouco ser provada, ou pelo menos Trombetti não a provou "

O método acritico de Trombetti aplicado ao etrusco não podia, evidentemente, proporcionar resultados corretos. Sua interpretação pode ser colocada na série das muitas outras interpretações já dadas: "por acaso" poderia ser verdadeira, mas não se pode demonstrar esta verdade.

Os estudos *sobre os etruscos*. Cf. LUIGI PARED, "Nas vésperas do P Congresso Internacional Etrusco, Marzocco de 29 de abril de 1928, e PARETI, "Após o Congresso etrusco",

ra Recordar os epigramas de Voltaire contra o famigerado etimologista Ménage (Gilles, 1633-1692), sobre a etimologia *de alfana equa*, por exemplo.

Marzocco de 13 de maio de 1928, e "Concordâncias e discordâncias históricas arqueológicas no Congresso etrusco", Marzocco de 20 de maio de 1928.

A respeito das pesquisas lingüísticas, escreve Pareti no primeiro artigo: "Assegurados pela precisão dos textos transcritos e pela completicidade de nossa coletânea, poder-se-á reelaborá-los, de maneira não comum, no que concerne à lingüística. Pois é indispensável, agora, não só levar adiante as tentativas de interpretação, como proceder de modo histórico, isto é, considerando os termos léxicos e os fenômenos fonéticos no espaço e no tempo: distinguindo o antigo do recente, e determinando as diferenças dialetais de cada região. Fixada esta base histórico-lingüística, será mais fácil e seguro, tanto partir dos termos e dos fonemas mais antigos para cotejá-los com outras línguas que interessem por causa do problema dos parentescos originários, quanto, ao invés, partir de algumas peculiaridades dos dialetos etruscos em sua última fase para aproximar delas termos e fonemas dialetais atuais. Igualmente meticulosa há de ser, naturalmente, a pesquisa visando a desenterrar os vários estratos, utilizáveis historicamente, da toponomástica. Dado que, em teoria, para cada nome, deve-se estabelecer a época e o estrato étnico ao qual se relaciona, é indispensável que para cada um deles sejam recolhidos os mais antigos testemunhos, bem como registrada a forma inicial precisa, ao lado das posteriores deformações. E isto para evitar as perigosas comparações entre termos cuja incomparabilidade se pode demonstrar, ou pela real disformidade fonética, ou pela impossibilidade cronológica. De todo o material coletado, ademais, será oportuno redigir léxicos e cartas topográficas, de consulta fácil e perfeita".

Estes artigos de Pareti são muito bem feitos e dão uma idéia precisa das atuais condições dos estudos etruscos.

O capitalismo antigo e uma polêmica entre *modernos*. Pode-se expor, em forma de resenha crítico-bibliográfica, a chamada questão do capitalismo antigo. 1) Uma **comparação** entre as duas edições, a primeira em francês (posteriormente traduzida em algumas outras línguas européias), e a segunda, recente, em italiano, do livrinho de Salvioli sobre o Capi-

talismo *antigo*, com prefácio de G. Brindisi (ed, Laterza); 2) artigos e livros de Corrado Barbagallo (por exemplo, *O ouro e o fogo*, os volumes referentes à época clássica da *História Universal* que vai ser publicada pela *Utet* de Turim, etc.) e a polêmica ocorrida há algum tempo, sobre o assunto, na *Nuova Rivista Storica*, entre Barbagallo, Giovanni Sanna e Rodolfo Mondolfo.

Em Barbagallo, deve-se notar particularmente, nesta polêmica, o tom desencantado de quem sabe demais sobre as coisas deste mundo. Sua concepção do mundo é a de que nada é novo sob o sol, de que "todo o mundo é uma aldeia", de que "quanto mais se modificam as coisas, mais elas são as mesmas". A polêmica parece uma continuação farsesca da famosa "polêmica entre os antigos e os modernos". Mas esta polêmica teve uma grande importância cultural e uma significação progressista; foi a expressão da consciência difusa de que existe um desenvolvimento histórico, que então se entrara plenamente numa nova fase histórica mundial, completamente renovadora de todos os modos de existência, e tinha uma ponta envenenada contra a religião católica, a qual deve defender a teoria de que, quanto mais retrocedamos na história, tanto mais deveremos encontrar os homens perfeitos, pois mais próximos das comunicações do homem com Deus, etc.

Sobre isto, deve-se ver o que escreveu Antonio Labriola, no fragmento póstumo do livro não escrito *De um século a outro*, sobre a significação do novo calendário instaurado pela Revolução Francesa; entre o mundo antigo e o mundo moderno, jamais existira uma tão profunda consciência de separação, nem mesmo quando do advento do cristianismo.

A polêmica de Barbagallo, ao contrário, era justamente o oposto de progressista; tendia a difundir ceticismo, a retirar dos fatos económicos qualquer valor de desenvolvimento e de progresso. A análise desta posição de Barbagallo pode ser interessante, pois Barbagallo se declara ainda seguidor da filosofia da praxis (cf. sua polêmica com Croce na *Nuova Rivista Storica* de alguns anos atrás) e escreveu um opúsculo sobre este assunto na Biblioteca da Federação das Bibliotecas Populares de Milão. Mas Barbagallo liga-se por fortes vínculos intelectuais a Guglielmo Ferrero (e é um pouco lo-

dano). E curioso que seja professor de história da economia e se empenhe em escrever uma *História Universal* quem tem da história uma concepção tão pueril e superficialmente crítica; mas não seria de espantar se Barbagallo atribuisse este seu modo de pensar à filosofia da praxis.

G. A. Fanelli. Um livro que pode ser considerado como caso-limite teratológico da reação dos intelectuais de província às tendências "americanistas" de racionalização da economia é o de G. A. Fanelli (cujo semanário representa a extrema-direita reacionária na atual situação italiana): *O artesanato* — Síntese de uma economia corporativa, ed. Spes, Roma, 1929, in 80, págs. XIX-505, 30 Liras. A *Civiltà Cattolica* de 17 de agosto de 1929 publica uma resenha deste livro, na rubrica Problemas sociais (de P. Brucculeri). Deve-se notar que o padre jesuíta defende a civilização moderna (pelo menos em algumas de suas manifestações) contra Fanelli.

Trechos característicos de Fanelli, citados pela *Civiltà Cattolica*: "O sistema (do industrialismo mecanizado) apresenta o inconveniente de reabsorver, por via indireta, neutralizando-a, a maior parte das vantagens materiais que possa oferecer. Dos cavalos-vapor instalados, três quartos são utilizados nos transportes rápidos, tornados indispensáveis pela necessidade de evitar o apodrecimento causado pelas grandes concentrações de mercadorias. Da quarta parte restante, utilizada na produção de mercadorias, cerca de metade é empregada na produção das máquinas; deste modo, feitas as somas, de todo o enorme desenvolvimento mecânico que oprime o mundo com o peso de seu aço, não mais do que um oitavo dos cavalos instalados é empregado na produção das manufaturas e das substâncias alimentares" (págs. 205 do livro). "O italiano, temperamento assistemático, genial, criador, avesso às racionalizações, não se pode adaptar aquela metodicidade da fábrica, na qual só conta o rendimento do trabalho em série. Aliás, o horário de trabalho para ele torna-se puramente nominal, graças ao escasso rendimento que ele dá num trabalho sistemático. Espírito eminentemente musical, o italiano pode acompanhar com o canto seu trabalho

livre, obtendo desta recreação novas forças e inspirações. Mentalidade aberta, caráter vivaz, coração generoso, levado ao *atelier*... pode o italiano explicitar suas próprias virtudes criadoras, nas quais, por outro lado, apoia-se toda a economia do atelier. Sóbrio como nenhum outro povo, o italiano sabe realizar, na independência da vida de *atelier*, qualquer sacrifício ou privação para fazer frente às necessidades da arte, ao passo que -- mortificado em seu espírito criador pelo trabalho desqualificado da fábrica -- gasta o salário na aquisição de um esquecimento e de uma alegria que lhe abreviam a existência" (pág. 171 do livro).

No plano intelectual e cultural, o livro de Fanelli corresponde à atividade literária de certos poetas de província que ainda continuam a escrever continuações, em oitava rima, da *Jerusalém Libertada e Vitoriosa (Conquistada)*, para não falar de certa vaidade altiva e bufa. Deve-se notar que as "idéias" expostas por Fanelli tiveram, durante certo tempo, uma grande difusão, o que estava em curioso contraste com o plano "demográfico", por um lado, e com o conceito de "nação militar", por outro, pois é impossível pensar em canhões e encouraçados construídos por artesãos ou em motorização com carros de boi, bem como no plano de uma Itália "artesã" e militarmente impotente em meio a Estados altamente industrializados e bem aparelhados militarmente: tudo isto demonstra que os grupos intelectuais que expressavam estas lorianadas desprezavam, na realidade, não só a lógica, mas a vida nacional, a política e tudo mais.

Não é muito difícil responder a Fanelli. O próprio Brucculeri observa, corretamente, que o artesanato liga-se agora à grande indústria e dela depende: desta recebe matérias-primas semitrabalhadas e utensílios aperfeiçoados. Pode ser verdade que o operário italiano (em média) dê uma produção relativamente baixa: mas isto depende do fato de que, na Itália, o industrialismo -- aproveitando-se da massa crescente de desempregados (que só parcialmente a emigração conseguia eliminar) — tenha sido sempre um industrialismo de rapina que especulou com os baixos salários e negligenciou o desenvolvimento técnico; a proverbial "sobriedade" dos italianos é tão-somente uma metáfora para significar que não existe um padrão de vida adequado ao consumo de energia requerido pelo trabalho fabril **(e que há, portanto, bai-**

xos rendimentos). O "italiano" típico, apresentado por Fannelli, é coreográfico e falso em todos os aspectos: na ordem intelectual, foram os italianos que criaram a "erudição" e o paciente trabalho de arquivo: Muratori, Tiraboschi, Baronia, etc. eram italianos e não alemães; a "fábrica", como grande manufatura, teve certamente na Itália suas primeiras manifestações orgânicas e racionais. Outrossim, todo este discurso sobre artesanato e artesãos funda-se num equívoco grosseiro: existe no artesanato um trabalho em série, estandarizado, do mesmo tipo "intelectual" do da grande indústria racionalizada; o artesão produz móveis, arados, facas, casas camponesas, sempre de um mesmo tipo, que está de acordo com o gosto secular de uma aldeia, de uma vila, de um distrito, de uma província, no máximo de uma região. A grande indústria busca estandarizar o gosto de um continente ou do mundo inteiro durante uma estação ou um ano; o artesanato sofre uma estandarização já existente e mumificada de um setor ou de um ângulo do mundo. Um artesanato de "criação individual" arbitraria incessante é tão restrito, que compreende tão-somente os artistas no sentido estrito da palavra (mas ainda: tão-somente os "grandes" artistas que se tornam "protótipos" para seus discípulos).

Paolo Orano. Duas "esquisitices" de P. Orano (lembradas de memória) : o "ensaio" "Ad Metalla", no livro *Alto-relevos* (ed. Puccini, Milão), no qual propõe aos mineiros (após uma catástrofe mineira) abandonarem definitivamente a exploração das minas, de todas as minas: propõe isso como "sindicalista", como representante de uma nova moral dos produtores modernos, isto é, propõe -- como se isso não fosse nada — interromper e destruir toda indústria metalúrgica e mecânica; o livrinho sobre a Sardenha (que foi, ao que parece, o primeiro escrito publicado de Orano), onde se fala de um cómico "liquido ambiente", etc. Nos "medalhões" (Os modernos) e em outras publicações de Orano, há muito a investigar, inclusive em sua mais recente produção (recordar o discurso de resposta à Coroa após a Concordata, onde existe uma teoria do "arbitrário", ligada ao bergsonismo, realmente divertida).

Um artigo de P. Orano sobre Ibsen na *Nuova Antologia* de 19 de abril de 1928. Um aforisma carregado da vacuidade: "O autêntico (isto é, o sinónimo reforçado do tão desacreditado 'verdadeiro') esforço moderno da arte dramática consistiu em resolver cenicamente (I) os absurdos (1) da vida consciente (1). Fora disto, o teatro pode ser um belíssimo jogo consolador (1), um agradável passatempo; nada mais".

Outro aforisma similar: "Com ele e por ele (Ibsen), comecemos a acreditar na eternidade do instante, porque o instante é pensamento, e tem o valor absoluto da personalidade individual, que é agente e juiz fora do tempo e do espaço, além dos fatos temporais e do nada espacial, momento e duração inatingíveis para o critério da ciência e da religião".

A propósito das relações entre os intelectuais sindicalistas italianos e Sorel, deve-se cotejar os juízos que Sorel recentemente publicou sobre eles, recenseando seus livros (no *Mouvement socialiste* e alhures), e os expressos em suas cartas a Croce. Estes últimos iluminam os primeiros com uma luz frequentemente irônica e reticente: cf. o juízo sobre "Cristo e Quirino", de P. Orano, publicado no *Mouvement socialiste* de abril de 1908 e o expresso na carta a Croce datada de 29 de dezembro de 1907: evidentemente, o juízo público era irônico e reticente, mas Orano o reproduz — na edição Campitelli, Foligno, 1928 — como se fosse de aprovação. Nas cartas de G. Sorel a B. Croce, pode-se desencavar mais de um elemento de lorianismo na produção literária dos sindicalistas italianos. Sorel afirma, por exemplo, que na tese de doutoramento de Arturo Labriola este escreve como se *O Capital* (de Marx) tivesse sido elaborado a partir da experiência econômica francesa, e não da inglesa.

Benito Mussolini. Na introdução ao artigo sobre o "Fascismo", publicado pela *Enciclopédia Italiana*, introdução escrita pelo chefe do governo, pode-se ler: "Uma tal concepção da vida leva o fascismo a ser a decidida negação daquela doutrina que constitui a base do chamado socialismo científico ou marxismo: a doutrina do materialismo histórico, se-

gundo a qual a história da civilização humana explicar-se-ia apenas através das lutas de interesses entre os diversos grupos sociais e através da modificação dos meios e dos instrumentos de produção. Que os fatos econômicos (descoberta de matérias-primas, novos métodos de trabalho, invenções científicas) tenham alguma importância, é algo inegável; mas é absurdo julgar que sejam suficientes para explicar a história humana, excluindo-se todos os demais fatores. O fascismo ainda crê, e sempre crerá, na santidade e no heroísmo, isto é, em atos nos quais nenhum motivo econômico -- próximo ou remoto -- exerce influência".

A influência das teorias de Loria é evidente.

G. A. *Borgese*. "Quase todas as guerras e revoltas, em última instância, podem ser reduzidas a baldes roubados; o importante é ver que coisa raptos e defensores viam no balde".

O áureo aforisma de Borgese poderia ser citado como comentário autêntico ao livrinho no qual G. A. Borgese fala das novas correntes de opinião científicas (Eddigton) e anuncia que elas deram um golpe mortal no materialismo histórico. Pode-se escolher: ou a "última instância" econômica, ou a "última instância" do balde roubado."

Os livros perdidos de Tito Livio. Deve-se ligar à corrente lorianista a famosa controvérsia sobre os livros perdidos de Tito Livio, que teriam sido encontrados em Nápoles, há alguns anos, por um professor que adquiriu assim um instante de celebridade que talvez não desejasse.

A meu ver, as causas desse escandaloso episódio devem ser buscadas nas intrigas do Prof. Francesco Ribezzo e na abulia do professor em questão, do qual não lembro o nome. Este professor publicava uma revista, e o Prof. Ribezzo uma outra, concorrente, ambas inúteis ou quase (vi a revista de

¹¹ *Corriere della Sera*, 8 de março de 1932 (*Psicologia da proibição*).

¹² Gramsci refere-se à conhecida expressão de Engels, segundo a qual a economia determinaria, "em última instância", os fenômenos históricos. (N. do T.).

Ribezzo durante muitos anos e conheci Ribezzo naquilo que interessa): os dois disputavam entre si por uma cátedra na Universidade de Nápoles. Foi Ribezzo quem anunciou em sua revista a descoberta feita (1) pelo colega, que assim se tornou o centro da curiosidade dos jornais e do público, e foi liquidado científica e moralmente.

Ribezzo não tem a menor capacidade científica: quando o conheci, em 1910-11, havia esquecido quase completamente o grego e o latim, t era um "especialista" em lingüística comparada ario-européia. Esta sua ignorância era tão evidente, que Ribezzo teve freqüentes e violentos conflitos com os alunos. No liceu de Palermo, foi implicado no escândalo do assassinato de um professor por um aluno (parece-me que em 1908 ou 1909). Enviado a Cagliari como punição, entrou em conflito com os estudantes, conflito que — em 1912 — se tornou tão agudo, com polêmicas nos jornais, ameaças de morte a Ribezzo etc., que ele teve de se transferir para Nápoles. Ribezzo devia ser fortemente sustentado pela igreja universitária napolitana (Cocchia & Cia.). Participou no concurso para a cátedra de glotologia da Universidade de Turim: porque o nomeado foi Bartoli, publicou uma coisa ridícula.

As sementes americanas e o petróleo. Numa nota sobre o lorianismo, fiz referência à proposta de um coronel de cultivar com sementes oleaginosas 50.000 km² a fim de suprir o mercado italiano de óleo combustível. Trata-se do coronel de Engenharia Naval Barberis, que falou sobre isso numa conferência, "O combustível líquido e seu futuro", no Congresso das Ciências ocorrido em Perugia, em outubro de 1927.¹³

Luigi Valli. Sobre as interpretações sectárias da *Comédia de Dante* e do *dolce stil nuovo* por parte de Luigi Valli, cf. -- para uma informação rápida -- "Una nuova interpretazione delle rime di Dante e del dolce stil nuovo", de Be-

la Cf. MANFREDI CRAVINA, "Óleo, petróleo e benzina", na *Nueva Antologia* de 1º de janeiro de 1927, pág. 71, nota.

nedetto Migliore, na Nuova *Antologia* de 16 de fevereiro de 1928.

Luigi Valli, com sua interpretação conspiratória e maçônica do *dolce stil* nuovo (com os precedentes de Rossetti e de Pascoli) deve ser colocado numa determinada seção do lorianismo. Ao contrário, Giulio Salvadori — que descobre, em Os Noivos de Manzoni, o drama de Henriqueta Blondel (Lucia) oprimida pela Sra. Condorcet, por D. Giulia e pelo próprio Manzoni (Don Rodrigo, o Anónimo, etc.) -- deve talvez ser antes considerado como um "seguidor" inconsciente das teorias de Freud, fenómeno, por sua vez, bastante curioso sob muitos aspectos. (De Giulio Salvadori e de sua interpretação, cf. um artigo em *Arte e vita* de junho de 1920, bem como o livro póstumo Henriqueta *Manzoni-Blondel e o Natal de 33, Treves*, 1929).

O osso de Cuvier. Exposição do principio de Cuvier. Mas nem todos são Cuvier, e a "sociologia", particularmente, não pode ser comparada às ciências naturais. As generalizações arbitrárias e "bizarras" são nela muito mais possíveis (e mais danosas para a vida prática.).

Lorianismo na ciência geográfica. Recordar o livro do Prof. Alberto Magnaghi (fora de comércio) sobre geógrafos despropositados. Parece-me que o livro seja um modelo no género.

A. O. Olivetti. Nesta rubrica, ao que parece, não me referi à memória de A. O. Olivetti, que a ela pertence por todos os aspectos; como inventor de pensamentos genialísimos e como desconexo e pretensioso erudito de botequim.

Giuseppe *De Lorenzo*. Também alguns aspectos da atividade intelectual de De Lorenzo fazem parte da categoria do lorianismo. Todavia, com ele, devemos ser discretos.

Domenico Giuliotti. A "doutrina" lorianiana da conexão necessária entre misticismo e sífilis, aproxima-se (até certo ponto) Domenico Giuliotti que, no prefácio *a Perfis* de Santos, editado pela Casa Editora Renascimento do Livro, escreve: "E, todavia, ou edificamos unicamente em Cristo. ou, de outro modo, edificaremos na morte. Nietzsche, por exemplo, o último anticristão confesso, é bom não esquecer, terminou epiléptico e louco". Ao que parece, segundo Giuliotti, Nietzsche é apenas um caso numa série, isto é, trata-se de uma lei, e "é bom não esquecer" a conexão. Giuliotti diz: "Ficai atentos, rapazes, não sejais anticristãos, pois senão morrereis epilépticos e loucos". E ainda: "Atentai, rapazes, para os anticristãos: eles são epilépticos e loucos".

O prefácio de Giuliotti é publicado na *Italia Letteraria* de 15 de dezembro de 1929; ao que parece, o livro é uma coletânea de vidas de santos traduzidas por Giuliotti.

Corso Bovio. Corso Bovio deve ser colocado no quadro do lorianismo, mas deve-se, ao mesmo tempo, não esquecer de guardar as distâncias para ter uma boa perspectiva. No quadro, Loria é um "elefante"; o que é Corso Bovio? Certos flamengos colocam sempre um cachorrinho em seus quadros, mas talvez o cachorrinho seja um animal muito grande e considerável: uma barata talvez seja mais adequada para representar **Corso Bovio**,

índice Onomástico

- Addison, Joseph. — 176
Agapito I, Papa — 36
Agnelli, Giovanni — 6
Alberti, Leon Battista — 41s
Alfieri, Vittorio — 63
Algarotti, Francesco — 47
Amatucci, A. G. — 36
Amicucci, Ermanno — 192
Antici (Cardeal) — 80
Antonielli, Ugo — 225
Anzilotti, Antonio — 51
Ardigó, Roberto — 217ss
Arezio, Luigi — 44, 46
Aristóteles — 6, 107, 214
Arpinati, Leandro — 214
Augusto III de Saxónia — 47
- Baccheli, Ricardo — 217, **222**
Balbo, Cesare — 66, 75s
Balzan, Ugo — 41
Barbadoro, Bruno — 39s
Barbagallo, Corrado — 169, 214, **229s**
Barbarich, Eugenio — 73
- Barberis (Coronel) — 235
Barbi, Michele — 63
Barbusse, Henri — 85
Barrett, Giuseppe — 177
Bargagli-Petrucci, Gino — 59
Barocelli, Pietro — 61
Barrels, Maurice — 83
Baronio, Card. Cesare — 232
Bartoli, Matteo — **224**, 234
Basta, Giorgio — 72s
Beccaria Manzoni, Giulia — 238
Bellini, Vincenzo — 62
Belluzzo, Giuseppe — 216
Benco, Silvio — 188
Benda, Julien — 81ss
Benedito de Norcia, Santo — 37s
Benni, António Stefano — 6
Benvenuti, Leo — 75
Berge, André — 84
Bergson, Henri — 82
Berle, Emmanuel — 84s
Bernardy, Amy — 213
Bernhard, Georg — 202
Bertoni, Giulio — 44n
Bibboni, Francesco — 80

- Blondel Manzoni Enrichetta — 238
 Boccaccio, Giovanni — 45
 Bollo, Andrea — 80
 Bonzi (Monsenhor) — 79
 Borgese, G. A. — 94, 234
 Botero, Giovanni — 66, 77
 Bourgain, L. — 27n
 Bournac, Olivier — 89n
 Bovio, Corso — 237
 Brandileone, Francesco — i 31ns
 Brindisi, G. — 229
 Brucculeri, (Padre) — 151, 230s
 Bruno, Giordano — 45, 47
 Brunot, Ferdinand — 59, 183
 Billow (Von), Bernhard — 59
 Buonaccorsi, Filippo — 80
 Buonarroti, Michelangelo — 43n
 Burckhardt, Jacob — 44, 46
- Calcaterra, Carlo — 47
 Calles, Plutarco Elias — 22
 Cambon — 63
 Campanella, Tommaso — 77
 Campi, Bartolomeo — 72n
 Campi, Scipione — 72
 Capasso, Aldo — 165
 Capuana, Luigi — 63
 Carducci, Giosue — 60, 63
 Calif, Filippo — 216
 Carlos I (Imperador da Austria) — 211
 Carlos, O Gordo (Imperador) — 30
 Carlos Magno — 27, 30, 33
 Carlyle, Thomas — 63
 Carson, Edward Henry — 171s
 Casati, Gabrio — 132
 Cassiodoro, Flavio Magno Aurelio (senador) — 36s
 Casimiro III (Rei da Polônia) — 80
 Castellani, Alberto — 105s, 108
 Castiglione, Baldassare — 42
 Castiglioni, Arturo — 5n
 Cattaneo, — 169n
 Cavalcanti, Guido — 45
 Cavallotti, Felice — 185
 Cellini, Benvenuto — 43
 César, Gaio Giulio — 16, 35, 64
- Chiappelli, Alessandro — 184
 Chu-Mi — 106
 Cicero, Marco Tólio — 135, 216
Chie — 94
 Cipri-Romano — 211
 Clemenceau, Georges — 211
 Cocchia, Enrico — 235
 Cohn, Mels — 90
 Colombo, Cristóvão — 40, 70, 226
 Colonna de Cesaro — 208
 Condorcet (de), Sophie — 236
 Confócio — 106, 108
 Constantini, Celso — 109
 Constantino (Imperador romano) — 30
 Coppola, F. — 169
 Couchoud, P. L. — 184
 Cousinet — 151
 Credaro, Luigi — 216
 Croce, Benedetto — 6, 41, 54, 76ss, 83, 142, 147, 169, 215s, 221, 229, 233
 Cuvier, Georges — 236
- Dall'Oglio — 80
 Dalton — 124, 150
 D'Ancona, Alessandro — 215n
 Dante — 43, 45, 63, 68, 235
 Dazzi, Manlio Torquato — 41
 De Amicis, Edmondo — 183
 De Bartholomaeis, Vincenzo — 43
 De Felice, Giuffrida Giuseppe —
- Degli Angeli, Pietro — 80
 D'Elia, Pasquale — 109s
 Della Casa, Giovanni — 42s
 Del Monte, Giambattista — 72
 Del Monte, Luigi — 80
 De Lorenzo, Giuseppe — 236
 De Nolhac, Pierre — 46
 D'Ercole, Pasquale — 168
 De Roberto, Federico — 63
 De Santis, Luigi — 217
 Santis, Francesco — 121
 De Sancti., Gaetano — 224
 Descartes, René — 45
 Devoto, Giacomo — 224s
 Di Sium, Giovanni — 76
- Drew., A. — 184
 Dreyfus, Alfred — 22
 Ducati, Bruno — 96s
 Ducati, Petiole — 223ss
 Duchesne, Louis — 38
- Eddington**, Arthur — 234
 Einaudi, Luigi — 208, 209n
 Ennio, Quinto — 135
 Erasmo, Desidério — 45
 Erkes, **Eduard** — 105s
 Ennini, Filippo — 29s, 37
- Fabietti, Alfredo — 153n
 Fabietti, Ettore — 153
 Faggi, A. — 108
 Fanelli, G. A. — 230s
 Famese, Alessandro (Duque de Parma) — 71
 Famese, Elisabetta (Rainha da Espanha) — 74
 Famese, Ranuccio — 71
 Fauriel, Claude-Charles — 50
 Fedro — 135
 Ferrando, Guido — 88, 93, 149
 Ferrero, Guglielmo — 214ss, 229
 Ferri, Enrico — 214s
 Finck — 105
 Foi, Arturo — 59
 Ford, Henry — 63
 Forke, Alfredo — 106s
 Foscolo, Ugo — 50s, 59s
 Fourmont — 104
 Fracehia, U. — 183
 FraneM, Carlo — 50
 Francisco José (Imperador da Austria) — 211
 Francisco de Assis (Santo) — 217
 Francisco Saverio (Santo) — 111
 Frank, Hans — 87
 Frank, Leonhard — 88
 Frederico I, Barba-ruiva (Imperador) — 39
 Frederico II (Imperador) — 39
 Freud, Sigmund — 88, 236
 Fueter, Eduard — 41
- Galilei Galileo — 47
 Gargano, Giuseppe — 214
 Garibaldi, Giuseppe — 63
 Gatti, Angelo — 217
 Gautana — 107
 Gemel% Agostino (Padre) — 57n
 Gentile, Giovanni — 129, 142ss, 147, 178, 183
 Gbisleri, Arcangelo — 178
 Giannone, Pietro — 48
 Gide, André — 81
 Giglioli, Giulio Quinino — 78
 Gioberti, Vincenzo — 51, 60
 Gioda — 68
 Giovanni (Santo) — 184
 Giuliotti, Domenico — 236
 Giusti, Giuseppe — 160
 Giustiniano, Pompeo — 72
 Glaeser, Ernst — 88
 Glarisegg — 151
 Gläser — 151
 Cobetti, Piero — 54
 Goethe, Wolfgang — 59, 82
 Gonzaga, Luisa Maria — 80
 Gonzales, Palencia Angel — 99
 Gore, Onusby — 94
 Cori, P. — 185
 Gozzi, Gaspare — 176
 Gravina, Manfredi — 235n
 Gnaziadei, Antonio — 221n
 Groethuysen, Bernard — 50
 Guéhenno, Jean — 86
 Guériot, Paul — 190n
 Guicciardini, Francesco — 41, 51
 Guidi, Michelangelo — 97s
 Guilherme II — 211
 Guinigi, Paolo — 78
 Guisa (duque) — 72n
- Hale (du) — 104
 Haller (von), Karl Ludwig — 58
 Hamp, Pierre — 85
 Hamack (von), Adolf — 38
 Hartmann, R. — 98
 Hauptmann, Gerhard — 88
 Redden — 197n
 Hella — 69n
 Hegel, Georg Friedrich Wilhelm — 56, 143n

- Henrique VI — 90
Heidrich — 104
Hitler, Adolf — 203
Holik-Barabás, Ladislao — 78
Hortis, Attilio — 209
Horácio, Flacco Quinto — 218
Hugenberg (von), Alfred — 202
Hugo, Victor — 83, 88
Hu Shi — 107
Huxley, Aldous — 100
- Ibsen, Henrik — 233
Ikhal Ali Shah — 97, 99
Inocência VIII — 80
Intorcetta — 104
Imerio — 74
- Jansênio, Comelio — 45
Jaurès, Jean — 85
Jebb, Richard — 46
Jonhon, Vernon — 92
Julien, Camille — 61s
Julien, Stanilas — 104
Jusserand, J. — 93
Justiniano (Imperador do Oriente) — 35
- Kampfmeier — 98
Kemal, Pachá — 99
Kropotkin, Pjotr Aleksejevic — 217
- Labriola, Antonio — 54, 142ss, 229
Labriola, Arturo — 214, 233
Ladislau II, jagellone (Rei da Polónia) — 80
Ladislau IV — 80
Lagnasco, Conde de — 80
La Marche — 27n
Langlois, Charles-Victor — 27n
Lanson, Gustave — 27n
Lanzoni, Francesco — 38s
Lao-Tse — 25, 108, 166
Lasca — 221
Lando — 135
Lazzareschi, Eugenio — 78
Léfevre, Frédéric — 100
Lensi, Giuseppe — 43
- Lenzi — 217
Leonardo da Vinci — 43n
Leopardi, Giacomo — 215
Lessing, Gotthold Ephraim — 80
Levi, Ezio — 62, 99
Littman — 228n
Littré, Emile — 29, 183
Livio, Tito — 6, 234
Lloyd George, David — 211
Lojacom, Vincenzo — 76
Lombardo-Radice, Giuseppe — 142
Lombroso, Cesare — 214
Lorenzoni, Giovanni — 62
Loria, Achille — 101, 207ss, 212, 214, 216s, 219, 234, 237
Lorizio, F. L. — 60
Lucchessini (Marquês) — 79
Luis XV, (Rei da Franca) — 79
Lumbroso, Alberto — 214, 216s
Lumbroso, Giacomo — 217
Lutero, Martinho — 45
Luzio, A. — 219
Luzzati, Luigi — 214, 216s
- Macaulay, Thomas Bahington — 211
Madariaga (de), Salvador — 87
Magnaghi, Alberto — 236
Magni (irmãos) — 80
Mann, Thomas — 88
Manzoni, Alessandro — 31, 50, 66, 236
Maquiavel, Nicolau — 41, 43, 45, 64, 167
Marchesini, G. — 217
Marchesi, Concetto — 30n
Mario, Alberto — 218
Margueritte, Paul — 85
Marx, Karl — 221, 233
Masaryk, Thomas — 54
Maurice, Jules — 25n
Maurras, Charles — 64s, 199
Mazzarino, Júlio — 79
Mazzini, Giuseppe — 51
Medid (Catarina e Maria de) — 74
Menage, Gilles — 227n
Meozzi, Antero — 77s
- Metastasio, Pietro — 63
Matron — 148
Michel, Paul-Henri — 41n
Migliore, Benedetto — 236
Mille, Pierre — 84
Missiroli, Mário — 53ss, 200
Molé — 62
Mondolfo, Rodolfo — 229
Mondragone, Cristoforo — 72
Montecuccioli, Raimond — 73
Montessori, Maria — 150
Monti (Marquês) — 79
Morus, Thomas — 214
Mortara, Giorgio — 184
Mosca, Gaetano — 4n
Muratori, Ludovico Antonio — 232
Mussato, Albertino — 41
Mussolini, Benito — 233
- Naldi, Filippo — 211
Napoleão I — 58, 73, 191
Napoleão III — 190s
Newman, John Henry — 145
Nietzsche, Friedrich — 83, 237
Nordau, Max — 82
Nuziante, Ferdinando — 80
- Ojetti, Ugo — 83
Olivetti, A. D. — 238
Ollivier, Emílio — 43n
Olschki, Leonardo — 87
OjAodeo, Adolfo — 59, 184
O'Neill, E. F. — 150
Orano, Paolo — 232s
- Paciotto di Urbino — 72
Palaez, Mário — 43n
Panini — 80
Panizzi, Antônio — 74
Panzacchi, Enrico — 48
Panzini, Alfredo — 183
Papini, Giovanni — 177
Pamvesino (de), Giacomo — 80
Pared, Luigi — 224, 227s
Pareto, Vilfredo — 4n
Paris, Gaston — 93
Pascoli, Giovanni — 236
- Pastor (von), Ludwig — 44
Paulo (São) — 184
Pedro, o Grande — 19
Pestalozzi, Enrico — 141
Petracco (ser) — 74
Petrarca, Francesco — 74
Pettazzoni, Raffaele — 111, 113
Piacentino — 74
Picardi, V. — 208
Pirne, Henri — 38
Pio IX (Papa) — 2%
Pisani, V. — 225
Platão — 6, 37
Plauto, Tito Maccio — 135
Podrecca, Guido — 177
Pompeati, Arturo — 77s
Pozzoni — 222
Prestinzenza, Antônio — 62
Prezzolini, Giuseppe — 169
Proudhon, Pierre seph — 54s, 86
Provenzal, Dino — 78s
Przedzicki, Renaud — 79
Puoti, Basilio — 121
- Quincey (de), Thomas — 88
- Rabazzana — 222
Rapisardi, Mário — 62s
Reina — 209
Remarque, Erich Maria — 88
Renusat, Abel — 104
Renan, Ernest — 53ss, 82
Reynaud, Louis — 84ss
Ribezzo, Francesco — 234s
Ricci, Corrado — 76
Rignano, Eugênio — 169
Rival, Albert — 203
Rizzi, Giovanni — 64ss
Rocca, Massimo — 200
Razed — 72n
Roban, Carlos de — 155
Roncalli, Domenico — 80
Rosseti, Dante Gabriele — 238
Rossi, Enrico — 46
Rostagni, Augusto — 34
Rothschild — 73
Rougemont — 104

- Rousseau, Jean-Jacques — 141
 Russo, Luigi — 189
- Sabatier, Auguste-Louis — 217
 Sacchetti, Franco — 4n
 Salaris, E. — 154
 Salústio, Gaio Crispo — 84
 Salvadori, Giulio — 238
 Salvatorelli, Luigi — 36s, 184
 Salvioli, Giuseppe — 228
 Sand, George — 86
 Saura G. — 214, 229
 Savorgan di Brazza, Francesco — 70
 Schiavi, Alessandro — 87
 Schipa, Michelangelo — 40
 Scialoja, Vittorio — 155
 Scolari, Filippo — 79
 Se Carlo — 74
 Ser Iloni, Cabrio — 72
 Serrati, G. M. — 199
 Sigismundo, Ref da Hungria — 79
 Sillani, Tomaso — 216
 Silvestre II — 30
 Sisto IV — 80
 Soffici, Ardengo — 177
 Sorel, Georges — 53ss, 62, 212, 233
 Spano, Pippo — 79
 Spaventa, Bertrando — 143, 145
 Spenpler, Otto — 212
 Spinola Ambrogio — 72
 Stanislaio, Lesczinky, rei da PoíB-
 nia — 79
 Stendhal (Henry Beyle) — 82
 Suckert Malaparte (Erich Kurt) — 59
 Sue, Eugène — 86
 SuetOnio, Tranquilo Gaio — 18
 Suen lien — 101, 111
 Sun Yat-Sen — 103, 110, 113
 Symonds, John Addington — 48
 Tácito, Públio Comélio — 84
 Taine, Hyppolite — 93
 Tarchiani, Nelo — 43n
- Tavolato, Italo — 177
 Taylor, Friedrich Winslow — 7, 173
 Tertuliano — 135
 Thérive, André — 182
 Timpanaro, Sebastiano — 57, 200
 Tiraboschi, Gerolamo — 232
 Toffanin, G. — 44ss
 Trente, Galvano — 78
 Trombetti, Alfredo — 223, 237
 Turati, Tilisso — 214, 216
 Twain, Mark — 202
- Valli, Evangelista — 235s
 Veo, Ettore — 28n
 Verdi, Giuseppe — 215
 Verga, Giovanni — 63
 Vettori, Piero — 47
 Vieusseux, Giampietro — 181
 Villari, Luigi — 204
 Virgilli, Filippo — 64
 VirOio, Marone Publio — 45s
 Vite)li, Girolamo — 47
 Vittorio Emanuele II — 218
 Voigt, Georg — 44, 48
 Volpe, Gioacchino — Wien
 Voltaire (François-Marie Arouet) — 237
- Wagner, Richard — 83, 215
 Washburne, Carleton — 149, 151
 Wassermann, Jakob — 88
 Weber, Max — 18n
 Wechseler — 81
 Wells, H. G. — 80
 Werfel, Franz — 88
 Wieger — 106
 Wolf, Theodor — 202
- Zanette, Emilio — 88
 Zola, Emile — 85s, 215
 Zuccolo, Ludovico — 213s
 Zweig, Stefan — 89, 88